

 **ELETRÔNICO**

Cadastrado em 01/08/2025



Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):

UIRAN GEBARA DA SILVA

E-mail:

uiran.silva@ufrpe.br

Identificador:

3051186

Tipo do Processo:

CREDENCIAMENTO DE DOCENTE EM PROG DE PÓS-GRADUAÇÃO

Assunto do Processo:

131.4 - CREDENCIAMENTO PARA ORIENTAÇÃO NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Assunto Detalhado:

RELATÓRIO DO PROCESSO DE REcredENCIAMENTO DOCENTE 2025-2028

Unidade de Origem:

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA E ARQUIVO-PROAD (11.01.02.06.06)

Criado Por:

AMANDA MENEZES DA SILVA LEONCIO

Observação:

...

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

[illegible]

SIPAC | Secretaria de Tecnologias Digitais (STD) - <https://servicosdigitais.ufrpe.br/help> | Copyright © 2005-2025 - UFRN
- producao-iboss15.producao-iboss15

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em <https://sigs.ufrpe.br/public> e acesse a Consulta de Processos.

[Visualizar no Portal Público](#)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Recife, 01 de agosto de 2025.

De: Professor Uiran Gebara da Silva

À: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE
Prof. Victor Hugo Abril

ASSUNTO: Relatório do processo de credenciamento docente 2025-2028

Prezado Coordenador

Encaminho o Relatório do processo de credenciamento docente 2025-2028 do PGH ao CCD do Programa de Pós-graduação em História para apreciação do CCD.

Atenciosamente,

Prof. Uiran Gebara da Silva



REQUERIMENTO Nº 7925/2025 - DCAA-DAG (11.01.02.06.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/08/2025 13:42)

AMANDA MENEZES DA SILVA LEONCIO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DCAA-DAG (11.01.02.06.06)

Matrícula: ###423#5

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/documentos/> informando seu número: 7925, ano: 2025, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: 01/08/2025 e o código de verificação: **deebf68ba4**

Relatório do Recredenciamento do PGH-UFRPE (2025-2028)

Este documento tem como objetivo relatar e descrever o processo de Recredenciamento dos docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco relativo ao quadriênio 2025-2028, realizado pela Comissão de Credenciamento/Recredenciamento Docente (CR), por meio da portaria 01/2025 -PGH UFRPE, de 13/06/2025, em acordo com o Edital 01/2025 do PGH-UFRPE e regimentos superiores.

Os atuais docentes permanentes do programa deveriam enviar formulários de recredenciamento preenchidos, demonstrando interesse em permanecer no programa, assim como a documentação exigida. O período para o envio se deu entre 16 de junho a 04 de julho de 2025. Encerrado este prazo, a CR, em reunião remota, iniciou a análise dos formulários e documentos fornecidos pelos docentes, assim como dos relatórios produzidos pela plataforma Sucupira sobre cada docente permanente do programa a partir dos dados fornecidos entre 2021 e 2024. A análise individual de cada docente foi registrada nas fichas de avaliação (anexo II do Edital). A partir dessa análise produziu-se a tabela abaixo:

Nome	+250 pontos	Trab. Técnicos	Mestrado andamento	Mestrados concluídos	Doutorado andamento	Doutorado concluído	Disciplina
Alcileide Nascimento	SIM	Sim	3	7	2	0	SIM
Augusto Cesar Acioly	SIM	Sim	5	1	2	0	SIM
Bruno Boto	SIM	Sim	4	2	1	0	SIM
Bruno Melo de Araujo	SIM	Sim	3	1	0	0	SIM
Bruno Miranda	SIM	Sim	2	1	2	0	SIM
Carlos Andre	SIM	Sim	1	4	4	0	SIM
Caroline Borges	SIM	Sim	2	4	3	2	SIM
Edson Hely Silva	SIM	Sim	2	1	7	0	SIM
Emanuela Sousa Ribeiro	SIM	Sim	0	1	2	4	SIM
Gian Carlo	SIM	Sim	0	1	7	2	SIM
Giselda Brito Silva	SIM	Sim	0	2	5	3	SIM
Gustavo A Lopes	SIM	Sim	3	2	2	0	SIM
Humberto Miranda	SIM	Sim	3	6	8	3	SIM
Janaina Guimarães	SIM	Sim	7	1	3	0	SIM
Jeannie Menezes	NÃO	Não	3	2	4	2	SIM
José Marcelo Marques	SIM	Sim	1	1	0	0	SIM
Juliana Andrade	SIM	Sim	8	0	7	0	SIM

Kleber Clementino	SIM	Sim	1	1	0	0	SIM
Maria Emilia Vasconcelos	SIM	Sim	1	6	0	0	SIM
Mariana Albuquerque Dantas	SIM	Sim	2	3	5	1	SIM
Mariana Zerbone	SIM	Sim	2	1	7	1	SIM
Ricardo Pacheco	*	*	*	*	*	*	*
Suely Creusa Almeida	SIM	Sim	0	2	0	0	SIM
Tiago da Silva Cesar	SIM	Sim	2	0	2	0	SIM
Uiran Gebara da Silva	SIM	Sim	2	6	4	0	SIM
Victor Hugo Abril	NÃO	Sim	0	4	2	0	SIM
Wellington Barbosa da Silva	SIM	Sim	6	2	2	0	SIM

A partir dos dados coletados na tabela acima, vê-se que a grande maioria dos atuais docentes permanentes cumpriu os requisitos mínimos exigidos pelo edital. Apenas 3 casos não conseguiram cumprir os requisitos exigidos pelo edital: Jeannie da Silva Menezes, Ricardo de Aguiar Pacheco e Victor Hugo Abril. Nos casos de Jeannie da Silva Menezes e Victor Hugo Abril, a CR sugere que o CCD e o pleno, quando consultado, levem em consideração questões ligadas à saúde e dedicação a funções administrativas. Como os documentos relativos a pedidos de licença médica não ficam disponíveis para acesso dos membros da CR, sugere-se que estes possam estar à disposição dos membros do CCD e do Pleno, quando a deliberação sobre as indicações feitas pela CR for ser realizada.

No caso de Ricardo de Aguiar Pacheco, que não enviou o formulário de recondução e o projeto de pesquisa, é impossível não seguir o que está no parágrafo 3º do 1º artigo do edital de recondução: “O(A) docente que não preencher e enviar à CR o formulário on-line de recondução dentro do prazo estabelecido será descredenciado(a) automaticamente.”

Tendo feito as considerações acima, a CR:

a) indica para recondução:

Alcileide Nascimento
Augusto Cesar Acioly
Bruno Martins Boto Leite
Bruno Melo de Araujo
Bruno Romero Ferreira Miranda
Carlos Andre Silva de Moura
Caroline Borges
Edson Hely Silva

Emanuela Sousa Ribeiro
Gian Carlo de Melo e Silva
Giselda Brito Silva
Gustavo Acioli Lopes
Humberto da Silva Miranda
Janaina Guimarães da Fonseca Silva
José Marcelo Marques
Juliana Alves de Andrade
Kleber Clementino da Silva
Maria Emília Vasconcelos dos Santos
Mariana Albuquerque Dantas
Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Suely Creusa Cordeiro de Almeida
Tiago da Silva Cesar
Uiran Gebara da Silva
Wellington Barbosa da Silva

b) não indica para credenciamento

Jeannie da Silva Menezes
Ricardo da Aguiar Pacheco
Victor Hugo Abril

Comissão de Credenciamento/Recredenciamento Docente PGH-UFRPE

Recife, 01 de agosto de 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL DE RECRENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
da UFRPE – 2025

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Alcileide Cabral do Nascimento

2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar:

CULTURA, POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER e projeto a ser cadastrado:

Mulheres Subversivas: o movimento feminista no Nordeste na luta pela cidadania política (1927-1932);

3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 338

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim ()

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 3

Concluídas: 7

3. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas:

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECRENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: AUGUSTO CESAR ACIOLY PAZ SILVA AUGUSTO SILVA
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA REGIONAL e projeto a ser cadastrado: História e Ensino de História. O uso do material Fílmico em sala de aula na Educação Básica.
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Não está

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 558

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 5

Concluídas: 1

3. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas:

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

O periódico *REHMLAC* não tem classificação no Qualis.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL DE RECRENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
da UFRPE – 2025

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Bruno Martins Boto Leite
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **(Cultura, Patrimônio e Memória & Linha 2: Cultura, Política e Relações de poder)** e projeto a ser cadastrado: **(Cesse tudo o que a Musa antiga canta - História da História Natural da América portuguesa na Época Moderna, das viagens de Descoberta à Francesco Redi).**
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Não está

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 286

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 4

Concluídas: 2

3. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 1

Concluídas:

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

Prefácio pontua. O docente tem dois prefácios em 2022.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL DE RECREDECIAIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
da UFRPE – 2025

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente:
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA e projeto a ser cadastrado: VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS EM PERNAMBUCO.
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 462

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 3

Concluídas: 1

3. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento:

Concluídas:

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECRENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Bruno Romero Ferreira Miranda
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **Estado, Sociedade e Cultura** e projeto a ser cadastrado: Mantendo um exército. Abastecimento de víveres durante a ocupação da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654).
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

PGH/UFPE 4h

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 540

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas: 1

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas:

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim ()

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECREDENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: CARLOS ANDRE SILVA DE MOURA
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: CULTURA, POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER
e projeto a ser cadastrado: A Formação de uma Cultura Visionária: análises sobre a rede de aparições marianas em Portugal e no Brasil (1917-1966)
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Universidade de Pernambuco (20 horas)

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 1510

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (x)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 1

Concluídas: 4

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 4

Concluídas: 0

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (x)

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE REcredENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PGH) da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Caroline Borges
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: (linha 1) e (Recife através de seus cemitérios: abordagens bioarqueológica e histórica para o entendimento dos modos de vida coloniais urbanos)
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - 1h por semana. Atividade autorizada pela UFRPE via demanda da docente.

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 850

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (x)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas: 1

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas: 0

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (x)

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECRENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Emanuela Sousa Ribeiro

2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: Cultura, Patrimônio e Memória

e projeto a ser cadastrado: CONSELHO DO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PERNAMBUCO: UMA HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Mestrado Profissional em Gestão Pública (UFPE), 16 horas semanais

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 556

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (x)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 0

Concluídas: 1

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas: 4

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (x)

Não ()

Comentários: A docente teve mais que o dobro da pontuação mínima mesmo com a licença por perda familiar de 12 meses em 2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECRENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: GIAN CARLO DE MELO SILVA
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: LINHA 4 - ESTADO, SOCIEDADE
e projeto a ser cadastrado: Laços e Heranças: Os africanos e a sociedade em Alagoas e Pernambuco (1700 - 1830)
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

PPGH UFAL, PPGH UFPE (COLABORADOR)

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 774

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (x)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 0

Concluídas: 1

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 7

Concluídas: 2

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (x)

Não ()

Comentários: Não indicou carga horária de outros programas de pós-graduação.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECRENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Giselda Brito Silva
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: CULTURA, POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER
e projeto a ser cadastrado: Da Política Educativa Colonial Salazarista à Formação da Consciência Histórica Anticolonial do MPLA: o processo de transição das práticas político-discursivas e ideológicas de ensino para as populações “indígenas” de Angola (1961-77)
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: Não colabora com outro programa

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 724

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (x)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 0

Concluídas: 2

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 5

Concluídas: 3

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (x)

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECREDENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PGH) da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Gustavo Acioli
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **(Estado, Sociedade e Cultura) e (Uma vocação atlântica: produção e comércio na capitania de Pernambuco (séculos XVII-XVIII)).**
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: Não está

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (☒)

Não (☐)

Total de pontos: 298

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (☒)

Não (☐)

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 3

Concluídas: 2

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas: 0

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (☒)

Não (☐)

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECREDENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PGH) da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Humberto da Silva Miranda
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: (**Linhas 2 e 3**) e projeto a ser cadastrado: (**Conselhos Tutelares em Pernambuco: histórias e memórias**).
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Identidades - PPGEI - UFRPE/Fundaj / 10h

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 2146

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (x)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 3

Concluídas: 6

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 8

Concluídas: 3

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (x)

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECREDECENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PGH) da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Janaina Guimarães da Fonseca e Silva
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **(ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA REGIONAL)** e projeto a ser cadastrado: **(Contestando acervos e tecendo contranarrativas sobre Mulheres Negras na educação pernambucana)**.
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: Profhistoria UPE com 10h

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 910

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (x)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 7

Concluídas: 1

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 3

Concluídas: 0

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (x)

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECREDECIAAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PGH) da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Jeannie da Silva Menezes
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **(Linha 2)** e projeto a ser cadastrado: **(As virtudes do jurista na América Portuguesa. Fontes de pesquisa da cultura judicial em Pernambuco e capitanias do norte, séc. XVI-XIX).**
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: Não está

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim ()

Não (x)

Total de pontos: 132

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim ()

Não (x)

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 3

Concluídas: 2

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 4

Concluídas: 2

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (x)

Não ()

Comentários:

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: **José Marcelo Marques Ferreira Filho**
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **LP5 – Terra, Trabalho e Poder** e projeto a ser cadastrado: **Ecologia, trabalho e poder no mundo mais que humano da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (século XX)**

3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 20 horas

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: Acima de 250 pontos.

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 1 (uma)

Concluídas: 1 (uma)

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: Nenhuma

Concluídas: Nenhuma

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: **Juliana Alves de Andrade**
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **LP3 - Ensino de História e Cultura Regional** e projeto a ser cadastrado: **(COM) PROVA: investigando concepções, perspectivas, processos e práticas de avaliação da aprendizagem na área de história.**

3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHIST, Universidade Federal de Pernambuco, 4 horas

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: Acima de 250 pontos.

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 8 (oito)

Concluídas: Nenhuma. Nesse quesito, a última atualização no Lattes é de 2019.

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 7 (sete)

Concluídas: Nenhuma (todas as orientações de Doutorado foram iniciadas em 2022 e 2023).

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: **Kleber Clementino da Silva**
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **LP4 – Estado, Sociedade e Cultura** e projeto a ser cadastrado: **Papéis de Antanho: as crônicas portuguesas tardomedievais como intervenções políticas e paradigmas da escrita da história no Portugal moderno (1344-1681).**

3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Programa de Pós-Graduação em História, UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, 4 horas

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: Acima de 250 pontos.

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 1

Concluídas: 1

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: Nenhuma

Concluídas: Nenhuma

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: **Maria Emília Vasconcelos dos Santos**
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **LP5 – Terra, Trabalho e Poder e projeto a ser cadastrado: **Abolição e Pós-abolição em Pernambuco: experiências, trajetórias e direitos (1880-1910).****

3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, 4 horas

Obs.: No Currículo Lattes consta sua atuação nesse mestrado de 08/2022 a 11/2022. Mas igualmente a defesa de uma orientanda sua no ano de 2024.

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: Acima de 250 pontos.

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 1

Concluídas: 6

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: Nenhuma

Concluídas: Nenhuma

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: **Mariana Albuquerque Dantas**
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **LP5 – Terra, Trabalho e Poder e projeto a ser cadastrado: **Protagonismo indígena na Zona da Mata Sul de Pernambuco: o processo de constituição e desestruturação do aldeamento do Riacho do Mato (1860-80)****

3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Não foi identificado o credenciamento em outro PGH.

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: Acima de 250 pontos.

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 2 (duas)

Concluídas: 3 (três)

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 5 (cinco)

Concluídas: 1 (uma)

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL DE REcredENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH) da UFRPE – 2025

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: MARIANA ZERBONE ALVES DE ALBUQUERQUE
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **(Cultura, Patrimônio e Memória)** e projeto a ser cadastrado: **(Relação da sociedade com a natureza no Recife nos séculos XIX e XX: uma análise espaço-temporal de uma cidade socialmente desigual)**.
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: Não está.

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 828

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas: 1

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 7

Concluídas: 1

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

- Mosaico: A4 - 70

- International Journal Of Agriculture And Natural Resources: C - 0

- Revista Ciência Geográfica: B3 - 30

- Observatorio De La Economía Latinoamericana: A4 - 70

- DIA-LOGOS: B3 - 30

- DIA-LOGOS: B3 - 30

- Convergências: Estudos Em Humanidades Digitais: SEM CLASSIFICAÇÃO - 0

- Trilhas da História: A4 - 70

- Planejamento e gestão territorial: arqueologia e direito ambiental.: capítulo de livro - 66

- Las Prácticas Socioambientales Y La Constitución Del Territorio En La Región De La Depresión Momposina, Colombia.: capítulo de livro - 66

- Textos Literários No Ensino De História: As Contribuições De Homens E Caranguejos Em Uma Leitura Contra-Hegemônica Sobre O Recife: capítulo de livro - 66

- Recife Despedaçado: Distopias Urbanas E Espaços De Resistência Metropolitanos: Capítulo de livro - 66

- Refletindo Sobre A Urbanização Como Totalidade De Um "Processo Concreto Pensado": Capítulo de Livro - 66

- Fragmentos Do Recife No Século Xx: Os Paradoxos De Uma Cidade Que Queria Ser Moderna – Obra completa, coletânea - 66

- O Urbano Como Totalidade: Entre Fronteiras E Escalas: capítulo de livro - 66

Percepções De Natureza E Cidades Sustentáveis Nas Escolas De Ensino Médio: Um Estudo Comparativo Entre Brasil E Suíça: Capítulo de livro - 66



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL DE REcredENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH) da UFRPE – 2025

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Ricardo de Aguiar Pacheco
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: (**nome da linha**) e projeto a ser cadastrado: (**título do projeto**).
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim ()

Não ()

Total de pontos:

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim ()

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento:

Concluídas:

3. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento:

Concluídas:

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim ()

Não ()

Comentários:

O docente não enviou a ficha de credenciamento.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL DE RECREDENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH) da UFRPE – 2025

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Estado, Sociedade e Cultura
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: (Estado, Sociedade e Cultura) e projeto a ser cadastrado: **(NEGÓCIOS NO ATLÂNTICO SUL: Pernambuco e Angola no tráfico Atlântico de cativos (c. 1675 - c.1762))**.

3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

- Credenciada como Permanente do PGH-UFPE, com 04 horas de dedicação.

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 948

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 0

Concluídas: 2

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 0

Concluídas: 0

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

- LER HISTÓRIA: A2: 90

- Justiça Local Ou De Além Mar? As Devassas À Família Rego Barros No Século XVIII: Capítulo de Livro - 66

- Ensaio Sobre Escravidão E Sociedade No Brasil Colonial E Imperial: Obra completa, organização: 66

- Entre A Qualidade E A Condição: O Uso Do Termo Órdoe No Espaço Colonial Pernambucano (Século XVIII): capítulo de livro – 66

- Marcadores Atlânticos E O Contrato Dos Direitos Dos Escravos: Capitania De Pernambuco (1710-1759): Capítulo de livro – 66

- A Força Política Sobre O Poder Judiciário: A Criação Da Corte De Apelação De Pernambuco: Capítulo de livro – 66

- Laços De Sangue: Crimes E Família Na História Do Brasil: capítulo de livro – 66

- O Domínio Impresso Nos Corpos: Os Escravizados E As Marcas Feitas A Ferro Quente Como Estratégia De Controle Do Comércio Atlântico No Século XVIII: capítulo de livro – 66

- Os Crimes E A História Do Brasil - Abordagens Possíveis: obra completa, coletânea: 66

- 'As Marcas Da Escravidão': As Marcas A Ferro Quente E O Controle Do Comércio Atlântico De Escravizados (C.1725-C.1760): - Capítulo de livro – 66

- "Capitania De Itamaracá Dos Limites De Pernambuco": O Território De Itapissuma E O Comércio Atlântico De Escravizados: capítulo de livro – 66

- Escravidão E Resistência Feminina: Contribuição Para O Ensino De História Através De Documentos: obra completa, coletânea - 66

- Itapissuma: De Aldeia A Povoado (Séculos XVI-XIX): Documentos: obra completa, coletânea – 66

- Uma Família Negra Entre Pernambuco, África E Portugal: Os Sacos E O Negócio Dos Escravos No Atlântico Do Século XVIII: capítulo de livro – 66



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL DE RECREDECENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH) da UFRPE – 2025

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Tiago da Silva Cesar
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **(Cultura, Política e Relações de Poder)** e projeto a ser cadastrado: **(O movimento peticionário de presos durante a Primeira República em Pernambuco (1889-1930))**.
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

PPGH-UFPE / 10 horas

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 930

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas: 0

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas: 0

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

- ALMANACK: A1

- Tempo: A1

- MILLARS: ESPAI I HISTÓRIA: sem classificação

- VARIA HISTORIA: A1

- REVISTA DE HISTÓRIA: A1

- Topoi: A1

- Anos 90: A1

- Apresentação Do Livro Representações Do Hinterland Pernambucano A Partir Das Correspondências Publicadas No Diário De Pernambuco (1850-1870): Capítulo de livro – 66

- Crime, Justiça E Sistemas Punitivos: obra completa, coletânea – 66

- Hoje Temos Um Pedaco De Terra E Tamo Na Boca Do Céu: prefácio – 66

- Não É De Hoje Que Vislumbramos O Esmigalhamento De Clio: prefácio – 66

- As Prisioneiras De Clio: Capítulo de livro – 66



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EDITAL DE RECREDENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PGH) da UFRPE – 2025**

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: **Uiran Gebara da Silva**
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **(Ensino de História e Cultura Regional; Terra Trabalho e Poder) e (Os passados e os futuros pensáveis no Ensino de História)**
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: Não está

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 630

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (x)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas: 6

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 4

Concluídas: 0

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (x)

Não ()

Comentários:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL DE RECREDECENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH) da UFRPE – 2025

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Victor Hugo Abril
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **(Linha 2 e Linha 5)** e projeto a ser cadastrado: **(Portos de Influência: Dinâmicas de Governança no Recife dos Séculos XVI ao XIX)**.
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Não está

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim ()

Não (X)

Total de pontos: 156

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 0

Concluídas: 4

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas:0

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

- LATIN AMERICAN RESEARCH REVIEW: A2 - 90

- Formas De Inserção À Sociedade Colonial: O Cargo De Governador Dos Índios Em Pernambuco (C. 1650 ?C. 1700) – Capítulo de livro - 66



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL DE RECREDENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH) da UFRPE – 2025

Anexo II

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Wellington Barbosa da Silva
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: **(Cultura, Política e Relações de Poder)** e projeto a ser cadastrado: **(Salve-se quem puder: cotidiano, criminalidade e guerra no Recife da segunda metade do século XIX (1850-1870))**
3. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada:

Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, 04 horas semanais

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 790

2. O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres e relatórios, sendo, preferencialmente, uma por ano?

Sim (X)

Não ()

2. Número de orientações do(a) docente no curso de mestrado no quadriênio:

Em andamento: 6

Concluídas: 3

3. Número de orientações do(a) docente no curso de doutorado no quadriênio:

Em andamento: 2

Concluídas:

4. O docente ministrou ao menos uma (01) disciplina no quadriênio anterior?

Sim (X)

Não ()

Comentários:

- Fenix : A2

- Saeculum: sem classificação

- ALMANACK: A1

- Ágora: A4

- A Câmara E O (Des)Governo Municipal: Administração E Civilidade No Brasil Imperial (Recife, 1829-1849): capítulo de livro - 66

- Crime, Justiça E Sistemas Punitivos: obra completa, coletânea - 66

- Eis O Que É A Polícia Aqui: A Guarda Local De Pernambuco (1874-1878): capítulo de livro – 66

- Escravidão Velada: Os Africanos Livres E O Arsenal De Guerra De Pernambuco (1854-1864): capítulo de livro – 66

- Entre Sobrados E Mucambos: Escravidão E Resistência Negra No Recife Oitocentista (1830-1850): Obra Completa – 200

- "Juízes Policiais": Criminalidade, Policiamento E Justiça No Recife Imperial (1830-1850): capítulo de livro – 66

- Mais Paisano Ou Mais Militar? A Organização Das Forças Policiais Em Pernambuco Ao Longo Do Século Xix (1830-1889): Capítulo de livro - 66

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

PERÍODO 2025-2026	ATIVIDADES
Março–dezembro/2025	Revisão da historiografia sobre a medicalização do corpo feminino e a saúde da mulher Fundamentação teórico-metodológica Leitura e organização das fontes; Complementação da pesquisa nas bases digitais da Biblioteca Nacional e dos Coletivos Feministas em Pernambuco, em especial, dos Feminismos Negros e SOS Corpo sobre a saúde da mulher e da mulher negra; Levantamento do debate na área das ciências humanas sobre a Ginecologia Natural e Política, a saúde da mulher e a desmedicalização dos corpos femininos; Participação em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais na área da História e das Ciências Humanas.
Janeiro-março 2026	Redação de artigo para publicação em revistas de circulação nacional e internacional.

Justificativa

A pesquisa *A MÁTRIA DAS MULHERES: Feminismos, Sagrado Feminino e Círculos de Mulheres no Recife (2000-2021)* apontou a necessidade de aprofundar a discussão sobre a saúde da mulher, com foco na indústria farmacêutica e na medicalização desses corpos em puberdade e com possibilidades reprodutivas. Neste contexto, anos de 1970, todo o debate está capturado pelo que se nomeou como “medicina do biquini” (Mosconi, 2024) preocupada especificamente com o “aparelho reprodutor” das mulheres. O contexto da mulher, família, cultura, opressões sistêmicas tem um papel importante na equidade ou não, bem como suas intersecções de identidade, gênero, raça, condições socioeconômicas, sexualidades, etc. Cabe investigar como e de que maneira a saúde da mulher tornou-se vetor de debates nos anos

de 1970 e de que maneira a excessiva medicalização do corpo feminino impacta a vida das mulheres pobres e negras no Recife. Ademais, pretendo avançar para entender como a Ginecologia Natural e Política se estabelece com práticas de autoconhecimento e empoderamento das mulheres nos coletivos feministas reconectando saberes das culturas originárias e ancestrais para desmedicalização dos corpos femininos numa perspectiva integrativa e do bem viver. Eis as razões fundamentais pelas quais solicito a extensão do prazo da pesquisa para março de 2026.

Referências

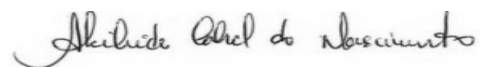
AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Ed. Jandaíra, 2020.

COELHO, Elza Berger Salema; CALVO, Maria Cristina Marino, COELHO, Clair Castilhos, (organizadoras) **Saúde da mulher**: um desafio em construção. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MARTÍN, Pabla Pérez San. **Manual de introdução à Ginecologia Natural**. 3. ed. [S. l.]: Ginecosofia Ediciones, 2018.

MOSCONI, Lisa. **O cérebro e a menopausa**. A nova ciência revolucionária que está mudando como entendemos a menopausa. Rio de Janeiro: Ed., HarperCollins, 2024.

Recife, 18 de fevereiro de 2025



I- Título do Projeto: Aprender História no Sertão do Moxotó: pesquisando como os/as estudantes dos 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, formulam concepções de História nas escolas públicas.

Augusto César Acioly Paz Silva

II-Resumo:

A nossa proposta tem como objetivo estudar como ocorre em escolas públicas no Sertão do Moxotó, de maneira específica, nas cidades de Arcoverde e Sertânia os processos de aprendizagem de estudantes no Ensino Fundamental II, nas turmas de 6º ao 9º ano, refletindo sobre a aquisição e formulação de concepções de História. Pensar a respeito dessa dimensão, a de estudar e compreender de que forma os/as referidos/as estudantes constroem as concepções de História se constituindo numa reflexão importante para a área da História e o campo do ensino de história. Neste sentido, a nossa proposta de estudo, tem como finalidade, a partir das observações no espaço escolar, seguido de entrevistas, utilizando como método, as histórias de vida, observando e analisando as estratégias didático pedagógicas realizadas pelos/as professores/as, e ao mesmo tempo, estudar como ocorrem os processos de formulação, por parte de estudantes, dos conceitos de História, preocupando-se de que forma aprendem as concepções deste componente curricular.

III - PALAVRAS-CHAVES: História, Ensino de História, Aprendizagem em História, Fundamental II e Escola Pública.

IV-Introdução

Estudar como ocorrem os processos de aquisição por parte dos/as estudantes, dos conceitos de História, da importância e qual a utilidade para vida, são dimensões centrais para podermos compreender o lugar e a importância do componente curricular da História nos processos de ensino-aprendizagem e procurar superar as visões “tradicionais” que mesmo com todas as mudanças no campo da História e do ensino circular, no espaço escolar. Dito isto, é importante observar que a História e o ensino, constituem-se na qualidade de componente curricular no interior do sistema educacional, desde pelo menos o século XIX. Porém, pelo menos nas últimas décadas e que temos visto avançar, toda uma reflexão a respeito de como ocorrem os processos de ensino aprendizagem da

História, compreendendo que a dimensão do ensino se constitui numa parte significativa, para que seja possível compreender, qual a importância deste componente curricular para a vida das pessoas. (BITTENCOURT, 2018)

Existe toda uma produção acadêmica que nas últimas décadas tem se preocupado, em pensar a produção e sentidos de pesquisar nos espaços escolares e as formas como se aprende História nestes locais, dialogando com estes historiadoras e historiadores, pretendemos estudar como ocorrem os processos de aprendizagem no Sertão do Moxotó, de maneira mais específica, em Sertânia e Arcoverde, importantes cidades desta microrregião. Entendemos que estudar as estratégias sob as quais, os/as estudantes na Educação Básica municipal e nas escolas com Ensino Fundamental II, ainda sobre a responsabilidade da Secretária de Educação do Estado de Pernambuco, constituindo um espaço importante para que seja possível, adentrarmos no interior das elaborações que os/as estudantes empreendem quando pensam a importância e finalidade da História para vida. (FIALHO, 2016; RIBEIRO; SANTOS, 2021; ANDRADE; PEREIRA, 2021; CAINELLI; BARCA, 2018; SCHMIDT; URBAN, 2016; MARTINS, 2019).

Aliás, esta dimensão de construir significados para a vida, faz parte das orientações teórico-metodológicas de vários autores/as citados/as, muitos deles/as inspirados/as pela orientação da Educação Histórica, campo importante do Ensino de História, que como destacamos, encontra-se nos últimos anos contribuindo para que os processos de apreensão e reflexão a respeito sobre como os indivíduos entram em contato com a História nos espaços formais ou não de educação, são parte importante no desenvolvimento da Ciência histórica. Pois produzir conhecimento histórico, não é apenas dedicar-se a encaminhar pesquisas tendo como foco principal de ação os arquivos ou espaços de guarda de memórias, mas também o universo das escolas e os personagens.

Neste sentido, é possível vislumbrar que, reelaborar essa concepção constituindo um exercício importante de afirmação do espaço escolar, enquanto, produtora de conhecimentos históricos, e compreende-los são fundamentais para que possamos construir um ensino de História mais profícuo e impregnado de orientação para a vida, no qual estudantes possam apreendam, reelaborarem e utilizem os conceitos da História, ampliando assim, o repertório e procurando superar visões cristalizadas sobre esse conhecimento e matéria escolar, que mesmo

com todas as mudanças, ainda permanecem quando esse campo de conhecimento, devido a um “senso comum da História”, insistindo em reduzi-lo ao passado, a aquisição de um olhar linear e elencando situações e personagens. Por esses motivos, tornando-se importante, através dos estudos e estratégias didático pedagógicas, estudar quais as permanências e mudanças desta realidade.

Assim estudar as formas de aprender História nos 6º ao 9º anos nas escolas com Ensino Fundamental no Moxotó, apresentando num primeiro momento a nossa preocupação para as cidades de Arcoverde e Sertânia, inclusive por se tratar de uma temática se inserindo no campo do Ensino de História, mas conectada com as questões que se apresentam na linha 03 do PGH-UFRPE. Pois, ao analisar as situações estruturadas nestes espaços numa cidade do interior e, conseqüentemente, com condições de ao mesmo tempo em que, procuramos observar quais as práticas docentes e fórmulas, sob as quais os/as estudantes concebem o conhecimento histórico, sendo possível, uma vez que estaremos, enquanto, foco de extensão de nossa pesquisa, inseridos nos espaços educativos (as escolas) tornando importante para observamos e colaborar nesses ambientes, em processos de inovação das estratégias didático-pedagógicas.

V-objetivos geral e específicos

Compreendendo as possibilidades apresentadas, frente a realização da nossa proposta de pesquisa, compreendemos que os objetivos desenhados, nos processos de execução do referido estudo, apresentados a partir das finalidades dialogando com o tema orientando esta proposta. Sendo assim, o referido estudo tem como objetivo geral:

- ❖ Estudar as formas sob as quais estudantes nos 6º e 9º ano da Educação Fundamental II, nas cidades de Arcoverde e Sertânia, na região do Moxotó, elaboram e constroem os processos de aprendizagem da História.

Aliados ainda, a finalidade elencada no objetivo geral, pretendemos com a execução da nossa proposta de pesquisa, delinear os seguintes objetivos específicos abaixo, relacionados com o recorte deste estudo.

- ❖ Analisar tendo como espaços privilegiados as escolas públicas municipais e estaduais nas cidades de Arcoverde e Sertânia, como se constroem as

estratégias didáticas pedagógicas para o ensino de História, junto as estudantes dos 6º e 9º ano Educação Fundamental II;

- ❖ Estudar, a partir das narrativas de estudantes, tendo como orientação metodológica, a História Oral, como são elaboradas as concepções dos discentes a respeito dos processos de construção sobre como os discentes aprendem História;
- ❖ Compreender, através do material e das estratégias didático pedagógicas, utilizados pelos/as professores/as da educação pública municipal e estadual em Arcoverde e Sertânia, quais seriam as concepções compartilhadas junto a estudantes sobre História e a importância para vida;
- ❖ Produzir, com base no processo de pesquisa executado pelo projeto, com os diálogos permanentes entre professores/as e estudantes, materiais contribuindo para elaborar e reelaborar os significados da História no processo de aprendizado.

VI - Método de pesquisa

Apresentar os itinerários que serão percorridos, ao longo do processo de execução da nossa proposta, é importante pontuar que a pesquisa terá procedimentos metodológicos divididos nas seguintes etapas: **a primeira delas**, será o de realizar um levantamento do ponto de vista dos referenciais teórico metodológicos, relacionados aos processos de aprendizagem histórica, a partir das discussões teóricas e metodológicas do campo da histórica e do ensino, que tem se ocupado nos últimos anos, em refletir sobre estas questões. Realizar esse procedimento, fundamenta-se na perspectiva que para a execução da pesquisa, é fundamental, que os estudos produzindo o *estado de arte*, a respeito desta temática sejam discutidos, principalmente ao procurar a interseção entre o ensino e os processos de aprendizagem em História, sejam sistematizados, a partir de experiências diversas, fornecidas por estes estudos, devido que o exercício possibilitando o confronto e problematização de questões contribuindo no processo da pesquisa.

Como **segunda parte** em nosso itinerário metodológico, utilizaremos o espaço escolar como *lócus* de pesquisa, sobretudo, dialogando com os sujeitos, professores/as e estudantes, para que compreendamos e problematizar como ocorrem os processos de aprendizagem, pensando nisto, entendemos que se constitui como recurso metodológico fundamental, a utilização das narrativas orais, para utilizar como aporte teórico-metodológico importante, a História Oral, neste sentido, as orientações estabelecidas pela historiadora Verena Alberti, que em estudos destaca a complexidade da História Oral, mas ao mesmo tempo evidenciando as possibilidades do emprego em sala de aula, como recurso para acessar as narrativas de estudantes e professores/as, contribuindo para tornar possível compreender de que forma ocorrem os processos de aprendizagem no campo do ensino da História. É importante destacar que à utilização destes testemunhos, uma vez realizados, seguirão os protocolos observados para a sua posterior utilização. Como estratégia metodológica as entrevistas serão realizadas como 10% da sala de aula, nas escolas que serão utilizadas em nossa pesquisa. (ALBERTI, IN: ANDRADE; PEREIRA, 2021.p. 203-222; ALBERTI, 2020).

Ainda, com relação ao desenvolvimento da pesquisa, o recorte das escolas que possuem 6^a e 9^a anos e que serão analisadas, serão na cidade de Arcoverde realizado em 04 escolas municipais e 01 estadual. Na cidade de Sertânia a nossa pesquisa será desenvolvida em duas escolas estaduais, sendo uma delas, duas Escolas, uma de Referência do Ensino Fundamental (EREF) e a outra uma escolas municipal localizada na cidade de Sertânia.

Além, da utilização das narrativas obtidas através das entrevistas realizadas, tendo como horizonte a História Oral, a partir das História de Vida, material importante para que possamos inferir quais as formas e como ocorrem os processos de circulação e aprendizagem da História. Será importante também a análise dos materiais utilizados em sala de aula, bem como as estratégias didáticas produzidas pelos/as professores/as, por nós observadas, a partir do nosso acompanhamento em sala de aula, previamente, agendada e autorizada.

Entendemos, desta forma, que encaminhar uma pesquisa no campo do ensino de História é dialogar com as possibilidades, de ter a sala de aula, os sujeitos e o espaço escolar na qualidade de personagens centrais na produção de conhecimentos, se constituindo numa realidade importante para o conhecimento.

Por isto, que a nossa pesquisa, a partir de diálogos, com as referências citadas e a ação de campo nos espaços escolares nas cidades de Arcoverde e Sertânia, pretende colaborar de maneira importante para compreendermos quais as formas de aprender história no Ensino Fundamental II. Nessa perspectiva, apontaremos adiante, quais os resultados pretendemos através da proposição desta pesquisa.

VII - contribuições científicas e técnicas esperadas

Todo processo de pesquisa será orientado, no sentido de responder, algumas questões delineadas no processo de constituição desta proposta, por esses motivos se tornando importante, ponderar a partir dos nossos objetivos, do recorte e o processo de condução da pesquisa, quais os resultados pretendemos alcançar, tendo como horizonte de preocupação as formas que os/as estudantes aprendem História, dos 6º aos 9º anos no Ensino Fundamental, momento de transição do ponto de vista do processo de desenvolvimento cognitivo, e apresentando desafios contribuindo no processo de aquisição de um conjunto de habilidades e competências preocupadas na formação de indivíduos com habilidade crítica e formação cidadã, elementos fundamentais, no processo de desenvolvimento educacional. Dialogar com uma formação colaborando para que os/as estudantes leiam e interpretem a realidade, são dimensões importantes no processo de construção da consciência histórica. Pois, interpretar e ler os contextos diversos, inclusive, aqueles relacionados à dimensão temporal são processos fundamentais, sobre os quais a História pesquisada e ensinada se debruça.

Nossas preocupações, sobre os processos de aprendizagem da História, temos, enquanto, questão importante e necessária, como ocorre o aprendizado em História, perpassando pelo exercício da leitura, interpretação e crítica, como habilidades fundamentais. Sendo importante pontuar que, nos campos das contribuições científicas e técnicas que pretendemos alcançar através de nossa proposta de pesquisa, encontram-se:

- Promover a discussão a respeito dos processos de aprendizagem da História, em Arcoverde, Sertânia na região do Moxotó, contribuindo para uma visão sobre como os/as estudantes compreendem a História e a importância dela;

- Mapear e analisar as concepções construídas pelos/as estudantes nas escolas públicas em Arcoverde;
- Colaborar no processo de estudo da História, como o componente curricular, observando como é vivenciada e ensinada nas escolas públicas em Sertânia e Arcoverde;
- Contribuir, ao focar a realidade da escola pública, no desenvolvimento de estudos e reflexões contribuindo com os níveis educacionais em Arcoverde e Sertânia;
- Proporcionar, através do desenvolvimento do projeto, além da reflexão ações viabilizando o processo de aprendizagem da História, em uma perspectiva significativa;
- Fomentar nas escolas públicas municipais e estaduais em Arcoverde e Sertânia, espaços de discussão, produzindo visibilidade sobre o ensino da História e a importância para a formação humana;
- Colaborar no processo de qualificação dos processos de ensino-aprendizagem no campo da História.

Tendo como horizonte os resultados destacados, sendo possível observar que a nossa proposta de projeto, além de uma dimensão preocupada em produzir uma reflexão teórico-metodológica e de pesquisas a respeito sobre como se estruturam os processos de aprendizagem na História dialogando, com todo um conjunto de pesquisadores/as, ainda se constituem como uma de nossas preocupações, junto a esta perspectiva teórica, a realização de uma dimensão prática, que em nossa pesquisa, se materializa através das atividades vivenciadas nas escolas públicas em Arcoverde e Sertânia, num primeiro momento, mas possíveis de ser ampliadas para o Moxotó, região na qual estamos inseridas.

VIII - cronograma de atividades, com a identificação dos responsáveis

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	2025.2	2026	2027	2028
Levantamento e fichamento das discussões teóricas e metodológicas.	X	X		

Responsáveis: Augusto César Acioly Paz Silva e Alvanir Ivaneide (orientandos) e Fred Williams (orientandos).				
Processo de entrada nas escolas e observação do espaço de pesquisa. Responsáveis: Augusto César Acioly Paz Silva e Alvanir Ivaneide (orientandos); José André Salu (orientandos), Kaline Ferreira orientandos) Fred Williams (orientandos).		X		
Definição dos estudantes que serão entrevistados na cidade de Arcoverde e Sertânia. Responsáveis: Augusto César Acioly Paz Silva e Alvanir Ivaneide (orientandos); José André Salu (orientandos), Kaline Ferreira orientandos) Fred Williams (orientandos).		X		
Definição dos professores que serão entrevistados para a pesquisa. Responsáveis: Augusto César Acioly Paz Silva e Alvanir Ivaneide (orientandos); José André Salu (orientandos), Kaline Ferreira orientandos) Fred Williams (orientandos).		X		
Realização das entrevistas com os estudantes e professores. Responsáveis: Augusto César Acioly Paz Silva e Alvanir Ivaneide (orientandos); José André Salu (orientandos), Kaline Ferreira orientandos) Fred Williams (orientandos).		X	X	
Transcrição das entrevistas realizadas. Responsáveis: Augusto César Acioly Paz Silva e Alvanir Ivaneide (orientandos); José André Salu (orientandos), Kaline Ferreira orientandos) Fred Williams (orientandos).		X	X	
Submissão das entrevistas ao conselho de Ética. Responsáveis: Augusto César Acioly Paz Silva e Alvanir Ivaneide (orientandos); José André Salu (orientandos), Kaline Ferreira orientandos) Fred Williams (orientandos).			X	
Apresentação dos resultados em eventos científicos. Responsáveis: Augusto César Acioly Paz Silva e Alvanir Ivaneide (orientandos); José André Salu (orientandos), Kaline Ferreira orientandos) Fred Williams (orientandos).			X	X

IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Comendo pelas beiradas: História Oral nas aulas de História. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet. (org). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 203-222.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da História. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida. (Org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.p.21-39.

ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet. (org). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021.

BITTENCOURT, Circe. Reflexões sobre o Ensino de História. Estudos Avançados, 32 (93), 2018, p. 127-149.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BORRIES, B. von. Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico de um panorama histórico ou conhecimento do cânone histórico?. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 171-196, abr./jun. 2016.

CAINELLI, M.; BARCA, I. A aprendizagem da história a partir da construção de narrativas sobre o passado. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 44, p. e164920, 2018. DOI: 10.1590/s1678-4634201844164920. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/144808>. Acesso em: 24 fev. 2024.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos; SALES, José Albio Moreira de. As teorias da História e a história ensinada no Ensino Fundamental. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 1043-1065, set./dez. 2016.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e Fonseca. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autentica, 2004.p.15-36.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História, historiografia e pesquisa em educação histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 17-33, mar./abr. 2019.

RIBEIRO, Renilson Rosa; SANTOS, Amauri Junior da Silva. Historiografia escolar e historiografia acadêmica: relações possíveis na produção do conhecimento sobre ensinar e aprender História. IN: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton

Mullet. (org). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.p.17-30.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA PRESENTES EM PROPOSTAS CURRICULARES BRASILEIRAS. In: **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 203-213, jan./jun. 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. CULTURA HISTÓRICA E APRENDIZAGEM HISTÓRICA. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p.31-50, jan./jun. 2014.

_____. CULTURA HISTÓRICA E APRENDIZAGEM HISTÓRICA. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2014.

SZCLACHTA, Arnaldo; SILVA, Roberta Duarte da. Escrita escolar histórica cotidiana: uma perspectiva a partir da competência narrativa de Jörn Rüsen. In: **Koan: Revista de Educação e Complexidade**, n. 12, dez. 2024, p.116-129.

WANDERELY, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk; SPINOSA, Vanessa. UM REPOSITÓRIO DIGITAL PARA ENSINAR E APRENDER HISTÓRIA: o BaObAH como lugar de formação. In: *Revista Historiar*, Vol. 14, Nº. 26, p.7-18, Jan./Jun. de 2022.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
INSTITUTO DE INOVAÇÃO, PESQUISA, EMPREENDEDORISMO,
INTERNACIONALIZAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – INSTITUTO IPÊ
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA**

FORMULÁRIO ÚNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

INFORMAÇÕES GERAIS AOS PESQUISADORES

TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA

1. O proponente, após elaborar o projeto de acordo com o Formulário Único, providencia o encaminhamento de uma cópia impressa ao Departamento para abertura de processo;
2. O Departamento envia o projeto à Comissão de Pesquisa para análise e emissão de parecer sobre o mérito científico do mesmo, incluindo parecer emitido pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), quando envolver animais;
3. Após a aprovação pela Comissão de Pesquisa, o projeto é encaminhado ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) para análise e emissão de parecer das questões administrativas;
4. Quando houver proposta orçamentária, o projeto deverá ser encaminhado pelo CTA com parecer sobre a viabilização dos recursos;
5. Após a decisão do CTA do Departamento, os projetos aprovados deverão ser encaminhados à Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) para cadastramento. Reitoria e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para parecer final;
6. A Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) da PRPPG informará ao proponente o resultado final da avaliação do projeto;
7. Os projetos aprovados serão cadastrados, em banco de dados, na Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) da PRPPG.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Outras informações poderão ser obtidas diretamente na Coordenação Geral de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

DOCUMENTAÇÃO

1. ANEXAR O PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS (CEUA)
(item obrigatório quando se tratar de pesquisa envolvendo animais);
2. ANEXAR A DECISÃO DO CTA.

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

I - IDENTIFICAÇÃO – PARTE ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

Cesse tudo o que a Musa antiga canta - História da História Natural da América portuguesa na Época Moderna, das viagens de Descoberta à Francesco Redi

2 – VIGÊNCIA: (o prazo máximo apresentado inicialmente para a execução do projeto é 48 meses)

Início Previsto (mês/ano): agosto/2024

Término Previsto (mês/ano): agosto/2026

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: **Ciências Humanas**

Número do Código: 7.00.00.00-0

b) Nome da Sub-Área: **História**

Número do Código: 7.05.00.00-2

c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): **História das Ciências**

Número do Código: 7.05.06.00-0

Atenção: algumas áreas não apresentam na tabela o nome/código do 4º nível de conhecimento, mesmo assim, discrimine-os, pois esta informação é imprescindível para o Banco de Dados da Pesquisa da PRPPG.

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

História Moderna

História Intelectual

História das Ciências

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. História da História Natural 4. História da História Natural da América portuguesa

2. Ciências Naturais na Época Moderna 5. História das Ciências experimentais e descritivas

3. História dos Médicos e Naturalistas Modernos 6.

6 – DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

23/06/2024

Ass: _____



Documento assinado digitalmente

BRUNO MARTINS BOTO LEITE

Data: 23/06/2024 19:57:18-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

7 – PARTICIPANTES

Nome: Bruno Martins Boto Leite

CPF: 043.047.867-41

Departamento: DEHIST

Data de Nascimento: 23/08/1977

Grupo de Pesquisa: Jesuítas nas Américas

E-mail: bruno.boto@ufrpe.br

Bolsista do CNPq () sim (X) não Nível:

Titulação: Doutor

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 12 horas semanais

Nome:

CPF:

Departamento:

Data de Nascimento:

Grupo de Pesquisa:

E-mail:

Bolsista do CNPq () sim () não Nível:

Titulação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): x horas semanais

Nome:

CPF:

Departamento:

Data de Nascimento:

Grupo de Pesquisa:

E-mail:

Bolsista do CNPq () sim () não Nível:

Titulação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): x horas semanais

Nome:

CPF:

Departamento:

Data de Nascimento:

Grupo de Pesquisa:

E-mail:

Bolsista do CNPq () sim () não Nível:

Titulação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): x horas semanais

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

II – DETALHAMENTO – PARTE CIENTÍFICA

RESUMO

A proposta desse projeto é a de avaliar o modo como o conhecimento da Natureza da América portuguesa foi assimilado pela História Natural europeia a partir dos relatos aqui produzidos, dos agentes que por aqui passaram, bem como da circulação de minerais, plantas e animais, vivos, secos ou taxidermizados, por via dos comerciantes e dos navios que circulavam entre o Novo e o Velho mundos. Isso será feito a partir do estudo detalhado de documentos escritos, manuscritos ou impressos, produzidos por atores situados em diferentes níveis de interesse e assimilados por teóricos situados a partir de diferentes programas de pesquisa científica. O que pretendemos observar são, além do impacto do conhecimento da natureza da América portuguesa e de seus autóctones na tradição europeia, as diferentes modalidades de apropriação dessas informações por intelectuais envolvidos em projetos científicos diversos e, algumas vezes, antagônicos entre si.

1. INTRODUÇÃO

Desde a expansão ultramarina perpetrada pelos ibéricos e da chegada destes às Américas, a presença da natureza luso americana fez-se notar nas obras de naturalistas, médicos, filósofos e historiadores os mais renomados. Inicialmente, o impacto foi vivido pelos primeiros povoadores daquela região e por viajantes que por ali passaram e que, ao saírem de sua terra originária, tiveram que lidar com uma natureza absolutamente diversa e desconhecida de seus ancestrais.

Esse grupo de agentes intelectuais produziram descrições feitas a partir da observação direta da natureza local e de informações obtidas junto aos autóctones que já tinham conhecimento aprofundado daquela natureza. Essas informações eram por sua vez veiculadas em cartas, como aquela de Pero Vaz de Caminha e aquelas dos jesuítas, e em relatos e crônicas, como os de Pero de Magalhães Gândavo, português, a de Hans Staden, mercenário alemão a serviço de Portugal, e as de André Thevet, católico francês, e Jean de Lery, calvinista francês, ambos agentes da Monarquia francesa.

Além desses relatos dispostos em documentos de gêneros variados, o interesse pelo mundo dominado pelos portugueses e espanhóis era patente entre as demais sociedades europeias como aquelas da península itálica, a francesa, a inglesa e a holandesa. Em Veneza, o humanista, diplomata e cartógrafo Giovan Battista Ramusio (1485-1557) havia produzido, com informações coletadas nos primeiros cinquenta anos dos descobrimentos, a sua obra *Delle navigationi e viaggi* publicada entre os anos de 1550 e 1559. Ali, além de traçar uma história criteriosa do movimento dos europeus no Ultramar, Ramusio compilava, traduzindo-as para o italiano, uma série de cartas, documentos e escritos produzidos naqueles anos iniciais da expansão ibérica. Havia também muito interesse dos Toscanos nos avanços ibéricos: basta pensar na expedição florentina à Amazônia em 1608 (ZERON & CAMENIETZKI, 2000; HOLANDA, 1967).

Na França, o editor e tipógrafo protestante Theodor de Bry, como o humanista veneziano, fortemente interessado pelas Américas recém-descobertas, compilava, ele também, uma série de escritos sobre o mundo novo traduzindo-os para o latim. Na obra *Peregrinationes in Indiam orientalem et Indiam occidentalem*, publicada em treze volumes em Frankfurt am Main entre 1590 e 1634, o autor compilava uma série de relatos de viagens às Américas e ao Oriente. Além dessas compilações, De Bry, que era também gravador, fez uma impressionante série de gravuras sobre o novo mundo que durante séculos povoaram o imaginário dos europeus sobre os trópicos.

Na Inglaterra, o interesse pela expansão marítima não era diferente. O capelão da Catedral de Bristol e arcediogo da Abadia de Westminster e um dos mais ardentes propagandistas da expansão inglesa no Ultramar, Richard Hakluyt, produziu uma série de compilações que trataram não somente das viagens dos pilotos ingleses, como também da expansão ibérica. As obras *Divers Voyages Touching the Discoverie of America* (1582) e *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation* (1589–1600) levaram ao público inglês muitas informações e saberes adquiridos pelos ibéricos. E o interesse inglês nestas conquistas não parava com Hakluyt, seu amigo Samuel Purchas, também ele um eclesiástico, produziu, por influência do capelão, uma grande compilação de documentos sobre o Ultramar, alguns dos quais dados a ele por Hakluyt, outros

interceptados por piratas ingleses. Publicando-os sob o título, que sinalizava para a continuação do trabalho do capelão, de *Hakluytus Posthumus, or Purchas his Pilgrimes*, a obra de Purchas teve grande difusão na Inglaterra da época. A obra foi publicada em partes desde 1613 e teve uma edição integral em 1625 em 4 volumes. Foi nessa compilação de informações sobre o Ultramar que parte da obra de Fernão Cardim – algumas de suas cartas administrativas e um breve escrito sobre a terra e a natureza brasileira –, que havia sido confiscada por piratas ingleses na sua viagem de retorno à Portugal, foi pela primeira vez publicada.

Por fim, esse interesse também era patente entre os holandeses, que não somente recolheram essas informações como também montaram equipes de espões, coisa que já vinha sendo feita também pelos ingleses, de modo a obter informações sobre as conquistas dos ibéricos. Entre esses ilustres espões que escreveram sobre as descobertas ibéricas, podemos mencionar Jan Huygen van Linschoten (1563-1611) e Cornelis de Houtman (1565-1599), os quais não somente viveram na Espanha e em Portugal como também foram importantes exploradores das conquistas ibéricas. Linschoten, integrado na comitiva do dominicano frei Vicente da Fonseca, nomeado arcebispo de Goa, fazendo-se passar por católico, apesar de protestante, navegou em 1583 à Goa fazendo escalas pela costa da África – Ilha da Madeira, Guiné, Cabo da Boa Esperança, Madagascar e Moçambique. Houtman, depois de sua estadia em Lisboa, recolheu informações dos mercadores lusos e partiu para a Ásia até chegar à Indonésia. Apesar do interesse dos holandeses concentrarem-se inicialmente nas conquistas orientais ibéricas, eles não deixaram de ter enorme interesse pelas conquistas americanas até que em 1630 invadissem e conquistassem por 24 anos Pernambuco e outros espaços próximos da América portuguesa.

As descrições sobre a natureza da América, e mais especialmente da portuguesa, nunca foram avaliados a partir de estudos criteriosos e detalhados, mas é patente a presença de muita informação oriunda das conquistas portuguesas e de seus domínios orientais e americanos nos acervos não ibéricos europeus. De modo geral, portanto, o esforço da Europa não ibérica de modo a adquirir informações sobre as conquistas ibéricas fazia-se patente não só na busca por esses relatos publicados nessas compilações impressas, mas também, como dissemos, nas constantes práticas de espionagem feitas por sujeitos daquelas sociedades em espaços por onde corriam notícias sobre aquelas conquistas. Havia muitos espões na Espanha, em Portugal e mesmo em Roma, espaço que na época era fortemente marcada pela presença ibérica (DANDELET, 2001). As informações compiladas por esses diferentes atores, com diferentes interesses e objetivos, explicam-se em função de diferentes *níveis de produção de dados*.

Estas informações sobre a geografia, as populações e a natureza da América portuguesa que circularam entre os interessados estratégicos naquelas conquistas difundiram-se também entre os mais iminentes filósofos e naturalistas da época. Podia-se ver a presença de descrições de plantas e animais da América lusa nas obras de grandes naturalistas da época, como Conrad Gesner, Pierre Belon e Ulisse Aldrovandi, de artefatos e objetos como partes animais e seres taxidermizados oriundos do Brasil nos Gabinetes dos mais iminentes colecionadores europeus, como Ferrante Imperato, Ole Worm e do padre Claude Du Molinet e de plantas, vivas e secas, nos jardins e herbários europeus, como naquele de

Leiden, gerido por Dick Cluyt, grande amigo de Carlos Clúsio, esse também um grande entusiasta da natureza exótica provenientes das conquistas ibéricas (LEITE, 2014).

Dentre esses naturalistas, Pierre Belon inaugurou entre os naturalistas de seu tempo a prática das viagens ou peregrinações acadêmicas voltadas ao estudo direto da natureza. O interesse pelo estudo das coisas exóticas e tidas por curiosas desde seu esforço em estudar diretamente as *singularidades*, minerais, vegetais e animais, a partir de suas viagens à Grécia, à Ásia, à Judeia, ao Egito, aos países árabes e outros países estrangeiros foi descrito na obra *Les observations de plusieurs singularitez et choses memorables trouvées en Grèce, Asie, Judée, Egypte, Arabie et autres pays étrangers* publicada em Paris em 1553. Essa nova metodologia e prática de viagens para observação da Natureza inaugurada por um médico e naturalista encarregado da escrita de obras de História Natural, fez com que muitos outros naturalistas seguissem por esse caminho. Isso fica muito explícito no esforço do médico flamengo Carlos Clúsio que não somente interessou-se por tudo o que era descrito nas conquistas ibéricas, traduzindo para o latim as obras de Monardes, Orta e Cristóvão Acosta, como produziu instruções de coleta de espécimes que foram disseminadas aos pilotos e navegadores da Companhia das Índias. Em sua obra *Exoticorum libri decem* (1605), Clúsio descrevia muitos espécimes oriundos da América portuguesa.

Além dele, outro importante naturalista, situado no cerne do Império espanhol fora o jesuíta Juan Eusebio Nieremberg, que fora o primeiro professor de História Natural do Colégio Imperial de Madrid e, em sua obra *Historia Naturae, Maxime Peregrinae* (1635) descrevia e catalogava um grande número de seres, plantas e animais, do Brasil.

Depois disso, portanto, a Natureza da América Portuguesa foi assimilada, descrita e sistematizada nas mais importantes obras de História Natural europeias e não somente a partir da publicação, em 1648, da fundamental e ainda pouco estudada *Historia Naturalis Brasiliae* de Wilhelm Piso e Georg Marcgraff, que usaram muitas das lições produzidas pela tradição ibérica assimilada por Clúsio, mas mesmo antes, pela aquisição de informações esparsas em documentos volantes, manuscritos, pela circulação de objetos e artefatos, vivos ou mortos, e pelas bocas de personagens que visitaram essa América e a relataram aos seus ouvintes no Velho Mundo.

Dito isto, é preciso lembrar que as informações sobre o Novo Mundo, desde seus primórdios até a época de Francesco Redi, naturalista toscano do final do século XVII que estabeleceu uma importante crítica experimental à algumas descrições e análises empreendidas pelos naturalistas anteriores, eram marcadas por diferentes *níveis de assimilação*, ou seja, por distintos critérios de descrição e por distintos interesses na coleta de dados que podiam pautar-se em pressupostos de diferente natureza, desde o interesse econômico e médico com a natureza local até o interesse pelo significado que esse mundo natural teve entre os autóctones podendo ser usado na conversão e na construção de uma nova cultura para os futuros residentes daquelas partes. Isso sem contar na importância de certos dados para a inclusão dessas informações em *sistemas de classificação* produzidos pelos naturalistas europeus que, como enciclopedistas, organizavam o mundo natural buscando sua unidade e coerência como obra do criador. Esses diferentes sistemas de classificação

eram produzidos pelos naturalistas encarregados na escrita de grandes Histórias Naturais como as de Conrad Gesner, as de Ulisse Aldrovandi, a de José de Acosta, as de Juan Eusebio Nieremberg e as de muitos outros.

Esses sistemas, nos séculos XVI e XVII, não obedeciam a uma lógica objetiva partilhada por todos os europeus, antes eram produto de determinadas *mundividências* gestadas naquelas diferentes sociedades católicas e protestantes que davam sentido àquelas classificações. Basta lembrar do argumento usado pelo Papa Paulo IV ao censurar no *Index Librorum Prohibitorum* promulgado por ele no ano de 1559 as obras de Conrad Gesner sob o pressuposto de que nenhum saber estaria livre, naqueles tempos, da injunção das premissas confessionais dos filósofos. E o suíço Gesner não era propriamente um bom católico, antes, havia aderido à nova tradição protestante de cariz zwingliano.

Isso posto, pode-se afirmar que esses diferentes sistemas eram compostos a partir de diferentes programas científicos que, na época estavam associados a lógicas provenientes das diferentes ortodoxias confessionais existentes (VASOLI, 2005; REDONDI, 1983; 1990). Isso podia ser notado do esforço de alguns naturalistas do XVII em estabelecer descrições mais críticas desembaraçadas de aspectos supersticiosos e, por outro lado, o de alguns missionários em infundir nas descrições da natureza a presença do divino e do milagroso, o que não punha em xeque, absolutamente, o aspecto utilitário daquele saber formulado (LEITE, 2014).

Pretendemos, portanto, nesse projeto agregar aos estudos feitos pela historiografia espanhola e hispano-americana sobre a Natureza da América espanhola, um estudo denso, detalhado e crítico sobre o modo como a Natureza da América portuguesa foi descrita pelos europeus levando em conta os diferentes níveis de assimilação dessas informações. Estudando, por um lado, nas Cartas, Relatos e Informações, manuscritos e impressos, produzidos pelos residentes portugueses, por viajantes estrangeiros, por missionários que atuaram localmente convertendo os autóctones à tradição cristã a partir da observação direta daquela Natureza e das informações sobre a mesma partilhadas por seus autóctones, que a conheciam com maior propriedade e profundidade, analisaremos o modo como as primeiras informações foram coletadas localmente e difusas globalmente. Por outro lado, pelo estudo dos Tratados e Histórias Naturais de Naturalistas, Filósofos e Teólogos, intelectuais que não necessariamente estiveram na América portuguesa, avaliaremos como essas informações foram apropriadas a partir de *programas de pesquisa científica* definidos e como foram usadas por esses atores em seus contextos precisos. Esses intelectuais e colecionadores observaram a América portuguesa à distância, a partir de suas Bibliotecas, lotadas de informações provenientes daquelas partes, de seus Gabinetes de Curiosidades, cheios de objetos e artefatos naturais luso americanos, e de seus Jardins botânicos e Herbários, carregados de plantas vivas e secas coletadas in loco.

Isso tudo de modo a avaliar como o estudo *local* da natureza luso americana pelos portugueses e estrangeiros nos séculos XVI e XVII contribuiu ou não para a formação do discurso *global* da História Natural hegemônica do século XVII e início do XVIII que dará lugar, posteriormente, aos grandes sistemas classificatórios modernos, como aquele de Carl Linnée, mas não só, e constituirá aquilo que os homens do século XIX chamaram de *Ciência*. Acreditamos que os

impactos e os *saberes locais*, portugueses (ibéricos) e autóctones tiveram grande importância na formulação de *saberes globais*, hegemônicos, os quais estão impressos, mas esquecidos, até hoje naquilo que entendemos por conhecimento científico.

Debate historiográfico

Em função de uma profunda crítica lançada contra a historiografia tradicional das ciências nas décadas de 1970 e 1980 pela sociologia das ciências inglesa, mais precisamente aquela que originou-se dos debates de David Bloor, e pela história das ciências anglo-saxã tocada por aquelas reflexões, como aquela produzida por Steven Shapin e Simon Schaffer, explicitou-se o fato de que os estudos de aspectos científicos mais ligados às ciências descritivas e experimentais da natureza, tais como a história natural, a química e a medicina, haviam sido escanteadas por uma historiografia mais preocupada com as ciências físicas e matemáticas. Isso porque, dizia a crítica inglesa, a orientação vigente, marcada por uma perspectiva idealista e assaz centrada nos aspectos discursivos e teóricos do conhecimento científico, na sua dimensão exata, matemática e física, ofuscava determinados aspectos mais experimentais, descritivos e observacionais da prática científica. Em função disso, buscou-se ressaltar que o conhecimento científico, apesar de descontínuo, como queria a orientação idealista, fundamentava-se em diferentes formas paradigmáticas cuja existência não se limitavam unicamente às tradições mais abstratas, físicas, astronômicas e matemáticas. Havia ciência no estudo experimental dos laboratórios alquímicos e iatroquímicos, bem como nas observações, análises, descrições e sistematizações de minerais, vegetais e animais pelos naturalistas em seus gabinetes, bibliotecas e ao redor do mundo, quando estes, viajando, observavam e descreviam diretamente o mundo natural.

O conhecimento científico, depois das inúmeras críticas que sofreu e ainda vem sofrendo, foi sendo percebido como uma prática plural, polissêmica e feita pelos mais diferentes tipos de atores: desde o cientista ou filósofo natural nas universidades, passando pelos artesãos em suas oficinas até chegar nos nativos e autóctones das diferentes sociedades da América, da Ásia e da África. O saber sobre o mundo natural não se restringia aos grandes astrônomos e matemáticos europeus; antes, estava sendo produzido de forma plural pela ação variegada de diferentes tipos de atores.

A partir de então, muitos estudiosos se puseram a contrariar a orientação anterior e a desbravar o terreno dos estudos das ciências descritivas e experimentais desde a Antiguidade até a Época Contemporânea. No caso dos estudos sobre a *História Natural*, desde os trabalhos de Paula Findlen sobre os naturalistas italianos do XVI e XVII contidos na obra *Possessing Nature* (1994), criou-se uma compreensão da importância não só das descrições indiretas e diretas da natureza, como das coleções que foram sendo feitas por médicos, como o bolonhês Ulisse Aldrovandi, e colecionistas, como o napolitano Ferrante Imperato, para a formação de uma moderna história natural. Esse conhecimento, apesar de se pautar na obra dos Antigos, vinha sendo refeito pelos novos métodos e estudos recentes, desde o Renascimento até o Barroco.

Depois dela, as historiadoras norte-americanas Lorraine Daston e Katherine Park, na esteira do excelente e desconhecido trabalho do estudioso francês, Jean Céard, sobre os prodígios e monstros

na época moderna, realizaram um importante estudo sobre as coleções de curiosidades na época medieval e moderna, *Wonders and the Order of the Nature* (1998). Ali, as duas historiadoras sublinharam a importância científica das coleções e dos gabinetes de curiosidades da época moderna.

Por outro lado, outro norte-americano, orientado diretamente por Lorraine Daston, realizou um trabalho sobre a história natural durante o Renascimento que, apesar de centrar-se no estudo do impacto do humanismo italiano nesse campo do saber, preocupou-se em avaliar a importância da tradição germânica e holandesa nesse processo. No livro *The Science of Describing* (2006), Brian W. Ogilvie mostrava a importância da filologia do Renascimento para a constituição de um novo campo do saber a partir dos debates de Ferrara entre Nicolau Leonicensio, Ermolau Barbaro e Angelo Poliziano e, em função disso, a constituição de novas metodologias e formas de se estudar a natureza, fugindo às práticas livrescas e voltando-se à observação e descrição direta da Natureza, entendida enquanto *Cosmos* (Céu – Fenômenos sublunares ou meteorológicos – Minerais – Vegetais – Animais – Humanos). A partir de então, fundou-se uma rede de naturalistas que não só descreviam a natureza, mas também construíam jardins e herbários para abrigar as plantas a serem observadas, vivas ou mortas, além do que, trocavam informações, sementes, plântulas e espécimes secos e taxidermizados com outros naturalistas europeus, criando assim um saber totalmente novo baseado numa rede científica, senão internacional, ao menos continental.

Contudo, naquela análise de Ogilvie, a *República das Letras* dos naturalistas era somente constituída por intelectuais oriundos de certos espaços restritos do mundo ocidental. O historiador americano afirmava que a tal *rede intelectual* não era constituída por agentes das tradições ibéricas, os quais vinham escanteados nesse processo. Isso porque, acreditamos, as cartas que Ogilvie analisou, escritas por Clusius, Bauhin, Cordus, Aldrovandi, Gesner e muitos outros não se dirigiam a personagens ibéricos e se situavam às margens dos poderes ibéricos. Pelo fato de não ter atinado para a dimensão política desse processo, o autor não pode compreender por que a tal rede não dialogava com agentes ibéricos. Entretanto, o objeto dos naturalistas estrangeiros, muitas vezes servindo aos poderes contrários àqueles das monarquias católicas, estava sempre voltado para a Natureza americana e para os seres ali descritos, como se pode observar em muitas informações trazidas pelo autor que não batem com suas interpretações, como as correspondências dessa rede com pilotos e humanistas portugueses, o interesse de personagens como Clúcio na tradução de obras de ciência ibéricas e a presença constante de objetos da natureza americana nos gabinetes desses cientistas, como o crânio do tucano brasileiro no gabinete de Pierre Belon.

Assim sendo, apesar da importante contribuição dessa historiografia, desbravando a compreensão sobre o aspecto descritivo do conhecimento científico, ainda era visível uma certa lacuna de compreensão da História Natural produzida em âmbito ibérico e da importância que a expansão ultramarina, liderada pelos comerciantes portugueses e espanhóis, teve para a compreensão erudita (enciclopédica) e descritiva da natureza.

Estes trabalhos, ainda centrados na tradição e cultura europeias, mostraram a pluralidade de formas de se produzir ciência para além das atividades de físicos, astrônomos e matemáticos da época.

Ilustravam um aspecto tido por empírico e experimental, menos marcado, em princípio, por teorias e abstrações idealistas. Todas essas obras claramente se colocavam no interior de um projeto anglo-americano de crítica à historiografia dependente do idealismo de Alexandre Koyré e em acordo com a recente sociologia da ciência inglesa. Entretanto, apesar de inovadoras, apresentaram um claro eurocentrismo anti-ibérico na escolha de seus temas de estudo.

Esse eurocentrismo focado nos processos italianos, franceses, germanos e ingleses, escanteando o interesse pelo mundo ibérico, já era sentido por muitos estudiosos espanhóis e hispano-americanos desde o princípio do século XXI. Em 2004, o historiador equatoriano Jorge Cañizares-Esguerra publicava um importante artigo na revista do Instituto de Tecnologia de Massachussets, *Perspectives on Science*, de título *Iberian Science in the Renaissance: Ignored how much longer?*, em que questionava o descaso dessa historiografia para com a tradição ibero-latina. Dizia ele no início do artigo:

As contribuições da ciência e tecnologia portuguesa e espanhola do século dezesseis em campos tais como metalurgia, medicina, agricultura, cirurgia meteorologia, cosmografia, cartografia, navegação, tecnologia militar e engenharia urbana, de forma geral, foram excluídas da maioria dos relatos sobre a Revolução Científica.
(Tradução nossa. CANIZARES-ESGUERRA, 2004, p. 86)

A *leyenda negra*, aquele antigo mito do atraso dos povos ibéricos, partia da premissa de que a Espanha e Portugal eram como periferias da Europa por serem culturalmente atrasadas e retrógradas e este mito estava presente não somente nas antigas tradições historiográficas, mas, aparentemente, como salientava o autor equatoriano, também na nova historiografia das ciências anglo-americana. E o autor argumentava ser a origem desse preconceito contra os povos ibéricos um certo acento ou presença de tendências protestantes e iluministas contidas no pensamento e formação desses historiadores. Tendências essas que costumavam lançar juízos pejorativos sobre as antigas sociedades católicas. Isso desdobrava-se num claro desinteresse pelas tradições científicas hispânicas, lusas e latino-americanas. E isso para não mencionar as tradições autóctones.

E para contrapô-la, Cañizares-Esguerra lançava mão de importantes exemplos como a influência hispânica no projeto baconiano, o negligenciado aspecto científico da obra do jesuíta José de Acosta que havia sido Provincial no Peru, o grandioso projeto de Francisco Hernandez, médico de Filipe II, que havia sido enviado à América hispânica, Peru e Nova Espanha, não só para estudar *in loco* minerais, vegetais e animais, como também para adquirir os saberes de muitos intelectuais náuatle do México, entre outros.

Esse importante projeto de Hernandez havia gerado muitas notas que haviam sido disponibilizadas ao arquiatro do Rei de Espanha, Nardo Antonio Recchi, que não somente o havia enxugado para produzir uma versão mais utilitária aos médicos e farmacêuticos da Corte como também havia levado essas informações para o cerne da *Accademia dei Lincei* em Roma. O grande movimento em torno desses manuscritos de Hernandez, envolvendo a Academia, o grande astrônomo Galileu

Galileu, o uso de microscópios por Francesco Stelluti e de muitos artistas e ilustradores por detrás do *Museo Cartaceo* de Cassiano del Pozzo foi estudado por David Freedberg em seu livro *The eye of the Lynx* (2002). O que mostrou aos estudiosos do tema, apesar do próprio Freedberg, que percebia a ciência ibérica como um obstáculo¹, o indiscutível impacto das tradições ibéricas e americanas nas ciências ocidentais hegemônicas.

Além disso, Cañizares-Esguerra estabelecia uma lista de autores e obras, mormente espanhóis e hispano-americanas, que contribuíram para sanar ou diminuir o preconceito protestante-iluminista contra os ibéricos. Entre elas, encontraram-se as obras de José María López Piñero, de Nicolás García Tapia, de Victor Navarro Brotóns, de Raquel Alvarez Peláez, de Barbara Mundy, de José Sala Catalá, de David C. Goodman e muitos outros. Cañizares-Esguerra ainda achava espaço para incluir o esforço português nesse processo citando pouquíssimos historiadores lusos e alguns esforços dos intelectuais portugueses da época moderna.

Entretanto, já na época da crítica de Cañizares-Esguerra, e mencionado por Ogilvie, o historiador Antonio Barrera-Orsorio estava desenvolvendo um estudo sobre o impacto do império hispano-americano na tradição científica europeia que quebrava o gelo do silêncio existente nessa historiografia das ciências sobre a cultura e os intelectuais ibero-americanos. O livro *Experiencing Nature – The spanish american empire and the early Scientific Revolution*, publicado no mesmo ano da obra de Ogilvie, 2006, pela Universidade do Texas, trouxe alento e respiro para essa importante discussão. Focado na importância da circulação de objetos e artefatos da natureza americana que pudessem servir de objeto de estudo e análise pelos naturalistas hispânicos, Barrera-Orsorio mostrou, com grande riqueza de dados, o impacto que o comércio atlântico gerou no conhecimento do mundo natural europeu, e mais propriamente na cultura científica hispânica.

Na sequência da reflexão de Jorge Cañizares-Esguerra, que mobilizou sobretudo exemplos espanhóis e hispano-americanos, outros estudos recentes que vem contribuindo com a crítica ao preconceito protestante e iluminista contra o mundo ibérico são aqueles de Andres Prieto e Miguel de Asúa, historiadores hispano-americanos.

Em 2011, o historiador Andres I. Prieto lançou uma importante reflexão sobre a produção do conhecimento científico-natural pelos missionários da América hispânica de 1570 a 1810, centrado especialmente em torno das missões peruanas. O estudo de Prieto elucidava a importância dos missionários do Vice-reinado do Peru e seu contato com os autóctones para o desenvolvimento do conhecimento natural da região. Seu estudo, *Missionary Scientists -Jesuit Science in Spanish South America, 1570-1810* (2011), que ia na contramão da historiografia anglo-americana, analisava vias indiretas de produção de conhecimento científico na América espanhola. Apesar de não se ocupar do impacto que esse conhecimento produzido pelos padres teve na cultura não hispânica, a importância desse estudo para mostrar que houve importante produção de conhecimento local é inegável.

¹ Cañizares-Esguerra notava que: *For all his enormous contribution, Freedberg excludes Iberia from his history of the Academy and particularly from the history of the publication of Recchi's manuscript. In Freedberg's narrative Spain appears as an obstacle. Thus Freedberg presents Hernández as incompetent, barely capable of organizing the material he collected.* (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2004, p. 102).

Em 2014, o historiador Miguel de Asúa publicava a obra *Science in the Vanished Arcadia – Knowledge of Nature in the Jesuit Missions of Paraguay and Río de la Plata* em que, seguindo um percurso similar àquele de Prieto, demonstrava processo análogo vivido pelos missionários nas missões do Paraguai e do Rio do Prata. A obra desses historiadores, Jorge Cañizares-Esguerra, Antonio Barrero-Ororio, Andres I. Prieto e Miguel de Asúa, produziu um importante deslocamento da imagem gerada pela antiga historiografia europeia e pela moderna historiografia anglo-americana, ambas marcadas pelo preconceito anti-ibérico. O grupo dos historiadores ibero-americanos em questão, mas não só eles, foi extremamente importante no sentido de confrontar o preconceito da historiografia protestante e iluminista.

No âmbito dos estudos das ciências naturais produzidas em Portugal e seus domínios, é inegável a importância dos estudos sobre a astronomia da Companhia de Jesus feitos por Carlos Ziller Camenietzki, Luís Miguel Carolino e Henrique Leitão. Esses três historiadores, através de seus muitos escritos, edições e traduções de obras de época, mostraram não somente que havia Ciência em Portugal e na América portuguesa, mas também que esse conhecimento ali produzido exerceu enorme impacto prático e teórico na cultura da época.

Contudo, esses estudos ainda estavam ligados a uma perspectiva mais clássica que privilegiou as ciências físicas e matemáticas em detrimento dos saberes médicos e mais descritivos da natureza, como era o caso da História Natural. E se os historiadores hispânicos trilharam esse caminho pelos estudos das ciências médicas e descritivas não só para acompanhar os recentes desdobramentos historiográficos anglo-americanos, mas também para produzir deslocamentos importantes nessas novas narrativas, que apesar de novas ainda destilavam velhos preconceitos contra as tradições católicas ibéricas, o mesmo não foi feito de maneira tão sistemática entre nós.

Entre nós, os estudos sobre o tema no período colonial foram marcados por antigos estudos, como aqueles bastante descritivos de Serafim Leite sobre os esforços científicos da Companhia de Jesus e outras obras mais antigas como aquela de Arthur Neiva sobre a Botânica e a Zoologia no Brasil. Além destes, seguiram-se importantes contribuições monográficas produzidas pelos historiadores Daniela Buono Calainho, Heloisa Gesteira, Paulo de Assunção e Bruno Martins Boto Leite sobre o saber de botica dos jesuítas da Província do Brasil.

Contudo, apesar de tocarem no tema da descrição da natureza e da escrita da História Natural, esses estudos ocuparam-se mormente com o conhecimento da natureza como um conhecimento auxiliar ao saber médico. O mais recente e importante estudo sobre o tema é de autoria de Bruno Martins Boto Leite: trata-se do *Animalia, exotica & mirabilia – Os animais brasileiros na cultura europeia da época moderna de Thevet a Redi* (2014) onde o historiador avalia, ainda superficialmente, algumas formas de assimilação das descrições da natureza brasileira pelas tradições mais sistemáticas e programáticas europeias. É com base nesse estudo e a partir dele que estabelecemos essa proposta de pesquisa.

Nesse sentido, é nesse *locus* que o nosso trabalho ganha sentido e importância. O que aqui pretendemos é, de certo modo, seguir o caminho aberto pelos historiadores hispânicos, estudando, por

outro lado, o modo como o conhecimento local sobre a natureza brasileira produzido em diferentes níveis de assimilação, por autóctones, portugueses e estrangeiros, desde os primeiros povoadores até os teóricos mais abstratos da velha Europa, impactou a cultura ocidental atuando na construção das representações mais sintéticas sobre a natureza vista globalmente. Pretendemos avaliar o impacto da ciência portuguesa nas tradições científicas mais hegemônicas dos séculos XVI e XVII.

Usaremos para isso, como já dissemos, obras, manuscritas e impressas, que se ocuparam da descrição dos diferentes aspectos da Natureza da América portuguesa produzidas pelos mais diferentes tipos intelectuais no âmbito local e obras impressas e manuscritas produzidas por atores que não necessariamente estiveram presentes nos locais descritos, mas que tiveram impacto global no conhecimento científico da época.

2. OBJETIVOS

Geral

Compreender o impacto das diferentes descrições da Natureza da América portuguesa nos diferentes *Programas de Pesquisa científica* das Histórias Naturais europeias, levando em conta os diversos *níveis de produção* dessas informações bem como os diferentes *níveis de assimilação* por cada um dos programas científicos existentes no período.

Específicos

1. Mapear cronologicamente os muitos relatos, informes e notícias produzidos por diferentes atores sobre a natureza luso americana em âmbito *local* observando, analisando e catalogando essas descrições a partir de critérios rigorosos de análise, ressaltando com isso os diferentes *níveis de produção* dessas descrições;
2. Estudar os diferentes projetos de história natural, projetos enciclopédicos, em curso na tradição europeia desde o início do século XVI até finais do XVII de modo a compreendê-los como diferentes *programas de pesquisa científica* com precisa orientação, sentido e objetivos definidos;
3. Avaliar como essas diversas descrições da natureza luso americana foram apropriadas por esses naturalistas/enciclopedistas e qual sentido foi atribuído a essas descrições de modo a compreender os diferentes *níveis de assimilação* dessas informações e a avaliar como esses saberes locais compuseram interpretações unitárias, *globais*.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

Referenciais teórico-metodológicos:

A pesquisa se orientará pelo estudo de diferentes tipos documentais cujo objeto ou tema verse sobre a questão da *Natureza da América portuguesa*, como as cartas dos missionários jesuítas, os

relatos manuscritos e impressos de residentes e viajantes de época, as histórias naturais que incluíam dados sobre a natureza brasileira ou, em larga medida, ibérica, e os tratados científicos que versaram sobre aspectos descritivos dessa natureza.

Para isto, compilaremos esses documentos catalogando-os em tabelas de modo a isolar alguns de seus aspectos inerentes, tais como: a proveniência do autor, o interesse na produção do escrito, o público ao qual se dirigia, o teor das informações ali contidas, os pressupostos enciclopédicos empregados, os critérios de observação empregados e outras informações que nos permitam avaliar o que antes chamamos de *níveis de produção e de assimilação*. Isso porque acreditamos que as descrições feitas da natureza nunca estão isentas de pressupostos apriorísticos que definem critérios seletivos no momento da coleta das informações. Dito isto, afirmamos ser inexistente qualquer tipo de saber empírico, na medida em que os critérios de observação são sempre formulados a partir de concepções teóricas apriorísticas e, portanto dedutivas.

Isto feito, avaliaremos, pelo estudo das grandes obras de História Natural europeias os diferentes *Programas de Pesquisa* ali aventados em função do conceito de *Coerência*. Baseando-nos nas propostas de Thomas Kuhn e de Paul Feyerabend, formuladores da noção de *programas de pesquisa científica*, compreendemos o conhecimento científico como uma atividade descontínua e que progride em função de sucessivas rupturas entre programas ou projetos de saber. Donde afirmamos, com Bachelard e Koyré, que o saber dos alquimistas não se configurou como o passado do saber dos químicos, como quiseram alguns positivistas do quilate de Ernst Mach, membro do Círculo de Viena, mas, antes, como projetos antagônicos entre si.

Assim sendo, essa diversidade de projetos não somente apresenta-se historicamente na *diacronia*, mas também, e sobretudo, na *sincronia*, o que faz com que, num mesmo período, possa haver diferentes projetos de descrição, catalogação e sistematização do mundo natural muitas vezes antagônicos entre si. O que pode ser constatado dos resultados obtidos por Cesare Vasoli em sua obra *L'Enciclopedia del Seicento* (2005) que afirmou que os diferentes pressupostos dos projetos enciclopédicos – projetos de catalogação e sistematização – do Seiscentos eram mormente oriundos de mundividências que se descolavam das diferentes ideologias confessionais em curso naquele período. O enciclopedismo dos *Conimbricenses* e o de Caramuel decorriam de pressupostos precisamente gestados na ortodoxia católica, o de Alsted decorria de uma sua visão teológica calvinista e o de Comênio de sua mundividência herética. Não havendo entre esses projetos enciclopédicos nenhuma solução harmônica possível.

E cada uma dessas diversidades pode ser estudada e avaliada a partir da preocupação com a coerência interna do pensamento de seus formuladores/autores. A noção de *Coerência*, proposta por Lucien Goldmann em seu estudo sobre o pensamento de Blaise Pascal, precisamente na obra *Le dieu caché* (1955), é útil para compreendermos que cada obra tem um sentido unitário que pode ser avaliado a partir do estudo sistemático do pensamento de seu autor pelo estudo de suas obras. Tal como feito por Goldmann a respeito de Pascal.

Isso, por sua vez, nos permite pensar esses projetos no interior de tradições marcadas por interesses absolutamente políticos, tendo em vista que os estados modernos eram estados confessionais e que a cultura eclesiástica era um elemento da cultura política de então. O que nos permite compreender os naturalistas modernos que descreveram a América portuguesa dos séculos XVI e XVII como *Intelectuais* a serviço de propostas culturais e políticas, para não dizer religiosas, bastante claras. Tiramos o conceito de *Intelectual* da proposta do italiano Antônio Gramsci em compreender os agentes da cultura, os intelectuais, na sua relação com o poder vigente, com o contexto histórico da época.

Essa proposta de se estudar a relação entre o discurso e pensamento científicos e a ortodoxia confessional na época moderna foi proposto de forma programática nos estudos do historiador italiano Pietro Redondi, expoente da *Microstoria* italiana. Em seu artigo *Teologia ed Epistemologia nella Rivoluzione Scientifica* (2000), Redondi demonstrou que os programas científicos modernos possuíam uma relação direta com programas confessionais pré-definidos. E isso marca não somente a atuação de grupos de intelectuais de proveniência eclesiástica, como os jesuítas, mas também atores leigos, como o católico Galileu Galilei e, provavelmente, o zwingliano Conrad Gesner, como pretendemos avaliar futuramente.

Por fim, empregaremos também nesse estudo o conceito de *Dialogismo* do linguista soviético Mikhail Bakhtin que serve para que concebamos as obras aqui estudadas como realidades não autossuficientes e fechadas, mas, antes, como entidades produzidas socialmente e que ganham sentido pelo diálogo com outras obras existentes naquele período. Toda obra, inclusive aquelas que não são classificadas no interior do gênero *diálogo*, são Diálogos, pois não são fechadas em si, mas dialogam com outras obras do contexto em que surgiram. Em função disso, estudaremos o modo como cada um dos naturalistas aqui estudados tratou outros autores que trataram dos mesmos temas de estudo, atinando para as suas influências positivas e para os seus adversários teóricos.

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Planejamos, por meio desta pesquisa, elaborar algumas (2) publicações em revistas de alto impacto (Qualis A) ao longo dos dois anos da vigência do projeto, versando sobre determinados traços da História Natural produzida em Portugal e na América portuguesa sobre a Natureza daqueles espaços, analisando a lógica da produção desses saberes e seus usos políticos, militares, éticos e religiosos.

Espera-se também, naturalmente, que o conhecimento adquirido na pesquisa venha a ser transmitido em encontros acadêmicos da área, mediante palestras, participações em mesas-redondas, comunicações etc. – esperamos participar de, ao menos, quatro conferências nacionais e/ou internacionais nos dois anos do projeto –, bem como nas atividades de ensino e orientação, tanto em nível de graduação como de pós-graduação. Pretendemos orientar muitos estudantes BIA, PIBIC, de mestrado e doutorado na temática da pesquisa.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

[illegible]

ATIVIDADES	ANO 2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura e discussão de escritos secundários	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento das obras, manuscritas e impressas que colheram dados sobre a Natureza da América portuguesa	X											
Levantamento das obras de História Natural que versam sobre a Natureza da América portuguesa	X	X	X	X								
Leitura, estudo e fichamento das obras, manuscritas e impressas que colheram dados sobre a Natureza da América portuguesa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Leitura, estudo e fichamento das obras de História Natural que versam sobre a Natureza da América portuguesa							X	X	X	X	X	X
Apresentação em seminários							X					
Escrita de artigos								X				

[illegible]

colheram dados sobre a Natureza da América portuguesa												
Leitura, estudo e fichamento das obras de História Natural que versam sobre a Natureza da América portuguesa	X	X	X	X	X	X						
Apresentação em seminários								X				
Escrita de artigos								X				

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES POR MEMBRO DA EQUIPE EXECUTORA

Nome:

ATIVIDADES	ANO xxxx											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Nome:

ATIVIDADES	ANO xxxx											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Nome:

ATIVIDADES	ANO xxxx											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

7. ORÇAMENTO (OPCIONAL)

Material de Consumo

MATERIAL	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)

TOTAL			

Serviços de Terceiros

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
TOTAL			

Custos Totais

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Material de consumo	
Serviços de terceiros	
TOTAL	

8. APOIO FINANCEIRO (FACEPE, CNPq, BNB, etc.), INDICANDO O VALOR TOTAL

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Primaria (levantamento preliminar):

Manuscrita:

- Cartas jesuíticas. ARSI, Roma: Fundo Brasiliae;
- Codex badianus. El Escorial;
- Codex pomar. El Escorial;
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Dialogo das Grandezas do Brasil (1618) [Manuscrito da Biblioteca de Leiden];
- CAMINHA, Pero Vaz. Carta (1500);
- CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil [Localização:];
- GÂNDAMO, Pero de Magalhães. Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes / feito por P[er]o de magalhães. [Localização: Biblioteca Nacional de Lisboa, COD-552];
- GÂNDAMO, Pero de Magalhães. Historia da prouincia Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil / feita por Pero de Magalhães de Gandauo dirigida a o muito Illustre S[e]ñor Dom Lionis Pereira. [Localização: Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, Códice IV 28 B];
- LISBOA, Frei Cristóvão de. História dos animais e árvores do Maranhão pelo muito reverendo padre Frei Cristóvão de Lisboa, qualificador do santo ofício, e fundador da custódia do maranhão, da recolecção de santo Antônio de Lisboa. (c. 1625), [Localização: Arquivo Histórico Ultramarino, Livros do Maranhão e Grão-Pará, Cod. 1660];
- RECCHI, Nardo Antonio. De materia medica Novae Hispaniae Philippi Secundi Hispaniarum ac Indiarum regis invictissimi iussu. [Localização: Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, Codex Lat 5];
- SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. (1627) [Localização: Torre do Tombo, Chronica do Brasil ms.];
- SOUSA, Gabriel Soares de. Notícia do Brasil & Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil. [Um exemplar da Biblioteca de Paris, 3 da Biblioteca de Évora, 3 da do Porto, 3 na das Necessidades, 2 da Biblioteca de Madrid, um do Convento da Congregação das missões, 3 da Academia de Lisboa e 3 da Biblioteca do Rio de Janeiro]
- SOUSA, Pero Lopes de. Diario de Navegação (1530) [Localização: Biblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa].

Impressa:

- ABBEVILLE, Claude d'. *Histoire de la Mission des Pères Capucins en L'Isle de Maragnan et terrres circonvoyssines*. Paris : Imprimerie de François Huby, 1614;
- ACOSTA, Cristobal. *Tractado de las drogas, y medicinas de las Indias Orientales: con sus plantas debuxadas al biuo por Christoual Acosta. En el qual se verifica mucho de lo que escriuio el doctor Garcia de Orta*. Burgos: M. de Victoria, 1578;
- ACOSTA, José de. *De Natura Novi Orbis libri duo et de Promulgatione Evangelii apud barbaros sive de procuranda Indorum salute libri sex*. Salamanca: Apud Gillelmum Foquel, 1589 (1588);
- ACOSTA, José de. *Historia natural y moral de las Indias: en que se tratan las cosas notables del cielo, y elementos, metales, plantas y animales dellas y los ritos y ceremonias, leyes y gouierno y guerras de los Indios*. Sevilha: Juan de León, 1590;

- ANCHIETA, José de. “Carta de Maio de 1560 ao padre geral, de São Vicente” In: ANCHIETA, José de. *Cartas jesuíticas* 3. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 113-153;
- BACON, Francis. *De dignitatis et augmentis scientiarum libri IX*. Paris: Typis Petri Mettayer, 1624;
- BACON, Francis. *The New Atlantis. A work unfinished*. London: William Lee, 1627;
- BACON, Francis. *Sylva silvarum or A Natural Historie in ten Centuries*. Londres: W. Lee, 1627;
- BARLÉU, Gaspar. *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum*. Amsterdam: Joan Blaeu, 1647;
- BRY, Theodor de. *Peregrinationes in Indiam orientalem et Indiam occidentalem, XIII partibus comprehenso a Theodoro, Joan-Theodoro de Bry, et a Matheo Merian publicatae*. XIII volumes, Francfort-sur-le-Main: Typis Joannes Wecheli, 1590-1634;
- CÁRDENAS, Juan de. *Primera parte de los problemas, y secretos marauillosos de las Indias*. Mexico: Pedro Ocharte, 1591;
- CLUSIUS, Carlos. *Exoticorum libri decem*, Leiden: Ex Officina Plantiniana, 1605;
- CLUSIUS, Carlos. *Aliqvot notæ in Garciae aromatum historiam: Eivsdes descriptiones nonnullarum stirpium, & aliarum exoticarum Francisco Drake equite anglo, & his obseruatæ sunt, qui eum in longa illa nauigatione, qua proximis annis vniuersum orbem circumiuit, comitati sunt: & quorundam peregrinorum fructuum quos Londini ab amicis accepit rerum, que à generoso viro*. Antuérpia: Christophori Plantini, 1582;
- CLUSIUS, Carlos. *Rariorum aliquot stirpium per Hispanias obseruatarum historia: libris duobus expressa*. Antuérpia: Christophori Plantini, 1576;
- CLUSIUS, Carlos. *Simpliciis Medicamentis Ex Occidentali India Delatis*. Edição dos Dos Libros de Monardes. Antuérpia: Christophori Plantini, 1574;
- CLUSIUS, Carlos. *Aromentum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium historia ante biennium quidem Lusitanica lingua per dialogos conscripta*. Edição abreviada dos Colóquios de Garcia de Orta. Antuérpia: Christophori Plantini, 1567;
- EVREUX, Yves d'. *Svitte de l'histoire des choses plvs memorables aduenues en Maragan, és anneés 1613. & 1614*. Paris: F. Huby, 1615;
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Historia da prouincia sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez, 1576;
- HAKLUYT, Richard. *The Principall Navigations, Voiages and Discoveries of the English Nation* Londres: G. Bishop, R. Newberie, and R. Barker, 1599;
- HAKLUYT, Richard. *Divers Voyages Touching the Discoverie of America and the Ilands Adjacent unto the Same, Made First of all by our Englishmen and Afterwards by the Frenchmen and Britons* Londres: Thomas Woodcock, 1582;
- HERNANDEZ, Francisco. *Rerum Medicarum Novae Hispaniae Thesaurus seu Plantarum Animalium Mineralium Mexicanorum Historia. Ex Francisci Hernandez Novi Orbis Medici Primarii relationibus in ipsa Mexicana Urbe conscriptis. A Nardo Antonio Rechho Monte Corvinate Cath. Maiest. Medico et Neap. Regni Archiatro Generali. Iussu Philippi II Hisp. Ind. Etc. Regis Collecta ac in ordinem digesta. a Ioanne Terrentio Lyceo Constantiense Germ. Pho. ac Medico Notis Illustrata. Nunc primu in Naturaliu rer Studiosor gratia lucubrationibus Lynceoru publici iuris facta. Quibus Iam excussis accessere demum alia quor omnium synopsis sequenti pagina ponitur Opus duobus voluminibus divisum. Philipo III Regi*

Catholico magno Hispaniar utrisque Siciliae et Indiaru etc Monarchae dicatum. Roma: Vitalis Mascardi, 1651;

- LAET, Johannes de. *Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636* (1637);

- LERY, Jean de. *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil*. La Rochelle: Pour Antoine Chapin, 1578;

- MONARDES, Nicolas. *Primera, segunda y tercera partes de la historia medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales, que sirven en medicina; Tratado de la piedra bezaar, y dela yerva escuerçonera; Dialogo de las grandezas del hierro, y de sus virtudes medicinales; Tratado de la nieve, y del beuer frío*. Sevilha: Alonso Escrivano, 1574;

- MONARDES, Nicolas. *Libro que trata de la nieve*. Sevilha: 1571;

- MONARDES, Nicolas. *Segunda parte del libro des las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales, que sirven al uso de la medicina; do se trata del tabaco, y de la sassafras, y del carlo sancto, y de otras muchas yervas y plantas, simientes, y licores que agora nuevamente han venido de aqueillas partes, de grandes virtudes y maravillosos effectos*. Sevilha: Alonso Escrivano, 1571;

- MONARDES, Nicolás. *Dos libros: El Vno Qve Trata De Todas Las Cosas que traen de nuestras Indias Occidentales, que siruen al vso de la Medicina, y el otro que trata de la Piedra Bezaar, y de la Yerua Eseuerçonera*. Sevilha: Heruando Diaz and Alonso Ejcriuano, 1565–1569;

- NIEREMBERG, Juan Eusebio. *Ocvlta filosofía de la simpatía, y antipatía de las cosas. Artificio de la naturaleza, y noticia natural del mundo. Y segunda parte de la Curiosa filosofía: contiene historias notables, averiguasen muchos secretos, y problemas de la naturaleza*. Barcelona: Pedro Lacavalleria, 1645;

- NIEREMBERG, Juan Eusebio. *Curiosa y oculta philosophia primera y segunda parte de las marauillas de la naturaleza, examinadas en varias questionnes naturales*. Madrid: Imprenta Real, 1643;

- NIEREMBERG, Juan Eusebio. *Historia natvrae, maxime peregrinae, libris XVI distincta. In quibus rarissima naturae arcana . . . etiam cum proprietatibus medicinalibus, describuntur*. Antuérpia: Moreti, 1635;

- NIEREMBERG, Juan Eusebio. *Prolusion a la Doctrina y Historia Natural, que hizo el P. Iuan Eusebio Nieremberg, de la Compañia de IESUS, el primer dia que leyò en los Estudios Reales del Colegio Imperial de la misma Compañia, en esta Corte*. Madrid: Andres de Parra, 1629;

- ORTA, Garcia de. *Colóquios dos simples e drogas e coizas medicinais da India e de algumas frutas achadas nella onde se tratam algu[m]as cousas tocantes a mediçina, practica, e outras cousas boas pera saber*. Goa: Ioannes de Endem, 1563.

- PISO, Wilhelm & MARCGRAFF, Georg. *Historia Naturalis Brasiliae*. Leiden/Amsterdam: Franciscum Hackium / Lud. Elzevirium, 1648;

- PISO, Wilhelm. *De Indiae Utriusque Re Naturali et Medica*. Amsterdam: Apud Ludovicum et Danielelem Elzevirios, 1658;

- PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus or Purchas his Pilgrimes. Contayning a History of the World, in Sea voyages, & lande Trauells, by Englishmen & others... in four fower parts, each containing fiue bookes*. 5 volumes Londres: Printed by William Stansby for Henrie Fetherstone, 1625-1626;

- PURCHAS, Samuel. *Purchas, his Pilgrim. Microcosmus, or the historie of Man. Relating the wonders of his Generation, vanities in his Degeneration, Necessity of his Regeneration* Londres: Printed by W[illiam] S[tansby] for Henry Fetherstone, 1619;
- PURCHAS, Samuel. *Purchas His Pilgrimage. Or Relations of the World and the Religions Observed in All Ages Discouered, from the Creation unto This Present* Londres: Printed by William Stansby for Henrie Fetherstone, 1614;
- RAMUSIO, Giovan Battista. *Delle navigationi et viaggi*. 3 vols. Veneza: Apresso gli heredi di Lucantonio Giunti, 1550-1559;
- RECCHI, Nardo Antonio. *Nova plantarum, animalium et mineralium mexicanorum historia a Francisco Hernandez...primum compilata, deinde a Nardo Antonio Reccho in volumen digesta*. Roma: 1651;
- REDI, Francesco. *Esperienze intorno a diverse cose naturali, e particolarmente a quelle che ci son portate dall' Indie fatte da Francesco Redi e scritte in vna lettera al reverndiss. padre Atanasio Chircher della Compagnia di Giesu*. Florença: All Insegna dela NAVE, 1671;
- THEVET, André. *Les singularités de la France Antartique*. Paris: Che les heritiers de Maurice de la Porte, 1557;
- VASCONCELOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1668.

Secundaria:

- ACOSTA, José de. *Natural and Moral History of the Indies*. Editado por Jane E. Mangan, com introdução e comentários de Walter Mignolo. Traduzido por Frances López-Morillas. Durham& Londres: Duke University Press, 2002;
- ALVAREZ PELÁEZ, Raquel. *La conquista de la naturaleza Americana*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1993;
- AÑÓN, Carmen. “L’immagine della natura nell’Escorial di Filippo II.” *Resauro-Cittá*, 1987, 5–6.
- AÑÓN, Carmen. “La Granja: Castilian Baroque and European Classicism.” Pp. 198–201 In: *The Architecture of Western Gardens. A Design History from the Renaissance to the Present Day*. Editado por Monique Mosser e Georges Teyssot. Cambridge, MA: MIT Press, 1991;
- AÑÓN, Carmen. “Nature and the Idea of Gardening in Eighteenth century Spain.” In: *The Architecture of Western Gardens. A Design History from the Renaissance to the Present Day*. Editado por Monique Mosser e Georges Teyssot. Cambridge, MA: MIT Press, 1991, pp. 281–292;
- AÑÓN, Carmen, & SANCHO, José Luis (eds.) *Jardín y naturaleza en el reinado de Felipe II*. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 1998;
- ARBER, Agnes. *Herbals – Their origin and Evolution, A chapter in the history of Botany, 1470-1670*. Cambridge: CUP, 1912;
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *A terra dos Brasis: a natureza da américa portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000;
- ASÚA, Miguel de. *Science in the Vanished Arcadia – Knowledge of Nature in the Jesuit Missions of Paraguay and Río de la Plata*. Leiden: Brill, 2014;
- ASÚA, Miguel de; FRENCH, Roger (eds.). *A New World of Animals – Early Modern Europeans on the Creatures of Iberian America*. Londres: Routledge, 2005;

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002;
- BANDERIER, Gilles. “Os Gabinetes de curiosidades ou o encantamento do mundo” In: *Porto Arte – Revista de Artes Visuais*. v.27 n.47, Set 2023, 1-34;
- BARRERA-OSORIO, Antonio. *Experiencing Nature – The spanish american empire and the early Scientific Revolution*. Austin: UTP, 2006;
- BARRERA-OSORIO, Antonio. “Local Herbs, Global Medicines. Commerce, Knowledge, and Commodities in Spanish America.” In: *Merchants and Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*. Editado por Pamela H. Smith e Paula Findlen. New York: Routledge, 2002, pp. 163-181;
- BARRERA-OSORIO, Antonio. *Nature and Empire in the New World*. Tese de Doutorado. University of California, Davis, 1999;
- BARRETO, Luís Felipe. “Plínio e a História Natural na Cultura portuguesa da expansão: Elementos para um estudo”. In: *Os clássicos no tempo: Plínio, o Velho, e o Humanismo Português*. Actas do Colóquio Internacional. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2007, pp. 181-200;
- BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula Susan; HUFFINE, Kristin; SHEEHAN, Kevin Joseph (Eds.). *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*. Stanford: Stanford University Press, 2009;
- BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Unesp, 2009;
- BOAS, Marie. *The Scientific Renaissance 1450–1630*. New York: Harper & Row, 1962;
- BUSTAMANTE, Jesús. “Francisco Hernández, Plinio del Nuevo Mundo: Tradición clásica, teoría nominal y sistema terminológico indígena en una obra renacentista.” In: *Entre dos mundos: Fronteras culturales y agents mediadores*. Editado por B. Ares e S. Gruzinski. Seville: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1997, pp. 243-268;
- BUSTAMANTE, Jesús. “De la naturaleza y los naturales americanos en el siglo XVI: Algunas cuestiones críticas sobre la obra de Francisco Hernández.” In: *Revista de Indias*, 1992, 52: 297–328;
- BUSTAMANTE, Jesús. “La empresa natural de Felipe II y la primera expedición científica en suelo americano: la creación del modelo expedicionário renacentista.” In: *Felipe II (1527-1598): Europa y la monarquía católica – Congreso Internacional "Felipe II (1598-1998), Europa dividida, la monarquía católica de Felipe II (Universidad Autónoma de Madrid, 20-23 abril 1998)* Editado por J. Martínez Millán. Madrid: Parteluz, 1998, vol. 4, pp. 39-59;
- CALAINHO, Daniela Buono. “Jesuítas e medicina no Brasil colonial” In: Dossiê: História e Saúde, *Revista Tempo*, N. 10 (19), Dez., 2005, pp. 61-74;
- CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. “Iberian Science in the Renaissance: Ignored how much longer?” In: *Perspectives on Science* (publicação do The Massachusetts Institute of Technology), 2004, vol. 12, no. 1, pp. 86-124;
- CARRACIDO, José Rodriguez. *El P. José de Acosta y su importancia en la literatura científica española*. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1899;
- CÉARD, Jean. *La nature et les prodiges: L'Insolite au XVIe Siècle*. Genebra: E. Droz, 1977;
- COMITO, Terry. *The Idea of the Garden in the Renaissance*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1978;

- COSTA, Alexandre Jose Barboza da. *Das coisas maravilhosas e bestiais do Brasil: um estudo sobre o gênero histórico em Pero de Magalhães de Gandavo*. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017;
- DANDELET, Thomas James. *Spanish Rome, 1500-1700*. Yale: Yale University Press, 2001;
- DASTON, Lorraine & PARK, Katherine. *Wonders and the order of the nature, 1150-1750*. Nova York: Zone Books, 1998;
- DEAR, Peter. *Revolutionizing the Sciences. European Knowledge and Its Ambitions 1500–1800*. Princeton: Princeton University Press, 2001;
- DE LA CRUZ, Martín & BADIANO, Juan. *The Badianus manuscript, Codex Barberini, Latin 241, Vatican Library; an Aztec herbal of 1552*. Introdução, tradução e notas de Emily Walcott Emmart. Baltimore: John Hopkins University, 1940;
- DIAZ, Firmin del Pino. “La Historia Natural y Moral de las Indias como género: orden y génesis literaria de la obra de Acosta” In: *Historica* XXIV, 2 (2000): 295-326;
- DRAYTON, Richard. *Nature’s Government. Science, Imperial Britain, and the ‘Imrovement’ of the World*. New Haven: Yale University Press, 2000;
- ENENKEL, K. A. E; SMITH, P. J. (eds.). *Zoology in Early Modern Culture – Intersections of Science, Theology, Philology, and Political and Religious Education*. Leiden: Brill, 2014;
- ENENKEL, K. A. E; SMITH, P. J. (eds.). *Early Modern Zoology – The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*. Leiden: Brill, 2007;
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Unesp, 2007;
- FINDLEN, Paula. “Natural History” In: *The Cambridge History of Science. Volume 3 – Early Modern Science*. Cambridge: CUP, 2006, pp. 435-468;
- FINDLEN, Paula. *Possessing nature – Museums, Collecting and Scientific Culture in Early Modern Italy*. Berkeley: UCP, 1994;
- FRANÇOZO, Mariana. “Alguns comentários à Historia Naturalis Brasiliae” In: *Cadernos de Etnolingüística*, volume 2, número 1, fev/2010, pp. 1-7;
- FREEDBERG, David. *The eye of the Lynx – Galileo, his friends, and the beginnings of modern natural history*. Chicago: UCP, 2002;
- GARCÍA CARCEL, Ricardo. *La leyenda negra. Historia y opinión*. Madrid: Alianza, 1981;
- GARCÍA TAPIA, Nicolás. *Técnica y poder en Castilla durante los siglos XVI y XVII*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1989;
- GESTEIRA, Heloisa Meireles. “Descrições da América: Historia Natural, circulação de ideias e a formação territorial do Brasil (séculos XVI ao XVIII)” In: *Intellèctus* (UERJ. Online), v. XIII, 2014, pp. 1-30;
- GIBSON, Charles (ed.). *The Black Legend: Anti-Spanish Attitudes in the Old-World and the New*. New York: Knopf, 1971;
- GOLDMANN, Lucien. *Le dieu caché: étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris: Gallimard, 1955;
- GOODMAN, David C. “The Scientific Revolution in Spain and Portugal.” In: *The Scientific Revolution in National Context*. Editado por Roy Porter e Mikulás Teich. Cambridge: Cambridge University Press, 1992;
- GOODMAN, David C. *Power and Penury. Government, Technology and Science in Philip II’s Spain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988;
- GRAMSCI, Antonio. *A formação dos Intelectuais*. Lisboa: Fronteira, 1976;

- HALL, A. Rupert. *The Scientific Revolution, 1500–1800. The Formation of the Modern Scientific Attitude*. London: Longmans, 1954;
- HENDRICKSON, D. Scott. *Jesuit Polymath of Madrid – The Literary Enterprise of Juan Eusebio Nieremberg (1595–1658)*. Leiden: Brill, 2015;
- HILLGARTH, J. N. *The Mirror of Spain, 1500–1700. The Formation of a Myth*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2000;
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do Grão-Duque Fernando I (1587-1609)” In: *Revista de História*, São Paulo, 1967, nº 71: 61-84;
- JARDINE, N; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. (eds.). *Cultures of Natural History*. Cambridge: CUP, 1996;
- JUDERÍAS, Julián. *La leyenda negra: Estudios acerca del concepto de España en el extranjero*. Nona edição. Barcelona: Araluce, 1943;
- KAMEN, Henry. *Empire. How Spain Became a World Power 1492–1763*. New York: Harper Collins Publishers, 2003;
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978;
- LAZZARO, Claudia. *The Italian Renaissance Garden. From the Conventions of Planting, Design and Ornament to the Grand Gardens of Sixteenth century Central Italy*. New Haven: Yale University Press, 1990;
- LEITE, Bruno Martins Boto. “Tradições empíricas: a coletânea de receitas de remédio do boticário Manoel de Oliveira Cerial e o saber de botica na América portuguesa do século XVIII” In: Heloisa Meireles Gesteira; João Eurípedes Franklin Leal; Maria Claudia Santiago. (Org.). *Formulário médico: manuscrito atribuído aos jesuítas e encontrado em uma arca da igreja de São Francisco de Curitiba*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019, p. 43-71;
- LEITE, Bruno Martins Boto. “Animalia exotica et mirabilia - Os animais brasileiros na cultura europeia da época moderna de Thevet a Redi”. In: KURY, Lorelai Brilhante. (Org.). *Representações da fauna no Brasil séculos XVI - XX*. 1ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014, v. 1, p. 40-81;
- LEITE, Bruno Martins Boto. “Verdes que em vosso tempo se mostrou. Das boticas jesuíticas da Província do Brasil, séculos XVII-XVIII” In: Lorelai Kury (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013, p. 52-93;
- LEITE, Bruno Martins Boto. “Entre bibliotecas e boticas: A controvérsia dos simples entre Amato Lusitano e Pietro Andrea Mattioli, século XVI” In: Alessandrini N., Russo M., Sabatini G e Viola A. (orgs). *'Di buon affetto e commercio. Relações luso-italianas na Idade Moderna'*. 1ed. Lisboa: CHAM, 2012, p. 113-142;
- LEITE, Bruno Martins Boto. “Mezinhas antigas e modernas – A invenção da Triaga Brasília pelos jesuítas do Colégio da Bahia no período colonial” In: *Anais do 13 Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012, s. págs;
- LEVINE, Joseph M. “Natural History and the History of the Scientific Revolution”. In: *Clio*, 13:1, 1983;
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica – Os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997;

- LÓPEZ PIÑERO, José María & LÓPEZ TERRADA, María Luz. *La influencia española en la introducción en Europa de las plantas americanas (1493–1623)*. Valencia: Instituto de historia de la ciencia y documentación de la Universidad de Valencia, 1997;
- LÓPEZ PIÑERO, José María & TOMÁS, José Pardo. *La influencia de Francisco Hernández (1515–1587) en la constitución de la botánica y la material médica moderna*. Valencia: Instituto de historia de la ciencia y documentación de la Universidad de Valencia, 1994;
- LÓPEZ PIÑERO, José María & TOMÁS, José Pardo. *Nuevos materiales y noticias sobre la “Historia de las plantas de Nueva España.” de Francisco Hernández*. Valencia: Instituto de historia de la ciencia y documentación de la Universidad de Valencia, 1994;
- LÓPEZ PIÑERO, José María & CALERO, Francisco. *“De Pulvere febrifugo Occidentalis Indiae” (1663) de Gaspar Caldera de Heredia y la introducción de la quina en Europa*. Valencia: Instituto de historia de la ciencia y documentación de la Universidad de Valencia, 1992;
- LÓPEZ PIÑERO, José María. *Ciencia y técnica en la sociedad española de los siglos XVI y XVII*. Barcelona: Editorial Labor, 1979;
- LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et Mirabilia – Il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d’Europa*. Milão: Mazzota, 1983;
- MALTBY, William S. *The Black Legend in England: The Development of Anti-Spanish Sentiment, 1558–1660*. Durham, NC: Duke University Press, 1971;
- MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos. Visión de la historia e día de progreso hasta el Renacimiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1966;
- MARTÍNEZ RUIZ, Enrique (ed.). *La Ciencia y la Técnica en la época de Felipe II*. Madrid: Fundesco, 1999;
- MUNDY, Barbara. *The Mapping of New Spain. Indigenous Cartography and the Maps of the Relaciones Geográficas*. Chicago: University of Chicago, 1996;
- NAVARRO BRÓTONS, Víctor & GALDEANO, Enrique Rodríguez. *Matemáticas, cosmología y humanismo en la España del siglo XVI. Los Comentarios al segundo libro de la Historia natural de Plinio de Jerónimo Muñoz*. Valencia: Instituto de estudios documentales e históricos sobre la ciencia, 1998;
- NEIVA, Artur Helh. *Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no brasil, de Gabriel Soares de Souza, 1587, a 7 de setembro de 1922*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1929;
- OGILVIE, Brian. *The Science of Describing – Natural History in Renaissance Europe*. Chicago: UCP, 2006;
- OMMEN, Kasper van. *The Exotic World of Carolus Clusius (1526-1609)*. Leiden: LUL, 2009;
- PARDO TOMÁS, José & LÓPEZ TERRADA, María Luz. *Las primeras noticias sobre plantas americanas en las relaciones de viajes y crónicas de Indias (1493–1553)*. Valencia: Instituto de historia de la ciencia y documentación de la Universidad de Valencia, 1993;
- PIMENTEL, Juan. “The Iberian Vision. Science and Empire in the Framework of a Universal Monarchy, 1500–1800.” In: *Nature and Empire: Science and the Colonial Enterprise*. Editado por Roy MacLeod. Osiris, second series, 2000, 15: 17–30.
- POMAR, Jaume Honorat. *El Codice de Jaume Honorat Pomar (c. 1550–1606): Plantas y animales del Viejo mundo y de America*. Editado por José María López Piñero. València, Espanha: Ajuntament de València, 2000;

- PREST, John. *The Garden of Eden. The Botanic Garden and the Recreation of Paradise*. New Haven: Yale University Press, 1981;
- PRIETO, Andres I. *Missionary Scientists – Jesuit Science in Spanish South America, 1570–1810*. Nashville: VUP, 2011;
- REDONDI, Pietro. “Teologia ed Epistemologia nella Rivoluzione Scientifica” In: *Belfagor*. Vol. 45, No. 6, 30 novembro de 1990, pp. 613-636;
- REDONDI, Pietro. *Galileo eretico*. Turim: Einaudi, 1983 [Tradução brasileira de Júlia Mainardi: *Galileu herético*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991];
- ROMANO, David. *La ciencia hispanojudía*. Madrid: Mapfre, 1992;
- SALA CATALÁ, José. *Ciencia y técnica en la metropolización de América*. Madrid: Edición Doce Calles, 1994;
- SHAPIN, Steven. *The Scientific Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1996;
- SMITH, Pamela H. & FINDLEN, Paula (Eds.). *Merchants and Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*. New York: Routledge, 2002;
- STRONG, Roy. *The Renaissance Garden in England*. London: Thames and Hudson, 1979;
- TRABULSE, Elias. *Arte y Ciencia en la historia de México*. México: Fomento Cultural Banamex, 1995;
- TRABULSE, Elias. *Ciencia y Religion en el Siglo XVII*. México: El Colegio de México, 1974;
- VAREY, Simon (ed.). *The Mexican Treasury. The Writings of Dr. Francisco Hernández*. Traduzido por Rafael Chabrán, Cynthia L. Chamberlin e Simon Varey Stanford: Stanford University Press, 2001;
- VAREY, Simon; CHABRÁN, Rafael & WEINER, Dora B. (eds.). *Searching for the Secrets of Nature. The Life and Works of Dr. Francisco Hernández*. Stanford: Stanford University Press, 2001;
- VASOLI, Cesare. *L’Enciclopedismo del Seicento*. Nápoles: Bibliopolis, 2005;
- ZERON, Carlos Alberto de Moura & CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Nas sendas de Sérgio Buarque de Holanda documentos sobre uma expedição florentina à Amazônia, em 1608” In: *Revista de História*, São Paulo, 2000, nº 142-143: 123-211.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

23/06/2024	Ass: _____



Documento assinado digitalmente

BRUNO MARTINS BOTO LEITE

Data: 23/06/2024 19:54:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL N° 03/2021-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

PROJETO DE PESQUISA

MUSEALIA EM ANÁLISE:

VALORAÇÃO E REPRESENTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NOS MUSEUS
UNIVERSITÁRIOS EM PERNAMBUCO

BRUNO MELO DE ARAÚJO

DAM/CFCH -UFPE

RESUMO:

Este projeto objetiva analisar os sistemas não formais de valoração de bens culturais em museus universitários e patrimônios culturais da ciência e Tecnologia em Pernambuco, a fim de identificar quais processos de valoração deram origem a museália em instituições que não tem a preservação de bens culturais como atividade fim. Além do estudo dos sistemas de atribuição de valor, este estudo busca articular os resultados teóricos com os aspectos da gestão de bens culturais e gestão de museus, posto que no dia-a-dia das instituições museais a atribuição de valor termina por orientar escolhas no âmbito da construção de políticas voltadas a preservação e da divulgação dos bens culturais.

ABSTRACT:

This project aims to analyze the non-formal valuation systems of cultural assets in university museums and cultural heritage of science and technology in Pernambuco, in order to identify which valuation processes gave rise to musealia in institutions that do not have the preservation of cultural assets as an activity. end. In addition to the study of value permanence systems, this study seeks to articulate theoretical results with aspects of cultural property management and museum management, since in the day-to-day of museum institutions, value permanence ends up guiding choices in the scope of the construction of policies aimed at the preservation and dissemination of cultural assets.

APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa enfoca o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e os museus universitários, buscando compreender os valores atribuídos aos bens culturais presentes nestes espaços. Partindo do conhecimento produzido em nossas pesquisas¹, pretendemos dar continuidade ao processo de reflexão desta categoria².

¹ Referimo-nos, especialmente, aos resultados do Convênio no - 081/2010-UFPE, firmado em 03.12.2010, entre a UFPE, CNPJ: 24.134.488/0001-08 e o Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, CNPJ: 04.071.191/0001-33 / Objeto: Apoio ao Desenvolvimento do Projeto para inventário, conservação e exposição do acervo científico e de ensino e ao Projeto "Patrimônio Cultural Luso-Brasileiro de Ciência e Tecnologia: pesquisa, análise e acessibilidade", coordenado em nível nacional pelo Prof. Marcus Granato, a partir do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MCTI. A Universidade Federal de Pernambuco, através do Acordo de cooperação Processo nº 23076.053196/2015-41. / Convênio nº 76/2016-UFPE, firmado em 31.10.2016, e seus aditivos, é responsável pela implementação dos levantamentos no Estado de Pernambuco.

² Projeto de iniciação científica FACEPE, intitulado **Mapeamento Museológico do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia de Instituições de Ensino Superior do Recife: IFPE campus Recife e Escola Politécnica de Pernambuco**, abrangendo o período de 2013.2 a 2014.1. Projeto de iniciação científica PROPESQ-UFPE/CNPq, intitulado **Identificação e atribuição de valores: acervos de ciência e tecnologia das ciências da saúde na UFPE**, abrangendo o período de 2013.2 a 2014.1. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq– Edital Universal 2014 (processo nº 461779/2014-5) e FACEPE Edital Primeiros Projetos 2014 (processo nº APQ-0200-6.08/14), intitulado **“Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia em instituições de ensino e pesquisa de Pernambuco: musealização, preservação e descarte no século XX”**, abrangendo os anos de 2014 a 2018 (prorrogado até 2022).

As principais discussões acerca da preservação de bens culturais envolvem a análise dos processos de patrimonialização e musealização, nos quais a seleção dos bens é etapa primeira e fundante destas ações. Os critérios e valores que motivam a reunião dos bens em coleções, são determinantes para todos os processos de classificação, seleção, conservação e comunicação realizados durante e após os processos de patrimonialização, tais como o tombamento e os inventários.

Como se dão as formas de atribuição de valor ao Patrimônio Cultural? Como objetos, coleções, lugares ou edificações passam são reconhecidos? Será que o entendimento do processo de valoração nos permitirá dizer o que é Patrimônio Cultural, quais seus significados para os grupos que o reconhecem e como ele participa da construção das suas identidades? Será que a partir dos valores atribuídos poderemos justificar a sua preservação e se é possível garantir sua manutenção?

Acreditamos que um aspecto estruturante no pensamento sobre a valoração dos bens culturais está calcado na ampliação das categorias patrimoniais que superaram tipologias tradicionais centradas em valores históricos, artísticos e arqueológicos, dentre outros, para estabelecer outros universos patrimoniais que se articulam à diversidade.

Entendemos que o Patrimônio Cultural não tem valores intrínsecos, dispondo de significados em si, estáveis, duráveis, fixos e definidos. Um objeto em sua trajetória pode ter sido alvo de diferentes usos e consequentemente diversos valores lhe podem ser atribuídos.

O Patrimônio Cultural é um campo complexo que abarca desde edifícios a documentos, saberes e práticas e todas as possibilidades de expressão cultural (POULOT, 2009; CHOAY, 2001; GONÇALVES, 2007). Seu caráter polissêmico, abrangente e fragmentado permite a percepção ampla de elementos considerados significativos dos grupos sociais. As possibilidades de atribuição de valores se multiplicam com o passar do tempo e o desenvolvimento das pesquisas nessa vertente de herança social propicia que novos patrimônios sejam reconhecidos e constituídos, a exemplo do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia (PCC&T) (GRANATO & LOURENÇO, 2011; LOURENÇO & GRANATO, 2015).

Percebemos que os estudos recentemente realizados ampliaram as fronteiras do conhecimento. Novos caminhos podem ser trilhados a partir de múltiplas abordagens sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia, apresentando reflexões que seguem desde os mecanismos de produção e circulação de conhecimento, o papel das instituições científicas, a história das ideias, as relações de poder, a construção das identidades locais e nacionais, o papel das instituições científicas, até os museus de ciência, entre outros temas.

A partir da ampliação e aprofundamento das questões relacionadas à ciência e tecnologia um interessante debate sobre museus de ciência e tecnologia e coleções de objetos desta tipologia ganha importância, nos ajudando a compreender as dinâmicas do mundo científico, os conhecimentos por ele construído, os espaços de produção e reprodução de suas práticas e atribuições de valores e representações que os indivíduos que atuam nesses espaços fazem de si.

Entendemos que toda produção de conhecimento científico e tecnológico pode se transformar em um Patrimônio Cultural, na medida em que os indivíduos reconheçam elementos significativos que o qualifiquem como representativo da comunidade científica. O conceito do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia foi recentemente definido como:

O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva, são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural (CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2017, p. 2)³.

Destaca-se, nessa definição, o reconhecimento de todas as áreas do conhecimento e a perspectiva da historicidade, que nos ajuda a refletir a dinâmica humana de apreensão e transformação de valores, crenças, perspectivas e instituições. Aspectos que não foram valorizados em um dado momento podem ter destaque ou relevância em outro momento histórico. O patrimônio é a reunião dos semióforos criada por uma sociedade, em um dado

³ Disponível em: <<http://www.mast.br/index.php/ultimas-noticias/603-carta-do-rio-de-janeiro-sobre-patrimonio-cultural-da-ciencia-e-tecnologia.html>>. Acesso em: 16 Ago. 2018.

momento e, a partir dele, traduz-se o tipo de relação que a sociedade decide estabelecer com o tempo. Assim, é expressa uma certa ordem do tempo do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente (HARTOG, 2013, p.147).

O PCC&T exerce uma estreita relação com o Patrimônio Universitário. Apesar de suas definições não coincidirem completamente, muitas vezes ambas tipologias de patrimônio se sobrepõem, posto que o patrimônio cultural universitário compreende todos aqueles bens, tangíveis e intangíveis, que fazem referência ao sistema de valores, modos de vida e função social das universidades. Trata-se dos bens culturais que fazem referência às práticas e vivências do ensino, da pesquisa e da extensão, em todas as áreas do conhecimento (UNIÃO EUROPEIA, 2005).

No âmbito dos bens tangíveis, trata-se de objetos que usualmente encontram-se espalhados em todo o campus universitário e que são, muitas vezes, guardados por iniciativa pessoal de docentes ou técnicos administrativos. Há situações em que estes bens culturais são sumariamente descartados, pois, nem sempre os seus responsáveis imediatos se dão conta do seu valor cultural. Assim como, há situações em que os bens culturais se encontram “invisíveis”, pois estão há muito tempo enfeitando corredores ou sendo guardados em estantes. O patrimônio universitário também está presente em coleções visitáveis e em museus universitários, que são espaços especificamente destinados à preservação e à comunicação dos bens culturais.

Como é da própria natureza de todo patrimônio, o PCC&T inclui uma diversidade de tipologias de objetos e práticas. Com base na definição apresentada pela *Carta do Rio*, podem ser incluídos nessa categoria, tanto aspectos tangíveis como intangíveis, como destaca o trecho a seguir:

O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia inclui artefatos, construções humanas e paisagens naturais, locais de observação do céu noturno, observatórios astronômicos e geofísicos, estações meteorológicas e agrônômicas, laboratórios, museus, inclusive jardins botânicos e zoológicos, e locais utilizados ou construídos com a finalidade de sediar experimentos, conservar coleções científicas, propiciar aprendizagem e o intercâmbio de ideias, desenvolver e produzir instrumentos, máquinas e processos relacionados desenvolvimento tecnológico, públicos ou privados.

São objetos de significação cultural da ciência e da tecnologia as coleções científicas de todas as áreas do conhecimento (Saúde,

Humanidades, Engenharias, Ciências Exatas, Biológicas, Linguagens Artísticas, Comunicação e Informação, etc.), instrumentos científicos de todos os tipos, máquinas e montagens, cadernos de laboratório, cadernos de campo, livros, fotografias, entre outros tipos de documentos, públicos e privados, relacionados aos processos de construção do conhecimento científico e tecnológico.

Fazem parte do patrimônio cultural intangível da ciência e da tecnologia as dinâmicas desenvolvidas para as atividades científicas e de incremento tecnológico em laboratórios, as práticas de ensino e pesquisa, o saber-fazer científico, entre outros. (CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2017, p 3)

Entendemos que este patrimônio retrata diversos estágios de construção do conhecimento científico e tecnológico e, mais ainda, simbolizam a própria sociedade contemporânea. O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia pode ser, ao mesmo tempo, portador da memória dos “modos de conhecer” e incentivador/divulgador das novas tecnologias e do próprio conhecimento científico. Uma das formas de garantir sua preservação está no estabelecimento do processo de musealização.

Entendemos que refletir os museus universitários e os valores a eles atribuídos contribuirá na preservação dos bens culturais provenientes das dinâmicas científicas e tecnológicas. Além disso, visualiza-se a possibilidade de criação de estratégias que propiciem um maior conhecimento, entendimento, visibilidade e valorização do patrimônio cultural.

a) OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS;

Objetivo geral:

Analisar os sistemas não formais de valoração do patrimônio cultural de ciência e tecnologia e museus universitários, a fim de compreender como e quais são os processos que permitem o surgimento da museália em instituições do ensino superior e instituições e pesquisa

Objetivos específicos:

- Analisar os conceitos de ciência, tecnologia e PCC&T, a fim de contribuir para a formulação de marcos teóricos relevantes para a temática e o processo de atribuição de valores.
- Analisar a trajetória e constituição de coleções e museus universitários, identificando valores associados ao PCC&T.

- Analisar, transversalmente, os processos sociopolíticos relativos à C&T nos museus universitários e a preservação dos seus acervos que influenciam na construção de diferentes narrativas sobre a história.

b) JUSTIFICATIVA

No Brasil os estudos sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia e Museus universitários ainda não encontram numerosos títulos. Sobre o tema, destaca-se a contribuição ímpar do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST que vêm subsidiando atividades de exposição, seminários e Workshops em nível nacional e internacional discutindo o patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia, como também propiciando o desenvolvimento de grupo de pesquisa⁴ que tem a cultura material de C&T como referência dos debates.

Dentre os trabalhos desenvolvidos destacamos a dissertação de Felipe Keller Rodrigues Vieira, em trabalho intitulado *Patrimônio Aeronáutico Brasileiro: presenças e ausências no Museu Aeroespacial Brasileiro*, que discutiu a natureza do patrimônio aeronáutico, apresentado sua organização, gênese e dimensão simbólica a partir da legislação patrimonial e regulamentos que tratam do patrimônio preservado no museu⁵.

Em outra vertente do tema, encontra-se a dissertação produzida por Roberta Nobre da Câmara, que teve como foco o Patrimônio genético brasileiro. Para tanto, ela estudou a coleção de fungos filamentosos da Casa Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, discutindo as possibilidades de sua patrimonialização e a produção de narrativas a partir de coleções científicas biológicas nos Museus de Ciência, no sentido de sua valorização e disseminação de conhecimento⁶.

Maria Alice Ciocca de Oliveira desenvolveu a dissertação *A Trajetória da formação da Coleção de Objetos de C&T do Observatório do Valongo*⁷. Neste trabalho foi adaptada a metodologia da prosopografia para uso com coleções, possibilitando a produção de conhecimento sobre a mesma e a construção da trajetória de sua

⁴ GPBC – Grupo de Pesquisas em Preservação de Bens Culturais, sediado no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

⁵ VIEIRA, Felipe Koeller Rodrigues. *Patrimônio Aeronáutico: presenças e ausências no Museu Aeroespacial Brasileiro*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009. 146 p.

⁶ CÂMARA, Roberta Nobre da. *A patrimonialização de material genético brasileiro: o estudo de caso da coleção de fungos filamentosos do Instituto Oswaldo Cruz*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008. 115p.

⁷ OLIVEIRA, Maria Alice Ciocca de. *A Trajetória da formação da Coleção de Objetos de C&T do Observatório do Valongo*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2011. 162 p.

formação, articulando a mesma como subsídio para a pesquisa sobre coleções e para construção da história da Astronomia no Brasil e, em especial, ao Rio de Janeiro.

O alargamento das discussões dos temas que envolvem o patrimônio cultural de ciência e Tecnologia, proporcionou ainda a produção da dissertação de Patrícia Muniz Mendes intitulada *O Patrimônio de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora: Concepções museológicas das coleções*⁸. Esta pesquisa pontuou aspectos da formação de coleção e da institucionalização de espaços museológicos de Ciência e Tecnologia (C&T), tendo como centro de análise a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Por último, destacamos a dissertação de mestrado defendida por Fernanda Pires Santos, intitulada de *Encontro entre o Patrimônio de Ciência e Tecnologia e a Sociedade: A preservação de objetos de Ciência e Tecnologia nos museus da cidade do Rio de Janeiro*⁹, a mesma produziu uma análise de informações relacionadas a conjuntos e coleções de objetos de Ciência e Tecnologia – C&T que constituem acervos museológicos na cidade do Rio de Janeiro.

Além das dissertações citadas, apresentam a potencialidade de estudos que poderemos desenvolver no âmbito do PGH/UFRPE que articulados ao cenário dos conjuntos de objetos de C&T já levantados em nossas pesquisas no âmbito do projeto Valorização, revelam um cenário de conjuntos e coleções de objetos de ciência e tecnologia que carecem de maior investigação.

Como aponta Lourenço (2002, p.58), “em que pesem as diferenças entre as funções específicas de ensino e pesquisa, todas essas coleções se constituem em herança acadêmica porque oferecem as evidências materiais da longa busca do homem pelo conhecimento”. A autora, que tem se debruçado sobre a investigação da importância do papel contemporâneo dos museus universitários, tem procurado respostas aos questionamentos sobre “quais são seus usos? de que maneira suas funções se diferem das funções no passado? De que maneira essas funções tem interseção com a universidade contemporânea?” (LOURENÇO, 2002, p.51).

⁸ MENDES, Patricia Muniz. *O Patrimônio de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora: concepções museológicas das coleções*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 144 p. Orientador: Marcio Ferreira Rangel. UNIRIO/ MAST. 2014. Dissertação

⁹ SANTOS, Fernanda Pires. *Encontro entre o Patrimônio de Ciência e Tecnologia e a Sociedade. . . A preservação de objetos de Ciência e Tecnologia nos museus da cidade do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2014. 166 p. Orientador: Marcus Granato.

Essas preocupações merecem uma adequada investigação e se relacionam com as pesquisas aqui propostas, porque dizem respeito ao entendimento da produção de coleções e a produção de sentido destas em seus espaços, que, no caso da autora, se referem à situação existente em Portugal, mas que poderá ter, provavelmente, articulação com os resultados de pesquisas similares realizadas no Brasil, por conta das origens similares (GRANATO e LOURENÇO, 2011). Assim, entendemos que o sentido próprio do objeto e das coleções pode variar espacialmente e temporalmente, e que neste processo de acomodação de significados se produziu uma relação de sentido que necessita ser interpretada, para que assim se visualize sua constituição, como também, se construam novos processos de significação tão almejados e necessários aos acervos de ciência e tecnologia e museus universitários.

Vale salientar que a relevância deste projeto se estrutura por trazer três níveis de discussão. O primeiro se caracteriza pela discussão teórica que este projeto proporcionará. O desdobramento das análises em torno da produção de coleções de ciência e tecnologia, sua constituição, origem, possibilitará um aprofundamento dos debates, e conceitos em torno deste tema.

O segundo nível da discussão, caracteriza-se pelo caráter empírico. A análise das coleções, desde a sua produção e sua posterior inserção na dimensão simbólica de um espaço de memória, possibilitará um rico debate no sentido da interpretação do atual uso destes objetos e coleções, como também, na proposta de redefinição de seus usos e apropriações nos seus locais de guarda.

Como terceiro eixo de discussões, teremos a importância política de um estudo destes patrimônios. Os resultados possibilitados pela pesquisa poderão contribuir na proposição de políticas culturais e científicas relacionadas ao patrimônio de ciência e tecnologia de modo a promover nas universidades, centros de pesquisa, mecanismos de preservação de seus bens culturais.

Ainda é válido pontuar neste aspecto, que este projeto possibilitará um leque de discussões do ponto de vista regional, ainda inexistente, pois não encontramos estudos referentes ao tema nas regiões norte/nordeste do país.

c) ADERÊNCIA

A presente proposta de pesquisa se vinculada à Linha de Pesquisa 01 – Cultura, Patrimônio e Memória, já que venho estudando e pesquisando, notadamente, sobre o patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia e os museus universitários,

refletindo o processo de de formação de coleções, agentes de promoção e valoração dos bens culturais¹⁰. Contudo, também poderei desenvolver atividades de orientação e pesquisa sobre outras tipologias de espaços museais e coleções de diferentes materialidades e proveniência.

O projeto de pesquisa e a atuação docente estão em consonância com as propostas de trabalho desenvolvidas na Linha 1 – Cultura, Patrimônio e Memória. Destaco que as atividades docentes estarão permeadas pela produção artigos, livros e produção técnica que dialogam de forma direta e perene com os temas refletidos na referida linha de pesquisa. Por fim saliento, que venho contribuindo com o PGH/UFRPE nos últimos anos, ministrando disciplinas compartilhadas com a professora Emanuela Sousa Ribeiro nos semestres 2019.2 e 2020.1.

d) RESULTADOS ESPERADOS:

- Orientar dissertações de mestrado com temas relacionados ao Patrimônio Cultural, Museus, formação de coleções, políticas públicas de preservação, em especial, aos projetos de pesquisa sobre o PCC&T e aos museus universitários;
- Ministrar disciplinas vinculadas à Linha de pesquisa I – Cultura, Patrimônio e Memória que proporcionem reflexões sobre a caracterização teórica e metodológica do campo de estudos do Patrimônio Cultural;
- Organizar eventos acadêmicos (Seminários, mesas redondas, lives) de forma articulada com os professores da Linha de Pesquisa I, no sentido de promover o PGH/UFRPE e estimular reflexões discentes;
- Participar de comissões e grupos de trabalho que promovam debates e discussões sobre o funcionamento, normas e rotinas administrativas do PGH/ UFRPE.
- Produzir materiais técnicos (cartilhas, catálogos, verbetes para dicionários e outros documentos para instituições de preservação do patrimônio cultural e científico);
- Publicar resultados de pesquisas por meio de periódicos especializados com qualificação reconhecida pela Capes, livros e anais de eventos.

¹⁰ Referimos a projetos de pesquisa em desenvolvimento pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, financiados pela FACEPE e CNPq, a saber: MUSEUS UNIVERSITÁRIOS EM PERNAMBUCO: VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Fase 2) - **processo BIC-0982-8.08/21**; Museologia e Química: Intercorrências necessárias para a conservação de bens culturais – **Processo BIC-0441-6.08/21**.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bruno Melo de; RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Cadernos do Patrimônio Cultural de C&T: pesquisa, acervos e instituições*. Recife: Editora UFPE, 2015.

CÂMARA, Roberta Nobre da. *A patrimonialização de material genético brasileiro: o estudo de caso da coleção de fungos filamentosos do Instituto Oswaldo Cruz*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008. 115p.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ UNESP, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN/DEMU, 2007.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P.25-33.

GRANATO, Marcus. CÂMARA, R. Patrimônio, Ciência e Tecnologia: inter-relações. In: CARVALHO, Claudia S. R, GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Z.; BENCHETRIT, Sara F. Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p.172-200.

HOBBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LOPES, Maria M. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. Trajetórias museológicas, biografias de objetos, percursos metodológicos. In: ALMEIDA, Marta; VERGARA, Moema R. (Orgs). *Ciência, história e historiografia*. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Via Lettera. Rio de Janeiro, 2008. p.305-318.

LOURENÇO, Marta C. Between two worlds: the distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe. Tese de Doutorado apresentada ao Conservatoire National des Arts et Métiers – Paris, 2005.

_____. Patrimônio da Ciência e da Técnica nas Universidades Portuguesas: Breve panorama europeu. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Livro Eletrônico. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009.

MENDES, Patricia Muniz. *O Patrimônio de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora: concepções museológicas das coleções*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio,

UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 144 p. Orientador: Marcio Ferreira Rangel. UNIRIO/ MAST. 2014.

MENEZES, Ulpiano Bezerra Toledo de. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. *Anais...* Brasília: Ed. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. p.25-39.

_____. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Revista de História. São Paulo: 1983, p103-117. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/61796/64659>. Acesso em: 15 ago 2016.

OLIVEIRA, Maria Alice Ciocca de. *A Trajetória da formação da Coleção de Objetos de C&T do Observatório do Valongo*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2011. 162 p.

POMIAM, K. *Coleção*. IN: encyclopediia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, casa da Moeda, 1984. V.1, p 51-86.

POULOT, Dominique. *A história do patrimônio do ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, n.sér., v.8-9, 2000-2001. p.281-291

SANTOS, Fernanda Pires. *Encontro entre o Patrimônio de Ciência e Tecnologia e a Sociedade. . . A preservação de objetos de Ciência e Tecnologia nos museus da cidade do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2014. 166 p. Orientador: Marcus Granato.

VIEIRA, Felipe Koeller Rodrigues. *Patrimônio Aeronáutico: presenças e ausências no Museu Aeroespacial Brasileiro*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009. 146 p.

Projeto de Pesquisa

Aliados essenciais. Os povos indígenas e as guerras luso-hispano-neerlandesas no
Brasil (1624-1654)

Bruno Romero Ferreira Miranda

Recife, junho de 2025

Resumo	03
Introdução	04
Objetivos geral e específicos	06
Metodologia/Fontes	07
Contribuições esperadas	14
Cronograma	14
Referências bibliográficas	16

Identificação do pesquisador

Nome: BRUNO ROMERO FERREIRA MIRANDA

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Departamento: HISTÓRIA

Categoria funcional: PROFESSOR ASSOCIADO I

Regime de trabalho: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Área: HISTÓRIA DO BRASIL // HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA

Título do projeto: Aliados essenciais. Os povos indígenas e as guerras luso-hispano-neerlandesas no Brasil (1624-1654).

Resumo: Desde o estabelecimento dos portugueses no Brasil, em princípio do século XVI, eles buscaram forjar alianças com as populações nativas. Manter a paz com os indígenas e obter seu apoio no processo de colonização era imprescindível para o sucesso do empreendimento. Além de buscar inseri-los na lógica econômica da recém-implantada colônia, eles buscavam que seus aliados atuassem como braço armado contra outros povos indígenas que resistiam a colonização. Também almejavam ter nesses aliados uma força para conter rivais estrangeiros que disputavam o espaço e os recursos da nova colônia. Os principais desafiantes externos dos portugueses no Brasil, franceses e neerlandeses, nos séculos XVI e XVII, procuraram igualmente fomentar alianças com os indígenas. Todos sabiam que sem a colaboração e a participação direta dos indígenas no empreendimento colonial seria impossível conquistar e manter a posse do Brasil. Mas este é apenas um lado da história. Povos indígenas também receberam e procuraram os europeus para firmar acordos em suas lutas contra seus inimigos, fossem outros nativos ou colonizadores da Europa. O projeto “Aliados essenciais: Os povos indígenas e as guerras luso-hispano-neerlandesas no Brasil (1624-1654)” tem por objetivo fazer uma releitura do chamado “Brasil-holandês” levando em consideração as alianças e a participação dos povos indígenas. Busca-se mostrar os povos indígenas enquanto sujeitos históricos, bem como mostrar a dinâmica das relações estabelecidas com europeus, sobremaneira os neerlandeses, nesse conflito. Foram elaborados alguns questionamentos que servirão de baliza dessa pesquisa a partir da leitura das fontes da administração neerlandesa no Brasil, bem como de raros textos produzidos pelos próprios indígenas e da historiografia dedicada a história dos povos indígenas. Ao respondê-los espera-se compreender melhor a história dos povos indígenas e suas relações com os não-indígenas, a exemplo de: o que significava para esses indígenas a formação de alianças com os europeus, especificamente os neerlandeses? O que eles esperavam alcançar com tais acordos? O que conseguiram? Quais foram os principais entraves às alianças entre indígenas e neerlandeses? Qual foi o impacto das alianças feitas com europeus para as populações indígenas? Como o entendimento da participação indígena no processo de colonização modifica o conhecimento sobre a história do Brasil colonial?

Palavras-chave: Brasil-holandês, História indígena, Agência indígena, alianças, documentos neerlandeses.

INTRODUÇÃO

Desde o princípio da presença portuguesa na costa do Brasil, no início do século XVI, os colonos viram-se compelidos a forjar alianças com os povos indígenas. Manter a paz com as populações locais, numericamente superiores e dominantes no território, era imprescindível para o sucesso da colonização. Além de buscar inseri-los na lógica econômica da recém-implantada colônia, os portugueses buscavam na sua aliança com os indígenas uma força militar para deter o avanço de concorrentes europeus e uma arma contra outros povos nativos que resistiam ao processo de colonização. Os principais desafiantes externos dos portugueses no Brasil, franceses e depois neerlandeses, nos séculos XVI e XVII, também procuraram fomentar alianças com os nativos. Todos sabiam que sem a colaboração e a participação direta dos indígenas no empreendimento colonial seria impossível conquistar e manter a posse do vasto território do Brasil (ALMEIDA, 2010; MEUWESE, 2012; MONTEIRO, 1994).

Contudo, esse é apenas um lado da história. Indígenas de vários povos, notadamente os do litoral, de língua Tupi, tinham um amplo histórico de trocas, conflitos, acordos e alianças entre si antes da presença dos europeus, o que facilitou as negociações e as relações com os europeus que chegavam. Os indígenas, numa dinâmica sociopolítica já conhecida, passaram a enxergar os forasteiros como potenciais aliados para trocas, acordos e alianças de finalidades belicosas. Com o passar das primeiras décadas, acabaram entrando nas disputas de colonos europeus pelo território do Brasil. Por sua vez, as guerras coloniais se misturavam com os conflitos internos pré-existentes entre os grupos nativos (ALMEIDA, 2010; FERNANDES, 1970; MONTEIRO, 1994).

Muitos anos após o início do empreendimento colonial no Brasil, disputas europeias que envolviam a República das Províncias Unidas e a Monarquia de Habsburgo acabaram por levar guerra aos territórios produtores de açúcar. Toda a zona do açúcar foi sacudida por um longo confronto que opôs portugueses, espanhóis e neerlandeses entre os anos de 1630 e 1654, com um conflito prévio e menos duradouro na capital colonial do Brasil, Salvador, entre 1624 e 1625. Nesse interim, povos Potiguara e Tabajara, de língua Tupi, estabelecidos entre as capitânicas do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, mantiveram antigas alianças com os portugueses e atuaram amplamente na longa guerra travada nessas paragens (GONÇALVES, 2007; HEMMING, 2007; HULSMAN, 2006; MELLO, 2001; MEUWESE, 2003; MEUWESE, 2012; MIRANDA, 2020).

Todavia, nem todos os Potiguara e Tabajara permaneceram aliados aos portugueses. Em semelhança a momentos anteriores, no qual se aliaram a franceses para expulsar os portugueses e espanhóis do litoral, uma fração dos indígenas decidiu se aliar aos neerlandeses e subjugar os colonos portugueses. Esses indígenas não tinham esquecido os tempos não tão distantes nos quais

eles ofereceram ferrenha resistência aos portugueses, que instalados na Capitania de Pernambuco conquistaram regiões costeiras da Paraíba, de Itamaracá e do Rio Grande e, no processo, escravizaram e aniquilaram os que resistiram à colonização. É importante lembrar que essa conquista foi feita com o apoio de indígenas coligados aos colonos, que compuseram braço armado basilar das forças coloniais portuguesas. Exemplo da importância do elemento indígena nos conflitos coloniais pode ser dado com a expedição que deixou Pernambuco para reconquistar o Maranhão, então em mãos francesas, no princípio do século XVII. Ela contou com contingentes indígenas que se mostraram essenciais para o sucesso da chamada “Jornada do Maranhão”, alusão ao relato de Diogo Campos Moreno, sargento-mor do Estado do Brasil, sobre a expedição liderada por Jerônimo de Albuquerque (HEMMING, 2007; HULSMAN, 2006; MELLO, 1998; RAMINELLI, 2011).

Outros povos indígenas, chamados genericamente de Tapuia pelos colonos e pelos indígenas da costa, divididos em vários grupos no interior do Brasil, também fizeram acordos com os neerlandeses. Se para os neerlandeses, os indígenas foram essenciais para manter o território recém-conquistado, para os últimos a presença dos primeiros os deixou momentaneamente livres de investidas portuguesas no chamado sertão. As relações, assim como observado entre os de língua Tupi, mostraram-se instáveis e várias tensões e rupturas surgiram ao longo do percurso (BOOGAART, 1979; BEL & FRANÇOZO, 2023; MEUWESE, 2012).

O projeto “Aliados essenciais” tem por objetivo fazer uma releitura do episódio das Guerras do Açúcar no Brasil, no que se refere às alianças forjadas pelos indígenas com os neerlandeses, levando em consideração seus interesses e tomando-os por agentes de sua própria história. Essa releitura baseia-se amplamente nas discussões mais recentes da História Indígena, que no Brasil, desde os anos 1990, tem questionado a diminuta influência atribuída até então às ações dos ameríndios sobre os processos históricos (ALMEIDA, 2017; MONTEIRO, 1995).

Essa historiografia tem apresentado análises inovadoras nos últimos 30 anos, o que demonstra que não se pode compreender a totalidade dos diversos processos e períodos da história do Brasil sem a presença dos interesses e ações dos indígenas. Uma das principais características definidoras deste novo paradigma nos estudos sobre os povos indígenas reside na reavaliação da ideia de “aculturação” – que preconiza e naturaliza teleologicamente o desaparecimento dos indígenas – e a substitui por conceitos como “metamorfose” e adaptação cultural (ALMEIDA, 2003; MONTEIRO, 1995). Logo, este projeto emprega diretamente essas referências e proposições teórico-conceituais, como está evidente no uso corrente do termo “agente”, que aqui faz referência direta à “ação consciente – *agency*, em inglês – dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das

condições do contato e da dominação”, conforme sintetizou John Manuel Monteiro (MONTEIRO, 1995: 226-227; MIRANDA, DANTAS, 2021: 26).

Por fim, procura-se, de forma ampla, entender melhor a natureza das alianças forjadas ao longo do conflito e averiguar os problemas entre as partes coligadas, bem como o impacto da ação das forças militares indígenas para a conquista e manutenção do território durante as chamadas Guerras do Açúcar (1624-1654). Espera-se também demonstrar como a participação indígena no processo de colonização modifica o conhecimento existente sobre a história do Brasil colonial.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Geral

Investigar as relações dos povos indígenas do Brasil com os neerlandeses durante os anos de ocupação da Companhia das Índias Ocidentais (1624-1654).

Específicos

1. Elaborar um amplo histórico das relações entre indígenas e neerlandeses a partir de fontes neerlandesas e conectar com as usuais forjas de alianças das sociedades indígenas entre si e com outros europeus que precederam a chegada da gente da Companhia das Índias Ocidentais;
2. Averiguar quais foram os principais entraves às alianças entre indígenas e neerlandeses;
3. Analisar a política de alianças da Companhia das Índias Ocidentais para esses povos no Brasil e suas particularidades, isto é, a adoção de práticas portuguesas como o aldeamento colonial;
4. Perscrutar o impacto das alianças para as populações indígenas;
5. Examinar como se processava a relação de troca entre os indígenas e neerlandeses;
6. Fazer uma análise sobre o papel militar indígena nas forças neerlandesas e sobre como isso modifica o conhecimento existente sobre a história colonial.

METODOLOGIA E FONTES

As relações de indígenas (genericamente os ditos Tupi e Tapuia) com neerlandeses durante as chamadas Guerras do Açúcar não são plenamente desconhecidas da historiografia brasileira e neerlandesa, como se observa nos estudos de várias temporalidades como os produzidos, por exemplo, por Souto Maior (1912), Gonsalves de Mello (1947; 1954; 2001), Boogaart (1979), Pompa (2002), Meuwese (2003; 2012), Galindo (2004), Hulsman (2006), Nascimento (2008) e Raminelli (2011).

Todavia, não existe pesquisa densa sobre a relação desses povos com os neerlandeses no tempo do conflito que leve em consideração os interesses dos indígenas, que os tome efetivamente por agentes de sua própria história e que discuta a importância das alianças forjadas para esses povos ao longo do período. Usualmente, os pesquisadores centraram suas análises em um dos lados europeus – o luso-espanhol – e relegaram aos indígenas um papel secundário no teatro das Guerras do Açúcar – no caso dos estudos mais antigos. Ademais, parte dos historiadores brasileiros que se dedicou ao tema não dominava a língua neerlandesa ou não teve acesso amplo aos fundos neerlandeses, o que terminou por limitar suas pesquisas aos acervos provenientes de instituições do Brasil ou a traduções de fontes realizadas majoritariamente entre fins do século XIX (SOUTO MAIOR, 1912) e décadas de 1980 (MELLO, 1985). Desta feita, existem lacunas nas interpretações sobre a história indígena no Brasil do período em tela. Para cobrir essa ausência, levantamos alguns questionamentos que deverão ser respondidos ao longo dessa pesquisa, a exemplo de: o que significava para esses indígenas a formação de alianças com neerlandeses? O que eles esperavam alcançar com tais acordos? O que conseguiram? Quais foram os principais entraves às alianças entre indígenas e europeus? Qual foi o impacto das alianças feitas para as populações indígenas?

Essas são perguntas que não foram respondidas ou tiveram respostas cobertas apenas parcialmente por historiadores que se dedicaram a estudar esse breve episódio ocorrido no século XVII, mas que deixou marcas profundas na sociedade colonial do Brasil, incluindo, é claro, os indígenas. Para responder a tais questionamentos, será necessário fazer uma releitura de fontes neerlandesas, além de comparar as informações obtidas com a historiografia nacional e estrangeira que tenha tratado do tema pelo viés dos indígenas em outros períodos.

Nesse sentido, as pesquisas conduzidas por Almeida (2003; 2010) e Monteiro (1994) nos ajudam a pensar o ponto de vista dos indígenas nos processos históricos, colocando-os como agentes de sua própria história e como grupos que tinham interesses próprios nas negociações estabelecidas com colonos europeus. Almeida e Monteiro nos permitem pensar as trocas políticas sob a ótica do indígena, sem deixar de lado os impactos causados pelas alianças, muitas vezes feitas sob pressão e violência da colonização.

Embora o debate sobre a centralidade da participação indígena na história e sua participação política tenha sido quase integralmente escanteado pela historiografia que debateu as Guerras do Açúcar, a atuação política dos indígenas e seus descendentes em conflitos no Brasil é recorrente em pesquisas sobre outros períodos desde a década de 1990. Para os territórios enfocados nessa pesquisa, da colônia até a constituição do período imperial, servirão de baliza as obras produzidas por Carvalho (1996), Medeiros (2000), Puntoni (2002), Azevedo (2004), Pires (2004), Elias (2005), Ferreira (2006), Gonçalves (2007), Alves da Silva (2004; 2011), Maia (2010; 2017), Oliveira (2011) e Dantas (2018).

Quanto à metodologia de trabalho e o tratamento das fontes bibliográficas e documentais, será dedicada atenção à interpretação de obras que contextualizem o objeto de estudo da pesquisa ou que abordem assuntos correlatos aos objetivos específicos propostos. Para o desenvolvimento dos objetivos propostos será feita – quando necessário – a seleção, transcrição, tradução e interpretação de documentos manuscritos e impressos, seguido de um confrontamento com as informações colhidas em fontes bibliográficas. A partir dos dados recolhidos na documentação e bibliografia, serão produzidos artigos científicos contendo as primeiras respostas aos questionamentos propostos.

Para construir uma narrativa a respeito das relações entre indígenas e neerlandeses nas Guerras do Açúcar será necessário pesquisar uma ampla variedade de manuscritos e impressos coevos, a exemplo de cartas, crônicas, diários, memórias, panfletos, regulamentos governamentais e relatos diversos. Entre os documentos provenientes do lado neerlandês, parte substancial desse material será proveniente de informações trocadas entre os membros do governo da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil e o corpo diretivo da Companhia nas Províncias Unidas (os Senhores XIX). Outra fração será constituída de missivas de temas variados enviadas por gente do governo no Brasil aos Estados Gerais (o parlamento da República das Províncias Unidas dos Países Baixos). As atas do governo estabelecido no Brasil, produzidas entre 1635 e 1654, irão compor uma das principais fontes consultadas, bem como diários e cartas de militares presentes na conquista em diferentes momentos. Esporadicamente, serão utilizados documentos iconográficos – desenhos, gravuras, mapas e pinturas.

Entre as fontes portuguesas e espanholas, temos outra pletora de textos produzidos pela administração régia, por governos locais, por comandantes de tropas em comunicação contínua com o governo-geral e com a Coroa, bem como escritos de religiosos que circulavam nas capitanias e se comunicavam com seus superiores. Esses documentos podem ser enquadrados como consultas, cartas de autoridades, requerimentos, informações, cartas régias, pareceres, certidões, alvarás, provisões, decretos, representações e várias outras tipologias. Serão importantes para que

sejam estabelecidas comparações das alianças de indígenas com portugueses e espanhóis no contexto das Guerras do Açúcar.

Do amplo conjunto de documentos manuscritos neerlandeses, a maior parte utilizada na pesquisa será oriunda do Arquivo Nacional na Haia (*Nationaal Archief*), da coleção Velha Companhia das Índias Ocidentais (*Oud West-Indische Compagnie*, OWIC).¹ Especificamente, serão selecionadas nessa coletânea as Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil (*Dagelijkse Notulen van den Hoogen en Secreten Raad in Brazilië*), datadas dos anos de 1635 a 1654, as Cartas e Papéis Saídos do Brasil e Curaçao (*Overgekomen Brieven en Papieren uit Brazilië en Curaçao*), de 1630 a 1654, e as resoluções e cartas dos Senhores XIX dispostas em inventários diversos. Serão empregados também documentos da coleção dos Estados Gerais (*Staten-Generaal*) produzidos entre 1637 e 1655.

As *Dagelijkse Notulen* (DN)² constituem um registro diário dos atos do governo da Companhia no Brasil, formado pelo Conselho Político (1630-1637), Alto e Secreto Conselho (1637-1644) e Alto Governo (1644-1654). Todas as resoluções tomadas pelo governo, sobre os negócios públicos ou particulares, eram registradas diariamente em um livro de atas (*Notulen*) do qual eram extraídas cópias autênticas em cadernos para serem regularmente remetidos aos diretores da Companhia nos Países Baixos. Foram narrados nas atas os pormenores relativos ao governo político, civil e militar, além de anotados vários dados sobre o estado financeiro e econômico da conquista. As atas fornecem elementos que servem diretamente para identificar a movimentação de tropas indígenas no território e as relações entre a administração da Companhia com seus aliados nativos.

As *Overgekomen Brieven en Papieren uit Brazilië en Curaçao* (OBP)³ contêm informações variadas sobre as atividades da Companhia no Brasil. Esses documentos compõem-se de correspondências entre a administração dos territórios conquistados e as autoridades neerlandesas (diretores da Companhia e Estados Gerais). Entre os assuntos abordados relacionados diretamente à fundamentação deste estudo estão as questões militares diárias e o abastecimento da conquista: listas de distribuição do pessoal militar no território, registros de pagamento de tropas (incluindo as indígenas), inventários dos armazéns e listas minuciosas das necessidades da conquista. Nas “Cartas e Papéis” também podem ser encontrados diários de expedições e relatórios sobre o estado da conquista, com informações detalhadas sobre indígenas do Brasil. Nas OPB, o conjunto de documentos mais importante e conhecido para o estudo das relações entre indígenas do Brasil durante as Guerras do Açúcar são as chamadas cartas Tupi, escritas por lideranças indígenas aliadas

¹ Esses documentos estão em sua maioria disponíveis *online* no site do Arquivo Nacional da Haia, Países Baixos (<http://www.gahetna.nl>).

² NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 68-76 (1635-1654).

³ NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 45-67 (1631-1654).

aos portugueses e endereçadas a comandantes nativos aliados aos neerlandeses.⁴ Essas cartas contam com traduções parciais e integrais para a língua portuguesa feitas por Sampaio (1906), Pedro Souto Maior (1913), Cerno e Obemeier (2013) e Navarro (2022). Pesquisas desenvolvidas por Monserrat, Barros e Barbosa (2020) tem se atentado a detalhes para além da tradução dessas cartas, tentando adensar o contexto da escrita e da trajetória de seus autores.

A coleção de documentos *Staten-Generaal* (SG)⁵ teve gestação nas instituições do governo central da República das Províncias Unidas. Como a Companhia das Índias Ocidentais controlava o Brasil por efeito de uma concessão dos Estados Gerais, o último exercia forte autoridade política sobre a primeira, através da fiscalização de suas atividades econômicas, políticas e militares. Os papéis enviados da conquista aos Países Baixos, ou vice-versa, tratam de assuntos diversos. De interesse para essa pesquisa são os relatórios e as cartas escritas por oficiais e membros do governo que atestavam o estado da conquista, as listagens com o número de provisões – de boca e de guerra –, as notificações sobre o estado dos armazéns, dos arsenais e das tropas, além das instruções emitidas pelos Estados Gerais sobre a forma de administração do Brasil, inclusive no que concerne às negociações com os povos nativos. Também é possível encontrar relatórios que tratam do estado das capitanias ocupadas, incluindo a descrição de aspectos puramente econômicos, geográficos, governativos e demográficos.

As resoluções dos Senhores XIX constam das decisões e recomendações da direção da Companhia nas Províncias Unidas enviadas aos membros do governo do Brasil – tanto os militares quanto os civis.⁶ O conteúdo é diverso e difícil de ser especificado, embora não seja distinto em teor dos documentos das outras coleções supracitadas.

Além do Arquivo Nacional, outros acervos dos Países Baixos podem conter informações relevantes para esta pesquisa. No inventário de número 1452, do “Arquivo da Casa Real” (*Koninklijke Huisarchief*),⁷ podem ser encontrados muitos documentos relativos ao governo de Johan Maurits van Nassau-Siegen, dos quais vários foram traduzidos e publicados em coletâneas de fontes ou em revistas de institutos históricos brasileiros. Entre os temas de interesse desses papéis acumulados por Nassau estão os documentos sobre questões logísticas e militares, incluindo alguns

⁴ Carta em tupi de Antônio Filipe Camarão. HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 54, 19-08-1645; Carta em tupi de Antônio Filipe Camarão para destinatários não nomeados. HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 57, 19-08-1645; Carta em tupi de Antônio Filipe Camarão para Antônio Paraupaba, do Rio Grande. NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 55, 04-10-1645; Carta em tupi de Antônio Filipe Camarão para Pedro Poti, da Paraíba. NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 53, 04-10-1645; Carta em tupi Diogo Pinheiro Camarão para Pedro Poti, da Paraíba. HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 52, 21-10-1645; Carta em tupi Diogo Pinheiro Camarão para 4 capitães. HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 54, 21-10-1645.

⁵ NL-HaNA_SG 1.01.07.01 (1637-1655).

⁶ NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 1-8 (1623-1654).

⁷ *Koninklijke Huisarchief*, Den Haag, inv. nr. 1454.

manuscritos que nos ajudam a entender o relacionamento da Companhia com seus aliados indígenas.

No Brasil, vale destacar ainda o rico acervo depositado no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, especificamente a Coleção José Hygino Duarte Pereira. A Coleção consta de cópias manuscritas de documentos provenientes dos Países Baixos, sobretudo documentos que hoje estão depositados no Arquivo Nacional da Haia – coleção Velha Companhia das Índias Ocidentais. Em termos de conteúdo, esses documentos não diferem das coleções supracitadas, mas esse é um acervo de fácil acesso e importante para todos os que pesquisam o período.⁸

Outra parte das fontes será derivada de cartas pessoais, diários, “histórias”, memórias e relatos de viagem. Alguns desses escritos – muitos dos quais coevos ao período estudado ou reminiscências de gente que esteve no Brasil – contêm relatos de experiências pessoais na conquista. Por conta da grande quantidade de documentos enquadrados nessas categorias, serão citados apenas alguns dos que serão mais utilizados.

Entre as missivas, as escritas pelo coronel e governador do Brasil Diederick van Waerdenburgh remetidas aos Estados Gerais entre 1630 e 1632, as cartas redigidas pelo predicante Joaquim Vicente Soler ao teólogo protestante francês André Rivet, dos anos de 1636 a 1643, e a correspondência do governador e comandante das tropas da Companhia no Brasil Johan Maurits van Nassau-Siegen com os Estados Gerais.⁹

Dos diários arrolados – em sua maioria escritos por militares –, serão selecionados os feitos por Ambrosius Richshoffer (1629 a 1632), Cuthbert Pudsey (1629 a 1640), Zacharias Wagener (1634 a 1641), Caspar Schmalkalden (1642 a 1644), anônimo impresso em Arnhen sobre a rebelião dos moradores do Brasil (1645 a 1647), Peter Hansen Hajstrup (1644 a 1654) e Hendrik Haecx (1645 a 1654).¹⁰

⁸ O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano detém cópia parcial das “Atas Diárias” e das “Cartas e Papéis”. Os documentos foram copiados no século XIX sob instrução de José Hygino Duarte Pereira. O conjunto de documentos não foi inventariado, mas é composto por mais de 11 mil páginas de texto em neerlandês do século XVII transcritos para a escrita cursiva do XIX.

⁹ As missivas de Waerdenburgh podem ser encontradas em: *Documentos Holandeses*. Documentos coletados por Joaquim Caetano da Silva e traduzidos por Abgar Renault. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1945. As cartas de Soler foram traduzidas do francês por Benjamin Nicolaas Teensma e publicadas na coleção Brasil Holandês: Soler, Vicente Joaquim. *Brasil Holandês. Dezesete Cartas, 1636-1643*. Traduzidas por B. N. Teensma. Rio de Janeiro: Index, 1999. A correspondência de Nassau foi traduzida por Alfredo de Carvalho e publicada na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*: ‘Cartas Nassovianas. Correspondência do Conde João Maurício de Nassau, Governador do Brasil Holandês, com os Estados Gerais (1637-1646)’. In *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, Vol. X, 1902; ‘Cartas Nassovianas. Correspondência do Conde João Maurício de Nassau, Governador do Brasil Holandês, com os Estados Gerais (1637-1646)’. In *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, Vol. XII, 68, 1906.

¹⁰ Richshoffer, Ambrosius. ‘Reise nach Brasilien 1629-1632’. In Naber, S. P. l’Honoré. *Reisebeschreibungen von Deutschen Beamten und Kriegerleuten im Dienst der Niederländischen West- und Ost-Indischen Kompagnien 1602-1797*. I. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1930; Pudsey, Cuthbert. *Journal of a residence in Brazil, 1629-1640* [Payter, 1644]. Petrópolis: Editora Index, 2000;

Das “histórias”, memórias e relatos de viagem, os elaborados por Johannes de Laet – *Historie ofte Iaerlijck Verhael van de verrichtinghen der geotroyeerde West-Indische Compagnie* –, Christoffel Arciszewski – *Memorie door den Kolonnel Artichofsky* –, Caspar Barlaeus – *Rerum per octennium in Brasília* –, Johan Maurits van Nassau-Siegen – *Memória e Instrução de João Maurício* –, Pierre Moreau – *Histoire des derniers troubles du Brésil* – e Johan Nieuhof – *Gedenckweerdige Brasiliaense Zee-en Lant Reize*.¹¹

Entre os arquivos ibéricos,¹² serão utilizadas fontes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), de Lisboa. O AHU, oriundo de dois fundos (Conselho da Fazenda e Conselho Ultramarino), possui acervo de grande importância para estudo das Guerras do Açúcar no Brasil. Há, neste acervo, informações valiosas sobre as condições da guerra e a destruição do sistema produtivo promovida pelas campanhas militares nos territórios em disputa. Além disso, encontra-se um significativo número de registros de serviços prestados por personagens, notadamente militares, cuja trajetória se conecta aos episódios da guerra entre 1624 e 1654, incluindo aí algumas das lideranças indígenas.

Entre os acervos portugueses, destaque deve ser dado para a Biblioteca da Ajuda, onde se encontram papéis sobre a insurreição portuguesa contra o domínio da Companhia das Índias Ocidentais, em 1645, códices oriundos de casas nobiliárquicas, a exemplo da coleção proveniente dos Condes da Castanheira, papéis diversos sobre religiosos atuando contra os neerlandeses no Brasil, cartas régias sobre o socorro à zona ocupada pelos neerlandeses, consultas do Conselho de Estado sobre os desdobramentos do conflito, informações sobre o levantamento de recursos para a guerra, entre vários outros temas.

Wagener, Zacharias. ‘Kurze Beschreibung der 35-jährige Reisen und Verrichtungen’ [1668]. In *Dutch Brazil. The “Thierburch” and “Autobiography” of Zacharias Wagener*. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997; Schmalkalden, Caspar. *The voyage of Caspar Schmalkalden from Amsterdam to Pernambuco in Brazil*. [Gotha, 16??] Volume I. Rio de Janeiro: Editora Index, 1998; ‘Diário ou breve discurso acerca da rebelião e dos pérfidos designios dos portugueses do Brasil, descobertos em junho de 1645, e do mais que se passou até 28 de abril de 1647’. In *Revista do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano*. Volume V, número 32. Recife: Typographia Universal, 1887; Miranda, Bruno; Teensma, Ben; Xavier, Lucia (Orgs.). *Peter Hansen Hajstrup - Viagem ao Brasil (1644-1654)*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2016; Haecx, Hendrik. ‘Diário, 1645-1654’. Tradução de Frei Agostinho Keijzers, O.C. In *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Volume 69, 1950, pp. 17-159.

¹¹ Laet, Joannes de. *Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636*. Volumes I e II. Tradução de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1916; Miranda, Bruno R. F.; Xavier, Lucia F. W. *As memórias de Krzysztof Arciszewski. Um polonês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2022; Barléu, Gaspar. *História dos Feitos Praticados no Brasil, durante oito anos sob o governo do Ilustríssimo Conde João Maurício de Nassau*. [1647]. In Freire, Francisco Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, (Cd-Rom); ‘Documento 7. Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644)’. In Mello, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês. 2. A Administração da Conquista*. Recife: MinC – Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985; Moreau, Pierre. ‘História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses’. In Freire, Francisco Brito. *Nova Lusitânia*; Nieuhof, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. [1682] In Freire, Francisco Brito. *Nova Lusitânia*.

¹² Para a pesquisa em acervos ibéricos, ainda que não sejam essenciais para o desenvolvimento da pesquisa e sirvam sobremaneira para estabelecer comparações, será necessário buscar financiamento de pesquisa (interno e/ou externo), uma vez que apenas uma parte está acessível em acervos virtuais.

Na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, pode-se encontrar uma relação da guerra contra os neerlandeses, escrita por Matias de Albuquerque, e uma consulta da Mesa de Consciência e Ordens sobre a isenção de cavaleiros da Ordem de Cristo de servirem na armada de socorro a Pernambuco e suas contribuições para o conflito. Essa instituição também custodia o manuscrito *Relação por meio breve e verdadeiro* (1638), que constitui o mais importante apontamento sobre a ofensiva de Johan Maurits van Nassau-Siegen contra o Recôncavo baiano, entre abril e maio de 1638. Vale lembrar que a ofensiva contou com a participação de contingentes indígenas aliados da Companhia.

Entre os acervos da Espanha, deve-se destacar o *Archivo Histórico Nacional*, que tem a guarda de documentos sobre as investidas neerlandesas em Salvador, de textos sobre negociações que envolviam as partes em contenda e informes sobre a guerra e armadas enviadas ao Brasil. Ainda na Espanha, a *Biblioteca Nacional da Espanha* detém documentos sobre a participação de cavaleiros da Ordem de Cristo na guerra; relações diversas sobre: a conquista da Paraíba e do forte do Cabo de Santo Agostinho, em 1636; a morte de D. Luís de Rojas y Borja; a armada de D. Antonio de Oquendo destinada ao Brasil e a relação entre Bahia e Pernambuco no decorrer da guerra.

No *Archivo General de Indias*, em Sevilla, podem ser encontradas missivas de governo com informes sobre a guerra no Brasil e considerações gerais sobre a segurança de colônias espanholas na América – ameaçadas pela presença neerlandesa em Pernambuco.

Dos arquivos espanhóis, o grosso das informações – cartas, decretos, portarias, ordens régias e as mais diversas consultas – sobre a guerra contra os neerlandeses no Brasil estarão no *Archivo General de Simancas*, especificamente na seção *Guerra Antigua* ou *Guerra y Marina* – formada por documentos do *Consejo de Guerra* – e nas *Secretarías Provinciales*, onde estão inclusos os papéis do *Consejo de Portugal*.

No Brasil, vale mencionar que os acervos da Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro e da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin detém boa quantidade de documentos relativos às Guerras do Açúcar que podem ser de interesse para a corrente pesquisa. Na divisão de manuscritos da BN podem ser encontrados cartas régias, relações, informações, textos de comandantes sobre as condições da guerra, consultas da Mesa de Consciência e Ordens, do Conselho da Fazenda e do Conselho Ultramarino – algumas delas transcrições modernas. Já na Biblioteca Brasileira podem ser acessados virtualmente diversos relatos de viajantes, manuscritos históricos, impressos e iconografia de interesse direto para a corrente pesquisa.

CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

Espera-se que a (re)leitura das fontes e da historiografia, orientada pelos questionamentos expostos anteriormente, permita a mudança no entendimento das relações históricas entre indígenas e europeus no Brasil do século XVII. Ao invés de tratar os contatos entre indígenas e neerlandeses como relações de dominação/submissão/resistência, onde uma cultura se impõe sobre a outra, subjugando-a, ou enfrenta tenaz oposição, se intenciona mostrar os múltiplos interesses dos indígenas nas interações com o outro, saindo dos binarismos interpretativos. Também se tem por objetivo produzir uma pesquisa onde os indígenas são agentes de sua própria história, algo que lhes foi negado em parte da historiografia.

O desenvolvimento do projeto possibilitará que sejam feitas na instituição discussões aprofundadas sobre a história da ocupação neerlandesa no Brasil e debates profícuos a respeito das companhias de comércio neerlandesas e sua atuação nos territórios das capitanias do norte, notadamente Pernambuco, Paraíba e Rio Grande (do Norte).

Como planejamento para atuar no programa de Pós-graduação em História da UFRPE, pretendo participar de eventos científicos sobre a pesquisa desenvolvida na pós-graduação, participar de bancas do programa de pós-graduação, orientar discentes, ministrar disciplinas e elaborar textos científicos.

CRONOGRAMA (agosto 2025 a julho 2028)¹³

ATIVIDADES	ANO 2025											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Levantamento, leitura e sistematização das fontes bibliográficas do projeto.								x	x	x	x	x
Coleta de dados documentais. Levantamento, leitura e sistematização da documentação impressa e manuscrita proveniente de acervos dos Países Baixos e do Brasil.								x	x	x	x	x
Participação em congressos e reuniões científicas.								x	x	x	x	x
Redação de capítulos de livro e/ou artigos científicos para periódicos.								x	x	x	x	x

¹³ A responsabilidade das atividades elencadas no cronograma do quadriênio (2025-2028) é do docente proponente.

ATIVIDADES	ANO 2026											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Levantamento, leitura e sistematização das fontes bibliográficas do projeto.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Coleta de dados documentais. Levantamento, leitura e sistematização da documentação impressa e manuscrita proveniente de acervos dos Países Baixos e do Brasil.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação em congressos e reuniões científicas.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Redação de capítulos de livro e/ou artigos científicos para periódicos.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
ATIVIDADES	ANO 2027											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Levantamento, leitura e sistematização das fontes bibliográficas do projeto.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Coleta de dados documentais. Levantamento, leitura e sistematização da documentação impressa e manuscrita proveniente de acervos dos Países Baixos e do Brasil.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação em congressos e reuniões científicas.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Redação de capítulos de livro e/ou artigos científicos para periódicos.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
ATIVIDADES	ANO 2028											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Levantamento, leitura e sistematização das fontes bibliográficas do projeto.	x	x	x	x	x	x	x					
Coleta de dados documentais. Levantamento, leitura e sistematização da documentação impressa e manuscrita proveniente de acervos dos Países Baixos e do Brasil.	x	x	x	x	x	x	x					
Participação em congressos e reuniões científicas.	x	x	x	x	x	x	x					

Redação de capítulos de livro e/ou artigos científicos para periódicos.	x	x	x	x	x	x	x						

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. V. 37, N. 75, 2017. pp. 17-38.
- _____. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
- AZEVEDO, Anna Elizabeth Lago de. *O Diretório Pombalino em Pernambuco*. Recife: Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- BEL, Martijn van den; FRANÇOZO, Mariana Campos. *The Tapuia of Northeastern Brazil in Dutch sources (1628-1648)*. Leiden: Brill, 2023.
- BOOGAART, Ernst van den. 'Infernal Allies. The Dutch West India Company and the Tarairiu 1631-1654'. In: BOOGAART, Ernst van den (Ed.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979.
- BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais, 1817/1848: ideologias e resistência. In: *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 11, 1996, pp. 51-69.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CERNO, Leonardo; OBERMEIER, Franz. 'Cartas de indígenas potiguaras de las Guerras Holandesas en el Brasil (1645-1646)'. *Corpus*. Archivos virtuales de la alteridad americana, Vol. 3, N. 1, 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DANTAS, *Dimensões da participação política indígena*. Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- ELIAS, Juliana Lopes. *Militarização indígena na Capitania de Pernambuco no Século XVII: Caso Camarão*. Recife: Tese de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª Edição, 1970.

- FERREIRA, Lorena de Mello. *São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império*. Recife: Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- GALINDO, Marcos. *O Governo das Almas. A expansão colonial no país dos Tapuia, 1651-1798*. Leiden: Tese de doutorado da Universidade de Leiden, 2004.
- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630*. São Paulo: Edusc, 2007.
- GONÇALVES, Regina Célia; CARDOSO, Halisson Seabra; PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. Guerras e Alianças: Os potiguara no conflito luso-neerlandês (1630-1654). In: POSSAMAI, Paulo (Org.) *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp. 143-155.
- HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- HULSMAN, Lodewijk. 'Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656'. In *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, número 154, 2006.
- MAGALHÃES, Pablo Antônio. A Guerra Defensiva na Capitania da Bahia (1625-1654). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Nº 69, 2016. pp.87- 161.
- MAIA, Lúcio de Oliveira. *Cultores da vinha sagrada: índios e jesuítas na missão da Serra de Ibiapaba (Século XVII)*. Natal: EDUFRN, 2017.
- _____. *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial – Século XVIII*. Niterói: Tese de Doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Recife: Tese de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- MEIRA, Jean Paul Gouveia. *Cultura Política Indígena e Lideranças Tupi nas Capitânicas do Norte – século XVII*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Campina Grande, 2014.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Antônio Felipe Camarão: Capitão-Mor dos Índios da costa do Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês. 2. A Administração da Conquista*. Recife: MinC – Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

- _____. *Tempo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- MEUWESE, Marcus P. 'For the peace and well-being of the country': intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Indiana: Tese de Doutorado da Universidade de Notre Dame, 2003.
- _____. *Brothers in Arms, Partners in Trade*. Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674. Leiden: Brill, 2012.
- _____. Indigenous Leaders and the Atlantic World: The Parallel Lives of Dom Antônio Filipe Camarão and Pieter Poty, 1600-1650. In: FORTIN, Jeffrey A.; MEUWESE, Marcus P. *Atlantic Biographies: Individuals and Peoples in the Atlantic World*. Leiden/Boston: Brill, 2014. pp. 213-233.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Fontes e abordagens recentes para a História das Capitanias do Norte: um guia de pesquisa sobre o tempo dos holandeses (1630-1654). *História Unicap*, v. 7, p. 33-55, 2020.
- _____. *Gente de Guerra*: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- _____. Para a defesa da capitania de Pernambuco. A estratégia das fortificações no pós-guerra (1654-1681). *Portuguese Studies Review*, Canadá, v. 14, p. 157-185, 2006.
- _____. The Dutch in Brazil, 1624-1654. In: BEEZLEY, William H. (Ed.). *The Oxford Research Encyclopedia: Latin American History*. Oxford University Press, 2020.
- MIRANDA, Bruno; DANTAS, Mariana. 'A Government of Indigenous Peoples: Administration, Land, and Work in the State of Brazil during the Portuguese Empire (1548-1822)'. *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 19, n. 2, 2021, p. 24-50.
- MIRANDA, Bruno; XUCURU-KARIRI, Rafael; COSTA, Suzane. 'Um escrito inédito do indígena Antônio Paraupaba e o ocaso das relações potiguara-neerlandesas (1654-1656)'. *Revista de História, USP*, n. 183, 2024, p. 1-28.
- MONSERRAT, Ruth; BARROS, Cândida; BARBOSA, Bartira. 'Um escrito tupi do capitão Simão Soares Parayba (1645)'. *Corpus*. Archivos virtuales de la alteridad americana. Vol. 10, n. 2, 2020.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A Temática Indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 221-236.

- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri; LOUREIRO, Marcello José Gomes. 'A nova história militar e a América portuguesa: balanço historiográfico. In POSSAMAI, Paulo César (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 13-31.
- NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. A Flecha e o Mosquete: Índios e Batavos no Brasil Holandês. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, Nº 25-2, 2007.
- _____. *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. Transcrição e tradução integral anotada das cartas dos índios Camarões, escritas em 1645 em tupi antigo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*. Belém, v. 17, n. 3, 2022.
- OLIVEIRA, João Pacheco. (Org.) *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: Legislação, Conflito e Negociação nas vilas pombalinas 1757-1823*. Recife: Tese de Doutorado da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução*. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC, 2002.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: FAPESP, HUCITEC, EDUSP, 2002.
- RAMINELLI, Ronald. 'Nobreza indígena – os chefes potiguaras, 1633-1695'. In: OLIVEIRA, João Pacheco. (Org.) *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, pp. 47-67.
- SAMPAIO, Theodoro. 'Cartas tupis dos Camarões. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Vol. XII, n. 68, p. 201-305.
- SCHALKWIJK, F.L. *Igreja e Estado no Brasil Holandês 1630-1654*. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, 1986.
- SILVA, Geyza Kelly Alves da. *Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)*. Recife: Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. 'Nova História Militar'. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, 2012.
- SOUTO MAIOR, Pedro. *Fastos Pernambucanos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

- SOUTO MAIOR, Pedro. 'Uma assembléia de índios em Pernambuco em 1645. *Revista do Instituto, Archeológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, V. 15, 1912. pp. 61-77.
- VIEIRA, Geyza Kelly Alves. Entre perdas, feitos e barganhas: a elite indígena na capitania de Pernambuco, 1669-1732. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. pp. 69-90.
- WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Um capítulo da história colonial do século XVII. 3ª Edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO - SEÇÃO ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

Recife através de seus cemitérios: abordagens bioarqueológica e histórica para o entendimento dos modos de vida coloniais urbanos

2 – VIGÊNCIA: (até 60 meses)

Início Previsto (mês/ano): 04/2025
Término Previsto (mês/ano): 03/2029

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: Ciências Humanas

Número do Código: 7.00.00.00-0

b) Nome da Subárea: Arqueologia

Número do Código: 7.04.00.00-8

c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): Arqueologia Histórica

Número do Código: 7.04.03.00-7

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

Cultura, Patrimônio e Memória (Linha 1 do PGH – UFRPE)

Arqueologia Histórica

História da cidade do Recife

Arqueologia Urbana

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Recife	4. História Colonial
2. Cemitérios	5. Arqueologia funerária
3. Bioarqueologia	6. Arqueologia Histórica

6 – GRUPO DE PESQUISA: (informar link do grupo de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ)

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6039860989951762



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

7 – PARTICIPANTES

Nome: CAROLINE BORGES

CPF (brasileiro): 293783458-24

SIAPÉ (servidor da UFRPE): 312555

E-mail: caroline.borges@ufrpe.br

Vinculação: DEHIST SEDE

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 8 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5680555123049443>

Nome: SUELY CRISTINA ALBUQUERQUE DE LUNA

CPF (brasileiro): 341191244-87

SIAPÉ (servidor da UFRPE): 1133510

E-mail: suely.luna@ufrpe.br

Vinculação: DEHIST SEDE

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4941715690112297>

Nome: Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira

CPF (Brasileiro): 071.237.144-31

SIAPÉ: POS-DOUTORANDA PGH UFRPE

E-mail: luannaventura@gmail.com

Vinculação: PNPD/ CAPES/ PGH UFRPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4568221860409469>

Nome: ANA LÚCIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA

CPF (brasileiro): 198.850.594-15

SIAPÉ (servidor da UFRPE): 1133511

E-mail: ananascimentoufrpe@gmail.com

Vinculação: PGH – UFRPE Linha 1

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada (em número inteiros): 2 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0223016826925051>

Nome: Claudia Minervina Souza Cunha

CPF (Brasileiro): 571.286.005-82



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

SIAPE (servidor da UFPI): 3038714

E-mail: claudiacunha@ufpi.edu.br

Vinculação: Universidade Federal do Piauí

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0118790752175306>

Nome: Renata Cristinny de Farias Campina

CPF (Brasileiro): 04189897450

SIAPE (servidor da UFPE): 2612831

E-mail: renata.campina@ufpe.br

Vinculação: Departamento de Anatomia - UFPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4092380537898844>

Nome: Bruno Melo de Araújo

CPF (Brasileiro): 068.516.214-10

SIAPE (servidor da UFPE): 2036535

E-mail: bruno.meloaraujo@ufpe.br

Vinculação: Departamento de Antropologia e Museologia - UFPE

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor (x)

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3167632414229255>

Nome: Wheverton Ricardo Correia do Nascimento

CPF (Brasileiro): 014.268.704-93

SIAPE (servidor da UFPE): 2858463

E-mail: wheverton.nascimento@ufpe.br

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 1 hora

Vinculação: Área Acadêmica de Medicina Tropical, Centro de Ciências Médicas - UFPE

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7142808116725152>

Nome: Alexsandra Maria de Siqueira

CPF (Brasileiro): 030.284.264-04

SIAPE: DOUTORANDA ARQUEOLOGIA UFPE

E-mail: aledisiqueira@gmail.com

Vinculação: Pós-graduação em Arqueologia - UFPE



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 2 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1516240860284087>

Nome: Maria Caroline Silva Morais

CPF (Brasileiro): 09702797446

SIAPE: TÉCNICA FACEPE GRADUADA

E-mail: maria_casilva@hotmail.com

Vinculação: NEPARQ – UFRPE / FACEPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 4 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4593601484688659>

Nome: Fernanda Livia Batista da Costa

CPF (Brasileiro) : 462.952.323-53

SIAPE: MESTRANDA UFPI

E-mail: costa.fernandalb@gmail.com

Vinculação: Pós-graduação em Arqueologia - Universidade Federal do Piauí

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 2 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8295945891539319>

Nome: Bárbara Lacerda Carvalho

CPF (Brasileiro): 075.696.073-84

SIAPE: ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO

E-mail: Bárbara.lacerda@ufpe.br

Vinculação: Curso de Graduação em Biomedicina - Universidade Federal de Pernambuco

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9640636359185775>

Nome: Jôuldes Matos Duarte

CPF (Brasileiro) : 053.225.824-01

SIAPE (servidor da UFPE): 2406831

E-mail: jouldes@yahoo.com.br; jouldes.duarte@ufpe.br

Vinculação: Departamento de Arqueologia - UFPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9968383627932960>



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Nome: André Luiz Campelo dos Santos

CPF (Brasileiro): 041.120.303-71

E-mail: acampelodossanto@fau.edu

Vinculação: Florida Atlantic University

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes : <http://lattes.cnpq.br/1129945015980453>

Nome: Rodrigo Ibson da Silva Oliveira

CPF (Brasileiro): 054.209.964-05

SIAPE: DOUTORANDO ARQUEOLOGIA UFPE

E-mail: rodrigoibson@gmail.com

Vinculação: Pós-graduação em Arqueologia - UFPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8259784454516217>

Nome: Kevin Salesse

Passaporte (Estrangeiro): França - 15AA41312

SIAPE (servidor da UFRPE): COLABORADOR ESTRANGEIRO

E-mail: kevin.salesse@gmail.com

Vinculação: PROFESSOR PESQUISADOR PERMANENTE - Masaryk University, Faculty of Science, Department of Anthropology – Brno, República Checa

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 1 hora

Link para o currículo Lattes: NÃO TEM

Nome: Ronald Vitor Fernandes da Silva

CPF (Brasileiro): 711.030.034-02

SIAPE: GRADUANDO LICENCIATURA EM HISTÓRIA UFRPE

E-mail: ronald20x1123@gmail.com

Vinculação: Pós-graduação em Arqueologia - UFPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 20 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2918990751760398>

II – DETALHAMENTO – SEÇÃO CIENTÍFICA



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

RESUMO

A morte é um evento com significados variados conforme o contexto cultural e histórico. Os vivos são responsáveis por enterrar os mortos e decidir os ritos funerários, a preparação para as cerimônias e o local de inumação. Dessa forma, cemitérios são espaços sociais que refletem as características econômicas, sanitárias, religiosas e identitárias de uma sociedade. O projeto “Recife através de seus cemitérios: abordagens bioarqueológica e histórica para o entendimento dos modos de vida coloniais urbanos” visa caracterizar os modos de vida de diferentes grupos sociais da população urbana do Recife durante o período colonial, entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XIX. Utilizando abordagens bioarqueológica e histórica, o estudo foca nos cemitérios e analisa os registros arqueológicos e documentais desses espaços. A caracterização dos modos de vida será realizada através do estudo dos vestígios diretos da população urbana do Recife colonial. Serão analisados os esqueletos dos antigos habitantes, escavados em cemitérios da cidade e arredores, atualmente sob a guarda do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da UFRPE, incluindo os escavados no cemitério do Pilar, no Bairro do Recife, e os recentemente encontrados durante as obras do Mercado São José, bairro de São José. Os estudos bioarqueológicos incluirão análises antropológica, morfológica, morfométrica, paleoepidemiológica, isotópica, radiogênica e genética. Estas análises fornecerão informações sobre cronologia relativa, estimativa de idade à morte, sexo biológico, altura, estado sanitário, doenças, alimentação, origem geográfica, ancestralidade e práticas de vida dos indivíduos. Concomitantemente, a pesquisa e análise documental informará sobre a existência destes espaços cemiteriais e sua ocupação do espaço urbano, muitos deles perdidos na memória social e historiográfica da cidade do Recife. Através do estudo de registros de morte, documentos eclesiásticos e das irmandades, atas políticas sobre os cemitérios, entre outros, será possível entender quem eram os grupos sociais enterrados, suas práticas sociais e simbólicas relacionadas à morte e a importância dos ritos funerários para a sociedade colonial. Um objetivo central do projeto é mapear os antigos cemitérios coloniais. Isso contribuirá para o planejamento urbano e a proteção do patrimônio cultural em Recife. A abordagem integrativa permitirá reconstruir o modo de vida, saúde, origem geográfica, dieta e relação com o mundo material das pessoas estudadas, compreendendo os diferentes grupos sociais em conexão com a ocupação histórica da região. De tal modo, procuramos repensar a ocupação e formação do Recife através dos seus cemitérios. Neste sentido, este projeto pretende colaborar com o desenvolvimento de uma linha de pesquisa multidisciplinar em estudos cemiteriais em Pernambuco, investigando dimensões materiais, espaciais e simbólicas desses espaços para entender as dinâmicas sociais do espaço urbano.

1. INTRODUÇÃO

O projeto “Recife através de seus cemitérios: abordagens bioarqueológica e histórica para o entendimento dos modos de vida coloniais urbanos” procura caracterizar os modos de vida de diferentes grupos sociais que fizeram parte da população urbana da cidade do Recife, Pernambuco. Durante o período colonial, entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XIX, a partir de estudos com abordagens bioarqueológica e histórica, e a interpolação dessas abordagens, centrados nos cemitérios e fundamentos na análise dos diferentes registros arqueológicos e documentais associados a estes espaços.

A morte é um momento da vida social com diferentes significados dependendo do contexto cultural e histórico implicado. São os vivos que enterram os mortos e são os vivos que decidem sob quais ritos os mortos estarão sujeitos, como serão preparados para estas celebrações e inumação, e onde serão enterrados. No caso da sociedade colonial construída no Recife a partir do século XVI, esses ritos são sincréticos, porém com predominância das práticas cristãs europeias com enterramentos sendo realizados principalmente em cemitérios, nos adros das igrejas ou dentro das mesmas, ou em espaços dessacralizados para pessoas consideradas párias do



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

tecido social. Assim, cemitérios são espaços sociais específicos onde todas as características da sociedade em questão são expressas, sejam questões econômicas, sanitárias, religiosas, identitárias, entre outras.

Assim, este projeto defende que para o entendimento de certos aspectos específicos da sociedade colonial do Recife e caracterizar os modos de vida de diferentes grupos sociais é também necessário o estudo de seus cemitérios, até agora objeto de pesquisa marginal. Neste sentido, este projeto pretende colaborar com o efetivo desenvolvimento de uma linha de pesquisa multidisciplinar em estudos cemiteriais em Pernambuco, ainda incipiente e inicial, investigando as dimensões materiais, espaciais e simbólicas destes espaços que nos permitem entender as dinâmicas sociais inerentes ao espaço urbano. Esta caracterização dos modos de vida primeiramente será realizada pelo estudo dos vestígios mais diretos da população urbana do Recife colonial. Mesmo quando estamos mortos, o nosso corpo conta uma história, assim, serão estudados os corpos dos antigos habitantes de Recife, mais precisamente seus esqueletos, que foram escavados em diferentes cemitérios da cidade do Recife e arredores, e hoje se encontram sob a guarda do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da UFRPE, entre eles os esqueletos do cemitério do Pilar, no Bairro do Recife e do cemitério recentemente encontrado durante as obras do Mercado São José, bairro de São José.

Os estudos bioarqueológicos que serão realizados são compostos por variadas análises, antropológica, morfológica, morfométrica, paleoepidemiológica, isotópica, radiogênica e genética, entre outras, e nos informarão sobre a cronologia relativa, estimativa de idade a morte, sexo biológico, altura, estado sanitário e de saúde, doenças variadas, alimentação, origem geográfica, ancestralidade e práticas de vida destes indivíduos.

Concomitantemente, a pesquisa e análise documental nos informará sobre a existência destes espaços cemiteriais e sua ocupação do espaço urbano, muitos deles perdidos na memória social, historiográfica e geográfica relativa à cidade do Recife. Este estudo histórico nos informará quem eram os grupos sociais ali inumados, suas práticas sociais e simbólicas relativas à morte e qual a importância dos ritos funerários para a sociedade colonial, a partir do estudo dos livros de registro de morte, documentação eclesiástica e das irmandades, atas políticas tratando dos espaços cemiteriais, entre outros. Um dos pontos centrais neste projeto é mapear os antigos cemitérios coloniais existentes na cidade e hoje esquecidos pela memória social e enterrados sobre os séculos de aterros e reconstrução próprios da própria dinâmica de crescimento e mudança urbana de Recife, assim colaborando com um melhor planejamento e gestão urbanística da cidade e no esforço de proteger e salvaguardar o patrimônio cultural de Pernambuco.

A abordagem integrativa de resultados permitirá reconstruir o modo de vida, a saúde, a origem geográfica, a dieta e a relação com o mundo material das pessoas estudadas, entender os diferentes grupos sociais presentes na cidade em determinada cronologia, em conexão com o percurso social da ocupação histórica da região. De tal modo, procuramos repensar a ocupação e formação do Recife através dos seus cemitérios.

Por outro lado, neste projeto buscamos também integrar um aspecto social e comunitário via ações de divulgação científica para o público geral, e outras mais específicas para o jovem público escolar, e de formação de professores sobre a História do Recife, com a aplicação de pedagogias participativas oriundas dos preceitos da Educação Patrimonial, voltadas ao corpo docente e discente de escolas municipais da rede pública da cidade do Recife, instituição parceira do NEPARQ e com quem estamos trabalhando há vários anos nesta perspectiva. Um dos objetivos destas ações é a elaboração de dois percursos museográficos relativos ao cemitério do Pilar e ao cemitério do Mercado São José, que poderão futuramente ser instalados nestes espaços. Assim, pretendemos valorizar tanto o patrimônio cultural, quanto o sentimento de pertencimento dos moradores da região.

Neste projeto almejamos assim realizar uma pesquisa científica relevante, com a aplicação de diferentes abordagens e metodologias, para elucidar pontos pouco abordados da História do Recife e, ao mesmo tempo, sensível as necessidades e aspirações das comunidades locais, retornando o saber produzido para reelaboração junto a estas comunidades.

Justificativas para a realização do projeto



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

No Brasil, a historiografia sobre cemitérios e ritos fúnebres ganhou destaque na década de 1970 e tornou-se relevante nacionalmente com "A morte é uma festa" de João José Reis, em 1991. Vanessa Sial, em um dos únicos estudos históricos sobre antigos cemitérios de Recife, tratou da transição dos enterramentos nas igrejas para o Cemitério Público do Recife em 1850, mas não abordou a construção cemiterial entre os séculos XVIII e XIX.

Os bairros do Recife e Santo Antônio, por séculos, pertenceram à Freguesia de São Pedro Gonçalves, cuja sede era a extinta Igreja do Corpo Santo, demolida no início do século XX. Durante o período colonial, esses territórios abrigaram diversas pessoas e suas práticas funerárias. Recentes achados arqueológicos cemiteriais nos bairros do Recife e de Santo Antônio evidenciaram a importância sociocultural destes espaços em outras temporalidades.

O projeto "Recife através de seus cemitérios" busca, por meio da integração de estudos bioarqueológicos e históricos, caracterizar os modos de vida de diferentes grupos sociais da população urbana do Recife durante o período colonial, estudando coleções arqueológicas resguardadas no NEPARQ UFRPE.

Este projeto se justifica pela importância desses contextos arqueológicos e históricos e entendimento de que, para compreender certos aspectos específicos da sociedade colonial do Recife e caracterizar os modos de vida de diferentes grupos sociais presentes nesse espaço urbano, é necessário estudar seus cemitérios. A falta de estudos bioarqueológicos no Recife e o vazio historiográfico sobre cemitérios e práticas funerárias mostram a necessidade urgente deste projeto.

2. OBJETIVOS

Geral

Este projeto objetiva estudar o material bioarqueológico oriundo de diferentes cemitérios da cidade do Recife e arredores, que hoje se encontram sob a guarda do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da UFRPE. A análise dos ossos das pessoas enterradas nestes cemitérios pode nos mostrar como viviam, sua origem geográfica, hábitos, alimentação, saúde geral e sua relação com o mundo material, incluindo suas práticas funerárias, aspectos sobre os quais ainda sabemos pouco para Recife. Esperamos que, a partir das pesquisas históricas e bioarqueológicas, seja possível traçar um perfil dos cemitérios coloniais a partir do estudo dos esqueletos do cemitério do Pilar e esqueletos do cemitério recentemente encontrado durante as obras do Mercado São José.

Específicos

- Realizar a curadoria dos acervos bioarqueológicos do NEPARQ;
- Realizar a análise bioarqueológica geral e de antropologia dentária dos indivíduos para estabelecimento dos parâmetros populacionais, incluindo estimativa de idade à morte, estatura, sexo biológico e perfil paleobiológico relativo à saúde e práticas de vida;
- Realizar a análise de antropologia funerária dos indivíduos para estabelecimento dos padrões funerários praticados nos diferentes cemitérios;
- Realizar análises de isótopos estáveis sobre colágeno e apatita dos indivíduos para identificar dietas e práticas alimentares;
- Realizar análises isotópicas em estrôncio dos indivíduos e de sedimentos da planície litorânea do Recife para elaborar um mapa isotópico de estrôncio e realizar estudos de origem geográfica dos indivíduos;
- Realizar séries de datações radiocarbônicas para estabelecimento de uma cronologia absoluta de ocupação e uso dos espaços cemiteriais;
- Realizar análises de morfologia craniana e morfométricas para estabelecimento de parâmetros populacionais;



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

- Realizar análises gerais de presença e identificação de paleopatologias macroscópicas e paleoparasitologia como contribuição à construção do perfil paleobiológico individual e demográfico;
- Realizar análises piloto de cálculo dentário dos indivíduos para identificar dietas e práticas alimentares, incluindo plantas amiláceas consumidas e questões ligadas ao uso dos dentes como ferramentas;
- Analisar a cultura material associada aos contextos funerários e cruzar dados entre estudos bioarqueológicos, de arqueologia histórica e históricos;
- Realizar análises genéticas gerais e paleoepidemiológicas para atribuir origem geográfica dos indivíduos e contribuir à construção do perfil paleobiológico individual e demográfico;
- Realizar análises de inserções musculares e biomecânicas para identificar possíveis marcadores de estresse físico ligados a atividades específicas;
- Realizar um extenso levantamento historiográfico e documental em arquivos diversos, incluindo arquivos eclesiásticos e bibliotecas, em plataformas digitais ou físicas, com organização dos documentos históricos e criação de planilhas em Excel para o cruzamento e levantamento quantitativo dos dados coletados durante a pesquisa;
- Identificar, a partir da análise historiográfica e documental, quantos cemitérios estavam localizados na urbe do Recife, demarcando seu período histórico e demonstrando historiograficamente como os ritos e cuidados com os mortos mudaram durante o período colonial;
- Mapear por uma cartografia digital com a confecção de mapas, os antigos cemitérios coloniais existentes e identificados na cidade, hoje esquecidos pela memória social e enterrados sob os séculos de aterros e reconstrução urbana de Recife;
- Disponibilizar a cartografia digital junto aos órgãos públicos como a Autarquia de Urbanização do Recife (URB), colaborando com o planejamento e gestão urbanística da cidade e no esforço de proteger e salvaguardar o patrimônio cultural de Pernambuco;
- Confirmar ou não a hipótese de cemitério holandês levantada por José Antônio Gonçalves de Mello e Manuel Bandeira para a área das escavações atuais no cemitério do Pilar;
- Formar mestrandos e doutorandos em análise de documentação histórica e bioarqueologia, além de formar novos profissionais nesses campos de atuação, ao longo de todo o projeto;
- Realizar os percursos museográficos e atividades de Educação Patrimonial voltadas às comunidades do entorno do cemitério do Pilar e Mercado São José;

Assim, a partir das múltiplas análises propostas, procuramos compreender aspectos específicos da sociedade colonial do Recife e caracterizar os modos de vida de diferentes grupos sociais estudados, problematizando questões econômicas, sanitárias, religiosas e identitárias, entre outras, expressas nas práticas fúnebres. Esperamos assim, mostrar a importância dos estudos multidisciplinares dos espaços cemiteriais, e caracterizar os modos de vida de diferentes grupos sociais da população urbana do Recife durante o período colonial.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos e metas deste projeto, aplicaremos uma série de metodologias específicas que estão detalhadas abaixo.

Estudo bioarqueológico

Em termos de protocolo de estudo dos remanescentes esqueléticos, essa pesquisa se desenvolverá com recurso a métodos e técnicas de ampla aplicação internacional, com vista a um registro de elementos paleobiológicos e comportamentais/culturais passíveis de observação em remanescentes ósseos humanos no



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

exterior (Silva, 2002; Tomé, 2011; Cunha et al., 2013 e 2015b; Diaz-Zorita Bonilla, 2013; Cunha 2014a e b, 2015a) e no Brasil (Cunha et al., 2016; Cunha, 2017; Cunha e Prado, 2017; Lima e Cunha, 2017).

O estudo de cada contexto funerário será iniciado por uma análise tafonômica, assente na identificação de alterações provocadas por ação de flora, micro e macrofauna, além da análise da fragmentação óssea, de acordo com as recomendações de Buikstra e Ubelaker (1994). Serão também observadas alterações da superfície óssea de origem antrópica, como alterações provocadas pela ação do fogo, a presença de marcas de corte ou de vestígios de pigmentos

Para cada contexto proceder-se-á a estimativa do Número Mínimo de Indivíduos (NMI), tendo por base os princípios propostos por Ubelaker (1974), Herrmann et al (1990, adaptado por Silva, 1996) e Silva (1996). Esse elemento fundamental em qualquer análise de remanescentes esqueléticos permitirá discernir a natureza de cada deposição funerária – individual ou coletiva. Enquanto parâmetros demográficos básicos, a estimativa da idade à morte e a diagnose sexual são fundamentais em estudos bioarqueológicos. Para a estimativa da idade à morte de não-adultos, serão analisados aspectos como a erupção e calcificação dentária (AlQahtani et al 2010), o comprimento dos ossos longos, o grau de fusão das epífises de diferentes ossos, de compleição da extremidade distal da clavícula e para adultos, o grau de degeneração da sínfise púbica – todos os métodos compilados em Buikstra e Ubelaker (1994), Black e Scheuer (1996) e White e coautores (2012). Relativamente à diagnose sexual, serão seguidos os métodos macroscópicos para a cintura pélvica, crânios e mandíbulas sintetizados por Buikstra e Ubelaker (1994) e White e coautores (2012).

O estudo da morfologia esquelética permitirá obter dados sobre a variação métrica e não-métrica dessas populações. A análise da morfologia métrica permite, entre outros aspectos, realizar inferências sobre as condições de vida e o grau de stress biomecânico cotidiano a que uma dada comunidade se encontra sujeita. São por isso importantes na construção de uma imagem da adaptação de uma população a seu meio-ambiente. Em termos da estimativa da estatura, há que considerar a ausência de padrões bem definidos para seu cálculo na população brasileira. Reconhecendo essa dificuldade, será adotada uma estratégia de recolha de dados osteométricos dos ossos longos mais frequentemente utilizados para estimativa de estatura, como o úmero, o fêmur ou a tíbia. Esses valores serão depois aplicados em diversas fórmulas, desenvolvidas para diferentes populações e compilados por Buikstra e Ubelaker (1994) e White e coautores (2012). Serão ainda calculados os Índices de Robustez e de Achatamento dos ossos longos (Olivier e Demoulin, 1990).

Em termos da morfologia não-métrica, será realizado o registro da morfologia óssea de acordo com Hauser e De Stefano (1989) e Finnegan (1978). A morfologia discreta dentária será analisada segundo o Arizona State University Dental Anthropology System (Turner et al., 1991). Para inumações individuais de interesse singular, será aplicada uma análise probabilística de ancestralidade biogeográfica através de modelos estatísticos preditivos bayesianos gerados pelo rASUDAS em linguagem R baseada na morfologia discreta dentária (Scott et al., 2018) para a predição de ancestralidade do indivíduo.

A análise das patologias observáveis nos remanescentes esqueléticos do passado nos permite obter inferências sobre diversos aspectos, como a dieta, as condições de saúde das populações do passado ou até mesmo sobre suas adaptações ao meio ambiente (Ortner, 2003). Assim, todo e qualquer indício de processo patológico será devidamente descrito, com maior enfoque nas patologias orais, degenerativas e traumáticas. Mais especificamente, em termos da patologia oral e evidências orais de estresse fisiológico serão observadas as incidências de cáries, de calculus dentário, de perda dentária ante mortem e os graus de desgaste oclusal do esmalte dentário (Hillson, 1996).

No que se refere à patologia degenerativa articular; às lesões traumáticas e evidências de remodelação óssea indicativa de processos de cura, bem como quaisquer outros indícios paleopatológicos (por exemplo, de processos infecciosos ou neoplásicos) serão devidamente registrados e analisados tendo em consideração a literatura especializada adequada (Hillson, 1996; Ortner, 2003). A análise paleopatológica, além de permitir a reconstrução das condições de vida das comunidades observadas, poderá ainda se revelar de grande utilidade em uma possível reconstrução de padrões de atividade dos indivíduos analisados (Molleson, 1994). A perspectiva de análise adotada



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

é eminentemente biocultural. A interpretação dos dados paleobiológicos recolhidos será integrada em uma contextualização de natureza arqueológica, permitindo interpretar os resultados obtidos considerando o esqueleto humano como uma esfera de interação entre processos biológicos e culturais.

Estudo isotópico e genético

Todos os elementos do esqueleto sofrem alterações importantes durante a infância e a adolescência, fases de osteogênese intensa por conta da maturação do esqueleto e calcificação e erupção dentária (Scheuer e Black, 2000). Em menor escala, o processo de osteogênese continua acontecendo na idade adulta por conta de fenômenos associados ao remodelamento ósseo para além da constante formação de tecidos moles que compõem o corpo humano (Akkus et al., 2003; White et al., 2012). Assim, os ossos são compostos por tecido em constante mudança durante a vida dos indivíduos, e igualmente dinâmicos para os sinais isotópicos associados, com uma remodelação rápida durante o processo de crescimento e muito mais lenta na vida adulta (Akkus et al., 2003). O mesmo não acontece com os dentes, que se formam em idades específicas da infância (AlQahtani et al., 2010) e cujo tecido mineral, a hidroxiapatita do esmalte, guarda sinais isotópicos do momento de sua formação (Fernandes e Jaouen 2017; Salesse et al., 2013). Dentro deste contexto, a análise isotópica multi-tecidos, geralmente realizada em ossos e dentes, como proposto neste projeto, nos informam sobre diferentes momentos da vida dos indivíduos em relação à dieta e mobilidade (Fernandes e Jaouen 2017; Salesse et al., 2013).

Desde o final dos anos 1970, a análise dos teores de isótopos estáveis sobre material arqueológico é uma ferramenta bastante difundida e utilizada em arqueologia, em diferentes contextos e períodos cronológicos (para um panorama amplo e recente sobre as relações entre arqueologia e análise de isótopos ver Balasse et al., 2015). A partir dos teores de $\delta^{13}\text{C}$ (carbono), $\delta^{15}\text{N}$ (nitrogênio), $\delta^{18}\text{O}$ (oxigênio) e Sr 87/86 (estrôncio), e mesmo de outros isótopos, extraídos do colágeno e da bioapatita de ossos e dentes humanos é possível reconstruir os padrões de alimentação e mobilidade de grupos humanos e até mesmo apontar mudanças ocorridas durante diferentes momentos da vida dos indivíduos, como períodos de desmame ou mudanças geográficas (Fernandes e Jaouen, 2017; Salesse et al., 2013, 2014). Também é importante ressaltar que os resultados obtidos com o $\delta^{13}\text{C}$, $\delta^{15}\text{N}$, $\delta^{18}\text{O}$ do colágeno e da apatita refletem uma média da dieta dos últimos anos de vida, entre 7 e 10 anos, e, por isso, oferecem uma visão realística dos hábitos alimentares a longo termo e não apenas de episódios esporádicos de consumo de comida. Além disso, por serem análises feitas na escala individual, proporcionam o conhecimento específico das histórias de vida de cada remanescente analisado. Na Arqueologia Brasileira as análises de isótopos estáveis foram pouco aplicadas para materiais arqueológicos, mas os estudos começam a ser mais numerosos (De Masi, 2001, 2009; Calippo 2011; Bastos et al., 2011; Bastos 2009; Eggers et al., 2011; Colonese et al., 2014; Klokler et al., 2018; Pezo-Lanfranco et al., 2018a e b; Hermenegildo, 2009; Hermenegildo et al., 2017; Strauss, 2016; Oppitz, 2015). Contudo, é necessário ressaltar que estas análises foram realizadas essencialmente sobre sambaquis do litoral atlântico sudeste e sul brasileiro (Borges et al., 2022). Assim, propomos a realização de análises isotópicas sobre colágeno e apatita de teores de $\delta^{13}\text{C}$, $\delta^{15}\text{N}$, $\delta^{18}\text{O}$ e Sr 87/86 dos remanescentes humanos estudados nesse projeto.

As análises genéticas serão realizadas em colaboração internacional, a partir dos mesmos tecidos e ossos escolhidos para as análises isotópicas. A partir das análises bioarqueológicas e genéticas construiremos um mapa da provável origem geográfica dos indivíduos analisados.

As análises aqui são de grande importância, inclusive em contexto internacional, para a caracterização da dieta de populações coloniais e das estratégias econômicas dos grupos iniciando a adaptação e vida colonial no Brasil, com possibilidade de entendermos seus percursos individuais de vida e assim preencher este vazio sobre a temática na região nordeste do Brasil.

Estudo documental

Na historiografia relacionada aos cemitérios coloniais de Recife, nenhuma pesquisa até o momento abordou a questão dos assentos de óbitos localizados no arquivo da Cúria Metropolitana, nem mesmo a própria instituição que salvaguarda esses documentos sabia da existência dos mesmos até o momento da descoberta, no



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

final de 2023, a partir da entrada da pesquisadora de pós-doutorado para a equipe do NEPARQ, um dos Membros principais desta proposta. Estes achados têm contribuído para a ampliação do olhar histórico sobre o sítio arqueológico do Pilar.

Portanto com a junção e diálogo entre a História e a Bioarqueologia pretendemos desenvolver um projeto pautado na interdisciplinaridade. Pretendemos cruzar com fontes portuguesas dos Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Histórico da Torre do Tombo, Arquivo Histórico da Universidade de Lisboa com foco sobre os Marquês de Montebelo e o período de seu governo em Pernambuco, além das documentações depositadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, nos fundos Correspondência com a Corte e Ordens Régias, depositadas no setor de manuscrito. Além disso, objetivamos analisar os testamentos depositados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), para identificar informações sobre os locais de enterramento e práticas relacionadas aos enterramentos.

A inclusão da historiografia e das novas fontes documentais de época auxiliaram nas análises arqueológicas, contribuindo com a demarcação e análise dos locais de enterramentos, detalhando as mudanças decorrentes de momentos epidêmicos, e não epidêmicos durante o período colonial. Na parte da historiografia utilizaremos o paradigma indiciário de Carlos Ginzburg, no qual através dos indícios é possível reconstituir o todo. Também utilizaremos o conceito de Memória de Jacques Le Goff, para analisar as questões relacionadas à memória social, seus usos e esquecimentos do passado colonial. Visto que os cemitérios coloniais são pontos de apagamento da memória social, não sendo associados os espaços dos bairros do Recife e Santo Antônio a essas práticas e modos de vida, visto que o local mais utilizado e lembrado pela população é o Cemitério de Santo Amaro, cemitério civil criado na década de 1850 e tema abordado por Sial (2005). Assim, a partir do cruzamento das informações arqueológicas, históricas e historiográficas, realizaremos um mapeamento por cartografia digital dos antigos cemitérios coloniais existentes e identificados na cidade e hoje esquecidos pela memória social e enterrados sobre os séculos de aterros e reconstrução próprios da própria dinâmica de crescimento e mudança urbana de Recife.

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Os resultados desta proposta terão impacto principalmente nas áreas científicas da Arqueologia Histórica, Bioarqueologia e História. Entre nossos resultados esperados para a parte científica do projeto são: a datação absoluta dos restos humanos (pela técnica do Carbono 14 AMS), construção do perfil demográfico e paleobiológico dos grupos estudados, identificação das práticas funerárias, alimentação e origem geográfica dos indivíduos. A curadoria e análise bioarqueológica da totalidade dos esqueletos dos sítios arqueológicos citados sob a guarda do NEPARQ, com realização de sua higienização e acondicionamento apropriados, inventariados e analisados, é uma das grandes contribuições deste projeto. Através dos diversos objetivos e atividades do projeto, buscamos contribuir de maneira significativa para a incorporação da arqueologia histórica nas ações de planejamento de desenvolvimento urbano da cidade a partir de projetos realizados conjuntamente com Autarquia de Urbanização do Recife (URB) da cidade do Recife, promovendo uma abordagem colaborativa e interdisciplinar que integra pesquisa acadêmica, educação e engajamento comunitário na preservação do patrimônio histórico-cultural. Finalmente, o principal resultado esperado deste projeto em termos amplos é promover o desenvolvimento de uma linha de pesquisa multidisciplinar em estudos cimiteriais em Pernambuco, ainda incipiente e inicial, investigando as dimensões materiais, espaciais e simbólicas destes espaços que nos permitem entender as dinâmicas sociais inerentes ao espaço urbano..



5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

[illegible]

[illegible]



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

Viagem de estudo para análises genéticas e isotópicas	Caroline Borges	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Participação em congressos nacionais e internacionais	Caroline Borges e Cláudia Cunha		X	X					X	X			
Envio de artigo para publicação	todos	X	X	X	X								

[illegible][illegible]



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akkus O.; Polyakova-Akkus A.; Adar F.; Schaffler M.B. 2003. Aging of microstructural compartments in human compact bone. *J. of Bone and Mineral Research*, 18: 6, 1012-1019.
- AlQahtani, S.J., Hector, M.P. e Liversidge, H.M. 2010. Brief communication: the London atlas of tooth development and eruption. *Am. J. of Phy Anthropology*. 142(3): 481-490.
- Balasse, M.; Brugal, J.P.; Dauphin, Y.; Oberlin, C.; Reiche, I. 2015. Messages d'os: archéométrie du squelette animal et humain. Paris: Archives Contemporaines.
- Bastos, M.Q.R. 2009. Dos Sambaquis do Sul do Brasil à Diáspora Africana: Estudos de Geoquímica Isotópica de Séries Esqueléticas Humanas Escavadas de Sítios Arqueológicos Brasileiros. Tese para a obtenção do grau de Doutor em Geologia. Univ. de Brasília. Manuscrito.
- Bastos, M.Q.R.; Mendonça de Souza, S.M.F.; Santos R.V.; Lima B.A.F.; Santos R.V.; Rodrigues-Carvalho, C. 2011. Human mobility on the Brazilian coast: an analysis of strontium isotopes in archaeological human remains from Forte Marechal Luz Sambaqui. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 83, 2, 731-743.
- Black, S.; Scheuer, L. 1996. Age changes in the clavicle: from the neonatal period to skeletal maturity. *Int. J. of Osteoarchaeology*. 6(5): 425-434.
- Borborema, M.L.; Vanrell, J.; Queluz, D. 2010. Determinação da estatura por meio da medida de ossos longos dos membros inferiores e dos ossos da pelve. *Odonto*. 18(36):113-125.
- Brooks, S.; Suchey, J. 1990. Skeletal age determination based on the Os Pubis: a comparison of the Acsádi-Nemeskéri and Suchey-Brooks Methods. *Human Evolution*. 5(3): 227-238.
- Bruzek, J. 2002. A method for visual determination of sex, using the hipbone. *Am. J. of Phy Anthropology*. 117(2): 157-168.
- Buikstra, J.; Ubelaker, D. 1994. Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains. Proceedings of a Seminar at the Field M. of Nat. History. Arkansas: Arkansas Archaeological Survey Research Series No. 44.
- Calippo, F.R. 2011. Sociedade Sambaqueira, Comunidades Marítimas. *Rev. de Arqueologia*, 34: 1-20.
- Colonese, A.C.; Collins, M.; Lucquin, A.; Eustace, M.; Hancock, Y.; Ponzoni, R.D.A.R. ; Mora, A.; Smith, C.; DeBlasis, P.; Figuti, L.; Wesolowski, V.; Plens, C.R.; Eggers, S.; Farias, D.S.E.; Gledhill, A.; Craig, O.E. 2014. Long-term resilience of Late Holocene coastal subsistence system in southeastern South America. *PloS ONE*, 9, 4, e93854.
- Crubézy, E.; Morlock, G.; Zammit, J. 1985. Diffuse idiopathic skeletal hyperostosis and enthesopathy in mediaeval skeleton. *Clinical Rheumatology*. 5(2): 17.
- Cunha, C. 2014a. O Enterramento do Recinto 1 de Bela Vista 5 (Mombeja, Beja): Análise Bioantropológica. *Bela Vista 5 - um recinto do final do 3º Milénio a.n.e. (Mombeja, Beja)*, edited by António Carlos de Valera. Ed 1, 37-39. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica – NIA.
- Cunha, C. 2014b. Os Corpos Mumificados da Capela dos Ossos de Évora: Mapeamento de Danos e Riscos e Perspectivas de Intervenção. Relatório Técnico. Monumaneta, Lisboa. Manuscrito.
- Cunha, C. 2015a. Crossing the River: the Dental Morphology of Chalcolithic Populations in Middle Guadiana between Portugal and Spain. Dissertation (Magna cum Laude) presented to the Faculdade de Ciências e



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Tecnologia da Univ. de Coimbra towards the attainment of the degree of Doctor in Biological Anthropology. Manuscrito.

Cunha, C.; Almeida, N. J.; Santander, B.; Tomé, T.; Saladié, P.; Valera, A.; Cabaço, N.; Silva, A. 2016. A Case of Human Bone Chalcolithic Technology from the Perdigões Site (Alentejo, Portugal). *Int. J. of Osteoarchaeology.*, v.26, <https://doi.org/10.1002/oa.2518>

Cunha, C. 2017. Do segredo dos mortos e do que deles é feito – paleobiologia de restos humanos na Reserva Técnica de Arqueologia do MPEG. VII Seminário PCI do Museu Goeldi “Pegadas do homem na Amazônia” VII Seminário do Programa de Capacitação Institucional do Museu Goeldi Belém. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Cunha, C; Prado, P.A. 2017. Taken from the cradle: paleobiological analysis of the partially mummified remains of an Inca infant. 19th Annual Conference of the British Association for Biological Anthropology and Osteoarchaeology (BABAO). Liverpool: Liverpool John Moores University.

Cunha, C; Silva, A. M.; Pereira, D.; Tome, T.; Paredes, J.; Cabrita, C. 2015a. Children of the Grave: Contribution of Non-adult Individuals in Some Human Osteological Series from Collective Burials in the Late Prehistory of the Iberian Peninsula. *Death as Archaeology of Transition*, edited by Leonor

Cunha, C; Tome, T.; Silva, A. M.; Oosterbeek, L.; Marquez, J. 2013. Estudos em torno dos restos osteológicos humanos de Cerro de las Baterías (La Albuera, Badajoz). Um exemplo de monumento da Pré-História Recente na bacia média do Gaudiana. *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular Villa Franca de los Barros: 829-852*, Ayuntamiento de Villafranca de los Barros (Badajoz, Espanha).

Cunha, C; Umbelino, C.; Goncalves, C.; Figueiredo, O.; Cascalheira, J.; Marreiros, J.; Pereira, T.; Paixão, E.; Monteiro, P.; Evora, M.; Dias, R.; Bicho, N.F. 2015b. Cultural change or dental pathology? Dental analysis of two human burials from Cabeço da Amoreira shell mound (Muge, Portugal). *The Ninth International Conference on the Mesolithic in Europe*. Belgrado Institute of Archaeology, Belgrado, Sérvia.

Diaz-Zorita Bonilla, M. 2013. The Copper Age in South-west Spain: a Bioarchaeological Approach to Prehistoric Social Organization. Doctoral Thesis. Department of Archaeology, Durham University.

Eggers, S.; Parks, M.; Grupe, G.; Reinhard, K.J. 2011. Paleoamerican diet, migration and morphology in Brazil: archaeological complexity of the earliest Americans. *PLoS ONE*, 6, 9, e23962.

Ferembach, D.; Schwidetzky, I.; Stloukal, M. 1979. Recommandations pour déterminer l'âge et le sexe sur le squelette. *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*. 6(1): 7-45.

Finnegan, M. 1978. Non-metric variation of the infracranial skeleton. *J. of Anatomy*. I: 23-37.

Fernandes, R., Jaouen, K. 2017. Isotopes in Archaeology. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 9: 1305–1306.

Finucane B. C. 2007. Mummies, maize, and manure: multi-tissue stable isotope analysis of late prehistoric human remains from the Ayacucho Valley, Peru. *J. of Archaeological Science*, 34, 12: 2115-2124.

Gindhart, P. 1973. Growth standards for the tibia and radius in children aged one month through eighteen years. *Am. J. of Phy Anthropology*. 39(1): 41-48.

Hauser, G.; De Stefano, G. 1989. *Epigenetic variants of the human skull*. Stuttgart: Schweizerbart.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Hermenegildo, T. 2009. Reconstituição da dieta e dos padrões de subsistência das populações pré-históricas de caçadores-coletores do Brasil Central através da ecologia isotópica. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Univ. de São Paulo. Manuscrito.

Hermenegildo, T. O'Connell, T.; Guapindaia, V.L.C.; Neves, E.G. 2017. New evidence for subsistence strategies of late pre-colonial societies of the mouth of the Amazon based on carbon and nitrogen isotopic data. *Quaternary International*, 448:139-149.

Hillson, S. 1996. *Dental Anthropology*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.

Klokler, D.; Gaspar, M.D.; Scheel-Ybert, R. 2018. Why clam? Why clams? Shell Mound construction in Southern Brazil. *J. of Archaeological Science: Reports*, 20 :856-863.

Kutschera, W.; Müller, W. 2003. "'Isotope language" of the Alpine Iceman investigated with AMS and MS." *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research Section B: Beam Interactions with Materials and Atoms* 204: 705-71.

Lamb, A.L. 2016. Stable isotope analysis of soft tissues from mummified human remains, *Environmental Archaeology*, 21, 3: 271-284.

Lima, H.P.; Cunha, C. 2017. Reassessing museum archaeological collections: unprecedented osteological and ceramic data for the Sucuriju site at the Urubu River, Central Amazon, Brazil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*. Vol. 12, 649-665.

Lovejoy, C. O.; Meindl, R.S.; Mensforth, R.P. 1985. Chronological metamorphosis of the auricular surface of the ilium: A new method for the determination of adult skeletal age at death. *Am. J. of Phy Anthropology*. 68(1): 15-28.

Lukacs, J. R. 1989. Dental paleopathology: methods for reconstructing health status and dietary patterns in prehistory. In, İşcan, M.; Kennedy, K. (Eds.), *Reconstructing Life from the Skeleton*. New York: Alan R. Liss: 261-286.

Macko, S.A.; Lubec, G.; Teschler-Nicola, M.; Andrusevich, V.; Engel, M.H. 1999. The Ice Man's diet as reflected by the stable nitrogen and carbon isotopic composition of his hair. *The FASEB J.*, 13: 3, 559-562.

MacLaughlin, S. 1990. Epiphyseal fusion at the sternal end of the clavicle in a modern Portuguese skeletal sample. *Antropologia Portuguesa*. 8: 59-68.

Maresh, M. 1970. Measurements from roentgenograms. In, McCammon, R. (Ed.) *Human Growth and Development*. Springfield: 157-200.

De Masi, M.A.N. 2001. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. *Pesquisas*, 57, 1-136.

De Masi, M.A.N. 2009. Aplicações de isótopos estáveis de O, C e N em estudos de sazonalidade, mobilidade e dieta de populações pré-históricas no sul do Brasil. *Rev. de Arqueologia*, 22, 2: 55-76.

Mendonça de Souza, M. C. 2000. Estimation of height from the length of long bones in a Portuguese adult population. *Am. J. of Phy Anthropology*. 112(1): 39-48.

Molleson, T. 1994. The eloquent bones of Abu Hureyra. *Scientific American*. 271: 70-75.

Moore, W.; Corbett, M. 1971. The distribution of dental caries in ancient British populations-I. Anglo-Saxon period. *Caries Research*. 5: 151-168.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

- Olivier, G. ; Aaron, C. ; Fully, G. ; Tissier, G. 1978. New estimations of stature and cranial capacity in modern Man. *J. of Human Evolution*. 7(6): 513-518.
- Olivier, G.; Demoulin, F. 1990. *Pratique anthropologique à l'usage des étudiants*. Paris: Université Paris 7.
- Oppitz, G. 2015. Coisas que Mudam: os Processos de Mudança nos Sítios Conchíferos Catarinenses e um Olhar Isotópico sobre o Caso do Sítio Armação do Sul, Florianópolis/SC. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Univ. de São Paulo. Manuscrito.
- Ortner, D. 2003. *Identification of pathological conditions in human skeletal remains*. Amsterdam: Academic Press.
- Pearson, K. 1899. Mathematical contributions to the Theory of Evolution. On the reconstruction of the stature of prehistoric races. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*. 192: 169-244.
- Pezo-Lanfranco, L.; Eggers, S.; Petronilho, C.; Toso, A.; Bandeira, D.R.; von Tersch, M.; dos Santos, A.M.P.; Costa, B. R.; Meyer, R.; Colonese, A.C. 2018. Middle Holocene plant cultivation on the Atlantic Forest coast of Brazil? *Royal Society Open Science*, 5:180432.
- Pezo-Lanfranco, L.; DeBlasis, P. Eggers, S. 2018. Weaning process and subadult diets in a monumental Brazilian shellmound. *J. of Archaeological Science: Reports*, 22:452-469.
- Reitz, Elizabeth; Wing, Elizabeth. *Zooarchaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- Roberts, C.; Manchester, K. 2005. *The Archaeology of Disease*. Sutton Publishing.
- Salesse, K.; Dufour, E.; Castex, D.; Velemínský, P.; Santos, F.; Kuchařová, H.; Brůžek, J. 2013. Life history of the individuals buried in the St. Benedict Cemetery (Prague, 15th–18th centuries): insights from ^{14}C dating and stable isotope ($\delta^{13}\text{C}$, $\delta^{15}\text{N}$, $\delta^{18}\text{O}$) analysis. *Am. J. of Phy. Anthropology*, 151, 2: 202-214.
- Salesse, K.; Dufour, E.; Lebon, M.; Wurster, C.; Castex, D.; Brůžek, J.; Zazzo, A. 2014. Variability of bone preservation in a confined environment: The case of the catacomb of Sts Peter and Marcellinus (Rome, Italy). *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 416, 43-54.
- Scheuer, L.; Black, S. 2000. *Developmental Juvenile Osteology*. Elsevier.
- Scott, G.R.; Pilloud, M.A.; Navega, D.; Coelho, J.O.; Cunha, E.; Irish, J.D. 2018. rASUDAS - a New Web-Based Application for Estimating Ancestry from Tooth Morphology. *Forensic Anthropology Vol. 1, No. 1*: 18–31. DOI 10.5744/fa.2018.0003
- Silva, A. M. 1996. O Hipogeu de Monte Canelas I (IV-III milénios a. C.): Estudo paleobiológico da população humana exumada. Trabalho de síntese. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Coimbra, Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Univ. de Coimbra. Manuscrito.
- Silva, A. M. 2002. Antropologia Funerária e Paleobiologia das Populações Portuguesas (Litorais) do Neolítico Final/Calcolítico. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Univ. de Coimbra. Manuscrito.
- SILVA, L. A. Nas cordas, anzóis, redes e gaiolas: seguindo os materiais na pesca artesanal. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 5 (1): 115-128, 2017.
- Smith, B. 1984. Patterns of molar wear in Hunter-Gatherers and Agriculturalists. *Am. J. of Phy Anthropology*. 63(1): 39-84.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Strauss, A. 2016. Paleoamerican Origins and Behavior: a Multidisciplinary Study of the Archaeological Record from Lagoa Santa Region (East-Central Brazil). Tese para a obtenção do grau de Doutor em Arqueologia. Eberhard Karls Universität Tübingen. Manuscrito.

Steele, Teresa E. "The contributions of animal bones from archaeological sites: the past and future of Zooarchaeology." *Journal of Archaeological Science*, 56, 2015: 168-176.

Tomé, T. 2011. Até que a Morte nos Reúna: Transição para o Agro-pastoralismo na Bacia do Tejo e Sudoeste Peninsular. Tese de Doutorado. Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro. Manuscrito.

Touzeau, A.; Amiot, R.; Blichert-Toft, J.; Flandrois, J.-P.; Fourel, F.; Grossi, V.; Martineau, F.; Richardin, P.; Lécuyer, C. 2014. Diet of ancient Egyptians inferred from stable isotope systematics. *J. of Archaeological Science*, 46, 1: 114-124.

Touzeau A., Blichert-Toft J., Amiot R., Fourel F., Martineau F., Cockitt J., Hall K., Flandrois J.-P., Lécuyer C. 2013. Egyptian mummies record increasing aridity in the Nile valley from 5500 to 1500 yrs before present. *Earth and Planetary Science Letters*, 375: 1, 92-100.

Trotter, M.; Gleser, G. 1952. Estimation of stature from long bones of American Whites and Negroes. *Am. J. of Phy. Anthropology*. 16: 463-514.

Turner B.L.; Zuckerman, M.K.; Garofalo, E.M.; Wilson, A.; Kamenov, G.D.; Hunt, D.R.; Amgalantugs, T.; Frohlich, B. 2012. Diet and death in times of war: isotopic and osteological analysis of mummified human remains from southern Mongolia. *J. of Archaeological Science*, 39, 10: 3125-3140.

Turner, C.; Nichol, C.; Scott, G. 1991. Scoring procedures for key morphological traits of the permanent dentition: the Arizona State University dental anthropology system. In, Kelley, M; Larsen, C. (eds.). *Advances in Dental Anthropology*. New York: Wiley-Liss: 13-31.

Ubelaker, D. 1974. Reconstruction of demographic profiles from ossuary skeletal samples: a case from the Tidewater Potomac. *Smithsonian Contributions to Anthropology* 18. Washington.

White, T.; Black, M.T.; Folkens, P. 2012. *Human Osteology*. 3rd. Edition. Elsevier Academic Press.

Williams J. S., Katzenberg M. A. 2012. Seasonal fluctuations in diet and death during the late horizon: a stable isotopic analysis of hair and nail from the central coast of Peru. *J. of Archaeological Science*, 39: 1, 41-57.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

13/02/2025

Ass: _____

Documento assinado digitalmente



CAROLINE BORGES

Data: 13/02/2025 22:51:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

I - título do projeto

OS POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

Edson Hely Silva

II - resumo do projeto

A maioria dos atuais povos indígenas no Nordeste habitam no Semiárido, região delimitada compreendendo estados do Nordeste, à exceção da fronteira do Piauí com o Maranhão e apenas dois municípios desse estado, incluindo ainda o Norte de Minas Geras e também excluindo a região litorânea. O Semiárido brasileiro é em grande parte caracterizado pelo Bioma Caatinga, onde ocorrem poucas chuvas, secas periódicas ou longas estiagens, com consideráveis impactos para os humanos, a fauna, a flora e o Ambiente. Sendo historicamente cenário de muitos conflitos, ocorrendo disputas pelos territórios onde estão as fontes de água garantindo a vida para os humanos, animais e plantas. No Semiárido também encontramos um “sertão verde”, onde além das localidades próximas ao perene Rio São Francisco, existem os chamados “brejos”. Os brejos de altitude ou os brejos de pé de serra, áreas com matas serranas, são lugares úmidos com cobertura vegetal volumosa e há milênios densamente povoados, concentrando maiores índices anual de chuvas e fontes de água. Onde existem riachos e as nascentes de rios intermitentes. Os povos indígenas habitam o Semiárido pernambucano em territórios localizados nas áreas de serras como a Serra do Ororubá (Pesqueira), a Serra Negra (Tacaratu, Floresta e Inajá), a Serra Umã (Carnaubeira da Penha), a Serra do Periquito (Ibimirim), a Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha); nos brejos como em Pesqueira e Tacaratu; em vales como o Vale do Catimbau (Buíque), próximos aos rios como o Ipojuca, o Ipanema, o Moxotó e o São Francisco; nas margens e em ilhas do rio São Francisco em Cabrobó e Orocó. A compreensão sobre os indígenas na História em Pernambuco, exige, portanto, uma abordagem necessariamente interdisciplinar, possibilitando ampliar as análises acerca dos processos históricos vivenciados pelos indígenas nas relações socioambientais nesse Ambiente específico, o Semiárido pernambucano.

III - Palavras-chave: indígenas; História; Pernambuco; Semiárido; relações socioambientais

1V – Introdução

Os indígenas no Semiárido pernambucano como desafio às pesquisas históricas

Por muito tempo os povos indígenas nas áreas mais antigas da colonização portuguesa no Brasil, a exemplo do Nordeste, foram desconsiderados nas reflexões históricas. As ideias do desaparecimento com o extermínio pelas guerras coloniais ou com “aculturação”, ênfase na mestiçagem que produziu “caboclos” incorporando indivíduos e coletividades a população regional mais próxima aos antigos aldeamentos, influenciou bastante na realização de escassas pesquisas sobre o assunto no campo da História. Sendo naturalmente atribuídos a Antropologia os estudos sobre os indígenas, e, portanto, cristalizando uma imagem acerca dos povos indígenas como vinculados a um passado colonial distante, diante da suposta ausência de fontes para pesquisas e implícitos desinteresses em estudos do tema.

As significativas mudanças de abordagens nas pesquisas e produção acadêmica sobre a temática indígena após a Década de 1990, com diversos artigos, dissertações de mestrado,

teses de doutorado e publicações de livros, embora ainda com um volume pequeno em algumas regiões do país e escasso na área de História. Inicialmente as pesquisas foram realizadas por muitos pesquisadores na área da Antropologia, todavia em uma perspectiva histórica-antropológica, ocupando os espaços dos ausentes estudos históricos sobre a temática. Nessa perspectiva interdisciplinar, no princípio da Década de 1990 com a participação de John Monteiro, o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII/USP), coordenado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha publicou vários estudos sobre os povos indígenas, sendo o mais conhecido a significativa coletânea *História dos Índios no Brasil* (1992), reunindo textos de diversos especialistas, a maioria da Antropologia.

Os estudos sobre os indígenas na História foram pouco a pouco se consolidando, como evidenciado na vitalidade do GT Os índios na História, fundado no XXV Simpósio Nacional de História promovido pela ANPUH-Brasil em 2009 na cidade de Fortaleza/CE. Inicialmente coordenado por John Monteiro, nos simpósios seguintes o GT organizou simpósios específicos de discussões e nos últimos eventos nacionais, o GT tem organizado três simpósios para acomodar o volume de discussões inscritas, sendo um deles sobre o ensino da história indígena. Portanto, no âmbito da ANPUH-Brasil e das discussões historiográficas no país, o GT ocupou espaços consideráveis para os debates acerca da história indígena, caracterizados ainda por perspectivas interdisciplinares, ao reunir pesquisadores de História e Antropologia e também áreas como Arqueologia, Geografia, Linguística, Educação, Direito. Desde 2020 o GT também tem realizado eventos regulares em formato digital com um canal específico, ocorrendo de forma semelhante com os diversos GTs criados nas seções estaduais da ANPUH.

São realizados e publicados estudos evidenciando os indígenas como sujeitos sociopolíticos na História, protagonistas nos processos históricos mesmo em contextos de dominação política questionando, dessa forma, concepções, abordagens e narrativas desconsiderando, omitindo, negando a efetiva participação dos indígenas em diferentes momentos ao longo da História do Brasil. E também questionando as visões sobre os povos indígenas como incapazes, impotentes e vitimados pelo avassalador processo de colonização portuguesa a partir de 1500, com o extermínio, desaparecimento e a suposta aculturação dos indígenas. E ainda a ideia acerca dos indígenas como alguns sobreviventes condenados pelo progresso ao desaparecimento, como escreveu Darcy Ribeiro no livro *Os índios e a civilização* (1970) e também no livro *O povo brasileiro* (1995). Mas, contrariando todas as previsões trágicas, os povos indígenas no Brasil ao longo dos anos de colonização elaboraram diversas

formas de resistência e, alcançaram nas últimas décadas, um considerável crescimento populacional, como evidenciado no Censo IBGE/2022. Questionando assim as visões eurocêntricas e colonialistas citando os indígenas como atrasados, impotentes, em extinção etc., exigindo reformulações das teorias explicativas sobre o destino dos povos indígenas.

As abordagens interdisciplinares, principalmente nas fecundas discussões com categorias históricas e antropológicas nos estudos sobre os povos indígenas, é uma marca constante da chamada “nova história indígena”, desde o início dos anos 1990. Como evidenciado nas várias parecerias em eventos acadêmicos, participações em bancas examinadoras, coorientações de pesquisadores, etc. entre John Monteiro e o também renomado antropólogo e pesquisador João Pacheco de Oliveira (UFRJ/Museu Nacional). Este tem fundamentado suas reflexões e produção acadêmica a partir da Antropologia Histórica (Oliveira, 1999), com consideráveis e premiadas publicações sobre os povos indígenas, a exemplo do recente livro *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades* (2016). O diálogo interdisciplinar também vem ocorrendo na realização de diversas pesquisas sobre os indígenas nas diferentes regiões do país.

Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram a ser chamados de caboclos. Condição muitas vezes assumida pelos indígenas para esconderem a identidade diante das inúmeras perseguições. Escritores e vários estudiosos, como Gilberto Freyre, Estevão Pinto, Câmara Cascudo, dentre outros, reafirmaram o desaparecimento dos indígenas no processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão no conjunto da população regional. Assim, as imagens e discursos sobre o caboclo apareceram em obras literárias tratando dos fatos pitorescos, recordações, “estórias” das regiões Agreste e Sertão, atual Semiárido pernambucano. Como personagens “típicos” e curiosos em adaptação às novas situações de sem-terras, vagando em busca de trabalho nas fazendas dos invasores nas terras dos extintos aldeamentos. (Silva, 2017).

É bastante conhecido o livro *Os índios a civilização* com o subtítulo “a integração das populações indígenas no Brasil moderno”, do antropólogo Darcy Ribeiro com a primeira edição publicada no Brasil em 1970. No capítulo “Os índios do Nordeste” o autor apresentou uma retomada histórica sobre os processos de esbulhos das terras indígenas na Região. Ao tratar dos indígenas habitantes no Sertão do São Francisco, o antropólogo afirmou que após expulsão dos seus territórios, os índios se dispersaram, vivendo, no início do século XX, “aos bandos que perambulavam pelas fazendas, à procura de comida”. E de forma pejorativa e

talvez sarcástica, completou: “vários magotes desses índios desajustados eram vistos nas margens do São Francisco” (1982, p.56).

São também bastante conhecidas as concepções de genocídio e etnocídio sobre a história dos povos indígenas no Brasil, defendidas por Darcy Ribeiro. O autor também advogou as “etapas da integração”, para os povos indígenas nas áreas mais antigas da colonização português a exemplo do Nordeste. As categorias de índios “integrados” e “grau de integração na sociedade nacional”, foram atribuídas aos indígenas que se encontravam no século XX “ilhados em meio à população nacional”, como também a ideia da aculturação e assimilação dos indígenas a sociedade nacional. Observemos que o citado livro com o título binário expressa oposições explícitas: “os índios” e a “civilização”. Ou mais sutis: os índios atrasados que se integram no “Brasil moderno”. A partir dessa perspectiva o antropólogo pensou e escreveu sobre os povos indígenas na história do país. A ideia de um Brasil moderno formado por uma macro etnia, o povo brasileiro, citada em *Os índios e a civilização* foi retomada pelo autor em publicações posteriores

No citado livro *História dos índios no Brasil*, coletânea organizada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e publicada em 1992, o capítulo “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico” foi elaborado por Beatriz Góes Dantas, José Augusto Laranjeiras e Maria do Rosário Carvalho, pesquisadores na área da Antropologia com reconhecidas atuações junto aos povos indígenas em Sergipe e na Bahia. Com um enfoque sobre a presença indígena nos diversos processos históricos da colonização regional, discutindo as (des)continuidades e a atualidade dos povos indígenas na Região, o texto representou mudanças significativas das abordagens nos estudos a respeito dos indígenas no Nordeste.

O pesquisador José Mauricio A. Arruti publicou em 1995 o texto “Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional” (Arruti, 1995), resultado de reflexões nos estudos sobre os índios Pankararu (PE) para a elaboração da Dissertação de Mestrado em Antropologia no Museu Nacional/UFRJ. Também situado nas perspectivas das novas abordagens sobre os indígenas no Nordeste, é um artigo de leitura instigante. Após discorrer como os indígenas tiveram as identidades e direitos negados, a extinção declarada após meados do Século XIX, o autor apresentou um amplo painel da “emergência étnica” a partir das mobilizações indígenas em conexões com os processos históricos regional/nacional na busca pelo reconhecimento oficial, a partir das primeiras décadas do Século XX, com a fundação do Serviço de Proteção ao Índios/SPI.

Vários livros foram publicados desde 1999 na coleção *Índios do Nordeste: temas e problemas* pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal), somando até 2021 com 20 volumes disponíveis. Boa parte dos livros dessa série são estudos dedicados aos índios em Alagoas, embora também com coletâneas de textos publicados por autores pesquisando os povos indígenas no Nordeste. Todavia, não percebemos uma preocupação na discussão teórica mais aprofundada sobre o conjunto dos textos publicados em cada volume. Um estudo sobre os significados dessa coleção para as reflexões a respeito dos indígenas na Região ainda estar por ser realizado, contudo observa-se nos artigos reflexões resultados de pesquisas que incorporaram ou dialogaram com as mais recentes abordagens sobre os povos indígenas no Nordeste.

Apesar de conhecidos como “caboclos” também no senso nos lugares onde existiram antigos aldeamentos e essa idéia do índio como “caboclo” justificada em diversos estudos regionais, todavia, o “caboclo” permaneceu índio, questionando as visões preconceituosas, as teorias explicativas do suposto desaparecimento indígena. Vários povos indígenas no Nordeste, “invisíveis” desde fins do Século XIX, teceram uma história de resistência afirmada nas primeiras décadas do Século XX, diante das pressões com o avanço do latifúndio sobre as pequenas propriedades, sítios e glebas de terras onde permaneceram resistindo, mobilizaram-se para exigirem as terras e direitos. (Arruti, 1995). Os povos indígenas no Nordeste considerados extintos desde meados e fins do Século XIX, pressionaram as autoridades para o reconhecimento oficial enquanto povos étnicos diferenciados. Nas memórias orais indígenas e em registros documentais, são encontrados relatos de viagens ao Rio de Janeiro, onde estava a sede do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e a partir de 1967 à sede da FUNAI em Brasília/DF, para reivindicarem a instalação de um Posto do órgão indigenista nas terras onde habitavam, significando o fortalecimento das mobilizações pelo reconhecimento estatal e a reconquista dos territórios dos antepassados invadidos.

Nos últimos 30 anos, diversos povos indígenas na Região afirmaram a identidade étnica, como os Pitaguary, os Tremembé, os Kalabaça, os Tabajara, os Potiguara, os Jucá, os Kanindé e os Anacé, no Ceará; Os Tupinambá, os Tumbalalá, na Bahia; os Kalankó, os Karuazu, os Katokinn, os Koiupanká todos em Alagoas e, em 2003 ocorreu o ressurgimento dos Pipipã, os Pankawiká e dos Pankará em Pernambuco. Esses povos reunidos na cidade de Olinda/PE em 2003, no I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, se autodenominaram povos resistentes. São povos que vivenciaram um processo dinâmico de reelaborações das identidades étnicas, em contextos de

mobilizações pela demarcação das terras onde habitam, pela afirmação e garantia de direitos sociais, a exemplos de uma educação e saúde diferenciadas.

Esse fenômeno nomeado de “emergência étnica” ocorrendo nas áreas mais antigas da colonização portuguesa, a exemplo do atual Nordeste, foi chamado pela atual reflexão antropológica também como etnogênese. Ou seja, o processo de emergência histórica de um povo auto identificando em relação a uma herança dos antepassados, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições socioculturais, muitas das quais apropriadas da colonização e relidas pelos horizontes indígenas. (Oliveira, 1999). Embora, a visão da História do Brasil apenas enquanto uma tragédia para os indígenas, enfatizada durante muito tempo pelas reflexões das Ciências Humanas e Sociais, fundamentou-se nos relatos dos primeiros cronistas coloniais descrevendo as violências e atrocidades no início da colonização e nos anos posteriores. Essa visão apenas trágica aliada a uma concepção evolucionista norteou também por muito tempo os estudos sobre os povos indígenas no Brasil.

As mobilizações dos povos indígenas no Nordeste impôs aos estudos e pesquisas, a necessidade de repensar uma ideia da colonização linear como uma suposta grande conquista de povos pacíficos, subjugados, derrotados e massacrados. Além dos confrontos abertos, circunstancialmente foram elaboradas diversas estratégias de resistência, às vezes silenciosas, invisíveis, camufladas e tecidas ao longo de anos, que foram envolvendo os colonizadores. Enfim, uma derrota ainda que relativa da colonização, pela capacidade histórica dos povos indígenas, particularmente em regiões como o Nordeste do Brasil, elaborarem diferentes estratégias de resistência, na afirmação étnica, conquista do apoio da sociedade para a demarcação das terras reivindicadas, a conquista e garantia dos direitos específicos enquanto indígenas.

O livro *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, organizado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira e publicado em 1999 (a 2ª edição em 2004), marcou decisivamente as mudanças ocorridas nos atuais estudos sobre os povos indígenas na citada Região. Em um instigante texto introdutório o organizador a partir dos conceitos situação colonial, territorialização e fluxos culturais, propôs uma etnologia sobre os chamados “índios misturados” no Nordeste, situando as discussões nos artigos que compõem a coletânea. Trata-se, portanto, de uma coletânea com textos discutindo processos históricos de esbulhos das terras dos aldeamentos, enfatizando as mobilizações indígenas contemporâneas pelas afirmações das identidades étnicas e reivindicações de territórios. Os artigos desse livro são reflexões a partir de pesquisas acadêmicas para o mestrado e

doutorado, a maioria orientadas pelo organizador, e resultaram na feliz conjugação de abordagens baseadas em pesquisas antropológicas, sociológicas, históricas como também as que dialogaram com outras áreas do conhecimento, a exemplos as discussões dos estudos linguísticos.

Com a publicação em 2011 do livro *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*, é possível afirmar que definitivamente se consolidou os povos indígenas na Região como um tema de estudos. Passados mais de 10 anos, após a 1ª edição da coletânea *A viagem da volta*, essa nova publicação representou um esforço de reunir textos das mais recentes pesquisas e reflexões sobre os povos indígenas na Região. Confirmando, portanto, que os interesses pelos estudos a respeito dos índios no Nordeste não só continuaram ao longo do período, como foram ampliados e se diversificaram. Essa volumosa (714 págs.) nova coletânea foi composta por 24 textos retomando as abordagens sobre os indígenas no Nordeste, pensados enquanto sujeitos históricos ao longo da História do Brasil. A publicação foi uma significativa contribuição para compreensão acerca da participação dos povos indígenas nos processos históricos no Nordeste sendo uma leitura imprescindível para que desejar conhecer e estudar a história na perspectiva das mudanças sociais, onde os indígenas são atores sociopolíticos importantes.

A partir das novas abordagens, a produção acadêmica em História sobre os indígenas no Semiárido pernambucano, ainda que tímida é bastante significativa em artigos, teses e dissertações. A exemplo de LIRA (2013), LIMA (2015), SILVA (2017), BEZERRA (2012; 2020) sobre as relações históricas dos indígenas Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção, com o Ambiente mais especificamente o Rio Ipojuca; durante a expansão agroindustrial de doces, conservas e laticínios, discutindo os processos históricos no Século XX e os impactos socioambientais com as invasões das terras indígenas, a migração destes para área urbana em Pesqueira a Zona da Mata e o Sudeste do país e o trabalho indígena nas fábricas naquela cidade. Ressaltando a afirmação da identidade e as relações socioambientais daqueles indígenas, nas mobilizações históricas reivindicando as terras dos antepassados invadidas, numa região de brejos de altitude e de pé de serra com matas e fontes d'água.

E ainda os estudos realizados por MEDEIROS (2000), MARIS (2002), AZEVEDO (2004), CUNHA (2013), OLIVEIRA (2014), SANTOS JÚNIOR (2015), analisando os conflitos entre portugueses e indígenas na colonização nos sertões do São Francisco, a criação das missões religiosas, as mudanças na legislação indigenista com o Diretório Pombalino (1757), as disputas pelo uso dos recursos naturais mais especificamente as águas com as

invasões dos territórios indígenas, as relações históricas com Ambiente da Caatinga e as reivindicações do povo Pankará (Carnaubeira da Penha) pela demarcação das terras onde habitam. Como também as pesquisas de DANTAS (2010) e BEZERRA (2018), discutindo como desde fins do Século XIX e até após a segunda metade do Século XX, ocorreram as mobilizações dos indígenas Fulni-ô (Águas Belas) na afirmação dos direitos ao território disputados com fazendeiros em meio a Caatinga.

Na mesma perspectiva, no campo dos estudos históricos, ressaltamos o livro *Dimensões da participação política indígena. Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848*, de Mariana Dantas publicado em 2018 como premiação pelo Arquivo Nacional, onde a autora numa pesquisa muito bem fundamentada em ampla documentação analisou as motivações dos envolvimento de indígenas em revoltas, no contexto da construção do Estado nacional no século XIX. Como um processo incluso e múltiplo, discutindo a muito importante participação dos indígenas na Mata Sul e no Agreste pernambucano, enquanto sujeitos sociopolíticos na História, como aliados aos rebeldes ou as tropas governamentais. Mesmo ocorrendo situações de recrutamentos compulsórios, a participação indígena foi evidenciada como formas de inserções na arena política, na busca do exercício da cidadania em meio as disputas públicas, com os índios barganhando interesses, negociando com as oligarquias locais e considerando as relações de poder provincial, seja para conquista de benefícios pontuais mas, sobretudo, o controle na administração dos aldeamentos e garantias das terras onde habitavam. Pelo ineditismo na abordagem, o citado estudo é uma referência obrigatória nas pesquisas históricas sobre o ciclo das revoltas liberais em Pernambuco no Século XIX.

A maioria dos atuais povos indígenas no Nordeste habitam no Semiárido, região brasileiro oficialmente definida com aquela onde chove uma média anual igual ou inferior a 800 mm, com um déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. E delimitada compreendendo estados do Nordeste, à exceção da fronteira do Piauí com o Maranhão e apenas dois municípios desse estado, incluindo ainda o Norte de Minas Gerais e também excluindo a região litorânea. (Brasil, 2017). O Semiárido brasileiro é considerado o mais habitado na Terra. Sendo em grande parte caracterizado pelo Bioma Caatinga, no Semiárido ocorrem secas periódicas ou longas estiagens, com consideráveis impactos para os humanos, a fauna, a flora e o Ambiente. Sendo historicamente cenário de muitos conflitos, ocorrendo disputas pelos territórios onde estão as fontes de água garantindo a vida para os humanos, animais e plantas.

Em Pernambuco, os rios Capibaribe e Ipojuca foram utilizados, em 1738, como rotas do Litoral para o Sertão (atual Semiárido). O “Caminho do Capibaribe”, partindo do Recife, passava pelas povoações margeando esse rio, atravessando o território paraibano, alcançando a ribeira do Pajeú, percorrendo entre São José do Egito até Cabrobó. O “Caminho do Ipojuca” acompanhava o vale deste rio, indo pelo Sertão do Moxotó até o Rio São Francisco, na altura de Santa Maria da Boa Vista. Um terceiro caminho de 1802, também citado por Capistrano de Abreu. (Abreu, 1998, p. 39), partia de Olinda e aproveitava o “Caminho do Ipojuca” passando pelo Sertão do Moxotó e chegando ao São Francisco. (Mello, 2004, p. 89). Por esses caminhos, muitos indígenas em seus territórios ou aldeados, colonos, escravizados africanos, missionários e o gado ocuparam os espaços nas regiões do chamado Agreste e Sertão, o atual Semiárido, entre fazendas, povoados e aldeamentos servindo como pontos de apoio para futuras migrações do litoral para o interior. Nesse processo de expansão, ocorreu a incorporação do interior das chamadas Capitanias do Norte do Brasil ao mundo colonial, transformando espaços supostamente “vazios” do ponto de vista colonizador, em lugares habitados por súditos da Coroa Portuguesa.

No Semiárido também encontramos um “sertão verde”, onde além das localidades próximas ao perene Rio São Francisco, existem os chamados “brejos”. Os brejos de altitude ou os brejos de pé de serra, áreas com matas serranas. Os brejos de altitude, são lugares úmidos com cobertura vegetal volumosa e há milênios densamente povoados, concentrando maiores índices anual de chuvas e fontes de água. Assim, “Dentre as heterogeneidades de paisagens presentes no Nordeste brasileiro, os Brejos de Altitude, constituem-se como importantes ambientes naturais, com dinâmica diferenciada quanto ao comportamento dos elementos constituintes”. (Medeiros; Cestaro, 2019, p.115). Nos brejos nascem riachos irrigando os sopés das serras e rios intermitentes correndo em direção ao São Francisco ou para o litoral. São áreas também agricultáveis, com as lavouras para o consumo plantada pelos indígenas, quilombolas e agricultores familiares, com os excedentes de frutas e verduras que abastecem as feiras de cidades vizinhas ou os centros urbanos maiores, incluindo as capitais nordestinas. (Vasconcelos Sobrinho, 2005; Melo, 1980).

Na atualidade os 17 povos indígenas habitam o Semiárido pernambucano em territórios localizados nas áreas de serras como a Serra do Ororubá (Pesqueira), a Serra Negra (Tacaratu, Floresta e Inajá), a Serra Umã (Carnaubeira da Penha), a Serra do Periquito (Ibimirim), a Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha); nos brejos como em Pesqueira e Tacaratu; em vales como o Vale do Catimbau (Buíque), próximos aos rios como o Ipojuca, o

Ipanema, o Moxotó e o São Francisco; nas margens e em ilhas do rio São Francisco em Cabrobó e Orocó. A população indígena no estado foi contabilizada mais de 61.000 indivíduos. (Brasil, 2010). A compreensão sobre os indígenas na História em Pernambuco, exige uma abordagem necessariamente interdisciplinar, possibilitando ampliar as análises acerca dos processos históricos vivenciados pelos indígenas nas relações socioambientais nesse Ambiente específico, o Semiárido pernambucano.

Discutindo os processos históricos e as relações ambientais de indígenas no Semiárido pernambucano, a partir das reflexões da História Ambiental. Como escreveu Donald Worster (2003) a História Ambiental “lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana”, incorporando para as análises o aprofundamento de compreensão através do tempo dos impactos mútuos. Uma vez que “A História Ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas, também reconhecer a historicidades dos sistemas naturais”. (Pádua, 2010, p. 97). Enfim, pensando as relações históricas e ambientais indígenas no Semiárido pernambucano, pesquisando em meio aos processos históricos sobre as práticas agrícolas, formas e épocas do plantio, bem como conhecimentos sobre o domínio, acesso e uso dos recursos naturais, seja pela coleta de frutos nativos, caçadas, utilização de plantas para confecção de remédios, adornos, uso ritual ou utensílios do cotidiano expressando afirmação identitárias, reivindicações territoriais em estreitas relações com o Ambiente do Semiárido onde habitam. São conhecimentos que evidenciam as relações entre os indígenas na História/a história indígena e a História Ambiental nessa região com registros milenares da ocupação humana.

V - Objetivos geral e específicos

Como esse projeto pretendemos pesquisar a partir de fontes documentais escritas e das memórias orais, os processos históricos vivenciados pelos indígenas na História no Semiárido pernambucano, discutindo a importância das relações com esse Ambiente específico, enquanto espaço de protagonismos históricos na afirmação identitária, mobilizações, conflitos, reivindicações territoriais e direitos pelos indígenas.

VI - método de pesquisa

As análises nesse Projeto de Pesquisa, serão pautadas em uma perspectiva interdisciplinar, buscando ampliar as abordagens fundamentadas na História e Antropologia como vem sendo caracterizada a chamada “nova história indígena”. As reflexões sobre a ideia de “experiência” do historiador E. P Thompson (2001), contribuirão para pensar sobre as experiências históricas e enquanto sujeitos sociopolíticos nas dimensões socioculturais vivenciadas pelos indígenas no Semiárido pernambucano. Para analisar as mobilizações e

reivindicações indígenas pela demarcação dos territórios onde habitam, o conceito de territorialização será muito útil, definido pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, como um “processo de reorganização social”, onde uma das implicações é “a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora”. E também “a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (Oliveira, 2004, p. 22). As análises sobre os processos históricos vivenciados pelos indígenas no Semiárido pernambucano em diálogos com a História Ambiental, serão realizadas a partir das reflexões do historiador Donald Worster (2003) discutindo uma perspectiva agroecológica na História.

As fontes para pesquisa serão a documentação disponível no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, em diversas séries documentais principalmente do Século XIX, composta por relatórios, ofícios e correspondências oficiais, plantas e mapas de aldeamentos com descrições ambientais dos territórios habitados pelos indígenas, etc. além de jornais e impressos. Nesse conjunto encontramos também documentos produzidos ou atribuídos aos índios, a exemplo da “Série Petições: Índios”, reunindo solicitações endereçadas às autoridades denunciando perseguições, afirmando a autonomia e reivindicando direitos, principalmente às terras indígenas esbulhadas com maior ênfase após a Lei de Terras de 1850. As memórias orais dos atuais povos indígenas no Semiárido pernambucano, são fontes significativas de informações sobre as experiências das relações socioambientais nos processos históricos, nas narrativas a partir de entrevistas sobre momentos históricos, histórias de vida, trajetórias individuais e coletivas.

Para análises das memórias orais indígenas, nos basearemos nas reflexões de Maurice Halbwachs quando o autor discutiu os conceitos de memórias individuais e memórias coletivas (Halbwachs, 2004) na construção de narrativas sobre as experiências vivenciadas por grupos sociais. E ainda na concepção sobre a “memória herdada” (Pollak, 1992), para pensar os significados das memórias orais como “história de experiências”, na compreensão do que foi “o vivido, o concebido e o expressado” em uma história a partir das memórias. (Alberti, 2004). Sendo ainda bastante útil o conceito de “memória biocultural”. (Toledo; Barrera-Bassols, 2008), como aprendizados dos antepassados sobre os conhecimentos nas relações com o Ambiente, enquanto espaços de protagonismo históricos e afirmação identitária dos indígenas.

VII - contribuições científicas e técnicas esperadas

VIII - cronograma de atividades, com a identificação dos responsáveis

[illegible]

Glória-BA (1986 - 2021). Responsáveis: Edson Hely Silva; Marcos Manoel do Nascimento Silva.												
Atividades 2028	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Pesquisa: Povo indígena Xukuru do Ororubá: História, memórias e relações socioambientais Responsáveis: Edson Hely Silva; Laís Deosdede da Silva Pesquisa: Vale do Catimbau terra de tradicional: indígenas e quilombolas, luta, terra e identidade. Responsáveis: Edson Hely Silva; Jaelson Gomes de Andrade Pereira; Pesquisa: O Bairro "Xucurus" e a presença histórica indígena em Pesqueira (PE): discutindo a formação de docentes de Língua Portuguesa no ensino público municipal a partir da Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE 14/2015. Responsáveis: Edson Hely Silva; Rosani Maciel Calado. Pesquisa: Da "grande batalha" à rendição: negociações, conflitos e resistências no Projeto de Irrigação Jusante, Glória-BA (1986 - 2021). Responsáveis: Edson Hely Silva; Marcos Manoel do Nascimento Silva.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

IX - Referências

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte; Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.

ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

ALMEIDA, Maria R. C. de. John Manuel Monteiro (1956-2013): um legado inestimável para a Historiografia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 399-403 – 2013.

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, 1995, v. 15, 1995, p. 57-94.

BEZERRA, Edmundo Cunha Monte. **Os índios Xukuru e a Serra do Ororubá (Pesqueira/PE)**: História, Natureza e o trabalho indígena no universo agroindustrial de Pesqueira(1940-1960). Salvador: UFBA, 2020 (Tese Doutorado em História).

- BEZERRA, Edmundo Cunha Monte. **Migrações Xukuru do Ororubá: memórias e História (1950-1990)**. Recife; UFPE, 2012 (Dissertação Mestrado História).
- BEZERRA, Deisiane da Silva. **A atuação de Padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo**. Campina Grande: UFCG, 2018 (Dissertação Mestrado em História)
- BRASIL. Sudene. Delimitação do Semiárido. <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido> Acesso em 10 ago 2021.
- BRASIL. **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- CUNHA, Elba Monique Chagas da. **Sertão, sertões: colonização, conflitos e história indígena em Pernambuco no período pombalino (1759-1798)**. Recife: UFRPE, 2013. (Dissertação Mestrado em História Social da Cultura Regional).
- CUNHA, Manuela C. da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- CUNHA, Manuela C. da; BARBOSA, Samuel (orgs.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora da Unesp, 2018.
- DANTAS, Mariana A. **Dimensões da participação política indígena**. Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no Aldeamento do Ipanema em Águas Belas, Pernambuco. (1860-1920)**. Niterói: UFF, 2010 (Dissertação Mestrado em História)
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- LIMA, Daniel Max dos Santos. **A agroindústria do tomate e as mudanças socioambientais vivenciadas pelos Xukuru e pequenos agricultores em Pesqueira (1950-1970)**. Campina Grande: UFCG, 2015 (Dissertação Mestrado em História).
- LIRA, Denise Batista de. **Os índios Xukuru do Ororubá na Ribeira do Ipojuca (Pesqueira/Poção) 1986-2010: Ambiente, memórias e História**. Recife: UFPE 2013. (Dissertação Mestrado em História).
- MARIS, Saldanha Suely. **Fronteiras dos sertões: conflitos e resistência em Pernambuco na época de Pombal**. Recife: UFPE, 2002 (Dissertação Mestrado em História).
- MEDEIROS, Jacimária Fonseca de; CESTARO, Luiz Antônio. As diferentes abordagens utilizadas para definir Brejos de Altitude, áreas de exceção do Nordeste brasileiro. **Sociedade e Território**. Natal, vol. 31, n. 2, p. 97–119, jul./dez. 2019.

- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros**: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial. UFPE: Recife, 2000 (Tese Doutorado em História)
- MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes**. Recife: SUDENE, 1980.
- MELLO, José Antônio G. de. Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802). In: MELLO, J. A. G. de. **Da Inquisição ao Império**. Recife: Edufpe, 2004, p. 87-113.
- MONTEIRO, John M. Monteiro (org.). **Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros**. São Paulo: USP-NHII/Fapesp, 1994a.
- MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia. das Letras, 1994b.
- OLIVEIRA, Edivania Granja Silva. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá**: relações socioambientais no Sertão Pernambucano. Campina Grande: UFCG, 2014 (Dissertação Mestrado em História).
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- PADUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, 2010, vol.24, n.68, p 81-101.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992, 5 (10), p. 200-212
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. (A primeira edição brasileira foi publicada em 1970).

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos Santos. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indígenas e os povos no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE. 2015 (Dissertação Mestrado em História).

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. 2. ed. Recife: EDUFPE, 2017.

SILVA, Edson. A afirmação dos índios no Nordeste! **Revista Crítica Histórica**, ano II, nº 4, dezembro/2011, p.314-319.

SILVA, Edson. “Os caboclos” que são índios: história e resistência indígena no Nordeste. **Portal do São Francisco – Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF**. Belém de São Francisco, ano III, nº. 3, 2004, p.127-137.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. **Mneme - Revista de Humanidades**, v.4, nº 7, fev./mar. de 2003, p. 39-46.

SILVA, Edson. "Confundidos com a massa da população": o esbulho das terras indígenas em Pernambuco no Século XIX. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*, Recife - PE, v. 46, n.42, p. 17-29, 1996.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

TOLEDO, Víctor M; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VASCONCELOS SOBRINHO, José de. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife: Condepe, 2005.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Revista Ambiente & Sociedade**, vol. 5 n.2, 2003, p.23-44.

CONSELHO DO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PERNAMBUCO: UMA HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

RESUMO

Este projeto se propõe a analisar a história das políticas públicas de cultura de Pernambuco, tendo como estudo de caso a trajetória político-administrativa do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC-PE), focando nos processos de patrimonialização do qual é o mesmo é protagonista. Será realizada revisão bibliográfica acerca dos conceitos de patrimônio cultural e seus derivados, bem como de identificação das ferramentas burocráticas construídas pela maquinaria patrimonial. Realizaremos pesquisa em fontes primárias existentes no arquivo da instituição (livros de atas e gravações audiovisuais de reuniões), bem como pesquisa em fontes documentais que permitam mapear os agentes institucionais envolvidos na formulação de uma política pública de cultura em torno do CEPPC-PE.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas de cultura; patrimônio cultural; história do patrimônio

INTRODUÇÃO

Este projeto se propõe a analisar a história das políticas públicas de cultura de Pernambuco, a partir do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC-PE), um órgão colegiado, propositivo, consultivo, técnico e deliberativo, vinculado à Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco. Criado pela Lei nº 6.003, de 27 de setembro de 1967, com o nome de Conselho Estadual de Cultura do Estado de Pernambuco, o órgão ganhou o nome atual a partir da Lei nº 15.430, de 22 de dezembro de 2014, que reformulou a sua estrutura e atribuições. Atualmente o CEPPC-PE tem a finalidade de

Proporcionar a participação democrática da sociedade no desenvolvimento de políticas, projetos e ações conjuntas no campo da cultura e do patrimônio cultural, por meio da gestão compartilhada, entre o Governo e a Sociedade Civil, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Cultura (CONSELHO, [s.d.]

Dentre suas diversas ações, o CEPPC-PE decide, desde 1979, acerca do tombamento e, a partir de 2002, sobre o registro de bens do patrimônio cultural do Estado (PERNAMBUCO, 2018). Contudo, além destas funções mais conhecidas, cabe ao Conselho também:

I - Propor princípios, normas, diretrizes e linhas de ação da Política Pública de Cultura do Estado; II - aprovar os planos de cultura estadual, regionais e setoriais a partir das orientações emanadas das conferências e fóruns, no âmbito das respectivas esferas de atuação; III - acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução do Plano Estadual de Cultura; IV - propor ao Poder Executivo alterações nas diretrizes do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura - FUNCULTURA, criado pela Lei nº 12.310, de 19 de dezembro de 2002; V - fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos em decorrência das transferências entre entes da Federação; VI - estimular a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Política Cultural; VII - indicar representante para compor a Comissão Deliberativa do FUNCULTURA conforme previsto no §3º do artigo 12 da Lei nº 16.113, de 5 de julho de 2017 (PERNAMBUCO, 2019).

Podemos perceber que se trata de amplo rol de funções, que se relacionam com todos os órgãos de cultura do governo do Estado de Pernambuco e, mais ainda, evidencia-se o papel articulador do CEPPC-PE no âmbito dos sistemas Nacional e Estadual de Cultura e de Patrimônio.

O Conselho atua em todos os processos de patrimonialização realizados pelo Estado de Pernambuco, sendo a patrimonialização compreendida como o

(...) ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação. Conservação a ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade (competência) para custodiar os bens. E conservar, conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar (LIMA, 2012, p. 34).

A patrimonialização levada a efeito pelo Estado é uma das muitas atividades das políticas públicas de cultura realizadas com a participação da sociedade civil, tal como preconizado nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Neste sentido, o CEPPC-PE é um fórum participativo institucionalizado de caráter permanente, composto de forma paritária por representantes indicados pelo poder público estadual (representantes da Secretaria de Cultura, Fundarpe, e Procuradoria Geral do Estado, e pessoas de notório saber) e representantes da sociedade civil, eleitos pelos seus pares, em sete áreas específicas de conhecimento.

Enquanto órgão vinculado à Secretaria de Cultura de Pernambuco e fundamental para a elaboração e implementação das políticas públicas de patrimônio cultural, o CEPPC-PE possui a responsabilidade institucional de garantir os mais altos padrões de governança corporativa pública, ou seja, alta capacidade gerencial e amplo envolvimento social na tomada de decisões visando o desenvolvimento sustentável.

Apesar da expertise desenvolvida em algumas áreas como, por exemplo, na saúde e assistência social, concordamos com o argumento de Calabre (2011, p. 75), quando a autora afirma que houve pouco avanço “no sentido do acompanhamento e da avaliação das ações e políticas (estas últimas mais raras) empreendidas no campo da cultura pelo setor público” (CALABRE, 2011, p.75). E se este era o cenário em 2011, outros pesquisadores vêm afirmando, em estudos mais recentes, que o cenário contemporâneo é, no âmbito federal, muito pior (ROCHA, 2022), seja por conta das descontinuidades administrativas, seja por conta do esvaziamento do Plano Nacional de Cultura (CARVALHO, OLIVEIRA, 2021). Contudo, mesmo antes da última gestão presidencial, os estudiosos de diversas áreas já apontavam a incompletude dos processos de participação popular e de acompanhamento e avaliação de políticas públicas de cultura em todos os entes da federação (BARBALHO, Alexandre et al, 2011, DURANT, 2001).

Em Pernambuco, felizmente, o cenário não é de descontinuidades. O estado é pioneiro na criação de políticas públicas de cultura e de patrimônio cultural, tendo sido, juntamente com a Bahia, um dos primeiros entes federativos que criou órgãos públicos de preservação, no início do século XX, antes mesmo da criação destas políticas no âmbito federal (CANTARELLI, 2012). A criação da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), em 1973, a instituição do Sistema de Incentivo à Cultura, em 1993; o fortalecimento do Fundo de Incentivo à Cultura, no ano 2000, a adesão formal ao Sistema Nacional de Cultura e a aprovação do Plano Estadual de Cultura, em 2014 e 2018, respectivamente, são apenas alguns exemplos da continuidade das

políticas públicas de cultura em Pernambuco ao longo do século XX e XXI. Contudo, o mesmo não pode ser dito dos estudos de avaliação destas políticas, nem no âmbito do Estado, nem da academia.

No universo acadêmico, apesar da grande quantidade de artigos, teses e dissertações acerca de elementos da cultura e do patrimônio de Pernambuco, os estudos sobre as políticas públicas de cultura são amplamente minoritários¹ e há setores sobre os quais pouco ou nada foi produzido, como, por exemplo, o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco, objeto deste projeto de pesquisa. Apesar da importância do Conselho na constituição de políticas públicas de cultura no Estado nas últimas décadas, quase nada se pesquisou sobre o mesmo. São exceções os trabalhos de Souza (2021), Santos (2015) e Siqueira Neto (2011), na área da pesquisa histórica, que apontam a atuação do CEPPC-PE na área da preservação do patrimônio cultural tombado em Pernambuco.

A gestão pública da cultura é objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, que se complementam de maneira multi, inter e, algumas vezes, transdisciplinar. Segundo Faria (2013, p. 8) o próprio crescimento dos estudos sobre políticas públicas no Brasil se deve também à “crescente especialização dos debates no interior de cada comunidade disciplinar”. As políticas públicas de cultura, por sua vez, são objeto de pesquisa de um grande leque de disciplinas das ciências sociais e sociais aplicadas e das humanidades, dentre as quais a História.

Compreendemos que a patrimonialização de qualquer bem cultural “é escolha feita por alguns em virtude de um contexto, uma audiência e uma intencionalidade em termos de orientação temporal individual e coletiva” (GAGO, 2023, p. 78), assim, é fundamental que o historiador estude as instituições que promovem as políticas públicas de cultura e de patrimônio e compreenda os seus processos burocráticos de atuação no âmbito do estado e da sociedade civil organizada. Este tipo de estudo tanto configura o recorte da história do patrimônio cultural quanto da história pública, posto que

Os monumentos não são “sem valor”, antes espelham a cultura e os valores das comunidades que os criam, pois consideram que a narrativa que espelham é crucial para a orientação temporal dos seres humanos do seu presente e do futuro. Neste sentido, são mais do que “objetos”, pois geram narrativas para orientação da vida e a formação da identidade, as quais formam as memórias públicas, a construção de identidades de comunidades e os comportamentos sociais. Estas narrativas com forte sentido de coesão da comunidade podem ser consideradas como elementos da História Pública (Gago, 2023, p. 79)

Tais conhecimentos são fundamentais para a compreensão dos agentes, das práticas e das experiências que envolvem o Conselho, compreendendo a complexidade do seu papel social.

¹ Apenas a título de exemplo citamos os resultados de buscas exploratórias realizadas em bases de dados acadêmicos: a consulta, no Google Scholar, com os termos “cultura em Pernambuco” retorna 146 resultados, enquanto que “políticas de cultura em Pernambuco” retorna apenas 2 resultados. O mesmo cenário, em termos proporcionais, acontece em buscas no Scielo: ao usar o termo “cultura em Pernambuco” encontramos 95 resultados e “políticas de cultura em Pernambuco” retorna apenas 7 (Consultas realizadas em 19/09/2022).

OBJETIVOS

Geral

Analisar a trajetória político-administrativa do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC-PE), focando nos processos de patrimonialização do qual é o mesmo é protagonista.

Específicos

1. Identificar práticas de governança participativa institucionalizadas pelo CEPPC-PE ao longo de suas diversas configurações administrativas;
2. Analisar a contribuição do CEPPC-PE na estruturação de práticas de burocracia pública no campo do patrimônio cultural em Pernambuco;
3. Identificar o atendimento das demandas legais de responsabilização sobre o patrimônio cultural implementadas pelo CEPPC-PE no estado de Pernambuco.

MÉTODO DE PESQUISA

Considerando o objetivo proposto, esta pesquisa se caracteriza da seguinte forma: quanto à abordagem, é uma qualitativa e quantitativa; quanto aos objetivos, é uma pesquisa exploratória e explicativa; quanto aos procedimentos técnicos, ela é bibliográfica, documental e estudo de caso (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A primeira tarefa metodológica será realizar um mapeamento dos stakeholders que se relacionam com CEPPC-PE no contexto das políticas públicas de cultura do Estado de Pernambuco. Consideram-se stakeholders todos os agentes institucionais envolvidos na formulação de uma política pública (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997), bem como seu lugar no ambiente da governança corporativa. Dado o arco temporal das políticas públicas de cultura em Pernambuco e da atuação do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco, este levantamento precisará ser realizado concomitantemente à realização de uma pesquisa histórica sobre as políticas públicas de cultura em Pernambuco. O levantamento dos stakeholders também permitirá o mapeamento dos conjuntos documentais que guardam relação com o CEPPC-PE, e podem ser objeto de futuras ações de transparência ativa na área das políticas públicas de cultura, a saber: Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM).

Em um incipiente levantamento acerca do conjunto documental existente no CEPPC-PE, foi possível identificar, pelo menos, a existência dos livros de atas e gravações das reuniões do Conselho ainda não transcritas e correspondência recebida e expedida. Esta massa documental não apresenta arranjo arquivístico e é impossível identificar quais são os documentos de interesse histórico, importantes para a pesquisa acadêmica, daqueles que são fundamentais para o atendimento às demandas por transparência das políticas de patrimonialização levadas a efeito pelo governo do estado de Pernambuco. Ambas as perspectivas podem ser atendidas após a

Com o conhecimento produzido por essa pesquisa, produziremos trabalhos acadêmicos sobre o tema, a serem publicados em periódicos especializados, livros e anais de eventos científicos.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

[illegible]

Modelagem de dados (softwares)												
Sistematização de dados												
Produção de artigo para publicação em revista acadêmica												
Produção e entrega das recomendações CEPPC-PE												
Produção e entrega do relatório final												

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALABRE, Lia. Políticas culturais: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública. In: BARBALHO, Alexandre et al (orgs). *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômica*. Salvador: Edufba, 2011.

CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

CONSELHO Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. Quem somos. Cultura.pe <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/quem-somos/> Acesso em: 19 set. 2022.

GAGO, Marília. Narrativas diversas acerca de mo(nu)mentos históricos “controversos”-história pública e disciplinar escolar na perspectiva de educação histórica. *Hist. R.*, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 77-92, maio/ago. 2023.

LIMA, Diana Farjalla Correia de. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr, 2012.

LOPES, Luís Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Brasília: Projecto, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MITCHELL, Ronald K.; AGLE, Bradley R.; WOOD, Donna J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. *The Academy of Management Review*, 22(4), 853–886, 1997.

PERNAMBUCO (Estado). Lei nº 14.804 de 29 de outubro de 2012. Regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/transparencia-lei14804/> Acesso em: 16 set. 2022.

PERNAMBUCO (Estado). Lei nº 47.815, de 19 de agosto de 2019. Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Política Cultural–CEPC-PE. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/20.08.2019-Regimento-Interno-do-CEPC.pdf> Acesso em: 19 set. 2022.

PLANO Estadual de Cultura. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2018. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Plano-Estadual-de-Cultura.pdf> Acesso em: 19 set. 2022.

SANTOS, Diego Gomes dos. *Patrimônio: herança ou interesses?* um estudo sobre a política cultural aplicada ao patrimônio cultural de Pernambuco (1979-2010). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2015.

SIQUEIRA NETO, Moysés Marcionilo de. *Sob o véu do patrimônio cultural: uma análise dos processos de tombamento em Pernambuco (1979-2005)*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

SOUZA, Rosely Tavares de. “Homens de cultura” e o tempo conselheiro: política pública cultural do Conselho Estadual de Cultura em Pernambuco (1975-1979). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EFLCH
Escola de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas

Projeto Pós-Doutorado

Laços e Heranças: A presença de africanos e seus descendentes em Alagoas
no século XVIII

Proponente: Drº Gian Carlo de Melo Silva

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Supervisor: Drº Jaime Rodrigues

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Introdução

Durante muitos anos, Alagoas tem sido unicamente marcada como sendo a “terra de Zumbi”, por ser em seu território atual, o espaço que outrora abrigou o famoso quilombo dos Palmares (Lara, 2021a). Contudo, a historiografia da localidade para o período do século XVIII deixou uma lacuna sobre os descendentes de Zumbi. São homens e mulheres negros que não sabemos o que aconteceu, onde foram inseridos, o que faziam e quais as suas possibilidades de ação e inserção naquela sociedade. No desenvolvimento desta pesquisa pretendemos mapear como os africanos sequestrados e os seus descendentes estavam inseridos na sociedade e no funcionamento do cotidiano local.

As motivações da presente pesquisa vêm sendo acumuladas ao longo da última década em que faço parte do corpo docente do curso de História da Universidade Federal de Alagoas – Ufal. Com o passar dos anos fui percebendo que existia um foco na herança de luta e resistência oriunda do Quilombo dos Palmares e um foco na história política, em especial com a elevação do território para uma comarca de Pernambuco¹. A historiografia local e nacional, busca compreender o complexo Palmarino (Lara, 2021b; Gomes, 2005, 2010) mas esquece o que acontece posteriormente, deixando um hiato que abarca praticamente todo o século XVIII, só existindo novos estudos de fôlego que dão conta da população negra em Alagoas para o Oitocentos (Marques, 2020; Teixeira, 2017).

No contexto setecentista, a criação da comarca estava inserida no controle da região, que tinha aumentado seu poder econômico, com a presença de mais engenhos, além da criminalidade e das dificuldades na administração da justiça. Uma outra questão que transborda ao espaço colonial é um aprimoramento das práticas administrativas exercidas pela Coroa portuguesa e ao crescente número de funcionários régios do início do século XVIII (Sousa e Bicalho, 2000). No caso de Alagoas, indicativos para criação da Comarca

¹ A partir deste ponto, o território que compreende o espaço geográfico de Alagoas será citado como Comarca de Alagoas, tendo em vista que as transformações ocorridas no XVIII sofrem impacto direto após a elevação da condição jurídica da localidade.

remontam ao final do XVII, mas só passam a sair do papel a partir de atos de criação em 1706 e se estabelecendo em termos práticos com a chegada do primeiro ouvidor geral José da Cunha Soares em 1712. (Costa,1983; Brandão, 1909).

A Comarca de Alagoas fazia parte da Capitania de Pernambuco e ao longo do século XVIII foi ganhando importância econômica e política. Ocorreu o incremento no número de engenhos e já no ano de 1712, a cabeça da Comarca, Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul² tinha aproximadamente 26 engenhos, o que acarretou um aumento quantitativo na elite açucareira e de seu poder. Tal incremento pode ser observado pelo aumento da produção ligada ao abastecimento de alimentos como farinha e peixe seco, para Recife e Olinda, algo que era conhecido desde o século XVII. Além disso, não podemos esquecer a importância do açúcar e da produção de tabaco como mais uma das atividades econômicas que tiveram um florescimento razoável nesse período (Arthur, 2012; Carvalho,2015, Lopes, 2008).

As descobertas ao longo dos últimos anos, estudando e compreendendo os engenhos e a existência de uma população majoritariamente negra na região (Sousa, 2018), nos levam a hipótese de que os africanos e seus descendentes conseguem angariar espaços na sociedade e vão conquistando influência. Tal suposição se ancora no poder e a força existente em associações com presença majoritariamente negra, como a Irmandade de Pardos em Penedo (Alves, 2019) e a Milícia (Santos, 2018), que garantia a proteção na fronteira do Rio São Francisco e eram compostas por pardos. Tal influência pode ser percebida em situações como a de que os membros da Irmandade de Pardos tentaram fundar um hospital da Misericórdia, ou pelo comandante da Milícia responder diretamente a sede da Capitania de Pernambuco, sem passar pela autoridade do ouvidor da Comarca. Tais episódios chamam a atenção para o crescimento

² A localidade apresenta nomes diferentes no decorrer dos anos e das fontes consultadas. Vilas das Alagoas, Cidades das Alagoas, Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul e o nome atual de Marechal Deodoro. Assim, ao longo da escrita iremos nos referir preferencialmente como Vila das Alagoas e Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul.

dos descendentes de africanos e a sua inserção, para além do cativeiro, na vida social da então Comarca de Alagoas.

Sobre as possíveis origens dos africanos em Alagoas, encontramos classificações como Angolas, Minas, Cabindas, Guiné etc., que surgem nas fontes e de maneira geral tentam classificar uma possível os africanos que aqui foram desembarcados. Contudo, cabe lembrar que existiram misturas, seja no âmbito cultural ou social, que acarretaram mudanças nas designações e nas identificações que estes homens e mulheres de outrora apresentavam ou eram denominados. Conforme lembra Ribeiro, desde o sequestro em África e todo trâmite até a chegada no Brasil, ocorreram reinterpretações de identidades, novas camadas foram surgindo e outras deixadas para trás, seja por sobrevivência ou adequações impostas em ambas as paragens atlânticas. (Ribeiro, 2005, pp. 29-48).

Seguindo tal interpretação, lembramos que muitas das alcunhas dadas aos africanos “eram etnônimos que misturavam os nomes dos portos de embarque, os mercados e as feiras onde eram vendidos, alguns reinos e raramente etnias próprias africanas.” (Mattos, 2006, p. 12). Assim, nem sempre um registro que contenha uma designação em África, representa o local de origem daquele indivíduo. As classificações encontradas até o momento nas fontes, tem indicado uma predominância na África centro-ocidental. Algo que coaduna com as características de um comercio realizado a partir da praça do Recife, na então Capitania de Pernambuco, local que Alagoas fazia parte.

Como relata Silvia Lara, “desde por volta de 1580, (...), a maior parte do tráfico negreiro que se dirigia para o Brasil (e para as Américas), partia dos portos exportadores da África Central, primeiro Mpinda e depois Luanda” (Lara, 2021b, p.188). Os dados indicados por pesquisadores corroboram que existia uma predominância de embarcados por Angola em Pernambuco, algo que era favorecido pelo tempo de viagem – aproximadamente 35 dias – e pelas condições de navegação entre as duas regiões. Tais fatores, são somados ao estabelecimento de grandes praças comerciais nas duas margens do Atlântico. Assim, “as autoridades coloniais e metropolitanas estavam certas ao registrar

que os escravos de Pernambuco eram gente vinda de Angola” (Lara, 2021b, p.193).

Além da praça do Recife, que tem sua importância mostrada por estudos que ressaltam o papel de Pernambuco no comércio de escravizados da época e usava do abastecimento de produtos oriundos da Comarca de Alagoas nas negociações (Lopes, 2008; Marques, 2019), novas pesquisas tem mostrado uma articulação com a Praça de Salvador, especialmente a partir da região de Penedo. Talvez, africanos escravizados, tenha sido trazido pela rota que partia da Cidade da Bahia e chegava em Alagoas pela navegação marítima e fluvial. Tais descobertas, indicam que as dinâmicas das rotas de redistribuição eram mais abrangentes do que somente para o interior da Bahia, seja em direção as Minas e outras localidades no sertão baiano. As fontes analisadas indicam uma rota através do mar, que ligava a redistribuição da mão de obra escravizada com a região de Vila Nova Real do Rio de São Francisco (Iasmim, 2020, p.104). O local hoje é conhecido como Neópolis em Sergipe e muito próximo a antiga Vila de Penedo, região que tem estreitas ligações sociais e comerciais com a Praça de Salvador desde o período colonial.

O fato do território geográfico abarcado pela região de Alagoas ficar no meio do caminho entre duas antigas praças escravistas coloniais, possibilitava interlocuções e trocas comerciais com ambas as localidades. Seja pela margem mais ao norte, com a sede da Capitania de Pernambuco e a Praça do Recife, ou ao sul com a Capitania da Bahia e os mercados escravistas de Salvador, ou a Cidade da Bahia como apresentam alguns documentos. Tal fato, é um detalhe da maior importância na compreensão das dinâmicas existentes e dos agentes envolvidos nos diversos processos que trouxeram africanos para região, desde a compra do africano, sua redistribuição e sua inserção no destino.

Os diversos agentes envolvidos na dinâmica comercial estão sendo apresentados por diversos estudos recentes para região da Bahia e de Pernambuco (Cezar, 2020; Domingues, 2023; Marques, 2019), um sistema de redistribuição que se reproduziu ao longo dos territórios coloniais, muitas vezes atrelado ao pequeno comerciante e pequeno proprietário rural. Importante lembrar que os agentes eram diversos no processo de redistribuição, existindo

a participação de “mulheres, coronéis, capitães, sargentos, alferes, padres, reverendos, funcionários da administração colonial, escravos, ex-escrava e procuradores como agentes intermediários” (Cezar, p. 118.). Várias foram as levadas de cativos originárias dos portos litorâneos que ao longo do século XVIII, em especial com o aumento do fluxo para a Minas Gerais, deslocaram-se rumo ao interior, muitas vezes passando por propriedades rurais, alguns sendo entregues pelo caminho e outros rumando para os sertões. Como lembra Carlos Junior (2012, pp.143-144), existiam grupos sociais diversos envolvidos nos negócios do trato negreiro, sejam ricos e influentes homens, senhores de engenho ou gente pobre e liberta, que gastava seus recursos no lucrativo comércio de escravizados.

Com as descobertas de acervos documentais preservados dentro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, somados aos fundos existentes na Casa do Penedo, no Arquivo Público de Alagoas - APA, no Arquivo Público da Bahia - Fundação Pedro Calmon, o Arquivo Histórico Ultramarino – AHU de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, nos possibilitam traçar um estudo historiográfico que consiga responder o que aconteceu com a população africana e seus descendentes em Alagoas no século XVIII. Nossas perguntas vão além das suas possíveis origens, queremos observar o cotidiano, as práticas sociais e a inserção de escravizados e seus descendentes. O comércio de africanos e os agentes envolvidos em tal contexto emergem nas fontes, desde os *pumbeiros* em África (Jaime, 2005, pp.96-127), passando pelos armadores de navios, os atravessadores e os senhores, mas queremos focar nos alvos de um comércio infame que marca a história do Brasil até os dias de hoje. (Santos, 2022).

Objetivos

Ao traçar os objetivos desta pesquisa, temos em mente que ela não será encerrada com o tempo de uma produção de pós-doutorado, nosso ensejo é solidificar um espaço de pesquisa e ir desenvolvendo ao longo dos próximos anos os vários desdobramentos dela, a partir da inserção de novos pesquisadores nos diversos níveis de formação, promovendo inclusão no ensino, na pesquisa e contribuindo para produção historiográfica.

Geral

O principal objetivo desta pesquisa é identificar a inserção e o estabelecimento de africanos escravizados e seus descendentes em Alagoas no século XVIII. Entendendo como essa população existiu, resistiu e agenciou suas ações naquela sociedade.

Específicos

- 1 – Traçar as rotas de abastecimento de africanos para comarca de Alagoas a partir das Praças do Recife e da Cidade da Bahia - Salvador;
- 2 – Entender a distribuição interna de africanos, a partir de inventários e testamentos disponíveis para algumas vilas da época;
- 3 – Observar como os africanos e seus descendentes estavam presentes nas propriedades agrícolas com a indicação de suas funções;
- 4 – Mapear a presença negra nas dinâmicas sociais, a partir da formação de famílias e laços de compadrio.

Desenvolvimento

A ocupação territorial nas partes ao sul da Capitania de Pernambuco remete a formação dos primeiros engenhos na região ainda no século XVI. O local que ganhou destaque neste momento foi chamado de Porto Calvo, e foi a partir desta localidade, que irradiou a ocupação dos demais espaços seguindo para o sul, passando pela região que abarca os atuais territórios de Porto de Pedras, Santa Luzia, Pilar, Atalaia e chegando até Penedo. Este último é mais afastado do mar e banhado pelo Rio São Francisco, fazendo fronteira com o que viria a ser a Capitania de Sergipe Del Rey. Como disse Diégues Júnior, Alagoas teve uma ocupação inicialmente litorânea e que sempre foi acompanhado o curso das águas (2006, p. 44). E não podemos esquecer que na época colonial, onde existiam engenhos, era certa a existência de trabalho escravizado.

A história das partes ao sul da Capitania de Pernambuco é demasiadamente marcada pela existência do complexo dos Palmares, na região

que ficou conhecida como Serra da Barriga, como já afirmado anteriormente. Após a “derrota” oficial ocorrida em 1695³ a presença dos africanos e os estudos sobre escravidão em Alagoas volta a ganhar destaques historiográficos com os movimentos ocorridos no início do século XIX com a presença de mulçumanos em Penedo com o estudo clássico feito por Abelardo Duarte, no qual afirma que “a ponte espiritual que se estabeleceu entre a África e o Brasil (...) construíram-na assim os representantes desses grupos ou povos islamizados que o tráfico de escravos encaminhou para o nosso país”(2019, p.44). Talvez tenham sido africanos que chegaram nos primeiros anos do XIX oriundos dos conflitos ocorridos com “a *jihad* califa Usman da Fodio sobre os haussás” (Soares; Mello, 2006, p.16), e que foram destinados ao mercado escravista vindos da Cidade da Bahia através das rotas identificadas até o momento.

Ainda Diégues Jr. ao abordar a população no Nordeste, em obra do ano de 1952, ressalta que as fontes consultadas na época indicavam uma presença do “elemento africano” sendo concentrado na região canavieira do nordeste. Lembra o autor que as referências mais comuns são “negros de nação”, com indicativos para uma presença de “angola, “congo” ou “da Costa” (2012, pp.52-53). Tais denominações são semelhantes ao que podem ser encontradas nas fontes oriundas de pesquisas realizadas em Pernambuco e para Bahia, envolvendo o que conhecemos hoje como África ocidental e centro-ocidental.

O estudo da presença de africanos na América colonial precisa ficar atento a situações específicas que ocorreram em África na época. Um dos exemplos relacionados as denominações empregadas aos africanos acontecem quando observamos que “até a década de 1730 escravizados oriundos de Benguela foram conduzidos para embarque em Luanda, devido as taxas de impostos, posteriormente seguiram para o Brasil o que pode ter acarretado que

³Cabe lembrar, conforme Rômulo Nascimento, existia uma composição multiétnica nos mocambos dos Palmares antes mesmo da chegada dos invasores, algo que pode ter sido acrescido com o passar dos anos, tendo em vista as informações das procedências de africanos traficados na época, que apontam para Costa da Guiné, Cabo Lopez, Calabar, Luanda, Angola, São Tomé etc. Não devemos esquecer, que com o movimento de resistência e restauração do território perdido por parte dos Portugueses e colonos, muitos cativos continuaram fugindo rumo aos mocambos, o que pode ter causado “um incremento das etnias” que compunham os Palmares. (NASCIMENTO, 2014, pp.57-59).

muitos africanos denominados “angola”, por terem sido embarcados em Luanda, na verdade seriam benguelas. Tal situação pode ter sido corriqueira ao longo do comércio de escravizados e os historiadores precisam ficar atentos a tais fatores na outra margem do atlântico. Assim, “as dimensões — para além do volume — do tráfico e da história africana em termos de ritmos, procedências, interiorização de áreas de resgates e desembarques, personagens e eventos devem ser analisadas considerando margens atlânticas, estruturas e agências. É aí que a “dinâmica da escravidão no Brasil” pode ser conectada” (Gomes & Ferreira, 2008, p. 160).

Para o século XVIII, a pesquisa realizada por Felipe Matheus (2021), consegue mostrar a presença africana a partir da investigação de diversas fontes, desde livros paroquiais, testamentos, inventários e documentação administrativa oriunda do AHU-PE. O autor observou as oscilações ocorridas no período devido a criação da Companhia de Comércio em meados do XVIII, mostrando como as relações de entrada de africanos estava atrelada as ações comerciais em África e no Brasil. Para Pernambuco, identificou uma existência de pequenas escravarias, especialmente no contexto urbano. Além disso, uma particularidade na grafia associada aos africanos foi identificada pelo autor. Conforme identificou “Pernambuco, no entanto, apresenta suas particularidades, sobretudo com o termo “gentio”. (...), mais de 70% dos africanos foram grafados como “gentio da Costa” e “gentio de Angola”, sendo outros poucos casos, “gentio do Congo” ou mesmo “gentio de Benguela”” (p.98). Ainda segundo a pesquisa, tal uso estaria associado a considerações religiosas, pela ausência da fé cristã e da presença de comportamentos considerados “gentílicos” pelos párocos em Recife. (Soares, 2011)

Após as intempéries do sequestro em África e tendo sobrevivido a travessia atlântica, que dizimava várias vidas, os africanos inseridos no litoral ou nas regiões mais adentro do território tinham possibilidades de criar laços. Tal situação ocorria, a partir do estabelecimento de uma existência diaspórica e das ressignificações cotidianas sendo possível identificar uma cultura africana nas localidades que permitiram ao africano e seus descendentes existirem dentro da exploração escravistas. Como lembra Thornton “(...) onde as condições

permitiram aos escravos constituir sua própria casa e viver no seio de sua família e educar seus filhos, as chances de continuidade da cultura africana, de criar uma nova cultura afro-americana valendo-se da mistura de elementos africanos e europeus, e subsequentemente, de transmitir essa cultura através de gerações mantiveram-se vivas.” (2004 p. 228.).

Na dinâmica desenvolvida nas localidades escravistas de outrora, o trabalho do escravizado e da população negra que alcançava liberdade, estava direcionado para atividades diversas, seja no campo ou nas partes urbanizadas. Alguns eram absorvidos nos núcleos urbanos, outros nas propriedades rurais de maior e menor porte. Uma parte também seguia para dentro do território, não somente para região das minas. Em estudo realizado para o sertão de Pernambuco, Alexandre Marques mostra que, “a partir do século XVIII, cada vez mais escravos passaram a ser conduzidos para o interior em virtude da consolidação do processo de conquista e ocupação do território, que proporcionou um aumento de povoados e vilas, assim como de propriedades rurais”. (2019, p. 348). Homens e mulheres que participariam da expansão do território e da presença econômica regional, nas criações de gado, nos curtumes e na produção de produtos de abastecimento como a mandioca.

Em Alagoas, um estudo realizado por Moacir Santana no período ditatorial, observou como a monocultura da cana-de-açúcar influenciou a construção da localidade, ressaltando o seu impacto na economia e na sociedade no século XIX, sendo muito marcado pela exploração do escravizado (1970, p.145-179). O autor, apesar de mostrar a importância do trabalho da gente negra escravizada, não aborda a inserção destes homens e mulheres para fora do cenário escravista. Deixando uma lacuna para ser estudada pela historiografia, contudo, o levantamento dos engenhos existentes em Alagoas é de suma importância. Conforme o autor, “dos 13 ou 14 (engenhos) no ano de 1630 passou para 69 em 1774, elevando-se para 180 em 1802 (...)” (p.181), o que nos fornece informações sobre a realidade agrícola da monocultura da cana e um indício para buscarmos os agentes libertos, livres e escravizados descendentes de africanos que não são nomeados em seus estudos, mas

podem emergir no mapeamento dos inventários e testamentos oriundos das localidades em que o número de engenhos aumentou.

Com a passagem para o século XVIII, após o período de mudança para Comarca, período em que a região foi elevada à categoria de comarca, “deixando de ser apenas o sul de Pernambuco” (Carvalho, 2015, p. 22), o aumento do número de engenhos em Alagoas pode ter sido favorecido pela nova configuração jurídica, que dava mais autonomia na localidade com a presença de um ouvidor. Outros dados levantados por Diégues Jr. apontam que Alagoas contava com 23 engenhos na sua sede na Vila de Alagoas (Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul), número que aumentou no decorrer das décadas seguintes, passando para 47 e chegou a ter 61 engenhos em todo território da comarca no ano de 1749 (Diégues Jr., 2012, p.120).

Este cenário de crescimento de engenhos ao longo do XVIII marcou também a presença de mão de obra, o que contribuiu para o aumento da população de origem negra, que não necessariamente era escravizada e que buscava inserção na sociedade. O estudo realizado por Luíz Almeida (2018), lembra que, apesar do engenho ser uma unidade de produção, ele não sobreviveria isolado, necessitando assim de uma dinâmica própria no entorno, interagindo com a população composta por camponeses, sejam eles brancos ou negros, vivendo em seus núcleos familiares, que alimentam as engrenagens de produção desde a lavoura de subsistência, até o fornecimento da cana-de-açúcar, que seria processada no maquinário do engenho. (p.83).

A presença marcante de uma população de descendentes de africanos, englobada num grupo amplo que era composto de crioulos, cabras, pardos, ou de homens de cor, como aparece descrito nos documentos, abrangia várias partes da então Comarca de Alagoas. A presença de diversas classificações para com a população, pode ser inserida numa dinâmica de crioulistização, algo que também foi identificado por Felipe Matheus (2021) para o final do século XVIII em Recife através da investigação dos registros de batismo. Uma hipótese que poderá ser confirmada com o avanço da pesquisa nos registros eclesiásticos existentes. Em paralelo, para o século XVIII, mas observando a realidade do sertão de Pernambuco, o estudo de Alexandre Marques identificou que “havia

maior presença de escravos africanos e seus descendentes diretos do que dos escravos mestiços, pelo menos entre a segunda metade do século XVIII e a primeira década do século XIX” (2019, p.365.). Uma diferença que pode ter ocorrido na Comarca de Alagoas, mas que precisa ser investigada através de fontes que possam mostrar a dinâmica existente no litoral e no sertão.

Acrescentamos ainda que o crescimento de uma população de origem negra, mas que não pertencia ao cativeiro, provocou o surgimento de novos espaços de sociabilidades, como a Igreja dos Martírios, a Igreja do Rosário que foi construída por “homens de cor já libertos e também escravos” (Lima Jr., 1975, p. 57) e que conforme análises cartográficas poderia já existir no ano de 1647 na Vila das Alagoas. (Machado & Muniz, 2011. p. 7.) Ainda existiram outras formas de devoção, como a irmandade de São Benedito, Nossa Senhora do Amparo e São Gonçalo Garcia, todos presentes nas principais localidades da Comarca de Alagoas no século XVIII. (Brandão, 2019; Alves, 2018).

Ao analisar o mapa estatístico da Capitania de Pernambuco no ano de 1763 é possível identificar o quantitativo estimado da população de origem negra na Comarca de Alagoas. Conforme o documento, enquanto na Capitania de Pernambuco existiam 38.572 pessoas de cor, teríamos aproximadamente na Comarca das Alagoas 7.023, homens e mulheres, sendo eles livres, cativos e forros. Vale destacar que deste total, 5.401 são descritos como “negros” e 1.622 como “pardos”. Do total de homens negros, 3.000 são escravizados, já o número de pardos na mesma condição é de 109. O quantitativo de mulheres negras cativas é de 1.235 e o de pardas é de 155. (BNRJ. Manuscritos. Mapa Estatístico de Pernambuco. 1763). Tais dados podem ser um indicativo de uma escravização predominantemente associada ao africano, classificado genericamente como negro, enquanto a população lida como parda foi construindo um diferencial, afastando-se do cativeiro.

Dentro deste contexto, em que a presença africana e de seus descendentes pode ser identificada nas fontes, a pesquisa busca entender qual o papel exercido por essa “gente negra”, por essas “pessoas de cor”, sejam elas escravizadas, libertas ou livres, que conviviam na sociedade da então Comarca

das Alagoas no século XVIII. Assim, com o desenvolvimento da pesquisa poderemos contar, como homens e mulheres que tem uma origem na escravidão, foram inseridos na dinâmica local, participando de uma sociedade que tinha uma economia atrelada ao abastecimento de itens de subsistência para a Praça do Recife, que contrabandeava açúcar e outros itens com a Praça de Salvador, (Guimarães, 2022; Sousa, 2018; Souza, 2023) e mesmo assim estava inserida no comércio escravista com a produção de insumos voltados as trocas de africanos, como o açúcar oriundo dos engenhos e o tabaco, que saía da região para abastecer navios rumo aos mercados em África.

Justificativa

Ao entender os espaços ocupados por essa população oriunda de sequestros e da diáspora ocorrida no período ensejamos contribuir para historiografia, atrelando as realidades existentes numa região que ficou marcada pela resistência palmarina, mas que não contou a história dessa gente após o declínio de Palmares. O desenvolvimento do estudo possibilitará entender aspectos relacionados às dinâmicas internas de comércio de víveres e de gente, o desenvolvimento dos engenhos e pequenas propriedades rurais, que estavam espalhadas desde a vila de Porto Calvo, passando por Santa Luzia do Norte, Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul (Vila das Alagoas) até a vila de Penedo, nas margens do Rio São Francisco.

No entendimento do processo de redistribuição e de inserção de escravizados, destacamos que não acreditamos que todos os envolvidos no comércio de redistribuição de africanos podem ser tratados como “agentes”, é preciso um refinamento com mais informações, pois, o ato de adquirir um escravizado numa praça como a de Salvador ou de Recife, não era uma exclusividade de “agentes” voltados unicamente para redistribuição e carregamento de levas de escravizados para o sertão, por exemplo. Observamos que muitos dos envolvidos, que caracterizam a multiplicidade de nomes encontrados nas pesquisas realizadas para Bahia e Rio de Janeiro (Florentino, 2014; Cezar, 2020), dão conta de pessoas com algum pecúlio que estavam adquirindo mais um escravizado ou até o seu primeiro “bem”. Para tratar todos como agentes, é preciso que encontremos a destinação final dada aquela

compra realizada nas praças principais, como uma revenda, um comprovante ou informação que indique que existiu uma continuidade comercial naquela aquisição.

Justificamos a viabilidade do presente projeto tendo em vista a necessidade de compreensão do lugar ocupado pela população negra na Comarca de Alagoas e quais as suas interações com a sociedade escravista da época. Salientamos a viabilidade da pesquisa através das fontes disponíveis nos diversos acervos, com destaque para coleção Bonifácio da Silveira, sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Neste processo de pesquisa poderemos contribuir para historiografia, através da História social da escravidão e do trabalho. Situando os estudos sobre Alagoas para além do complexo de Palmares no seiscentos.

Entre as hipóteses que conseguimos levantar e que precisam ser aprofundadas, destacamos a estreita ligação de Alagoas com as duas Praças escravistas existentes no período, ao Sul, Salvador, que abastecia localidades mais próximas ao Rio São Francisco, com destaque para Penedo. Vale destacar que a Praça de Salvador no setecentos era uma das mais importantes do mundo colonial português. Além da Praça do Recife, ao norte da Comarca, que detinha o poder administrativo da região e servia de porto de escoamento da produção local de açúcar e tabaco. Com isso, Alagoas, ganha particular peculiaridade por ser uma fronteira, não só para entrada de mão de obra escravizada, mas pela estreita ligação com regiões escravistas importantes. Como lembra Alencastro (2018), as praças com as quais Alagoas faziam conexão estavam ligadas a regiões em África que abrangiam portos diversos em Angola, Moçambique e a parte ocidental e centro-ocidental do continente africano, junto com a parte do Golfo de Guiné, na Baía do Benim. Uma vasta região, com muitos contatos sociais e culturais, que convergia numa troca de influências atlânticas em ambas os territórios.

Outro questionamento que surge a partir das pesquisas é sobre os locais envolvidos nas trocas comerciais, legais e ilegais, não só de escravizados, como de mercadorias. Os estudos de Jéssica Rocha e Matheus Guimarães, tem identificado a existência de rotas de contrabando, facilitadas pela extensa malha

hídrica na localidade, que funcionavam como verdadeiros corredores de escoamento de mercadorias, sejam elas legais ou ilegais, incluindo o comércio de gente escravizada. Assim, ao mapear as localidades que mais receberam africanos, as principais propriedades e os comerciantes/senhores envolvidos no comércio, traçaremos um panorama histórico de como o século XVIII foi na região.

Por fim, somados as informações pesquisadas até o momento, identificamos em finais do setecentos que parte da elite senhorial da Comarca de Alagoas intentava autorização para fazer comércio de africanos diretamente com África. Pois, conforme carta encaminhada pelo vigário Jeronimo Brito Bezerra ao Rei Dom José no ano de 1770, os senhores reclamavam dos abusos praticados pelos comerciantes da Praça do Recife e da carestia em que viviam na região. Uma das soluções aventadas no relato feito pelo Vigário era de que o “resgate” direto com a região da Costa da Mina e Angola, poderia trazer benefícios aos senhores da então Comarca. Descobrir quem são estes senhores e as motivações para tal solicitação poderão responder alguns dos nossos questionamentos sobre a presença de africanos em Alagoas no século XVIII.

Fontes e Metodologia

O estudo da presença africana e de seus descendentes na região, excluindo a documentação acerca de Palmares, pode ser observada através dos testamentos e inventários deixados na época e que conseguimos encontrar no Arquivo Público de Alagoas, na coleção do Major Bonifácio da Silveira e outras fontes do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Alguns dos documentos são raros, como o Rol de Confessos, único até o momento para região nordeste e norte do Brasil no período em tela. Além disso, outras fontes do Arquivo histórico Ultramarino serão somadas e da Casa do Penedo, uma instituição que guarda um rico acervo documental sobre a região da antiga Vila de Penedo.

Ressaltamos que a variedade de documentos justificasse pela fragmentação de informações distribuídas em várias localidades. Na região que cerca as Lagoas do Norte e do Sul, conhecidas hodiernamente como Manguaba e Mundaú, os documentos que usaremos focam especificamente o acervo de

batismos e casamentos da Vila das Alagoas (Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul), sede da então Comarca, que já estão catalogados e preservados na Cúria Metropolitana. Enquanto o Rol de Confessos, documentação rara para historiografia do Brasil colonial, nos fornece informações sobre Santa Luzia do Norte, que margeia a lagoa e fornecia muito peixe para o abastecimento do Recife e Olinda.

Ainda no nosso acervo de fontes temos os testamentos e inventários, mais raros para o século XVIII, mas que através de projetos desenvolvidos anteriormente, foram rastreados e identificados em relativo estado de preservação sob guarda do Arquivo Público de Alagoas. Estes nos dão conta da região que abrange o espaço de Porto Calvo, conhecido pela produção do açúcar, mas que também era marcado pela presença de pequenas propriedades e do gado. No outro extremo do território, nos documentos da Casa do Penedo, temos alguns dados para entender uma outra ponta do espaço territorial da Comarca de Alagoas, a Vila do Penedo e as conexões mais próximas com a Praça de Salvador.

Apesar da falta de conservação de algumas fontes e o desgaste do tempo, nesta pesquisa recorreremos a alguns documentos que foram transcritos em jornais no início do século XX⁴. Uma ação realizada por um abolicionista que foi tio da Nise da Silveira e tinha acesso ao jornal de maior circulação na época, o Jornal de Alagoas que depois foi adquirido pela Gazeta de Alagoas. Como veremos adiante, nos registros de inventários, arrematação de bens, testamentos, cartas de alforria, temos as informações que são indicativos dessa presença africana nas Alagoas. Atualmente estamos ampliando nossa captação de fontes para pesquisa através da digitalização dos documentos e da busca de

⁴ Duas sessões publicadas no jornal Gazeta de Alagoas, entre os anos de 1938 e 1945, são essenciais para reconstruir um pouco da História de Alagoas. A publicação da sessão Patrimônio Histórico e a sessão Velharias, conseguiu salvar para posteridade fontes que em sua maioria são inexistentes hoje. Um trabalho feito pelo major Bonifácio da Silveira, que transcreveu e levou aos leitores o conteúdo de muitos documentos históricos. Registro o agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, pela preservação dos jornais e o acesso para que pudesse ser realizada a digitalização do acervo correspondente a Coleção Bonifácio da Silveira, que faz parte de um dos objetivos do projeto de pesquisa intitulado "*Sociedade, Família e Escravidão em Alagoas: conceitos, instituições, dinâmicas sociais, econômicas e culturais – séculos XVI e XIX*" que venho desenvolvendo atualmente junto ao PIBIC-UFAL.

outros acervos. Tal ampliação é decorrente do fomento fornecido através do Edital Humanidades de 2022, oriundo da Fundação de Amparo a Pesquisa de Alagoas – FAPEAL.

Nos testamentos e inventários sob guarda do Arquivo Público de Alagoas é possível identificar os portos de embarque e/ou origens de alguns dos africanos trazidos pelo Atlântico para Pernambuco e Bahia, e que acabaram chegando nas propriedades em regiões urbanas e rurais em Alagoas. Além disso, os inventários dão indícios de como estavam distribuídos os ofícios dos escravizados pelo mundo do trabalho na época. Nas propriedades localizadas em Porto de Pedras e Porto Calvo, até o momento vemos realidades de pequenas propriedades rurais, com gado para região do São Francisco e plantações de cana-de-açúcar na região ao norte de Alagoas.

Uma das fontes mais raras que temos acesso é o Rol de Confessos, que nos fornece informações sobre a antiga freguesia de Santa Luzia do Norte, que hoje é o menor município de Alagoas e que no período da pesquisa envolvia toda região da atual capital, Maceió. A documentação apresenta uma lista composta com dados de todos os fogos e moradores, com seus nomes, ruas ou localidades que habitavam, condição e dados de filiação. Nela podemos identificar escravizados, livres e libertos convivendo em espaços que abrangem a parte mais urbana e rural da freguesia e posteriormente Vila de Santa Luzia do Norte.

O acervo oriundo da Cúria Metropolitana, especificamente batismos e casamentos, já usados anteriormente em projetos de pesquisas, foram catalogados e nos fornecem informações de laços familiares e de compadrio. Sendo elencados neste projeto como dados já tabulados e prontos para serem usados na pesquisa. Tendo em vista a experiência anterior com tais fontes, ressaltamos que estes dados dão conta de um processo de inserção social na localidade, sendo relevantes para compreendermos como africanos e seus descendentes foram inseridos socialmente.

Toda documentação e os aspectos historiográficos, tem como base o uso da História Social da Escravidão. Entendemos que tal abordagem é um campo de estudo que se concentra nas experiências e nas interações sociais dos

escravizados, muitos frutos de seu sequestro em África e de uma vida em cativeiro de sua descendência no Brasil de outrora. Tal abordagem entende que as estruturas sociais e econômicas que formaram nossa sociedade sustentaram-se na escravidão. Esse campo busca compreender como a escravidão afetou as vidas das pessoas escravizadas, suas famílias, comunidades e sociedades em geral. Além disso, lembramos que a história social da escravidão examina as dinâmicas de poder, formas de resistência e sobrevivência, somadas a agência e experiência de “pessoas de cor”, ou melhor, da gente negra dentro do sistema escravista. Ao analisar as relações sociais e as condições de vida dos escravizados e seus descendentes, os historiadores sociais da escravidão procuram lançar luz sobre as complexidades e impactos desse período histórico.

Contribuições e Resultados Esperados

A partir do desenvolvimento deste projeto, intitulado *Laços e Heranças: A presença de africanos e seus descendentes em Alagoas no século XVIII*, intentamos contribuir com a historiografia de Alagoas e do Brasil no período colonial. Uma soma que vem sendo e continuará contínua com as contribuições feitas através dos desdobramentos do projeto, pois muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas nas dinâmicas locais, afinal, o fato de ficar dentro da jurisdição da Capitania de Pernambuco foi uma marca que deixou “as partes ao sul”, como um espaço de abastecimento, sem o entendimento direto da sociedade existente na localidade e de suas dinâmicas próprias, desde o engenho até o cotidiano local.

A compreensão do lugar ocupado pela gente negra, após o declínio de Palmares, nos traz muitas perspectivas para o entendimento da sociedade local e da composição demográfica. Afinal, como explicar o poder de uma elite formada por descendentes de escravizados, homens pardos, formando uma Misericórdia nas margens do São Francisco?. Ou ainda, como explicar a descoberta arqueológica de ossadas africanas, inclusive de crianças, com modificações dentárias, enterradas na igreja matriz da Vila das Alagoas⁵? Essas

⁵ As descobertas arqueológicas feitas a partir do processo de escavação da Igreja Matriz da atual cidade de Marechal Deodoro, indicam a presença de ossadas africanas, incluindo crianças de

são algumas das perguntas que emergem nas descobertas documentais e que poderão, não neste estudo, mas no seu desdobramento serem respondidas e contribuirão para entender quem era a população negra na Comarca das Alagoas no século XVIII.

Contribuiremos assim no desenvolvimento de uma historiografia que poderá fornecer informações sobre as origens de problemas sociais locais, como o domínio do latifúndio e a exploração da pobreza na localidade, ainda tão presentes na atualidade. Pois, a compreensão histórica do lugar ocupado pela gente negra, poderá trazer maior conhecimento dos espaços que foram negados e fortalecer a luta por inclusão e reparação histórica, afinal, muitas das elites coloniais, representadas através de seus sobrenomes ainda emergem no poder local, sejam Liras, Calheiros, Caldas etc.

Sobre a divulgação dos resultados propomos a participação em eventos com foco na história do Brasil colonial, como o Encontro Internacional de História Colonial, que em 2024 será realizado no Estado do Pará, na cidade de Santarém no mês de novembro. Além disso, a escrita de ao menos 1 artigo científico para proposição em revista especializada com qualificação A, dentro da tabela de avaliação do qualis.

A ampliação do conhecimento, também fornecerá elementos que posam subsidiar ações de atualização no conhecimento que sai da Universidade e chega na ponta do ensino básico. A inclusão de professores, no processo formativo de orientação na Licenciatura em história, desenvolvendo pesquisas que pensem o ofício do historiador alicerçado no processo de ensino-aprendizagem-pesquisa, de forma contínua, é de grande importância, pois acreditamos que o conhecimento construído através dos cursos de licenciatura é fundamental para inserção e formação de novos professores/pesquisadores.

Ratificamos que o desenvolvimento desde projeto é um ato de continuidade, não será encerrado em 1 ano, temos pretensão de aprofundamento de questões que ladeiam o tema da presença africana na

até 8 anos, enterradas dentro da Igreja. Todas com modificações dentárias manuais, realizadas ainda em África. (IPHAN, 2022)

Comarca de Alagoas, e a ampliação desta pesquisa é uma ação necessária ao longo dos próximos anos. Seja através de orientações de graduação, mestrado e doutorado, nossa vontade é de somar ao processo investigativo e de ampliação do conhecimento historiográfico.

Cronograma

A partir do desenvolvimento desta pesquisa pretendemos apresentar resultados conclusivos no prazo máximo de um ano na forma dois artigos.

Atividades	4/24	5/24	6/24	7/24	8/24	9/24	10/24	11/24	12/24	1/25	2/25	3/25
Pesquisa Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Pesquisa Documental	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Análise Documental		X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Produção Artigo					X	X	X				X	
Participação Encontro Internacional de História Colonial								X				
Seminário Unifesp					X	X						

Fontes

AHU - Alagoas, Cx. 3, Doc. 265

BNRJ. Manuscritos. **Mapa Estatístico de Pernambuco**. 1763.

CALADO, Manoel. **O Valeroso Lucideno e o triunfo da Liberdade**. Lisboa: Oficina de Domingos Carneiro, 1668.

Coleção Velharias, **Inventário do Capitão Francisco Vellozo** – 1674. Gazeta de Alagoas – 7 outubro de 1941.

Coleção Velharias, **Testamento de Antônio Vilella** – 1695. Gazeta de Alagoas – 20 abril de 1941.

Coleção Velharias, **Bens de Sebastião da Rocha Pires** – 1728. Gazeta de Alagoas – 21 de setembro de 1941.

Coleção Velharias, **Testamento de Sebastião Ferreira Reis** – 1766. Gazeta de Alagoas – 7 setembro de 1941.

Coleção Velharias, **Testamento de João Gomes de Mello** – 1783. Gazeta de Alagoas – 3 de agosto de 1941.

Coleção Velharias, **Inventário do Capitão Luiz Nunes da Silva** – 1791. Gazeta de Alagoas – 23 de fevereiro de 1941.

Coleção Patrimônio Histórico, **Bens de Manoel Francisco da Costa** – 1811. Gazeta de Alagoas – 6 de dezembro de 1941.

Coleção Velharias, **Inventário do Capitão Luiz Nunes da Silva** – 1791. Gazeta de Alagoas – 23 de fevereiro de 1941.

Coleção Velharias, **Testamento de Antônio Luiz Chaves** – 1819. Gazeta de Alagoas – 5 de outubro de 1941.

IHGAL - **Edital de Arrematação de Bens** – 1814. CX. 31, DOC. 02390

IHGAL - Freguesia de Santa Luzia da Lagoa do Norte, Livro de registro dos confessados. 1796 a 1819. Cx. 2 (62-02-02-07).

IPHAN – Relatório Projeto de Restauro da Igreja Matriz de Marechal Deodoro, 2022.

LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. José Andrés-Gallego (coord.), **Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica**, Colección Proyectos Históricos Tavera, Madrid, 2000.

Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda – Separata da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Vol. XLI – 1946-1947. Imprensa Oficial: Recife, 1948.

Livro de Batismo da Matriz de Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul – 1 (1810-1817). Cúria Metropolitana de Maceió.

Livro de Casamentos da Matriz de Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul – 1 (1807-1825). Cúria Metropolitana de Maceió.

MORENO, Diogo Campos. **Razão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612** [Manuscrito] . - [c. 1616] .

Notas Corográficas sobre a Comarca das Alagoas em 1814. Códice Original: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Manuscritos. Lata 21, pasta 15.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**, Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, Propostas e Aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito Senhor Celebrou em 12 de Junho do ano de 1707. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Débora de Souza Leão; VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. **Financiamento e organização do tráfico de escravos para Pernambuco no século XIX.** Revista Economia, Brasília, v. 14, n. 1A, p. 211-225, jan./abr. 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **África, números do tráfico atlântico.** In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **A formação Histórica de Alagoas (I)-** Rotas de acumulação do açúcar. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial., 2018.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SOUZA, Jéssica Rocha de. **O comércio de almas: as rotas entre Pernambuco e a costa da África, 1774-1787.** Revista Ultramares Dossiê, n. 3, jan./jul., 2013.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **A galera Aleluia Ressureição e Almas em uma viagem entre Pernambuco e a Costa da Mina no ano de 1752.** In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana (org.). A diáspora mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: NAU editora, 2020.

ALLEN, Scott Joseph. Os desafios da arqueologia de Palmares. In: GOMES, Flávio. (org.). **Mocambos de Palmares:** história e fontes (séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

ALVES, Fabianne Nayra Santos. **Os pardos da Vila do Penedo do rio São Francisco**: escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819). 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

BRANDÃO, Alfredo. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió, Comissão estadual do Centenário da Abolição, 1988.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo: Artes Graphics TYP. E Pautação, 1909.

BRANDÃO, Petros José da Rocha **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Pernambuco**: organização religiosa de pessoas de cor no setecentos / Petros José da Rocha Brandão. - 2019.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 3ª Edição. Maceió: Edufal, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1**. Artes de fazer. 19ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CEZAR, Iasmim de Oliveira. **A última rota atlântica**: o comércio interno de escravizados rumando os sertões da Bahia setecentista, c.1759- c.1798. / Iasmim de Oliveira Cezar. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

COSTA, Jairo José Campos & TENÓRIO, Douglas Apratto (orgs.). **A Presença Negra em Alagoas**. Maceió: Editora Viva, 2014.

COSTA, João Craveiro. **História das Alagoas**. (resumo Didático). São Paulo: Melhoramentos, 1983.

CURVELO, Arthur Almeida S. de C. **Pescaria e bem comum: pesca e poder local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (séculos XVII e XVIII)**. In: CAETANO, Antonio Filipe P. Alagoas colonial: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII e XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 41 -86.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª edição. Maceió: Edufal, 2012.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. 2ª edição. Maceió: Edufal, 2012.

DUARTE, Abelardo. **Negros Muçulmanos nas Alagoas** (Os Malês). 2ª edição. Maceió: Imprensa Oficial, 2019.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

GOMES, Flávio. **Palmares**: escravidão e liberdade no atlântico sul. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Flávio. **Mocambos de Palmares**: história e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. **A miragem da miscigenação**. Novos Estudos Cebrap, n. 80, p. 141-160, mar. 2018.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Dos escravos que vão por mar e por terra**: o comércio Atlântico de escravos para as Capitânicas do Norte e sua dinâmica interna (c1654-c1760) / Matheus Silveira Guimarães. – 2022.

KLEIN, Herbert S. **O Tráfico de Escravos no Atlântico**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2004.

LARA, Silvia Hunold & FACHIN, Phablo Roberto Marchis. (orgs.). **Guerra Contra Palmares** – O manuscrito de 1678. São Paulo: Chão Editora, 2021a.

LARA, Silvia Hunold. **Palmares & Cucaú** – o aprendizado da dominação. São Paulo: Edusp, 2021b.

LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico**: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos, Pernambuco (1654-1760). 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MATOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LARA, Silvia Hunold. **Palmares & Cucaú**: O Aprendizado da Dominação. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2021b.

LIMA Jr. Felix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Alagoas, 1975.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Roseline Vanessa Oliveira. MUNIZ, Bianca Machado. **Alagoa do Sul de Vila à Cidade**: memórias urbanas na perspectiva da Cartografia Histórica. In. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado e Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder. 14 de maio de 2011.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. **No “CORACÃO DAS TERRAS”**: Os Sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: Representações, Conexões e Trânsitos Culturais no Império português (1750- 1808). Tese de Doutorado, Universidade de Évora. Évora, 2019.

MARQUES, Danilo Luiz; SILVA, Gian Carlo de Melo. TEIXEIRA, Luana (Orgs.). **História da escravidão em Alagoas: diálogos contemporâneos**. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a “sombra” de Palmares**: escravidão e resistência no século XIX. São Paulo: e-manuscrito, 2020)

MATTOSO, Kátia. **Ser Escravo no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MATTOS, Regiane Augusto. **De cassange, min, benguela a gentio da Guiné**: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo, 1800-1850. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MELO, Filipe Matheus Marinho de. **"Que negros somos nós?"**: Africanos no Recife, século XVIII / Filipe Matheus Marinho de Melo. - 2021. 202 f.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. **Palmares** – Os escravos contra o poder colonial. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

PASSOS, ANDRÉ FERNANDES. **Rotas internas do comércio de escravos: Laguna, primeiras décadas do século XIX**. Ilha de Santa Catarina: UFSC, 2015. (TCC)

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angola: as irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador (c. 1678 – c. 1830)**. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a Costa: escravos, arinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição a História do Açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2011.

SANTOS, Everton Rosendo dos. **Tropas e o poder local: a gente de guerra na Comarca de Alagoas (c. 1750 - c. 1817)**. 2018. 158 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Aspectos de Uma Sociedade Escravista: Santa Luzia do Norte – Comarca das Alagoas – Capitania de Pernambuco (século XVI-XVIII)**. In: SILVA, Gian Carlo de Melo & CARVALHO, F. M. (orgs.). *África & Brasil: Histórias que cruzam o Atlântico (séculos XVI-XIX)*. Maceió: Edufal, 2017.

SILVA Jr., Carlos da. **Rotas, direções e etnicidade no tráfico de escravos entre o Brasil e a Costa da Mina no longo século XVIII**. In: REGINALDO, Lucilene e FERREIRA, Roquinaldo. *África, margens e oceanos – perspectivas de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

SILVA Jr., Carlos. **“Tráfico, escravidão e comércio em Salvador do século XVIII: a vida de Francisco Gonçalves Dantas (1699-1738)”**. In: Reis, João José; AZEVEDO, Eliene (Orgs). *Escravidão e suas sombras*. Salvador, Editora, 2012, pp.143-185.

SILVA, Leonardo Dantas. (org.) **Estudos sobre escravidão negra 1**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800**. Recife: UFPE, PPGH – 2016.

SOARES, Calos Eugenio Líbano. **“Instruídos na fé, batizados de pé”**: batismo de africanos na sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. In: Afro-Ásia, nº39, 2010.

SOARES, Mariza de Carvalho. **A conversão dos escravos africanos e a questão do gentilismo nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. In: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales. *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho; MELLO, Priscilla Leal. **“O resto perdeu-se”?** história e folclore: o caso dos muçulmanos das Alagoas. In: CAVALCANTI, Bruno César; BARROS, Raquel Rocha de Almeida; SUASSUNA, Clara. *Kulê-Kulê: visibilidades negras*. Maceió: Edufal, 2006.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. **O tráfico negreiro da Bahia: agentes, investimentos e redistribuição (1690- 1817)** / Cândido Eugênio Domingues de Souza, 2023.

SOUZA, Jéssica Rocha de. **Nas rotas dos sertões**: comércio interno e contrabando entre as Capitanias de Pernambuco e Bahia (1759-1780). Dissertação (mestrado). UFPE/CFCH/PPGH, Recife, 2018.

SOUZA, Laura de Mello e & BICALHO, Maria Fernanda B. **1680-1720 - O império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEIXEIRA, Luana. **Negócios da Escravidão**: o comércio interprovincial de escravos em Maceió e Penedo (1842-1881). Maceió: Fapeal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

TORNTON, John. **A África e os Africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

TORRES-LONDOÑO, F. (2007). **Igreja e escravidão nas constituições do Arcebispado da Bahia de 1707**. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 67(267), 609–624. <https://doi.org/10.29386/reb.v67i267.1501>

Resumo

O projeto “Laços e Heranças: A presença de africanos e seus descendentes em Alagoas no século XVIII”, tem como objetivo entender ao longo do século XVIII,

como os africanos e seus descendentes estavam inseridos na dinâmica social da Comarca de Alagoas. A ausência de estudos na localidade, após o declínio do quilombo dos Palmares, mostra-se uma lacuna que precisa ser preenchida pela historiografia. A elevação para Comarca de Alagoas impactou no crescimento econômico local, com mais engenhos e o fortalecimento da elite senhorial que almejou na segunda metade do XVIII realizar comércio diretamente com os mercados africanos, perdendo a dependência das Praças de Recife e Salvador. Assim, no setecentos temos uma crescente população negra na Comarca, que consegue ascender socialmente, fundando Irmandades, Igrejas, Misericórdia e com forte atuação nas Milícias. Homens e Mulheres, pretos e pardos, que não eram necessariamente escravizados e estavam ocupando espaços de poder e prestígio na localidade. Assim, nosso problema é entender como os africanos e seus descendentes conseguiram agenciar ascensão social e ocupar espaços, dentro e fora da condição de escravizados. Para isso lançaremos uso de diversas fontes, tais como: testamentos, inventários, livros de batismos e casamentos, rol de confessos, que dão conta de espaços geográficos distintos e abarcam as principais vilas. As evidências que emergem nos documentos mostram uma localidade com escravarias distribuídas, sem grandes concentrações no XVIII, realizando diversos ofícios, contribuindo para o sistema de abastecimento de Recife e Olinda, e com o comércio de africanos no Atlântico, com a produção de insumos como o tabaco. De tal forma, a Comarca de Alagoas pode ser configurada como um espaço envolto nas dinâmicas atlânticas de outrora, com uma população marcadamente de origem negra, com conexões em Recife e Salvador. Por fim, essa pesquisa busca desenvolver e estimular desdobramentos para História Social da Escravidão.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO - SEÇÃO ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

Da Política Educativa Colonial Salazarista à Formação da Consciência Histórica Anticolonial do MPLA: o processo de transição das práticas político-discursivas e ideológicas de ensino para as populações “indígenas” de Angola (1961-77)

2 – VIGÊNCIA: (até 60 meses)

Início Previsto (mês/ano): agosto de 2024

Término Previsto (mês/ano): fevereiro de 2028

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: História
Número do Código: 7.05.00.00-2
b) Nome da Subárea: História Moderna e Contemporânea
Número do Código: 7.05.04.00-8
c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): História da África contemporânea
Número do Código:

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

Cultura, Política e Relações de Poder
História do Colonialismo Português em África

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Política	4. Portugal
2. Colonialismo	5. Angola
3. Educação	6. Independência

6 – GRUPO DE PESQUISA: (informar link do grupo de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ)

Cultura Política entre Brasil, Portugal e África: colonialismo e ditaduras (sécs. XIX-XX)
<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/39562>



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

7 – PARTICIPANTES

Nome: **Giselda Brito Silva**

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 32106432453

SIAPPE (servidor da UFRPE): 1227196

E-mail: giselda.brito@gmail.com / giselda.silva@ufrpe.br

Vinculação: Ativa (DEHIST)

Função: Coordenador (☒) Colaborador (☐) Consultor (☐)

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 10

Link para o currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2327404253426354>

Nome: **Helena Gomes da Silva**

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 709.897.744-83

SIAPPE (servidor da UFRPE):

E-mail: helenamuuniz@gmail.com

Vinculação: Estudante pesquisadora PIBIC

Função: Coordenador (☐) Colaborador (☒) Consultor (☐)

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 8

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1550315608408255>

Nome: **Matheus Henrique da Silva Lima**

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 112.206.934-05

SIAPPE (servidor da UFRPE):

E-mail: matheushenrique.historia@gmail.com

Vinculação: Estudante pesquisador do Doutorado

Função: Coordenador (☐) Colaborador (☒) Consultor (☐)

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 8

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/524288342419201>

Nome: **Leticia Maria Torres dos Santos**

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 129.236.754-79

SIAPPE (servidor da UFRPE):

E-mail: leticiatorres1403@gmail.com

Vinculação: Estudante pesquisadora do PIBIC

Função: Coordenador (☐) Colaborador (☒) Consultor (☐)

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 8

Link para o currículo Lattes:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

II – DETALHAMENTO – SEÇÃO CIENTÍFICA

RESUMO

Este Projeto tem por objetivo analisar o processo de transição do sistema de ensino das populações “indígenas” de Angola implantado pela política educativa colonial do regime salazarista para a política de ensino defendida pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), durante a Guerra Colonial e no imediato pós-independência.

Para isso, pretendemos analisar as *práticas discursivas* produzidas por ambos os lados, através da documentação produzida sobre seus projetos de ensino para estas populações, buscando a contribuição da Análise dos Discursos numa posição *interdisciplinar* com a História da Política Cultural. Neste lugar, queremos analisar as propostas de reformulação do ensino colonial para o enfrentamento da *Guerra Colonial* e da pressão internacional para o fim do “império” português em África. Paralelamente, deveremos analisar as propostas de ensino do MPLA, que surge neste período em defesa da formação das *consciências históricas* das populações para as lutas de libertação colonial e a independência.

O período de *transição*, aqui delimitado, corresponde aos anos de 1961 a 1977, que caracteriza o intervalo em que ocorrem mudanças estruturais na política de ensino colonial e na implantação de uma outra proposta de oposição pelas armas e pela palavra. É um momento complexo de enfrentamentos entre colonizadores e colonizados, no qual o processo de ensino tem um papel crucial na formação das “consciências históricas” anticoloniais, para o processo de mudança e formação da nova nação. Nossa abordagem é, portanto, a análise de um *acontecimento discursivo*, sob condições muito específicas das lutas armadas, mas que uma documentação indica como também um momento das lutas político-ideológicas, de produção das propostas de ensino para formação nacional: portuguesa e angolana.

Para o desenvolvimento do Projeto, devemos buscar na historiografia já produzida as contribuições para o conhecimento e análise das políticas de ensino colonial, acrescidas da documentação dos arquivos portugueses disponíveis. No contraponto, devemos explorar os arquivos com a documentação produzida pelo MPLA, acrescida da literatura produzida pelos intelectuais e líderes do movimento, disponibilizadas em arquivos digitais, a exemplo do CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto), do Portal *memoria.africa.pt*, também organizado pela Universidade do Porto, da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), da *CasaComum* sob a guarda da Fundação Mário Soares, onde também localizamos edições do *Diário de Lisboa e de Luanda*.

Para documentos da administração colonial, indicamos a base da Hemeroteca de Lisboa, do Arquivo Histórico Ultramarino e da Torre do Tombo. Entre os arquivos privados, indicamos os arquivos audiovisuais da RTP, arquivos de jornais de Portugal e de Angola. De Portugal, vamos explorar os jornais da *Hemeroteca de Lisboa*, do período. De Angola, destacamos o “*Jornal de Angola*”, a “*Folha 8 – Jornal Independente*”, “*Diário de Luanda*”, “*O Comércio*” e “*A Província*”. Para estudos da proposta do MPLA, também destacamos a contribuição dos arquivos organizados pela *Associação Tchivweka de Documentação* (ATD), em torno dos Projetos “*Memórias da Independência de Angola*”, “*Angola - Nos Trilhos da Independência*” e “*A Persistente Fragilidade da Memória*”. Trata-se, portanto, de um Projeto de amplas possibilidades e que deverá reverter numa contribuição para os estudos africanos [angolano] em nossa formação e atuação no âmbito do Departamento de História da UFRPE.

Palavras-Chaves: Política, Colonialismo, Educação, Portugal, Angola, Independência.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

Este Projeto de Pesquisa histórica, intitulado “*Da política educativa colonial à formação da consciência histórica anticolonial do MPLA: o processo de transição das práticas político-discursivas e ideológicas de ensino para as populações “indígenas” de Angola (1961-77)*”, representa uma nova etapa das pesquisas iniciadas desde 2014, acerca da política educativa colonial do regime salazarista para as populações ditas “indígenas” de Angola. Desta forma, o objetivo central será o aprofundamento das pesquisas e estudos da política educativa colonial e as formas de recepção e reação, durante os conflitos armados. Nesta nova etapa, pretendemos analisar as mudanças e permanências na política educativa colonial do regime salazarista para as populações de Angola, durante a Guerra Colonial. E, nesta nova condição colonial, analisar o surgimento da proposta educativa do MPLA para a formação da consciência histórica angolana para fundamentos do processo de libertação colonial. Ou seja, é um projeto que visa uma perspectiva comparada e de enfrentamento de duas propostas de ensino das populações e aquela que vai predominar no imediato pós-independência, sob a liderança governamental do MPLA, ampliando-se os projetos desenvolvidos até o momento.

Em 2012, retornando do estágio pós-doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), concluímos o projeto de estudo do salazarismo e suas relações com o integralismo lusitano e brasileiro. Neste estágio, percebemos as lacunas em nossa formação sobre este regime e sua política colonial no espaço africano. Desta forma, em 2014, apresentamos um novo Projeto de Pesquisa redefinindo nosso lugar acadêmico, para a produção de conhecimento do regime e sua política colonial, abordando a política educativa planejada para preparar os “indígenas” e “assimilados” a serviço do colonialismo português. O novo enfoque no projeto tinha por objetivo analisar as relações entre o Estado Novo salazarista e a Igreja missionária, católica e portuguesa, entre Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, em perspectiva comparada (Silva, 2015, 2017, 2018).

Na sequência, avançamos mais uma etapa do Projeto para analisar o processo de formação de “Professores Assimilados”, abordando este processo ainda pelas relações Estado e Igreja católica e o sistema de ensino implantado pelas *Escolas de Habilitação de Professores Indígenas* (Silva, 2019a, b, c). Paralelamente, vamos abrindo uma outra linha de abordagem desta política educativa colonial em regiões de conflitos armados, buscando compreender as condições de atuação dos “Professores Assimilados” na formação das populações nas comunidades rurais nestes espaços de conflitos, a exemplo das revoltas na Baixa de Cassange (2022). Deste enfoque, seguimos aprofundando e adentrando nas leituras bibliográficas e documentais da presença e atuação de uma outra política e orientação de ensino para as populações locais, sob a liderança da UPA (União das Populações de Angola), da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), todos objetivando preparar para a consciência histórica anticolonial e para as lutas de libertação colonial (Silva, 2022b, 2023).

A historiografia trabalhada até o momento, indica que neste novo momento de implementação da política educativa colonial, com a eclosão das revoltas armadas e a atuação dos movimentos de libertação, o regime salazarista empreendeu uma série de reformas na administração colonial, incluindo no sistema de ensino, visando manter a colônia diante da pressão das elites internas e seus medos de perda da colônia, além de buscar produzir uma nova política como respostas à pressão internacional (Pimenta, 2014; Vasconcelos, 2019).

Washington Santos Nascimento (2014), baseado nas narrativas, conta que com a eclosão da Guerra Colonial, o regime ampliou o número de escolas primárias, técnicas e profissionalizantes. Mas, que por outro lado, também cresceram o número de escolas missões protestantes com atuação nas áreas de conflito. Citando Conceição Neto (2008), ele conta que não apenas em Angola, mas também nas demais colônias africanas, “as missões protestantes



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

foram responsáveis pelo surgimento de elites letradas, social e culturalmente influenciadas pela cultura cristã e ocidental” (Conceição Neto, *Apud*, Nascimento, 2014, p. 234).

Cupata (2022) análise como, em meio à Guerra colonial, até os Planos de Ensino foram modificados, para reforçar o ensino de História de Portugal e sua missão histórica civilizatória, mas também passaram a incorporar disciplinas sobre a vida da geração do aluno e dos seus ascendentes mais próximos, além de dados da região para se conhecer melhor a estrutura das cidades e das ações da colonização. Neste período são criadas Faculdades, Museus, Arquivos, da história de Angola. Em 1971, havia crescido muito o número de Liceus e Ensino Técnico secundário nas províncias ultramarinas, novas legislações, etc. Apesar disso, ainda se tinha como objetivo “destruir a personalidade do colonizado, a sua tradição cultural, a sua identidade [...]”. Com amplos impactos no ensino de História. Nesta linha de abordagem ele analisa que:

Das várias mudanças e/ou adequações feitas no currículo de história nos períodos acima tratados, que obedeceram às transformações políticas em Portugal, como já foi referido ao longo do trabalho tiveram repercussões nas colônias. Nota-se também que a disciplina de História além dos propósitos que lhe são reservados no plano curricular na formação de habilidades cognitivas, afetivas e psicomotoras, visava também a exaltação do Portugal. Neste quadro Nsiangengo (1997), explicita que “o currículo estava virado para a transmissão da cultura da classe hegemônica portuguesa. O ensino é ainda o reflexo do ensino português do Estado Novo: virado para o elitismo, escolástico, eurocêntrico, isento de qualquer dimensão africana (Cupata, 2022, p. 82-85)

Do outro lado, entre os líderes dos movimentos anticoloniais também vão se apresentando as propostas de um sistema de ensino anticolonial, voltado para os angolanos. Sobre estas ações ainda há pouca produção historiográfica. Contudo, há uma documentação a ser analisada que deverá nos ajudar a contribuir com este campo.

No Arquivo Lúcio Lara, por exemplo, há documentos escritos e imagens da construção de *Escolas do MPLA*, conhecidas como “Escolas de 1º. 2º. 3º. Curso de Formação de Quadros do MPLA”, [pelas fotografias é possível observar as atividades de crianças em alojamentos, fazendo leituras de textos, cozinhando e outras atividades indicadas como militares – “3ª. Região militar do MPLA – Escola de Sikongo”] em Banga (1965-66); Tchimpesse (1965); Ilupanga (1965); Tchimbuindindi (1965-66); Léopoldville (Kinshasa, 1963); Sikongo (Lusaka, 1973 – neste momento já se observa prédios construídos em tijolos); Songololo (1973); e outras. Depois de 1965, há uma ampla produção documental sobre Regulamentos Internos para alunos da Escola Primária do MPLA, em Dolisie, sobre os quais deveremos nos debruçar para compreender o embate entre estes dois campos de ensino das comunidades nativas de Angola. Pelo lido até o momento, as atividades regulamentadas nestas escolas envolviam “trabalhos físicos e intelectuais: ginástica; jogos, toilette, refeições, aulas, almoço, repouso, aulas, repouso, estudos, jantar, estudos, recolher”. Pelas imagens, as condições físicas destas escolas variavam de um espaço a outro. Algumas foram montadas dentro de acampamentos de lona e em situações precárias e em espaços cercados pela mata. Possivelmente, em decorrência de suas existências clandestinas ainda no ambiente colonial. Outras indicavam ter sido construídas dentro de comunidades, e com prédios de tijolos. Possivelmente, áreas de pouco controle da administração colonial ou já tomadas pelos militantes do MPLA. (Fonte: Projecto de Regulamento Interno do Internato para alunos da Escola Primária do MPLA em Dolisie (janeiro 1965). Cf. <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0070000020> [acesso em 12 de julho de 2023]).

Liberato (2014) enfoca em seus estudos que depois de 1960, há muita agitação no campo educacional em Angola. Segundo ela, se antes o sistema de ensino dos “indígenas” estava relegado às ações missionárias, depois de 1961, com a abolição do Estatuto do Indigenato, e os novos decretos de “igualdade entre indígenas e portugueses”, ocorre uma ampla modificação na quantidade de instituições de ensino que, no entanto, não se traduziu numa mudança estrutural do seu conteúdo:

Em relação à política educativa, o governo de Angola assumiu, a partir de 1961, a responsabilidade direta pela educação da população em geral. Assistiu-se ao desenvolvimento da rede escolar primária



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

nos centros urbanos e em certas áreas rurais com a aprovação do Levar a escola à sanzala: Plano de Ensino primário rural em Angola 1961-62, da autoria do então secretário provincial da educação, Amadeu Castilho Soares. Esse plano visava à expansão da escolarização e do ensino da língua portuguesa em todo o território angolano, sobretudo fora dos centros urbanos, onde o acesso estava limitado, servindo de base para a uniformização institucional e curricular do sistema educativo que culminou com a Reforma do Ensino Primário Elementar nas Províncias Ultramarinas, realizada em 1964. Esta instituiu o ensino primário como obrigatório e “gratuito para as crianças dos 6 aos 12 anos” (Soares, *Apud*, Liberato, 2014, p. 1011)

Outros estudos em processo de leitura e análise, citados nas referências bibliográficas ao final, indicam uma modificação estrutural no número de prédios escolares em Angola. Há um relativo consenso de que o colonialismo português havia “acordado da letargia” diante da pressão interna e externa, com visível reformulação da sua política educativa colonial em Angola. Ao mesmo tempo, emerge uma outra proposta liderada pelos intelectuais dos movimentos de libertação, caracterizando o período como um momento histórico de “transição” do sistema de ensino das populações em Angola, entre a proposta de reforço colonial e a de enfrentamento anticolonial.

Como se percebe do exposto até aqui com fragmentos da bibliografia já consultada, a problemática que deverá orientar o Projeto se dá no campo das práticas discursivas entre o modelo de ensino das populações colonial e o modelo anticolonial. Deverá nos ajudar nesta problemática a produção historiográfica de pesquisadores portugueses, angolanos e brasileiros. Contudo, nossa meta é aprofundar o debate por eles levantado com uma maior atenção para a documentação produzida pelos doutrinadores da política educativa colonial e o novo projeto de ensino que vai se instalando sob uma outra perspectiva político-ideológica de formação das populações para o processo de libertação. Na sequência, devemos analisar o sistema de ensino que se implanta com a formação do novo Estado angolano, sob a governabilidade do MPLA.

2. OBJETIVOS

Geral

Analisar o processo de transição da política de ensino colonial do regime salazarista, destinada ao ensino das populações “indígenas” de Angola, para a política de ensino defendida pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), entre os anos de 1961-77, visando mapear mudanças e permanências entre o colonial, a guerra colonial e o pós-independência.

Específicos

1. Analisar a política educativa colonial do regime salazarista para as populações negras de Angola, entre 1941 e 1961;
2. Identificar as principais mudanças na política de ensino colonial portuguesa para “indígenas e assimilados” de Angola, no período da “Guerra Colonial”, entre 1961-1975;
3. Analisar a atuação e os programas de ensino das “escolas clandestinas” do MPLA, durante a guerra colonial;
4. Identificar o que mudou no sistema de ensino em Angola, logo após a independência até 1977, procurando mapear e analisar a presença da *interdiscursividade* entre as *práticas discursivas* coloniais, anticoloniais e pós-independência, no processo de formação nacional.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

Este projeto está posicionado com a *História da Política Cultural* colonial e anticolonial para abordar a política de ensino colonial do regime salazarista, que se sustentou pelo império ultramarino ao longo do século XX até seu fim pela “revolução dos cravos”, em 1974 (Pinto, 1992, 2000; Alexandre, 2000; Rosas, 2015; Pinto & Palomanes, 2012) E, neste mesmo lugar, cruzar com abordagens da história póscolonial e a política de ensino anticolonial implantada pelo Movimento de Libertação das Populações de Angola (MPLA), no processo de lutas e no imediato pós-independência (Cahen; Braga, 2018; Cahen 2015; Mateus, 2006; Santos, 2020; Mabeko-Tali, 2001; Andrade, 1996; Loff *et al*, 2015).

Há vasta produção historiográfica sobre estes campos da história da colonização e da descolonização, produzida por historiadores de Portugal, Angola, Brasil e França, citados nas referências finais, sobre os quais deveremos nos debruçar para o debate historiográfico do processo de transição do colonial para o póscolonial em Angola, incluindo reflexões acerca dos conceitos “política educativa colonial”, “colonialismo” e “pós-colonialismo” e suas abordagens na atualidade. Neste lugar da história, além das contribuições teórico-metodológicas sugeridas por Hartog, 2013 e 2017; Rémond, 2003; Canclini, 2019, e outros sobre as possibilidades de escrita da história política cultural “colonial e anticolonial”, vamos buscar contribuições com analistas do discurso, da perspectiva de abordagem francesa, particularmente entre aqueles que buscam os diálogos entre a *História e a Análise do Discurso* (Sargentini; Navarro-Barbosa, 2004; Gregolin, 2004) para analisar as práticas discursivas nos dois lugares enunciativos: colonial e anticolonial.

A documentação sobre a qual devemos nos apoiar serão em grande parte digital, organizada e disponibilizada por universidades e instituições de pesquisa em arquivos que definiremos como “*arquivos coloniais e anticoloniais*”, em bases de Portugal em Angola. Sobre estes arquivos deveremos estabelecer procedimentos metodológicos na seleção, leitura e análise da documentação. Primeiro, devemos considerar que, devido ao curto tempo histórico do fim deste império colonial e da independência das colônias, o acesso à documentação produzida pelos colonizadores, de um lado, líderes e intelectuais dos movimentos da descolonização, do outro, ainda está em vias de organização e liberação. Particularmente, porque ambos os lados convivem com *Memórias vivas, arquivadas e publicadas* que ainda estão sendo produzidas no cruzamento das memórias entre Portugal e Angola, e dentro destes espaços. Sobre elas, também estaremos nos debruçando, sob orientações de seus usos indicadas pelos projetos de pesquisa e produção da memória das lutas e da libertação de Angola, com destaque para a equipe da *Associação Tchiweka de Documentação* (ATD), do portal “*memória.africa.pt*” da Universidade do Porto e da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), além das biografias, entrevistas e depoimentos publicados pela literatura do tema.

No caso do regime salazarista, os denominados “Arquivos confidenciais de Oliveira Salazar (AOS) e da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), sob a guarda da Torre do Tombo, têm materiais da administração colonial e anticolonial, incluindo da Guerra Colonial e da repressão aos movimentos de libertação, disponibilizados em pouca escala. É comum a localização de documentos do tema e problemática aqui proposta com indicações de dados “*sem representação*”, necessitando da pesquisa presencial. Os arquivos AOS e da PIDE contém, entre outras coisas, documentos de *transição* do Estado de caráter ditatorial, fascista e colonial, produzidos no controle social e na repressão aos movimentos e personalidades das lutas anticoloniais nas colônias e em Portugal. Para alguns guardiões legais da memória portuguesa, é preciso ter cautelas jurídicas no trato e liberação de documentos do regime salazarista e de sua polícia a PIDE (Pinto; Martinho, 2012) Sobre esta documentação bibliográfica e historiográfica que trata deste complexo regime político e colonial deveremos estabelecer leituras e agregar suas contribuições para fundamentar os estudos documentais, para o momento destacamos Michel Cahen (2018), Miguel Bandeira Jerónimo (2014), António Costa Pinto (1992, 2000), Douglas Wheeler; René Pélissier (2009), Fernando Rosas (2015) e outros citados nas referências finais.

No caso de Angola, também devemos atentar para o fato de que o MPLA ainda no poder político, comando as instituições arquivistas da memória e história oficial das lutas de libertação e de sua ação durante a Guerra e depois da independência. O Arquivo Nacional de Angola ainda está em vias de organização e liberação dos documentos (Cf. <https://ana.gov.ao/Institucional>). Há, neste caso, necessidade de pesquisa presencial ao arquivo e o estabelecimento de intercâmbios e convênios para viabilizar os acessos aos documentos que possam permitir a dinâmica da pesquisa no Brasil.

Contudo, por outro lado, a produção e divulgação das memórias da experiência colonial e das lutas anticoloniais angolanas têm sido muito intensa, particularmente a produção da literatura anticolonial e outros dos materiais produzidos pelos intelectuais e



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

estudantes da Casa dos Estudantes do Império (CEI), tais como: correspondências, fotografias, livros digitais, manifestos-programas, jornais, palestras, entrevistas, etc, disponibilizados pela *CasaComum* da Fundação Mário Soares. Além desta base documental, há relativo material audiovisual de personalidades angolanas refletindo estas questões, nos momentos comemorativos da independência e outros momentos, disponibilizados pelos projetos da memória viva organizadas pela ATD, citada. Alguns livros de memórias de líderes da libertação colonial estão indicados no Portal memória-africa.pt, contudo, com indicação “sem representação” digital, havendo necessidade de pesquisa presencial.

Sobre estes materiais deveremos enfocar as *práticas discursivas* da “política colonial educativa”¹ do regime salazarista para as populações “indígenas”², bem como as práticas discursivas dos líderes e intelectuais do MPLA, numa perspectiva *interdisciplinar* entre o campo da História Política e a Análise do Discurso (AD). O objetivo será encontrar, neste lugar fronteiriço, as orientações metodológicas para analisar as *práticas discursivas*³, que regularam e reformularam as políticas educativas coloniais para os “indígenas” durante a Guerra colonial e seus cruzamentos com os manifestos-programas e orientações para a formação de uma *consciência histórica anticolonial* defendida pelo MPLA. Trata-se de pôr em confronto duas *práticas discursivas*, declaradamente de posições político-ideológicas oponentes, e que se enfrentaram no clima da Guerra Colonial pelas armas e pela palavra.

Pela perspectiva metodológica de outros teóricos e estudiosos da AD, a exemplo do campo metodológico proposto pelos posicionados na ADF (Análise do Discurso Francesa), na qual há forte diálogo com as posições de Michel Foucault acerca dos *lugares enunciativos* ou as *formações discursivas*, consideramos que é preciso analisar as condições de produção de sentido dos discursos e suas ressonâncias entre as populações “indígenas”, e suas mobilizações para o enfrentamento da Guerra Colonial e do processo de independência. Uma outra metodologia da Análise do Discurso que consideramos pertinente às nossas questões, numa outra linha de abordagem, pode ser localizada na obra “Discurso e Mudança Social”, de Norman Fairclough (2001). Sua perspectiva de análise das práticas discursivas deverá ajudar a identificar, mapear e analisar as “mudanças e permanências” das práticas discursivas no âmbito dos projetos político-ideológicos de ensino das populações de Angola, de um lado e de outro, durante a transição.

No âmbito da política educativa colonial do salazarismo, deveremos analisar os discursos dos doutrinadores do regime acerca dos limites e objetivos de um sistema escolar para as comunidades “indígenas”, objetivando a seleção e processo de formação dos que deveriam ser assimilados e integrados no projeto nacional do Estado Novo salazarista para colaboração do colonialismo português em Angola, logo após a segunda Guerra, quando se aprofundam os questionamentos internacionais do Projeto dito civilizatório português em África, sob acusações de

¹ A “Política Colonial” [educativa] do Salazarismo, desde o *Ato Colonial*, de 1930, considerava que: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica e essencial de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente (*Acto Colonial*, Decreto n. 22.465, de 11.04.1933)”. Por esta política, uma “Educação” para “Indígenas” representava formas de “civilizar”, de “ajustar” os negros naturais de Angola [e de outras colônias africanas] à política cultura do Estado Novo. No período de Transição, estas políticas estavam ainda sob o *Estatuto do Indígena*, de 1957, que em seu *Artigo 4º*. “*Fins da Política Indígena*”, definia: “O Estado promoverá por todos os meios o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indígenas, o desenvolvimento das suas aptidões e faculdades naturais e, de maneira geral, a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para a transformação dos seus usos e costumes primitivos, valorização da sua actividade e integração activa na comunidade, mediante acesso à cidadania (*Estatuto dos Indígenas Portugueses*, publicação de 1957, p. 27)”.

² A categoria “*Indígena*”, nas colônias africanas sob o domínio colonial português, designava pelo *Estatutos do Indígena de 1957* uma condição social, econômica, cultural política inferior ao ser “cidadão” português e mesmo em relação ao negro “assimilado”. Era “uma situação jurídica ou qualidade jurídica (Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. 2ª. edição. Lisboa, 1957). Objetivamente, era um lugar social, era “uma definição formal de direitos (e de falta dele) com implicações nos vários aspectos da vida (Conceição Neto, 2015, p. 121)”.

³ De acordo com Fairclough (2001, p.106-111), uma “*Prática Discursiva*” envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discursos de acordo com fatores sociais”.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

manutenção da exploração das comunidades locais, e se ampliam os movimentos de resistência e revoltas locais, entre os anos 1960-70. Na oposição, vamos analisar as práticas discursivas das lideranças intelectuais do MPLA e seus projetos de formação da *consciência histórica*, entre os anos 1960-70. Alguns documentos, previamente analisados, indicam ações de “escolas clandestinas” instaladas nas comunidades pelo MPLA, orientadas pela visão marxista da luta de classes, e considerada fundamental para a formação da consciência histórica libertária e seu papel na orientação do processo de independência. Depois de 1975, no ambiente pós-independência de Angola, deveremos analisar “mudanças e permanências” nos projetos educacionais implantados pelo governo do MPLA, enquanto movimento que comandou a transição e depois assumiu o poder do sistema de ensino em Angola.

Outra perspectiva de abordagem interdisciplinar entre a História e a AD, pertinente para nossas questões, pode ser indicada nos trabalhos de Teun Van Dijk (2008, 2012), que deverá nos ajudar a perceber as questões do “abuso do poder” e a relação “discurso e dominação”. Para este teórico, “o discurso não é analisado apenas como objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (Dijk, 2012, p.12).

No Brasil, há um grupo de analistas do discurso que tem investido nesta fronteira entre a História e a Análise do Discurso, que têm produzido muita reflexão sobre os diálogos entre Michel Foucault e o de Michel Pêcheux, consolidando a necessária relação entre estes dois campos. Trata-se de um grupo de estudos da ADF da UNESP-Araraquara (SP), que em começos do ano 2000, foi coordenado pela Professora Maria do Rosário Gregolin. Para o grupo, a relação *História e Discursos* é uma preocupação constante, uma relação que nunca acaba, que não há um fechamento, porque está em constante construção, dado que

a leitura da teoria do discurso na História: eis uma necessidade que nos desafia permanentemente e que deve levar-nos a vasculhar os documentos a fim de interpretar os vestígios da historicidade dos conceitos que mobilizamos no campo do saber em que nos situamos. [...] Para a análise do discurso essa empreitada significa interrogar o solo epistemológico e político no qual os conceitos se delinearam, se digladiaram e constituíram um corpo teórico-metodológico que sustenta, hoje, as formulações dos nossos trabalhos. (Gregolin, 2004, p.11)

Trata-se de uma perspectiva que orienta a análise de *acontecimentos político-discursivos* em confronto, mas, que se deve buscar neles a necessária “interdiscursividade”. Observando “repetições, transferências, banalidades que apagam sua produção, que as trituram e transformam em conceitos operatórios desgrudados dos conflitos que os fizeram emergir em uma certa conjuntura teórica e política (Gregolin, 2004, p.11) Na perspectiva de Michel Foucault, em evidência nos trabalhos do grupo, os estudos das *práticas discursivas* requerem uma análise dos deslocamentos dos discursos e a constituição dos dispositivos e do exercício do poder nas sociedades disciplinadoras; da condição da produção dos discursos e das possibilidades de serem enunciados. (Sargentini; Navarro-Barbosa, 2004, p. 9)

Este mesmo lugar interdisciplinar, entre a História e a AD, também deverá nos ajudar na análise constitutiva dos “arquivos”. Destacamos aqui a obra “Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade”, organizada pelo grupo, onde se tem a possibilidade de compreensão da constituição dos *Arquivos Coloniais*. No capítulo “O Enunciado e o Arquivo” da obra, Maria do Rosário Gregolin chama a atenção para a dependência e hierarquia entre o Arquivo (a mais ampla) e os Enunciados (a mais molecular), que abrem uma série de questões a serem compreendidas para suas utilizações na constituição das memórias, como locais de acontecimentos, de acúmulo das memórias, da mentalidade coletiva; um campo anônimo de possíveis falantes, mas também dos dispositivos de controle dos falantes (Gregolin, 2004, p.23-44).

Sobre os usos dos Arquivos coloniais e anticoloniais, também destacamos a contribuição de Ann Laura Stoler (2018). Em sua perspectiva, “a historiografia crítica do colonialismo tem a ganhar voltando sua atenção para uma política do conhecimento que leve em conta gêneros arquivísticos, culturas de documentação, ficções de acesso e convenções arquivísticas (Stoler, 2018, p. 207)”. Diz a autora que “ao tratar o colonialismo como uma histórica viva que informa e molda o presente, e não como um passado morto, uma nova geração de estudiosos está seguindo a sugestão de Michel de Certeau no sentido de explorar um novo terreno buscando imaginar que tipos de conhecimento situado produziram tanto as fontes coloniais como suas próprias posições respectivas na ‘operação historiográfica’”. Segundo a autora, já não estamos mais estudando coisas, mas a produção delas. Neste sentido, o estudioso



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

do colonialismo deverá se empenhar em analisar não apenas os documentos, mas até que ponto os documentos escritos colidem ou coincidem com as memórias no campo pós-colonial. (Stoler, 2018, p. 207-208)

No caso de Angola, as possibilidades deste cruzamento estão abertas ao trabalho do(a) historiador(a) frente a abundância de memórias vivas que a cada ano de “reflexão-comemoração-reivindicações” da independência. As memórias disponibilizadas por grupos de pesquisa angolanos, uma parte em audiovisual, deverá nos ajudar nas leituras dos documentos arquivados pelos colonizadores e pelos movimentos que lideraram as lutas de libertação. Assim considerando, entendemos que os arquivos já “não são mais locais inertes de armazenamento e conservação” (Guinzburg, 1989a, *Apud* Stoler, 2018, p.209). Para Ann L. Stoler (2018, p.209-210), os arquivos coloniais são “artefatos culturais de produção de fatos e taxonomias que criaram distintas noções do que constituem a autoridade colonial”. Para ela, é importante que atentemos para as condições sociais e políticas que produziram os documentos arquivados em situação colonial. Na problemática que orienta nosso projeto, ampliamos a questão para os documentos arquivados pelo colonizador e pelos líderes da descolonização, considerando-se que o MPLA ocupa o poder do Estado que procura organizar a memória no processo das lutas de descolonização, frente a outros personagens da história que também reivindicam suas participações nas lutas da independência.

Temos observado que, a cada *11 de novembro*, data de “comemoração-reivindicação” da independência, conforme se tem em edições do *Jornal de Angola [OnLine]*, as memórias vivas eclodem reivindicando sua presença nos Arquivos da história da libertação colonial do país, abrindo possibilidades de interpretações e interpelações sobre os documentos arquivados. Muitas memórias acusam os silenciamentos destes arquivos, indicando que há uma ordem sobre o que pode ser dito pela história oficial de Angola e uma outra história que ainda está por ser escrita, mas, que já se enuncia no ambiente proporcionado pela cibercultura do tempo presente. Da mesma forma, são as interpelações dos angolanos sobre os arquivos coloniais portugueses e suas versões históricas.

Neste sentido, as orientações de Stoler, para que se atentemos para os objetivos de produção e consumo destes documentos de *Arquivos Coloniais*, constituem uma preocupação que devemos agregar aos procedimentos metodológicos do Projeto. Destacamos, particularmente, suas preocupações para que se atente para a forma como as *memórias pessoais* são moldadas e apagadas pelo Estado. Mais especificamente, para termos atenção para “o modo como as práticas do passado são selecionadas para futura utilização e futuros projetos”. Dado que, “tais questões convidam a voltar à própria documentação, ao ato de ‘ensinar’, àquilo que era ensinado e a quem – na confusão burocrática de fórmulas rotineiras, esquemas genéricos e digressões prescritivas que estão no bojo de um arquivo colonial” (Stoler, 2018, p. 211).

Os arquivos coloniais e as memórias vivas se cruzam na história da transição do colonial ao nacional em Angola. Além das memórias vivas há relativo número de produções biográficas e memórias de líderes do MPLA publicadas, e objeto de teses e dissertações produzidas em Portugal, no Brasil e em Angola. Temos observado que estas memórias escritas estão sendo produzidas dos dois lados: Botelho (2007); Fuso (2004); Neto (1977); Vasconcelos (2017); Pantoja (2019) e outros trabalhos que tratam desta memória. Segundo *Conceição Neto* (2015), estas memórias são muito importantes porque estabelecem a possibilidade de se chegar à condição escolar ou a ausência de um sistema organizado de escola nas comunidades nos tempos da guerra colonial. Neste sentido, diz a Professora,

em Angola tu podes dizer que contra a memória histórica pode jogar a idade da população que é muito jovem. O fato de, durante os anos de guerra, milhões de crianças não terem tido escola, que é normalmente um meio onde se ensina alguma coisa do passado do país, mesmo que seja de uma forma heroica ou até distorcida, mas, ensina-se. O facto também de nós termos tido, por causa da guerra, muita gente deslocada, mais de três milhões de deslocados. Depois o processo de urbanização. Tudo isso faz com que haja uma ruptura muito grande entre os mais velhos e mais



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

novos. A transmissão da memória, seja ela qual for, de família de grupo, de aldeia ou nacional, entre as gerações aqui foi prejudicada por essas coisas⁴

As memórias que deverão ajudar na análise da documentação produzida pelo MPLA. Para isso, já sinalizamos a importância da leitura e análise dos trabalhos de: Cupata (2022); Santos (1965); Figueiredo (2012; 2022); Nascimento (2014); Neto (2017); Marques (2012); Zau (2012); Vieira (2004) entre outros. Dos trabalhos produzidos pela perspectiva portuguesa, em que se apoiam nas memórias entre Angola e Portugal, destacamos o trabalho de Rebeca Helena André (2010; 2015; 2022), Santos (1970), Neto (2017); Sebastião (2009), Sanches (2012), Cahen; Braga (2018) e outros citados nas referências finais.

Portanto, temos aqui a proposta de procedimentos metodológicos que deverão assumir o movimento da dinâmica da pesquisa histórica documental, entre as possibilidades de acesso aos documentos nos arquivos “coloniais e anticoloniais”, orientadas pela historiografia e a literatura pertinente às problemáticas levantadas. Trata-se de um projeto que se situa entre arquivos produzidos e arquivados por Portugal e Angola, nas condições de eventos entrelaçados por suas histórias. Neste sentido, deveremos buscar a dinâmica de integração com pesquisadores dos dois espaços, para viabilizar os acessos à produção historiográfica, à literatura da memória e fortalecer as redes de cooperação e os intercâmbios necessários para a consolidação da pesquisa no Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DEHIST-UFRPE).

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Esperasse que os resultados da pesquisa reverter no estabelecimento de intercâmbios, interlocuções e cooperação com pesquisadores e centros de pesquisas de universidades estrangeiras para o Programa de Pós-Graduação em História e para o Curso de Licenciatura em História da UFRPE, bem como na promoção da *internacionalização* do Curso e do Programa. Além de professora-pesquisadora nesta linha de pesquisa, vimos atuando como líder do Grupo de Pesquisa no CNPq, identificado como “*Cultura Política entre Brasil, Portugal e África: colonialismo, pós-colonialismo e ditaduras (sécs. XIX-XX)*”, no qual destacamos em particular nossa atuação nas Linhas de Pesquisas: “*Estudos da Política Educativa na África Lusófona (Séc. XX)*” e “*O império colonial português (XIX-XX)*”, com produção bibliográfica, formação de recursos humanos e participação em eventos registrados no currículo lattes.

Desta forma, a relevância desta proposta está diretamente ligada à necessidade de investir na capacitação e formação continuada dos estudos africanos, como professora e pesquisadora do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE (Mestrado e Doutorado). Desde nosso pós-doutoramento, entre 2011-2012, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), vimos estabelecendo nosso perfil acadêmico dentro dos estudos do colonialismo português, sob o regime salazarista que sinalizava sua legitimidade nos espaços africanos. Deste então, vimos investindo no avanço das pesquisas nesta direção.

Consideramos importante destacar que, como resultado das pesquisas no pós-doutorado no exterior (PDE), em Portugal, entre 2011-2012, propusemos a inserção da disciplina “História da África Contemporânea” e “História da Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo do Curso de Licenciatura em História da UFRPE. A partir deste momento, vimos a necessidade de promover e investir nos estudos do colonialismo português em África. Neste lugar, vimos coordenando Planos de Trabalho de Iniciação Científica sobre Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, por serem as colônias do império português em África mais em evidência na política salazarista e as que têm mais impactos em nossa própria história. Algumas destas orientações transitaram para Mestrado e Doutorado. No momento, temos assumido também a orientação de um estudante do doutoramento moçambicano, que

⁴ Documentário | 13 min | Angola | 2015. “A Persistente Fragilidade da Memória”, (2015). Filme do projecto “Angola - Nos Trilhos da Independência”, refletindo sobre a questão da memória, através de várias entrevistas aos membros do projeto.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

trata da educação no contexto póscolonial. Além disso, temos já estabelecido interlocução com colegas pesquisadores de Angola, que foram integrados em nosso Grupo de Pesquisa no CNPq e com os quais temos participado na produção bibliográfica e em eventos.

Os estudos da África de língua oficial portuguesa, aqui destacando a relação colonial Portugal-Angola, são fundamentais para nossa própria história e para a formação do Professor de História do ensino fundamental, médio e superior na área das humanidades. Desde a implementação da Lei 10.639/2003, temos observado a ampliação destes estudos africanos para ampliação dos estudos afro-brasileiros em diversos estados do Brasil, mas são estudos que ainda estão se construindo em Pernambuco.

Os esforços são feitos, mas, por poucos professores de História da UFRPE, da UPE, da UFPE, da Unicap e outras instituições formadoras de Licenciados em História. Recentemente, formamos uma equipe com colegas e alunos da Graduação e da Pós-Graduação, definindo uma Linha no Grupo de Pesquisa do CNPq, sob nossa liderança, contando também com a colaboração de outros colegas. A meta do grupo tem sido, além da produção historiográfica, estabelecer parcerias e intercâmbios com colegas de Portugal, Angola e Moçambique, conforme registros no Diretório dos Grupos do CNPq e do Currículo Lattes. Conhecer seus ambientes acadêmicos, suas dinâmicas de produção historiográficas são fundamentais para consolidação dos grupos e trabalhos.

Já temos feito este movimento no Brasil. Aqui temos ampliamos nossos estudos africanos, junto a colegas de História da UFPE e da FUNDAJ. Destas interlocuções resultou a criação do *GT-Estudos Africano em Pernambuco*, aprovado na ANPUH-PE e em seguida na ANPUH-Nacional, na última reunião de julho de 2023, na cidade de São Luiz (MA), no âmbito do Simpósio Temático “ST 013: *África contemporânea: temas, problemas e abordagens*”, sob a Coordenação de Fábio Baqueiro Figueiredo (UFBA - Universidade Federal da Bahia) e Viviane de Oliveira Barbosa (Universidade Federal do Maranhão / Universidade Estadual do Maranhão). No evento mantivemos contato com pesquisadores do colonialismo em Angola e a perspectiva de trocas acadêmicas.

Em nível internacional, pretendemos retomar os intercâmbios com o Professor António Costa Pinto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), que supervisionou nosso estágio pós-doutoral, entre 2011-2012 na Universidade de Lisboa, em torno dos estudos do Integralismo e suas relações com os Estados Novos do Brasil e de Portugal. Atualmente, estamos fortalecendo intercâmbios e produções historiográficas com o Professor Patrício Batsíkama da Universidade Tocoísta de Luanda e outros colegas angolanos. O professor Batsíkama tem sido fundamental para o acesso a referências bibliográficas sobre o ensino em Angola no período colonial e pós-colonial, além de orientar perspectivas de abordagens e enfoques destes estudos. Através dele, também estabelecemos intercâmbio com o Professor Yuri Agostinho da Universidade de Luanda, doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (2023).

Destes contatos, resultaram a organização de um Dossiê “Do Colonialismo à Descolonização Consciencial”, organizado com a parceria do Prof. Batsíkama na Revista História da Universidade Católica de Pernambuco. Além disso, sob suas indicações, temos acompanhado as notícias cotidianas no *Jornal de Angola*; escutado entrevistas e depoimentos de professores e intelectuais angolanos que discutem os problemas da política educativa colonial, anticolonial e do imediato pós-colonial. Estes depoimentos, entrevistas e debates foram fundamentais para a definição da de nossa problemática, estabelecendo um campo de orientação para os estudos da *interdiscursividade* das políticas educativas colonial e anticolonial de Angola e seus reflexos até os dias atuais.

Vem destes contatos também a localização de memórias vivas, entrevistas, depoimentos e biografias dos que experienciaram a política educativa colonial salazarista e a pós-colonial com o processo de independência comandado pelo MPLA. É desta forma que chegamos aos *lugares na memória de Angola*, podendo perceber questões da política educativa vivenciada pelas diferentes populações de Angola, desde a condição colonial e pós-colonial até os dias atuais. São memórias que circulam de Angola para o Brasil, através das redes de comunicação do tempo presente, preparando-nos para o uso dos Arquivos Coloniais e para a leitura dos documentos pós-coloniais divulgados pelas memórias institucionalizadas.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

Além disso, esperasse com os resultados da pesquisa, pretendemos organizar um livro coletânea, formado por pesquisadores portugueses, brasileiros e angolanos, sobre a política educativa colonial e anticolonial, durante o processo de transição da condição colonial à nacional de Angola. Também pretendemos submeter artigos para revistas científicas da área no Brasil, em Portugal e em Angola. Além da produção bibliográfica, os resultados da pesquisa deverão ser divulgados em eventos científicos, particularmente em eventos internacionais, nacionais e locais sobre os estudos africanos, enfocando Angola e sua situação colonial e póscolonial. Outro setor de divulgação das pesquisas será o campo do Ensino de História, com a produção de material de ensino e orientação nas disciplinas de História da África contemporânea e História da Cultura Afro-Brasileira e Africana do Departamento de História da UFRPE e outras.

E, para finalizar, ampliamos o referido Projeto para interlocuções e estudos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Brasil, através da interlocuções com o Prof. Fábio Baqueiro e seu Grupo de Trabalho da ANPUH, estando abertas as possibilidades de consolidação de nossa formação nos estudos africanos, com ênfase nos estudos angolanos e demais colônias e ex-colônias portuguesas, entre 1960-1977.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2024											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento da produção historiográfica circulante entre Portugal, Brasil e Angola	Giselda Brito e interlocutores	-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	x	x
Pesquisa nos arquivos digitais – portugueses – Seleção e organização	Giselda Brito	-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	x	x
Pesquisa nos arquivos digitais – angolanos – Seleção e organização		-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	x	x
Início do Estágio em Angola - Pesquisa Documental, Estudos e Intercâmbios em Angola-Luanda (Bolsa PDE-CNPq – Edital 36/2023)	Giselda Brito e interlocutores	-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	x	x
ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2025											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Continuação Estágio na UAN - Pesquisa Documental e Intercâmbios em Angola-Luanda (Bolsa PDE-CNPq – Edital 36/2023)	Giselda Brito e interlocutores	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção Relatório do Estágio em Angola													
Início Estágio na UFBA – Participação em eventos e Cursos; Estudos Africanos e Angolanos (CNPq – Ver prorrogação)	Giselda Brito e interlocutores	-	-	x	x	x	x	x	x	-	-	-	-
Análise Documental (arquivos angolanos) e produção bibliográfica	Giselda Brito e interlocutores	-	-	x	x	x	x	x	x	-	-	-	-
Produção Historiográfica e Entrega do Relatório Final	Giselda Brito	-	-	x	x	x	x	x	x	-	-	-	-



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2026											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Análise dos Documentos e Produção Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Giselda Brito e interlocutores	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Análise dos Documentos e Produção Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Giselda Brito e interlocutores	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Análise dos Documentos e Produção Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Giselda Brito e interlocutores	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2027											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Produção Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Giselda Brito e interlocutores	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produção Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Giselda Brito e interlocutores	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produção Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Giselda Brito e interlocutores	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2028											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Produção Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)		X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produção Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)		X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produção Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)		X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Escrita do Relatório Final		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Encerramento do Projeto de Pesquisa e Entrega do Relatório Final												x	x



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALEXANDRE, Valentim. “O Império Colonial”. In: PINTO, António Costa (Coord.). *Portugal Contemporâneo*. Madri: Editora Sequitur, 2000.
2. ANDRADE, Justino Pinto. “Angola e o multipartidarismo”. In VIDAL, N.; ANDRADE, J. P. (org.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Luanda e Lisboa, Edições Firmamento. 2006, p.59 – 68.
3. ANDRADE, Mário Pinto de. *Problemas culturais de um país recentemente libertado*. Luanda: Instituto Angolano do Livro, 1978.
4. ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa. 1911-1961. Lisboa: D. Quixote, 1996.
5. ANDRÉ, Rebeca Helena. *O ensino da história em Angola: balanço (1975/2009) e prospectiva*. Dissertação (Mestrado em História e Educação). Universidade do Porto, 2010. Cf. <http://hdl.handle.net/10216/57329> [acesso em jan2023]
6. _____. *O Ensino da História em Angola entre 1960-2012: evolução, formação de professor e cooperação internacional*. Tese (Doutoramento em História). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015.
7. _____. “Angola e o giro das Reformas do Sistema de Educação de 1964-2016”. *Revista “Escola, Família e Educação: pesquisas emergentes na formação do ser humano”*. Vol. 2 Ano 2022, p. 224-3. Editora Científica Digital - www.editoracientifica.com.br
8. ARRUDA, Claudia Maria Calmon. “Manual Cívico de Combate e Disciplina: o ensino em Angola sob a égide do MPLA”. *Revista Com a Palavra o Professor*. Vitória da Conquista (BA), v.5, n.11, setembro-dezembro/ 2020.
9. AZEVEDO Ávila. “Política de ensino em África”. Lisboa: Ministério do Ultramar. *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*. N. 13, 1958. p.198.
10. AZEVEDO, Ávila. *Relance sobre a educação em África (Fundamentos e perspectivas)*. Junta de investigações do Ultramar. Estudos de ciências políticas e sociais. N. 69. Bertrand (irmãos). Lisboa, 1963.
11. BRITO NETO, Manuel. *História e Educação em Angola: do Colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*. Campinas, UNICAMP, 2005. Cf. file:///D:/Downloads/BritoNeto_Manuel_D.pdf [acesso jan2024]
12. CAHEN, Michel. “Pontos Comuns e Heterogeneidade das culturas políticas nos PALOPS: um ponto de vista ‘pós-colonial’”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 62, n.1, p. 19-47, jan./jun. 2015.
13. CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (org.). *Para além do pós(-)colonial*. São Paulo: Alameda, 2018.
14. CAETANO, Eduardo. “Revolta sangrenta no norte de Angola marcou início da guerra colonial”. *RTP Notícias*. Lisboa, 15 de março de 2011. Cf. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/revolta-sangrenta-no-norte-de-angola-marcou-inicioda-guerra-colonial_n424551 [acesso em 13.06.2021]
15. CANEPA, Ricardo do Rosário. “Construção da Escola Democrática em Angola: da Colônia à quarta República”. *DIVERS@ - Revista Eletrônica Interdisciplinar*. Matinhos, v. 15. N.2, p. 152-175. Jul/dez.2022. Cf. <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/87007>
16. CARDINA Miguel; MARTINS, Bruno Sena. *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta da China, 2018.
17. CARDOSO, Sara Alexandra Martins. *As Cartilhas Coloniais de Augusto Casimiro e Pedro Muralha*. Dissertação (Mestre em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira). Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2013.
18. CANCLINI, Néstor Garcia. *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Salvador: EDUFBA, 2019.
19. CONCEIÇÃO NETO, Maria Eugênia. “Breve Introdução histórica” In: MEDINA, Maria do Carmo. *Processos políticos da luta pela independência*. Luanda: Faculdade de Direito UAN 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

20. _____. “Maria do Huambo: uma vida de “indígena”. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961)”. *Revista África* (São Paulo, 1978, OnLine) São Paulo n.35, p. 119-127, 2015.
21. CUPUTA, Jacob Lussento. *Representações da História de África no sistema educativo em Angola*. Tese de Doutorado. Universidade do Minho/Instituto de Ciências Sociais, 2022.
22. CRISTÓVÃO, Aguinaldo Cristóvão e CORI, Isaquiel. *Pessoas com quem conversar*. Angola, UEA, 2004
23. CUPATA, Jacob Lussento. *Representações da História de África no sistema educativo em Angola*. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (ICS), 2022.
24. DIJK, Teun Van. A. *Racismo e Discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.
25. _____. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2012.
26. DULLEY, Iracema. *Deus é feiticeiro - prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial*. São Paulo: Annablume. 2010
27. FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília, UnB, 2001.
28. FERNANDES, Natalia Ap. Morato. “A política cultural à época da ditadura militar”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 173-192.
29. FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980*, Tese (Doutorado em História), UFBA, 2012.
30. _____. “A Campanha Nacional de Alfabetização e a construção do estado em Angola (1975-1980)”. *Revista de História* (São Paulo), 2022. Cf. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/183713/185694>
31. FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das. “Os últimos momentos do colonialismo em Angola: partir ou ficar?”. *AbeÁfrica – Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*. Vol.2, n. 2, p. 61-79, abril de 2019.
32. FUSO. José. *Angola 27 anos depois Golpe fraccionista*, 2004. [Acesso em: 07/08/17]. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/5074>.
33. GARCIA, José Luís; ALVES, Tânia; LÉONARD, Yves (Eds.). *Salazar, o Estado Novo e os média*. Lisboa: Edições 70, 2017.
34. GONÇALVES, António Custódio. *Estado, Cidadania e Nacionalismos: o caso de Angola*. Universidade do Porto, 2002. Cf. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/16020?locale=pt> [acesso jan2024]
35. GREGOLIN, Maria do Rosário V. “O enunciado e o Arquivo: Foucault (entre)vistas”. In: SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2004.
36. GREGOLIN, Maria do Rosário V. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos (SP), Editora ClaraLuz, 2004.
37. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
38. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013
39. HARTOG, François. *Crer em História*. Autêntica, Belo Horizonte, 2017.
40. JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*. Lisboa, Editora do ICS, 2014.
41. JÚNIOR, Celestino Alves da Silva. *A Escola como local de trabalho*. 2ª edição São Paulo: Cortez Editora, 1993.
42. KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
43. LIBERATO, Ermelinda. “Avanços e retrocessos da educação em Angola”. Pesquisadora da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola. *Revista Brasileira de Educação*. V. 19, n.59, out/dez, 2014.
44. LOFF, Manuel; FERREIRA, Ana Sofia; CAMELO, João. *Da descolonização ao Pós-Colonialismo: perspectivas pluridisciplinares*. Universidade do Porto, 11-13 novembro de 2015.
45. MABEKO-TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*. Vol. 1 e II. Editora Nzila. Coleção Ensaio 3: Luanda 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

46. MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
47. MATEUS, Dalila Cabrita. *Memórias do Colonialismo e da Guerra*. Porto, Edições ASA, 2006.
48. MATOS, Patrícia Ferraz de. *As Côres do Império: representações raciais no império colonial português*. Lisboa: Editora do ICS, 2012.
49. MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 Edições, 2018
50. MENDES, Júlio; SILVA, Eugénio; CABECINHAS, Rosa. *Memória colectiva e identidade nacional: jovens angolanos face à História de Angola*. ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA, 2010. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/229414374.pdf> [Acesso em 19.05.2021].
51. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Acção Nacional de Educação para Todos, Luanda, 2001.
52. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Princípios de Base para A Reforma do Sistema de Educação e Ensino na República Popular de Angola, 1978.
53. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Princípios de base para a reformulação do sistema de educação e ensino da República Popular de Angola. Ano de 1977. Associação Tchiweka de Documentação.
54. NASCIMENTO, Washington Santos. “Minha mãe me entregou nas mãos do professor para fazer de mim o que quisesse e pudesse”: memórias da educação escolar em Angola. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, nº 55, p. 231-249, mar2014, p.231-249.
55. NETO, Agostinho. *O que é o fraccionismo. Cadernos de Resistência*. Luanda: DOR (Departamento de Orientação Revolucionária), 1977.
56. NGUNLUVE, Alberto Kapatango. *Política Educacional Angolana (1976-2005): organização, desenvolvimento e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: USP/FE, 2006.
57. NIDE (*Informação sobre a implantação do novo sistema de educação*). *Reforma educativa do ensino primeiro e secundário em Angola*. Luanda, 2009.
58. PANTOJA, Selma (org.). *Leituras cruzadas sobre Angola: saberes, culturas e políticas*. Jundiaí (SP): Paco, 2019.
59. PIMENTA, Fernando Tavares. “O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962)”. *Revista História* (São Paulo), vol.33, n.2, 2014, p. 250-272.
60. PINTO, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
61. _____. (Coord.). *Portugal Contemporâneo*. Madri: Editora Sequitur, 2000.
62. _____. ; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
63. ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2015.
64. RÉMOND, Renê. *Por uma história política*. 2. ed. -Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
65. RUIVO, Marina. *Geração armada: literatura e resistência em Angola e no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2015.
66. SAMUELS, Michael Anthony. *A História do Ensino em Angola [1878- 1914]*. Luanda: Mayamba, 2011.
67. SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Editora do ICS, 2012.
68. SANTOS, Martins dos. *Cultura, Educação e Ensino em Angola* [Edição eletrônica, 1998].
69. SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos. “Amílcar Cabral: o pedagogo político-cultural das lutas anticoloniais africanas”. In: Coluna: Amefricanidades – Apontamentos sobre o Atlântico negro. *Revista África e Africanidades* – Ano XII – n. 33, fev. 2020
70. SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2004.
71. SEBASTIÃO, J. *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajetórias Escolares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
72. SILVA, Giselda B. A Educação Colonial do Império português em África (1850-1950). *Cadernos do Tempo Presente / UFS*. v.01, p.67 - 83, 2015
73. _____. Nacionalizar ou Evangelizar? Alguns dilemas das práticas missionárias na constituição do império



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

- português em Angola (1930-40). *LUSITÂNIA SACRA*. v.35, p.165 - 181, 2017.
74. _____. A Política Educativa do Colonialismo português e a Disputa das Missões Católicas e Protestantes em Angola (Séculos XIX-XX). *SAECULUM*. v.36, p.65 - 84, 2018.
75. _____. O Estado Novo e a política educativa colonial destinada à população 'indígena' (1940-60). *Cadernos da África Contemporânea*. v.2, p.132 - 151, 2019a.
76. _____. O Colonialismo português em África e a Disputa entre Católicos e Protestantes: (1940-1970). *LABIRINTO* (UNIR). v.31, p.19 - 37, 2019b.
77. _____. “Escolas de Habilitação de Professores para Indígenas”: a política educativa colonial do salazarismo e o projeto de evangelização da Igreja católica entre Angola e Moçambique (1940-1960). *ÁFRICA[S]*. v.6, p.279 - 301, 2019c.
78. _____. As revoltas na Baixa de Cassange e o direito à memória e história nas lutas de libertação de Angola. *Cadernos do Tempo Presente / UFS*. v.12, p.13 - 33, 2022.
79. _____. As condições de participação de Mário de Andrade e outros ex-líderes do MPLA no “I Colóquio Internacional: a Formação da Nação nos Cinco (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe - 1986)”. *BOLETIM DO TEMPO PRESENTE*. v.11, p.28 - 46, 2022b
80. _____. O MPLA no Processo de Transição da Independência em Angola. *Revista HISTÓRIA UNICAP*. v.10, p.36 - 66, 2023.
81. SOARES, Amadeu Castilho. “Levar a escola à sanzala – Plano de ensino primário rural em Angola (1961-62)”. *Episteme*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ano IV, n. 10, 11 e 12, p. 133-164, 2002.
82. _____. “Universidade em Angola: a sua criação em 1962”. *Episteme*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ano V, n. 13-14, p. 57-69, 2004.
83. STOLER, Ann Laura. “Os arquivos coloniais e a arte da governança”. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.) *Pensar os Arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018
84. *União dos Escritores Angolanos*, 2012. Disponível em <http://www.ucangola.com/entrevistas/item/430-escrevo-quando-sinto-necessidade-decontar-uma-hist%C3%B3ria-verdadeira>.
85. VASCONCELOS, João. *Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*, 2017. Cf: <http://www.esquerda.net/opiniaio/resgatarmemoria-do-27-de-maio-de-1977-em-angola/48893> [Acesso em: 07/08/17]
86. VASCONCELOS, Márcia Filipa Silva. *A política colonial no Estado Novo: visões multiperspetivadas: um estudo com alunos do 9. Ano. Minho*, Universidade do Minho, 2019.
87. VIEIRA, Laurindo. *Angola a dimensão ideológica da educação 1975-1992*. Luanda: Editora Nzila, 2004.
88. WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, Réne. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2016.
89. ZAU, Filipe. *Do Acto Educativo ao Exercício da Cidadania*. Luanda: Mayamba, 2012.

DATA E ASSINATURA DA COORDENADORA:

20/08/2024

Giselda Brito Silva
Prof. Giselda Brito Silva (DEHIST-UFRPE)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

7 – PARTICIPANTES

Nome: _____

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 02113122405 _____

SIAPE (servidor da UFRPE): 1824961 _____

E-mail: gustavo.acioli@ufrpe.br _____

Vinculação: DEHIST _____

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor () _____

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 8 _____

Link para o currículo Lattes : <https://lattes.cnpq.br/4871749798523527> _____

Nome: _____

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): _____

SIAPE (servidor da UFRPE): _____

E-mail: _____

Vinculação: _____

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor () _____

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): _____

Link para o currículo Lattes: _____

Nome: _____

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): _____

SIAPE (servidor da UFRPE): _____

E-mail: _____

Vinculação: _____

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor () _____

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): _____

Link para o currículo Lattes: _____

Nome: _____

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro):

SIAPE (servidor da UFRPE):

E-mail:

Vinculação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros):

Link para o currículo Lattes:

MODELO PADRÃO DE PROJETO DE PESQUISA

II – DETALHAMENTO – SEÇÃO CIENTÍFICA

RESUMO

A conquista e ocupação das áreas que conformaram a capitania de Pernambuco estiveram, desde o princípio, relacionadas à produção de mercadorias para o mercado atlântico. Igualmente, a partir de Pernambuco, as áreas adjacentes seriam conquistadas e incorporadas ao império português, visando o estabelecimento de atividades produtivas, seja para o consumo local, seja para exportação. Muito embora já contemos com uma rica historiografia sobre o “Nordeste colonial”, sobretudo no que diz respeito à produção açucareira, ainda há aspectos da produção de Pernambuco e áreas anexas que podem ser explorados e aprofundados em novas pesquisas. Este projeto pretende contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos sobre dois dos principais setores produtivos de Pernambuco voltados ao mercado atlântico, a saber, o açúcar e o tabaco, sem, contudo, ignorar outros setores produtivos que tenham tido relevância na economia da capitania, sobretudo nos séculos XVII e XVIII. Igualmente, propõe-se a buscar novos elementos que permitam aprofundar o conhecimento sobre as atividades mercantis desenvolvidas por homes de negócio no Recife.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

1. INTRODUÇÃO

Devido à sua centralidade nos primórdios das conquistas portuguesa na América, a economia de Pernambuco foi objeto de atenção da historiografia desde os estudos clássicos até os resultantes de pesquisas na pós-graduação. No entanto, apesar da relevante historiografia sobre o tema, pode-se afirmar que a produção açucareira e de tabaco em Pernambuco ainda não foi suficientemente pesquisada. A maioria das pesquisas que abordam estes dois setores produtivos no “Nordeste” (capitanias do Norte e Bahia) colonial tiveram por fundamento a documentação referente à Bahia (FLORY, 1978; FERLINI, 1988; BARICKMAN, 2003; NARDI, 1996; SCHWARTZ, 1988). Recentemente, tivemos algumas contribuições sobre o tema, tanto sobre os engenhos de açúcar, quanto sobre os campos de tabaco, que trouxeram alguns avanços sobre os setores produtivos e sua disseminação espacial (LOPES, 2018; LISBOA, 2012). Trabalhos já consagrados na historiografia apresentam o número de engenhos para os séculos XVI e XVII, em Pernambuco e na Bahia, assim como os preços do açúcar no mercado europeu, relacionando-os à conjuntura econômica no mercado atlântico (MAURO, 1997, p. 254-65; FERLINI, 1988, p. 60-91). Um outro estudo dedicou-se a indicar o número de engenhos, exclusivamente em Pernambuco, do início da colonização até o primeiro ano da ocupação holandesa em Pernambuco (MELLO, 2012, p. 18-30).

No que diz respeito ao comércio do açúcar do Brasil, em sua maioria produzido pelo Nordeste, também a historiografia existente se prende ao período que vai dos primeiros anos da produção açucareira até a invasão holandesa. Tais pesquisas demonstram a inserção do açúcar brasileiro (a maior parte procedente de Pernambuco) nos mercados europeus, substituindo a produção das ilhas atlânticas como a maior fonte de açúcar do Ocidente (EBERT, 2003, p. 57-8, 68-9; EBERT, 2008, p. 36-7, 159-162, 173-4; COSTA, 2002, p. 273-4; STRUM, 2014).

Portanto, para o período que Evaldo Cabral de Mello chamou de post-bellum sabe-se menos sobre o setor açucareiro pernambucano, embora os aspectos mais gerais tenham sido delineados por alguns trabalhos clássicos (MELLO, 2000 [1ª ed. 1956], p. 385-8; MELLO, 2000, p. 47-8; MELLO, 1998, p. 206-10; ACIOLI, 1997, p. 29-51). As pesquisas mais recentes apontam para a lenta recuperação dos engenhos da capitania depois de 1654, demonstrando como a produção estendeu-se para áreas vizinhas ao Recife (sobretudo para São Lourenço da Mata) e, ao mesmo tempo, como passaram a predominar engenhos de menor porte (LOPES, 2018; LISBOA, 2012). Para o séc. XVIII, uma pesquisa recente trouxe dados e análises importantes sobre as exportações de açúcar por Pernambuco ao longo do século XVIII (MELO, 2017, p. 7-47).

Quanto à produção fumageira, a historiografia sobre este ramo em Pernambuco é bastante restrita. A pesquisa mais recente mapeou as áreas de produção na capitania e jurisdições adjacentes, procurando demonstrar o quantitativo exportado pelo porto do Recife na primeira metade do século XVIII (LOPES, 2018, p. 107-42). Portanto, ainda há um campo aberto à exploração, embora tenha que se lidar com a relativa escassez de documentos, quando comparado ao que se dispõe em relação à Bahia (veja-se LUGAR, 1977, p. 57-65; FLORY, 1978, p. 177-82, 191-3, 200-3; NARDI, 1996, p. 59-61, 69; BARICKMAN, 2003, p. 186-8, 214-7, 237-41).

2. OBJETIVOS

Geral

Aprofundar os conhecimentos sobre a produção e o comércio de açúcar, tabaco e outros produtos coloniais, bem como sua relação com o comércio de escravos africanos, na capitania de Pernambuco nos séculos XVII-XVIII.

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Específicos

1. Mapear a distribuição espacial e a produção dos engenhos açucareiros;
2. Mapear a distribuição espacial da produção de tabaco;
3. Construir uma série para as quantidades exportadas e os preços do açúcar e do tabaco;
4. Identificar os agentes mercantis ligados a estes setores e analisar suas atividades comerciais.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

O projeto deverá utilizar como suas principais fontes de pesquisa documentos de arquivo físicos e de repositórios digitais. No primeiro caso, um conjunto de centenas de documentos relativos a alguns mercadores que atuaram no Recife na primeira metade do séc. XVIII. Estes documentos encontram-se no arquivo da Ordem Terceira de S. Francisco (Recife). Nestes documentos, serão coletados dados quantitativos e qualitativos sobre as mercadorias transacionadas, o comércio de cativos africanos e as atividades dos agentes mercantis. Devido aos obstáculos financeiros para se fazer pesquisa de arquivo nas fontes primárias portuguesas, o projeto também deverá utilizar como fonte de pesquisa os documentos digitalizados do Projeto Resgate. No sítio da Biblioteca Nacional é possível pesquisar os documentos avulsos relativos às capitanias do Brasil, digitalizados e organizados pelo referido projeto. A pesquisa priorizará os documentos relativos a Pernambuco, por meio de buscas de termos relacionados direta e indiretamente à produção açucareira e fumageira. Em princípio, serão realizadas buscas pelos termos “tabaco”, “açúcar”, “engenho”, “São Lourenço da Mata”, “Camaragibe”, “Jaboatão”, “Várzea”, “Mesa de Inspeção” e “frotas”. Seleccionados os documentos, dentro do período de 1654 a 1799, serão organizados em ordem cronológica, para ser feita a leitura do seu conteúdo. A leitura procurará identificar informações sobre a localização dos engenhos e dos campos de tabaco, quantidades de produção e preços dos dois gêneros.

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

A economia de Pernambuco, assim como de boa parte da região Nordeste, até muito recentemente, esteve atrelada à produção e exportação de bens primários, sobretudo agrícolas e derivados. Mesmo com a crise que atingiu o setor açucareiro desde o início do século XX, as usinas continuaram a fazer

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

parte do quadro econômico do estado, sendo revigoradas pela produção de álcool combustível. Entender a formação desta economia, desde os seus primeiros séculos, permite-nos pensar as permanências que caracterizam Pernambuco e a região, marcando a sociedade local de forma profunda. Portanto, este projeto espera contribuir com o aprofundamento da análise das estruturas socioeconômicas de Pernambuco e do Nordeste na longa duração.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2025											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag o	Set	Out	No v	De z
Pesquisa no Arquivo da OTSF	Gustavo Acioli								X	X	X	X	X
Levantamento de dados nos documentos de arquivo	Gustavo Acioli								X	X	X	X	X
	Gustavo Acioli												

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2026											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag o	Set	Out	No v	De z
Levantamento de dados nos documentos de arquivo		X	X	X	X	X	X	X					
Análise dos dados						X	X	X	X	X	X	X	X

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Elaboração de artigo científico a ser submetido a periódico						X	X	X	X	X	X	X	X

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARICKMAN, Bert J. *O Contra-Ponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1580-1663*. Lisboa: CNCDP, 2002.
- EBERT, Christopher. Dutch trade with Brazil before the Dutch West India Company, 1587-1621. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (eds.). *Riches from Atlantic Commerce: Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817*. Leiden; Boston: Brill, 2003.
- EBERT, Christopher. *Between Empires: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550-1630*. Leiden: Brill, 2008.
- FERLINI, Vera L. do A. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FLORY, Rae J. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the recôncavo, 1680- 1725*. Tese de Doutorado (História). Universidade do Texas, 1978.
- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares*. Política e Economia da Capitania da Parayba, 1585-1630. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- LISBOA, Breno A. Vaz, "A Doce Riqueza da Mata: São Lourenço e o açúcar no Brasil Colonial. Séculos XVII e XVIII". *Revista do IAHGP*, Recife, n. 65, 2012, p. 255-280.
- LOPES, Gustavo Acioli. *A Fênix e o Atlântico*. A Capitania de Pernambuco e a Economia-Mundo Europeia (1654-1750). São Paulo: Alameda, 2018.
- MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Estampa, 1997.
- MELO, Felipe Souza. *O Negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado (História). São Paulo: FFLCH/USP, 2017.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. 2ª. ed. Rev. e aum. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Bagaço da Cana*. Os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NARDI, Jean Baptiste. *O Fumo Brasileiro no Período Colonial*. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud em la época de la Revolución Industrial*. México, DF: Colegio de México; Fondo de Cultura, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart. B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- STRUM, Daniel. *O Comércio do Açúcar*. Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630). Rio de Janeiro: Versal, 2014.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

10/06/2025	Ass:	 Documento assinado digitalmente GUSTAVO ACIOLI LOPES Data: 10/06/2025 15:01:22-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA**

FORMULÁRIO ÚNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

INFORMAÇÕES GERAIS AOS PESQUISADORES

TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA

1. O proponente, após elaborar o projeto de acordo com o Formulário Único, providencia o encaminhamento de uma cópia impressa ao Departamento para abertura de processo;
2. O Departamento envia o projeto à Comissão de Pesquisa para análise e emissão de parecer sobre o mérito científico do mesmo, incluindo parecer emitido pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), quando envolver animais;
3. Após a aprovação pela Comissão de Pesquisa, o projeto é encaminhado ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) para análise e emissão de parecer das questões administrativas;
4. Quando houver proposta orçamentária, o projeto deverá ser encaminhado pelo CTA com parecer sobre a viabilização dos recursos;
5. Após a decisão do CTA do Departamento, os projetos aprovados deverão ser encaminhados à Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) para cadastramento. Reitoria e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para parecer final;
6. A Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) da PRPPG informará ao proponente o resultado final da avaliação do projeto;
7. Os projetos aprovados serão cadastrados, em banco de dados, na Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) da PRPPG.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Outras informações poderão ser obtidas diretamente na Coordenação Geral de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

DOCUMENTAÇÃO

1. ANEXAR O PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS (CEUA)
(item obrigatório quando se tratar de pesquisa envolvendo animais);
2. ANEXAR A DECISÃO DO CTA.

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

I - IDENTIFICAÇÃO – PARTE ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

Conselhos Tutelares em Pernambuco: histórias e memórias (1990-2000)

2 – VIGÊNCIA: (o prazo máximo apresentado inicialmente para a execução do projeto é 48 meses)

Início Previsto (mês/ano): setembro/2024

Término Previsto (mês/ano): agosto/2027

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: Ciências Humanas

Número do Código: 700.00.00.0

b) Nome da Sub-Área: História

Número do Código: 70500002

c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): História do Brasil

Número do Código: 7.05.05.00-4

Atenção: algumas áreas não apresentam na tabela o nome/código do 4º nível de conhecimento, mesmo assim, discrimine-os, pois esta informação é imprescindível para o Banco de Dados da Pesquisa da PRPPG.

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

História das Infâncias

História e Culturas Infanto-adolescentes

História e Direitos Humanos

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Infâncias

4. Estatuto

2. Direitos Humanos

5. Criança

3. Recife

6. Adolescente

6 – DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

26/06/2024

Ass:



7 – PARTICIPANTES

Nome: Humberto da Silva Miranda

CPF: 278.257.898.73

Departamento: Educação

Data de Nascimento: 05/06/1980

Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Culturas/ Laboratório de História das Infâncias do Nordeste.

E-mail: humbertoufrpe@gmail.com

Bolsista do CNPq () sim (x) não Nível:

Titulação: Doutor

Função: Coordenador (x) Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 10 horas semanais

Nome: Davi Augusto Santos Domingos

CPF: 140.294.874.32

Departamento: História

Data de Nascimento: 24/07/1999

Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Culturas/ Laboratório de História das Infâncias do Nordeste.

E-mail: emm-mario@hotmail.com

Bolsista do CNPq () sim (x) não Nível:

Titulação: Graduando

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome: Tayná Camilly Gomes da Silva

CPF: 1131.697.744.76

Departamento: História

Data de Nascimento: 20/06/1997

Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Culturas/ Laboratório de História das Infâncias do Nordeste.

E-mail: emmanuel-eas@hotmail.com

Bolsista do CNPq () sim (s) não Nível:

Titulação: Graduando

Função: Coordenador () Colaborador (s) Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

II – DETALHAMENTO – PARTE CIENTÍFICA

RESUMO

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069 de 13 de julho de 1990) fez emergir a implantação dos conselhos tutelares e foi marcada pelo intenso movimento político em torno de uma nova forma de pensar a infância, que interferiu diretamente nas políticas voltadas para o público infanto-adolescente (pessoas de zero a dezoito anos de idade). O Estatuto emergiu a partir de uma proposta legal que questionava o Código de Menores, legislação criada em 1927 e reformulada em 1979. Este projeto objetiva pesquisar como foram construídas os primeiros conselhos tutelares e as políticas de proteção voltadas para as crianças e os adolescentes em Pernambuco, nos primeiro dez anos de promulgação do Estatuto (1990-2000). Pesquisar como foram construídas as primeiras ações governamentais, no cenário da primeira década do Estatuto, justifica-se pela demanda social e acadêmica da produção de estudos voltados para o universo dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, e mais notadamente na capital pernambucana. Por meio da pesquisa história, será possível construir uma análise crítica e problematizadora do cotidiano das relações sociais que marcaram as relações de poder e saber, no cenário político nos anos de 1990. A partir da metodologia da análise dos documentos institucionais e da imprensa pernambucana, o projeto visa analisar os discursos sobre o Estatuto e sobre a participação das crianças e dos adolescentes no processo de efetivação desta Lei.

1. INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente é considerado um marco histórico na trajetória das legislações e políticas voltadas para o público infanto-adolescente no Brasil. A história da promulgação do Estatuto é marcada pela mobilização dos meninos e das meninas, que se reuniram em grandes encontros, articulados pelas organizações não governamentais, que se deslocaram para Brasília e ocuparam o Congresso Nacional. Desse modo, o presente projeto visa historicizar como este momento histórico foi vivenciado no Recife, na década de 1990.

É importante registrar que, na década de 1980, o Brasil assistiu a rearticulação dos movimentos sociais, que se mobilizaram em defesa da reabertura política e por lutas específicas, como o movimento pela igualdade racial, em defesa das mulheres e pela moradia. Como afirmou o historiador Eder Sader, foi nesse cenário político que os “novos protagonistas entraram em cena” (SADER, 1988). Desse modo, é importante entender a passeata, o movimento em torno dos direitos da criança e do adolescente, nesse cenário de rearticulação das mobilizações sociais e políticas.

A partir das fontes documentais pesquisadas, sejam os documentos orais e as impressos, a pesquisa pretende produzi uma narrativa histórica sobre o cotidiano das crianças e dos adolescentes, tendo como fio condutor a trajetória do Estatuto da Criança e do Adolescente.

2. OBJETIVOS

Geral

Historicizar as ações produzidas no campo da assistência ao público infanto-adolescente a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com foco na implantação dos conselhos tutelares (1990 – 2000).

Específicos

- Mapear as temáticas pautadas pelos conselhos dos direitos das crianças e dos adolescentes, órgãos governamentais e não governamentais e imprensa na década de 1990.

- Analisar o cenário de violações de direitos humanos de crianças e de adolescentes nos campos da proteção e da socioeducação em Recife, na década de 1990.
- Problematicar a participação das crianças e dos adolescentes nas produzidas no campo da assistência ao público infanto-adolescente a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

Na construção da escrita dessa História, esses relatos devem ser analisados à luz de uma reflexão crítica, que privilegie suas dimensões de tempo e de espaço. De acordo com Alessandro Portelli, “os relatos acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com o tempo” (PORTELLI, 2004). Dessa forma, é de fundamental importância que nossa análise não deixe de investigar o lugar social e políticos dos depoentes, uma vez que “os narradores examinam a imagem do seu passado enquanto caminham”, tornando-nos atentos às mudanças e às permanências, individuais e coletivas, construídas e/ou reconstruídas através do tempo.

Não podemos deixar de pensar a diferença entre os depoimentos orais e outras fontes documentais tradicionais. De acordo com o historiador Antonio Torres Montenegro, “o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja vista que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda dimensão do inconsciente” (MONTENEGRO, 2007). Documentar a memória dos meninos e meninas que passaram pela FEBEM-PE, dos ex- presidentes e funcionários daquela instituição, leva-nos a conhecer o que esses agentes sociais falam do seu passado a partir de suas experiências e dos espaços sociais e políticos de que hoje fazem parte.

Além dos relatos de memória, a pesquisa se voltará para análise de matérias de jornais publicadas no período que compreende os anos de 1990 ao ano 2000. Através dos editoriais, das colunas policiais e do cenário político, poderemos entender como a imprensa pernambucana registrou as ações do Estado e as reações das crianças e das entidades civis organizadas. Ao analisar a importância da imprensa periódica para a historiografia, Tânia Regina de Luca nos fala que estas fontes se tornaram indispensáveis para o historiador que procura entender a questão do urbano nas primeiras décadas do século XX, uma vez que nessa época a circulação de periódicos se processou de forma mais intensa, tornando-se um espaço onde transitavam as ideias, os sentimentos, os projetos e outras questões sociais (LUCA, 2006).

Etapas da Pesquisa

Pesquisa Documental: A pesquisa documental será realizada a partir do acervo do Arquivo Público Jordão Emereciano. O trabalho exigirá o apoio institucional dos conselhos tutelares e do Conselho Municipal de Direitos da criança e do Adolescente do Recife/CONDICA. A partir da análise buscaremos analisar as práticas pedagógicas, o material didático, as referências teóricas desenvolvidas pelos/as educadores/as.

Análise e Produção Textual: A partir do cruzamento entre a documentação institucional, buscaremos abordar como foram construídas as relações sócio-culturais. Nessa perspectiva, não podemos deixar de realizar um debate de gênero, haja vista que as unidades prisionais atendiam meninos e meninas separadamente. Através de uma perspectiva interdisciplinar, pretendemos discutir como as diferenças entre os meninos e meninas eram construídas no plano institucional e no convívio social entre as pessoas, entendendo a questão de gênero como uma categoria para análise histórica.

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

O Projeto pretende contribuir com a produção científica no campo da História das crianças e dos adolescentes com foco nos conselhos tutelares. No que se refere à contribuição social, o Projeto espera contribuir para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, mais notadamente com os estudos dos educadores sociais e os movimentos em defesa dos Direitos Humanos. Desse modo, o projeto procura contribuir com a historiografia nacional da infância e da educação, entendendo a História como um direito humano fundamental para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	ANO 2024											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe									x	x	x	x
Pesquisa Documental										x	x	x
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).									x	x	x	x
Leitura Acompanhada									x	x	x	x
Produção Textual									x	x	x	x
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	x

ATIVIDADES	ANO 2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x			x	x	x
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x	x	x	x	x
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produção Textual								x	x	x	x	x
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	x

ATIVIDADES	ANO 2026											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x			x	x	x
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x	x	x	x	x
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produção Textual								x	x	x	x	x
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	x

ATIVIDADES	ANO 2027											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x				
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x					
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x	x			
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x	x			
Produção Textual								x	x			
Elaboração do Relatório Parcial e Final												

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES POR MEMBRO DA EQUIPE EXECUTORA

Nome: Humberto da Silva Miranda

ATIVIDADES	Proposta 2024											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Coordenação das Atividades												
Reuniões da Equipe									x	x	x	X
Pesquisa Documental										x	x	X
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).									x	x	x	X
Leitura Acompanhada									x	x	x	X
Produção Textual									x	x	x	X
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	X

ATIVIDADES	Proposta 2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x			x	x	X
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Produção Textual								x	x	x	x	X
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	X

ATIVIDADES	Proposta 2026											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x			x	x	X
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Produção Textual								x	x	x	x	X
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	X

ATIVIDADES	Proposta 2027											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x				
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x					
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x				
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x				
Produção Textual								x				
Elaboração do Relatório Parcial e Final												

Nome: Davi Augusto Santos Domingos

ATIVIDADES	Proposta 2024											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Coordenação das Atividades												
Reuniões da Equipe									x	x	x	X
Pesquisa Documental										x	x	X
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).									x	x	x	X
Leitura Acompanhada									x	x	x	X
Produção Textual									x	x	x	X
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	X

ATIVIDADES	Proposta 2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x			x	x	X
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Produção Textual								x	x	x	x	X
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	X

ATIVIDADES	Proposta 2026											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x			x	x	X
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Produção Textual								x	x	x	x	X
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	X

ATIVIDADES	Proposta 2027											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x				
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x					
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x				
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x				
Produção Textual								x				
Elaboração do Relatório Parcial e Final												

Nome: Tayná Camilly Gomes da Silva

ATIVIDADES	Proposta 2024											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Coordenação das Atividades												
Reuniões da Equipe									x	x	x	X
Pesquisa Documental										x	x	X
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).									x	x	x	X
Leitura Acompanhada									x	x	x	X
Produção Textual									x	x	x	X
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	X

ATIVIDADES	Proposta 2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x			x	x	X
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Produção Textual								x	x	x	x	X
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	X

ATIVIDADES	Proposta 2026											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x			x	x	X
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Produção Textual								x	x	x	x	X
Elaboração do Relatório Parcial e Final										x	x	X

ATIVIDADES	Proposta 2027											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reuniões da Equipe	x	x	x	x	x	x	x	x				
Pesquisa Documental	x	x	x		x	x	x					
Participação em Eventos Acadêmicos (sujeito a programação da UFRPE, entidade científicas e instituições).				x	x	x	x	x				
Leitura Acompanhada				x	x	x	x	x				
Produção Textual								x				
Elaboração do Relatório Parcial e Final												

7. ORÇAMENTO (OPCIONAL)**Material de Consumo**

MATERIAL	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
TOTAL			

Serviços de Terceiros

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
TOTAL			

Custos Totais

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Material de consumo	
Serviços de terceiros	
TOTAL	

8. APOIO FINANCEIRO (FACEPE, CNPq, BNB, etc.), INDICANDO O VALOR TOTAL

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Luca, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: Pinsky, Carla. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

Portelli, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na *História Oral*. Fenelon, Déa; Maciel, L. Antunes; Almeida, P. Roberto de; Khoury, Yara Aun (Orgs.). *Muitas Memórias, outras Histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004. 296-313.

Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

26/06/2024

Ass:





Contestando acervos e tecendo contranarrativas sobre Mulheres Negras na educação pernambucana

Projeto de pesquisa da Profa. Dra. Janaína Guimarães da Fonseca e Silva, Professora Associada da Universidade de Pernambuco, Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata para cadastramento no Programa de Pós- graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

I-Contestando acervos e tecendo contranarrativas sobre Mulheres Negras na educação pernambucana

II - Resumo do projeto

Nossa pesquisa tem como objetivo analisar como se dá, em algumas escolas da Mata Norte Pernambucana, o ensino e produção de história por e sobre Mulheres Negras. Entendendo a forma eurocentrada de construção do conhecimento histórico que pauta nossos currículos, livros e noções do que ensinar, nossas indagações se voltam para: ensinar qual História? E para quem? A maioria dos alunos que frequentam essas escolas é composta por meninas negras, corpos negros que não se reconhecem nas figuras do livro didático, exceto na Imagem da escrava ama de casa, ou naquela explorada sexualmente pelo senhor. Nos interessa saber como as professoras negras se veem diante dessas presenças sempre negativas, ou do total silenciamento. E, ainda, como os demais docentes percebem e trabalham o papel das mulheres negras na história.

III - Palavras-chave

Mulheres Negras; Ensino de história; decolonialidade.

IV – Introdução

O ensino de História, enquanto palco de disputas tem sido regido por uma epistemologia eurocêntrica, que constrói narrativas de submissão e apagamentos acerca da história dos povos negros e originários do Brasil. Vários são os estudos que versam sobre a descolonização do saber, a necessária construção de novos currículos a partir de matrizes distintas, que deem visibilidade e rompam com os processos de inferiorização dessas populações (GOMES, 2012; MUNANGA, 2013; WALSH, 2009).

O processo de produção de saberes históricos eurocentrados tem sido longamente questionado, com mais força depois da reorganização do MNU (Movimento Negro Unificado), em 1978, e as diversas conquistas, como a lei 10.639/03, que torna obrigatório o estudo da história africana e afro-brasileira e a lei 11.645/08, que obriga a inclusão da história de negros e indígenas nos currículos escolares. Contudo, esse processo, chamado de descolonização do saber, encontra diversos impedimentos e exige uma reformulação nas leis e concepções acerca da educação brasileira, na produção de materiais didáticos e nas práticas docentes. Pois o que vemos, cada vez mais, é uma diminuição da carga horária da disciplina história na educação básica e uma generalização do enfrentamento as desigualdades, sem de fato, nomeá-las, ou traçar estratégias para combatê-las, como é possível verificar na leitura da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Historicamente os saberes negros foram subalternizados, como os próprios sujeitos negros e negras no Brasil, onde a racialização os constituiu enquanto bárbaros, incompetentes e desprovidos de inteligência, em contraposição aos brancos, inteligentes, competentes e civilizados. Perseguidos em suas práticas religiosas e culturais por quase todo século XX (MALDONADO-TORRES, 2016), ainda no século XXI observamos os efeitos dessa colonialidade no processo contínuo de inferiorização. Compreendendo as diferenças construídas na colonização e perpetuadas pela colonialidade – que, no Brasil, apontam para

condições, reivindicações e desejos diferentes entre as mulheres, sendo a branca universalizada e a negra marcada como outra, não-humana e duplamente excluída (LUGONES, 2008) –, nesse projeto teremos como foco o ensino de história em escolas do interior da Mata Norte pernambucana, focando nas mulheres negras, buscando entender como estas são abordadas em sala de aula pelas professoras/es e pelos livros didáticos adotados nessas escolas de ensino fundamental, selecionadas previamente.

Entendemos aqui as mulheres negras como múltiplas sujeitas, que resistem e pensam ações próprias, para além e muito antes do que foi proposto pelo feminismo branco de classe média. Contudo, o historicídio praticado pela monocultura colonizadora, branca, cristã e cartesiana, que rege a produção de um saber eurocentrado, excluiu das universidades e salas de aula todas as epistemologias existentes previamente em nosso território, as trazidas pelas pessoas escravizadas e, ainda, as construídas na junção das mesmas. A violência persistente, subjetiva e física, marca da colonialidade, está refletida nos números da violência no Brasil, apresentados no Atlas da Violência de 2020 (IPEA, 2020), onde observamos que o assassinato de mulheres negras aumentou 12,4%, e o de mulheres brancas diminuiu 9,6%, entre 2008 e 2018. Assim, é fundamental discutirmos como são abordadas, em sala de aula, as condições históricas da constituição dessas desigualdades, para que estudantes construam novos olhares sobre racialização e seu papel na constituição da sociedade brasileira.

Nessa direção, optamos por uma abordagem decolonial, defendendo que os caminhos para a produção do conhecimento são múltiplos e não necessariamente marcados pela episteme eurocêntrica. E que não devem ser apresentados como simples unidades isoladas de saberes inventariados em compartimentos, uma vez que esses conhecimentos se inter-relacionam, contrastam, complementam, ampliam e influem uns nos outros. Para tanto, optamos por duas abordagens: a primeira é a análise de livros didáticos e a segunda entrevistas com professoras e professores de ensino de história, para saber as dificuldades e possibilidades no estudo sobre mulheres negras nos anos finais do ensino fundamental de escolas do interior.

Nossa escolha pela Mata Norte se dá por ser local de origem de grande parte de nossos estudantes, em sua maioria negra, cuja cultura, imagem e passado são diariamente inferiorizados em sala de aula. É necessário que pensemos que essa colonialidade constrói autoestimas e influi diretamente nas subjetividades desses sujeitos, tanto das alunas e alunos, quanto das professoras e professores.

Ao realizarmos as entrevistas semi-estruturadas, pudemos observar os problemas decorrentes da tentativa de seleção e introdução dos conhecimentos em sala de aula. Faremos a análise de entrevistas, previamente realizadas, tendo como foco como o racismo permeou a vivência destas docentes negras, desde suas formações, enquanto alunas, até suas ações, enquanto docentes.

Proporcionar uma visão crítica as alunas e alunos é, antes de tudo ensinar-lhe que a história não é um elenco de conteúdo, mas sim uma construção feita mediante escolhas teóricas, que nos leva a selecionar os conteúdos que melhor estejam adequados a essas concepções. Devemos lembrar também que não podemos apresentar nossas escolhas como verdades universais, mas sim como decorrentes destas ou daquelas opções. Contudo, o acúmulo de trabalho, o pouco tempo destinado a disciplina e as exigências conteudistas dos documentos regulatórios tornam essa tarefa cada dia mais difícil para o docente. Neste sentido, várias das questões das entrevistas versarão sobre as condições de trabalho, elas mesmas frutos desta colonialidade do poder (QUIJANO, 2010).

Nas discussões críticas ao modelo hegemônico, o livro didático tem sido bastante debatido enquanto objeto de estudo, destacando-se nas pesquisas sobre História e Educação. Nos últimos anos, cerca de 40% da produção sobre Ensino de História é dedicada à análise do livro didático (FONSECA, 2011, p. 30). Nossa primeira intenção foi denunciar a ausência de assuntos críticos para a compreensão da História na maioria dos livros, mas logo nos deparamos com complexas questões que permeiam a construção de tais obras e optamos por abarcar uma crítica não só à ausência desses conteúdos, mas também à forma como essas obras são escritas e a visão hegemônica da história que perpassa a produção das mesmas, apesar do filtro que se propõe ser o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Destaca-se aqui a necessidade de delimitar melhor a relação entre a produção historiográfica e os conteúdos ministrados no ensino fundamental. Para tanto, é fundamental considerarmos o papel dos livros didáticos, com a implementação da BNCC e do PNLD. Refletindo sobre as preocupações atuais com o ensino de História discorre Maria Inês Stamatto:

Por outro lado, detectamos que quem trabalha nos canteiros da História vem percebendo a intrínseca relação da produção do conhecimento histórico com o seu ensino. Neste sentido as discussões, investigações, as experiências e propostas para o ensino de história multiplicaram-se na última década, a renovação deste campo está intensa, especialmente em relação aos aspectos teóricos e regulamentadores (STAMATTO, 2008, p. 146).

Portanto, na análise das obras aqui propostas, atentaremos para as relações de poder que perpassam a construção de suas narrativas e a forma como essas se apresentam. A História eurocentrada, informada apenas como um conjunto de dados, não permite que os alunos e alunas questionem outras possibilidades de conhecimento e outras versões do passado, levando dessa forma, a apreensão de uma História hegemônica, apresentada como única. Claro está que livro nenhum conseguiria abordar todas as concepções históricas ou uma história da totalidade, mas é necessário que expressem qualquer que seja a concepção escolhida, mostrando que ela é apenas uma possibilidade (BITTENCOURT, 2004, p. 116).

Além da seleção cultural do saberes, a educação escolar realizaria também um trabalho de “adaptação”, para que eles se tornassem transmissíveis e assimiláveis no espaço da escola e da sala de aula, processo denominado “transposição didática”, ou seja, o trabalho de reorganização e reestruturação do conhecimento, por meio de dispositivos mediadores, a fim de tornar assimiláveis, pelo público escolar, o conhecimento produzido em outras instâncias, tais como universidades e os centros de pesquisa científica (FONSECA, 2011, p. 17-18).

Devemos observar que, na maioria dos livros didáticos, ainda persiste uma concepção linear do tempo e a divisão da História em períodos eurocentrados (História Antiga, Moderna, Medieval), indicações presentes na BNCC, mas que concorrem para uma concepção hegemônica da História. Por mais que a BNCC discorra sobre a necessidade de a/o estudante conhecer a diversidade e pluralidade da cultura brasileira e indique que esse saber deve se portar contra qualquer tipo de discriminação, essas divisões da História em livros aprovados pelo PNLD acabam concorrendo para que os alunos não desenvolvam relações críticas com o que vem sendo ministrado.

As noções sobre a História ensinada se alteram à medida em que as demandas desses corpos e dos movimentos de luta se impõem. Nos últimos 25 anos, vivenciamos contestações sobre os currículos, com a

emergência de trabalhos que problematizam as relações entre currículo e poder e as escolhas feitas sobre o que seriam ou não conhecimentos válidos a serem ensinados. A antiga ideia de neutralidade dos currículos passou a ser contestada, deixando emergir os apagamentos e as violências de suas composições (Silva, 1999; Arroyo, 2011; Gomes, 2018) e apontando para uma exclusão na História que vai além da forma de nomeação tradicional no masculino. Partindo dessas reflexões, Maria Vera Cadau (2020, p. 681) trilha possibilidades:

Caminhar nesta direção exige reafirmar o aspecto processual e permanente, tanto da desnaturalização da colonialidade, como da construção de dinâmicas outras que promovam o diálogo intercultural, a partir do reconhecimento dos diversos grupos socioculturais como sujeitos e atores sociais e produtores de conhecimentos.

V- Objetivos

Analisar, sob um viés decolonial, portanto, antirracista, a presença e produção de saberes sobre e das mulheres negras em escolas da Mata Norte Pernambucana, construindo um acervo documental sobre as mesmas.

1. Objetivos específicos

- Aprofundamento teórico baseado em obras decoloniais e de ensino de história;
- Leitura e análise das duas coleções de História para os anos finais do ensino fundamental selecionadas, tendo como foco o ensino sobre mulheres negras;
- Análise de entrevistas previamente realizadas com professoras de História dos anos finais do ensino fundamental de escolas da Mata Norte pernambucana, tendo como foco o ensino sobre mulheres negras;
- Contestação sobre narrativas de braqueamento de mulheres negras na história da Mata Norte, a exemplo da escravizada Ana Rosa;
- Construção de artigos e apresentação em congressos.

VI - Método de pesquisa

Ao pensarmos o livro didático e os conteúdos nele presentes, devemos levar em consideração também as interferências editoriais, do Estado e dos profissionais da educação em sua composição. Ele não é obra apenas do autor, mas responde a uma série de parâmetros impostos pelo PNLD. Este mesmo livro é construído, também e principalmente, pelos profissionais da educação, cujas concepções teóricas e formação acadêmica embasam e direcionam toda a obra. Esses interesses são levados em consideração pelas editoras, que interferem na ordem, na forma e, por vezes, nos próprios conteúdos, a fim de ter suas obras bem avaliadas no Guia de Livros Didáticos. Para nossa análise, utilizaremos as coleções escolhidas no último PNLD, pelas duas escolas selecionadas, a Escola Dom Mota, em Nazaré da Mata e o Colégio Pio IX, em Carpina. A abordagem se dará por meio de uma análise do discurso crítica (REZENDE, 2006). Já as

entrevistas, analisadas pelo mesmo viés, foram realizadas a partir da técnica da História oral (FERREIRA; AMADO, 2006) com as professoras de história dos anos finais do ensino fundamental da Mata Norte.

A aproximação com as professoras se deu através de e-mail ou whatsapp, mediante encaminhamento do link do questionário eletrônico. Para tanto, utilizei o chamado Método Bola de Neve (Baldin; Munhoz, 2011), onde cada pessoa que recebia o questionário indicava outras que também lecionavam no mesmo nível de ensino na região e enviava o questionário. Estávamos em meio à pandemia de Covid-19, com poucas pessoas vacinadas e vivenciando um contexto de aulas remotas na Universidade, motivos que levaram à necessidade de adequações metodológicas; entretanto, os critérios de pesquisa remota estipulados pelo Comitê de Ética foram fielmente seguidos. A privacidade das/os narradoras/es foi preservada, assim como os nomes das escolas nas quais lecionam - quando eventualmente mencionados nas entrevistas -, preservando-as/os ao máximo de situações de constrangimento e garantindo a possibilidade de abandono da pesquisa no momento que assim o desejassem.

O questionário aplicado foi qualitativo e exploratório. Não o trataremos como mapeamento, mas como possível trilha para a compreensão da formação dessas docentes e para a indicação da possibilidade da História, ensinada institucionalmente por meio da Gerência Regional (GRE) Mata Norte, abarcar as mulheres negras. Logo, nos propomos, sobretudo, a analisar o olhar das docentes para a questão, partindo de suas condições específicas: tempo de formação, religião, cor/raça, gênero e uma série de perguntas abertas a partir das quais puderam discorrer sobre sua formação e sobre o ensino acerca de mulheres negras na História.

VII - Contribuições científicas e técnicas esperadas

A atual pesquisa faz parte de um projeto guarda-chuva, e é construída em diálogo com a rede de pesquisadoras do GT de gênero da ANPUH Brasil e dos grupos de pesquisa GEHSCAL – Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina e ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões. Seus resultados podem contribuir para a reconstrução e publicização de narrativas históricas sobre mulheres negras no ensino pernambucano, influenciando novas pesquisas e as discussões sobre currículo.

A análise do ensino de história sobre as mulheres negras em escolas públicas na Mata Norte tem um papel fundamental, na medida em que contesta e reflete sobre as relações estabelecidas entre indivíduos e grupos locais e pode contribuir para a noção de pertencimento ao Estado de Pernambuco. A compreensão das potencialidades locais e do papel das mulheres na manutenção do patrimônio cultural da região, o Maracatu de Baque Solto, do qual já participam há mais de dez anos. Enfatizando, também, para o Estado, a possibilidade de um potencial turismo histórico nas cidades pesquisadas.

VIII-	Cronograma Responsável: Janaina Guimarães
1- 2025	Leitura e análise de obras decoloniais e de ensino de história;
2- 2026	Leitura e análise das duas coleções selecionadas;
3- 2027	Análise das entrevistas com as/os professoras/es;
4- 2028	Contestação sobre narrativas de braqueamento de mulheres negras;
5- 2028	Escrita dos resultados em artigos científicos e apresentação em congressos.

XIX-Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANZALDÚA, Gloria E. La conciencia de La Mestiza: rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, set./dez. 2005.
- BITTENCOURT, Circe. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- CANDAU, Vera Maria. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: Temas Insurgentes. *Revista Espaço do Currículo* [online], João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez. 2003.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Ediciones Akal S. A., 2006.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. Estacas em paisagens móveis: um ensaio a partir da narrativa de três professores de Matemática. In: TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro et. al. (Org.). *Viver e contar: experiências e práticas de professores de matemática*. São Paulo: Livraria da Física, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência 2020*. Brasília: IPEA, 2020.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, MARÍA. Colonialidade e gênero. *Tabula rasa* [online], n.9, p. 73-102, dez. 2008.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.
- MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. Políticas Curriculares e Descolonização dos Currículos: A Lei 10.639/03 e os Desafios para a Formação de Professores. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v.2, n.1, p. 27-33, jan./jul.2013.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- RESENDE, Viviane de Melo. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia e ensino de História através dos livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida Dias; CAINELLI, Marlene Rosas; OLIVEIRA, Almir Felix Batista. *Ensino de História: Múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDFURN, 2008.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, crítica e pedagogia decolonial: insurgir, reexistir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

I - IDENTIFICAÇÃO – PARTE ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

PROJETO: *As virtudes do jurista na América Portuguesa*. Fontes de pesquisa da cultura judicial em Pernambuco e capitanias do norte, séc. XVI-XIX

2 – VIGÊNCIA: (o prazo máximo apresentado inicialmente para a execução do projeto é 48 meses)

Início Previsto (mês/ano): 07/2024

Término Previsto (mês/ano): 12/2026

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a)	Nome da Área: História
	Número do Código: 7.05.00.00-2
b)	Nome da Sub-Área: HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA
	Número do Código: 7.05.05.01-2
c)	Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): HISTÓRIA REGIONAL DO BRASIL
	Número do Código: 7.05.05.04.7

Atenção: algumas áreas não apresentam na tabela o nome/código do 4º nível de conhecimento, mesmo assim, discrimine-os, pois esta informação é imprescindível para o Banco de Dados da Pesquisa da PRPPG.

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

Estado, Sociedade e Cultura

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1.	VIRTUDES MORAIS	4.	JURISTAS
2.	MISERICORDIA	5.	AMERICA PORTUGUESA
3.	JUSTIÇA	6.	

6 – GRUPO DE PESQUISA: (informar link do grupo de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ)

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2119848020686177

7 – PARTICIPANTES

Nome: JEANNIE DA SILVA MENEZES

CPF: 89131614434

Departamento: DEHIST

Data de Nascimento: 13/10/1972

Grupo de Pesquisa: CEPPRO

E-mail: jeanniemenezes@gmail.com

Bolsista do CNPq () sim (X) não Nível:

Titulação: Doutora

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome: Jéssica Maria Silva de Menezes

CPF: 08163344474

Departamento: História

Data de Nascimento: 20/06/1991

Grupo de Pesquisa: CEPPRO

E-mail: jessicamsmenezes@gmail.com

Bolsista do CNPq () sim (x) não Nível: Doutorado

Titulação: Doutoranda

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome: Janicleide Nunes Pereira

CPF: 427.893.384-34

Departamento: História

Data de Nascimento: 20/06/1991

Grupo de Pesquisa: CEPPRO

E-mail: janecnunes@gmail.com

Bolsista do CNPq (X) sim () não Nível: Doutorado

Titulação: Doutoranda

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome: Juliane Tavares Monteiro

CPF: 097.312.504-76

Departamento: História

Data de Nascimento: 09/ 06/ 1995

Grupo de Pesquisa: CEPPRO

E-mail: Julianetavaresmp@gmail.com

Bolsista do CNPq () sim (X) não Nível:

Titulação: Doutoranda

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome: Guilherme Rafael Ferreira da Silva

CPF: 103.059.094-01

Departamento: História

Data de Nascimento: 26/03/1994

Grupo de Pesquisa: CEPPRO

E-mail: raiany.silva654@gmail.com

Bolsista do CNPq () sim (x) não

Titulação: mestrando

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome: Nome: Gidiana Andrade Barbosa de Lima

CPF: 103.459.954-22

Departamento: História

Data de Nascimento: 26/03/1994

Grupo de Pesquisa: CEPPRO

Email: gidiana.andrade@gmail.com

Bolsista do CNPq () sim (x) não

Titulação: mestranda

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome: Rodrigo Neves do Rêgo

CPF: CPF:078.696.414-64

Departamento: História

Data de Nascimento: 25/04/1996

Grupo de Pesquisa: CEPPRO

E-mail: rodrigonrpe@gmail.com

Bolsista do CNPq () sim (X) não Nível:

Titulação: mestrando

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome: Juliana Ribeiro Sobral

CPF: 709544684-90

Departamento: História

Data de Nascimento: 17/04/2000

Grupo de Pesquisa: CEPPRO

E-mail: rodrigonrpe@gmail.com

Bolsista do CNPq (x) sim () não Nível: PIBIC

Titulação: Graduanda

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome: Klécia Fernanda Cordeiro Bezerra

CPF: 712.287.494-00

Departamento: História

Data de Nascimento: 15/05/2001

Grupo de Pesquisa: CEPPRO

E-mail: rodrigonrpe@gmail.com

Bolsista do CNPq () sim (x) não Nível: PIC

Titulação: Graduando

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

II – DETALHAMENTO – PARTE CIENTÍFICA

RESUMO

Este projeto propõe uma perspectiva incomum para uma investigação no âmbito da História da Justiça: o estudo de fontes sobre as virtudes morais na interpretação dos julgadores e na percepção de pessoas comuns, iletradas de modo geral, em sua elaboração do que entendiam como justo nos espaços da América Portuguesa da Primeira Modernidade. As fontes de pesquisa a serem levantadas e sistematizadas serão os manuais, os tratados e a literatura que lastreava a cultura judicial, além dos processos judiciais e administrativos comumente manuseados nesta área de estudos. O propósito primeiro é extrair e organizar nos registros textuais acerca de virtudes morais escritos por tratadistas nos mundos ibéricos que incidiam em temas da justiça. Do mesmo modo, as menções aos tratadistas na documentação judicial/administrativa produzida para Pernambuco e sua vizinhança colonial nas chamadas capitanias do Norte serão também investigados. Na sequência, buscamos nos registros já

selecionados, inicialmente as linhas argumentativas sobre as categorias da misericórdia e da “salvação das almas” como referenciais para “fazer justiça” para os envolvidos nas lides judiciais. Enfim, para justificar nossa perspectiva adotamos como chave de interpretação o que foi produzido no conjunto de escritos da teologia moral e o sistema de pensamento probabilista para uma compreensão sobre uma justiça imersa no plano das virtudes morais e que em lugar da punição elegia a misericórdia, e em lugar do fiel cumprimento da lei creditava na garantia da salvação das almas o seu horizonte de realização.

1. INTRODUÇÃO

Em uma obra do jurista italiano Paolo Grossi (2014), o autor elege como ponto de partida da crise contemporânea o questionamento sobre o papel do Estado enquanto agente primordial do império da lei numa discussão sobre justiça. Segundo ele, tal crise nos remete para a ordem jurídica de tempos passados, em especial o medievo, que testemunhou a coexistência de um direito e de uma justiça sem a presença de um Estado. Ao privilegiarmos as virtudes morais na realização do justo, a sugestão deste debate recai na nossa acolhida por um caminho explicativo não usual para um estudo da justiça nas Américas da Primeira Modernidade. Portanto, neste projeto está em relevo a expressão de uma cultura judicial moderna que retroagia sob muitos aspectos à antiguidade e ao medievo e que se acomodou aos temas e à vida prática dos espaços americanos.

Se, por um lado, a ordem jurídica ibero-americana reproduziu o direito europeu, por outro, podemos dizer que a experiência jurídica das localidades na América era sobretudo prática e, como tal, adaptou modelos e criou alguns outros. Assim, privilegiamos neste projeto em primeiro os registros da experiência vocabular do judicial na documentação produzida pela comunidade local de Pernambuco e de sua vizinhança colonial. Para tal, buscamos levantar e sistematizar as fontes que discutem as categorias das *Virtudes*, em especial, os textos que abordam a misericórdia e a salvação das almas nos registros, e nos servimos das chaves interpretativas para o judicial baseadas no casuísmo das decisões judiciais, nos textos de teologia moral que eram traduzidos oralmente nos meios sociais e no probabilismo que se ajustava às incertezas evidenciadas nesta cultura jurídica que se sobrepunha ao inventário tradicional das ordenações e do rol de regramentos estabelecidos para eles.

Como constatamos em levantamentos e análises bibliográficas de pesquisas já desenvolvidas sobre os agentes, a espacialidade e a circulação de saberes acerca da justiça entre os séculos XVI e XVIII, os estudos historiográficos brasileiros têm privilegiado o conhecimento da administração judicial e das trajetórias de agentes, sobretudo de magistrados, de modo geral. Em contrapartida, hoje faz mais sentido em nossos estudos, investigar uma história da justiça orientada por uma cosmovisão que contemplava muitos elementos do medievo, embora imersa numa Primeira Modernidade o que levou a uma reorientação de nossas pesquisas no sentido de analisar o que correspondia a um julgamento justo.

A perspectiva da filosofia do direito em pesquisas da área da história do direito, tem produzido alertas para os historiadores que se debruçam sobre a justiça, no sentido de investigarmos mais a amplitude da cultura judicial desta primeira modernidade. Tal alerta nos remete para observar a

primeira modernidade menos sob as lentes das monarquias europeias reproduzindo princípios teóricos do direito e mobilizando agentes e nos vinculando bem mais ao aporte prático de uma justiça de juízes iletrados, muitas vezes, e de subalternos sem formação jurídica comprometida com a sua realização para as pessoas que a ela recorriam. Neste sentido, diferente da nossa realidade no presente, era uma justiça sem um compromisso efetivo com a eficácia sob os ditames do fiel cumprimento das leis.

Buscamos neste projeto relevar a importância de contextualizar e interpretar o vocabulário judicial à luz de uma experiência moderna que privilegiava as virtudes morais na qual estavam inseridos os juristas e as populações coloniais, inclusive aqueles não incluídos nas categorias sociais de brancos e livres, produzindo uma semântica histórica dela resultante. Nos propomos a analisar configurações específicas de uma oferta normativa oriunda das Coroas, da Igreja Católica e do trato dos agentes locais, mas também oriunda de uma interpretação que acolhia ideias probabilistas, que privilegiavam uma opinião fundamentada apenas como sendo passível de uma decisão justa. Atores que agiram em colegiados (tribunais, conselhos, universidades e instâncias normativas locais) e individualizados em cargos de nomeação régia ou local, ou ainda fora deles, atuaram nestes processos, nos quais as ideias que os teólogos desenvolveram para questões práticas do cotidiano, o que chamamos de teologia moral, celebradas nas produções dos juristas, nos registros processuais e nos exercícios da administração de juízes iletrados e letrados, além de subalternos sem formação jurídica.

Assim, além do *Consejo de Indias* e do Conselho Ultramarino, entre outros conselhos régios na sua comunicação com as américas, além de guardarem uma documentação oriunda de autoridades, também registraram elementos da cultura judicial naquela temporalidade. Além dos Conselhos, tivemos a produção local de registros (processos, tratados escritos no mundo hispânico e fora dele, manuais que orientavam procedimentos, literaturas que registraram sensibilidades, cartas de/para autoridades) oriundos de diversas instituições nem sempre judiciais, porém movidas ou orientadas por letrados em sua atuação junto às populações americanas.

2. OBJETIVOS

Geral: Este projeto tem como principal objetivo selecionar, organizar e analisar dois conjuntos de fontes de pesquisa sobre as virtudes morais na América Ibérica. Um deles, formados pelos tratados morais, em especial os textos que abordaram a misericórdia e a salvação das almas, na discussão sobre a justiça, de modo geral. O segundo, os processos judiciais produzidos nos quadros da justiça em Pernambuco e em localidades vizinhas que abrangiam as chamadas Capitânicas do Norte.

Os produtos do projeto pretendem fornecer mais um meio de acesso a uma cultura judicial a partir das terminologias empregadas no trato entre os sujeitos e instituições imersas em uma cosmovisão jurídica que se projetou no transcurso da modernidade entre os séculos XVI al XIX.

Específicos:

Levantar os textos que faziam, parte da cultura judicial afim de elaborar uma cartografia de teólogos, juristas e moralistas, além daqueles que não eram formados ou auxiliaram no encaminhamento dos chamados “casos americanos”;

Sistematizar os textos (manuais, tratados, literatura e processos judiciais) que se destacaram no tratamento da virtude da misericórdia e à salvação das almas como atributos de justiça;

Selecionar as categorias da misericórdia e a ideia de salvação das almas nas fontes sistematizadas.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

A perspectiva adotada neste projeto sobre Justiça na Primeira Modernidade se situa no campo dos estudos culturais do judicial. Deste modo, nossas fontes de pesquisa serão os escritos de manuais, de tratados oriundos da teologia moral e as ideias de autores em torno do sistema de pensamento probabilista. No rol das leituras que nos propomos a fazer, sobretudo, as produções de historiadores do direito e de outros campos disciplinares serão privilegiadas. Nossa compreensão se dirige para uma justiça imersa no plano das virtudes, portanto, é essencial conhecer das obras e dos autores que alicerçavam os seus fundamentos.

Em uma primeira etapa, o trabalho de pesquisa se deterá na realização de um levantamento bibliográfico e na elaboração de fichas de leitura, as quais serão utilizadas para o registro de informações oriundas das leituras bibliográficas. Para o levantamento, nossa busca se concentrará nos acervos que contêm pesquisas ou acervos bibliográficos dedicados a História do direito. Exemplificamos os sites da nossa busca com os seguintes links disponibilizados ao público:

1. Biblioteca Digital Hispânica

<http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

2. A Biblioteca Complutense

<https://ucm.on.worldcat.org/discovery>

3. A Biblioteca da Universidade de Coimbra

https://www.uc.pt/bguc/selecionar_pesquisa

4. A Biblioteca Europeia

<https://www.europeana.eu/pt>

5. The School of Salamanca

<https://www.salamanca.school/en/works.html>

6. Biblioteca ibero-americana

<http://www.iberoamericadigital.net/es/colecciones-destacadas/>

7. No Brasil destacamos, o site do CEPPRO – Centro de Estudos do Probabilismo e Retórica

<https://ceppro.com.br/bibliografia>

Concomitantemente com as leituras bibliográficas, levantaremos as fontes textuais a serem investigadas, pois as obras dos autores coevos do século XVI, XVII e XVIII se acham sob a guarda de bibliotecas europeias em sua maioria.

Destacamos entre os espaços que congregam pesquisas e bibliografia no sentido das nossas investigações temos o Instituto Max Planck, [Home | Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory \(mpg.de\)](http://www.mpg.de). Nele, há em curso um projeto internacional que contém diversas referências no sentido da investigação que pretendemos desenvolver, tal e qual o projeto do DICCIONARIO

HISTÓRICO DE DERECHO CANÓNICO EN HISPANOAMÉRICA Y FILIPINAS SIGLOS XVI-XVIII (DCH), na página <https://dch.hypotheses.org>.

Previmos a duração de 03 meses para o levantamento, após os quais iniciaremos **a segunda etapa** que consta da seleção das leituras e das fontes de pesquisa previstas para o projeto mediante o preenchimento de fichas com informações sobre as fontes levantadas.

No Brasil destacamos o CEPPRO como o local de guarda de fontes hispânicas para a história da Justiça. Para as localidades da América Hispânica previmos a pesquisa nos processos criminais do *Archivo de la Real Audiencia y Cámara de Apelación de Buenos Aires*, processos do vice-reino do Peru e processos pontuais de localidades da América Portuguesa.

Ao analisarmos os fundos documentais que guardam fontes de pesquisa sobre a história da justiça na primeira modernidade para a América Portuguesa, temos muitas referências em bases que contêm coleções legislativas e documentação administrativa. Algumas delas, podemos referir:

1. A base [lus Lusitaniae](#), a qual reúne várias colecções de legislação impressa, contemplando desde as *Ordenações*, *Leis Extravagantes*, e seus *Repertórios*, até *Índices* e *Colecções* de legislação posterior à publicação das Ordenações Filipinas, disponibiliza mais de 30 000 páginas digitalizadas, que correspondem a cerca de 17 000 normas.

2. As colecções *Boletim do Conselho Ultramarino* e *Legislação Novíssima do Ultramar* constituem as mais importantes colecções impressas de normas que se referem, especificamente, aos territórios imperiais e suas populações, cobrindo o período entre 1446 e 1910, compreendendo 40 volumes e cerca de 35.000 páginas, as quais reúnem por volta de 12 000 normas.

Após os meses iniciais, pretendemos elaborar artigos acadêmicos a fim de sistematizar o material levantado e pesquisado. Desta forma pretendemos proceder nos meses finais de cada ano dedicado ao projeto.

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Tendo em vista que o universo jurídico é base estruturante das sociedades modernas, nossa investigação perpassa diversos segmentos sejam eles o civil, o eclesiástico, o econômico, o cultural e o político e, portanto, ela fornece um leque de instrumentais para o estudo de todos eles ampliando as possibilidades de pesquisas em diversos setores. Buscamos, com o cumprimento das etapas desse projeto, enriquecer a abordagem historiográfica acerca das engrenagens iniciais da montagem do judicial em Pernambuco o que por si só já implica em uma contribuição ao desenvolvimento local.

Sabemos que o conhecimento sobre as práticas judiciais ainda é pouco percebido em estudos específicos que vem ganhando espaço na historiografia da História da Justiça e do Direito no Brasil. De forma dispersa, há trabalhos sobre as atuações individuais e de grupos de juízes, auxiliares e procuradores que desempenharam suas tarefas no âmbito da justiça local de Pernambuco. Trazer ao conhecimento historiográfico um aprofundamento desta perspectiva nos conecta aos estudos recentes de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e promove a interlocução com os grupos de pesquisa de outras partes do país, abrindo o leque de pesquisas no nosso departamento e ampliando os horizontes dos nossos graduandos e pós-graduandos.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES POR MEMBRO DA EQUIPE EXECUTORA

Equipe: Jeannie Menezes, Max Weydson, Janicleide Nunes, Jéssica Menezes, Juliane Tavares, Thayane Belarmino, Jaqueline Oliveira, Rodrigo Neves e Juliana Ribeiro ATIVIDADES	ANO 2024											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Sistematização das fontes e seleção das categorias da misericórdia e da salvação das almas nos textos levantados processos judiciais e nos escritos dos juristas;							X	X	X	X	X	X
Leituras sobre a História do Direito e a produção letrada de juristas no Novo Mundo;							X	X	X	X	X	X
Elaboração de fichas de leitura							X	X	X	X	X	X
Relatório Parcial e elaboração de artigo							X	X				
Equipe: Jeannie Menezes, Janicleide Nunes, Jéssica Menezes, e Juliana Ribeiro ATIVIDADES	ANO 2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
sistematização das fontes e seleção das categorias da misericórdia e da salvação das almas nos textos levantados processos judiciais e nos escritos dos juristas;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração de fichas de leitura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatório Parcial e elaboração de artigo					X	X	X	X				

Equipe: Jeannie Menezes, Janicleide Nunes, Jéssica Menezes, e Juliana Ribeiro ATIVIDADES	ANO 2026											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
sistematização das fontes e seleção das categorias da misericórdia e da salvação das almas nos textos levantados processos judiciais e nos escritos dos juristas;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração de fichas de leitura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatório Final											x	x

7. ORÇAMENTO (OPCIONAL)

Material permanente: 01 computador; Impressora multifuncional (xerox e scanner)

Material de expediente : 10 resmas de papel ofício; 100 pastas; 50 canetas; 10 cartuchos para impressora;

Gastos com material bibliográfico: Revistas nacionais, Revistas internacionais e Livros R\$ 3.000,00

8. APOIO FINANCEIRO (FACEPE, CNPq, BNB, etc.), INDICANDO O VALOR TOTAL

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZOÁTEGUI, Victor Tau. **El Jurista en el Nuevo Mundo, Pensamiento. Doctrina. Mentalidad.** Frankfurt am Main, Global Perspectives on Legal History, 7, Max Planck Institute for European Legal History, 2016, 267 págs

_____. **Casuismo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho.** Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992.
 CABRAL, Gustavo César Machado. Antonil jurista? Uma contribuição à história da literatura jurídica no Brasil Colonial no século XVIII. **Fronteiras & Debates**, v. 4, n 1, jan/jun, 2017

CAMARINHAS, N., **Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII.** Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2010.

GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. Introdução e cap. 1. Tradução de Denise Rossato Agostinetti e revisão técnica de Ricardo Marcelo Fonseca. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. P.05-44.

HESPANHA, Antônio Manuel. O modelo do jurista perfeito. **Tempo**. Niterói., online, vol 24, n. 1, p 59-88, 2017

HESPANHA. A senda amorosa do Direito. Amor e Iustitia no discurso jurídico moderno. Tradução de Douglas da Veiga Nascimento. In: PETIT, Carlos (org). **Paixões do jurista: Amor, melancolia, imaginação**. Curitiba: Juruá, 2011, p. 25-80.

HESPANHA. **As vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – séc. XVII**. Lisboa: Almedina, 1994.

MENEZES, Jeannie da Silva. “Para melhor administração da justiça e governo” – jurisdição, justiça e circulação de ofícios entre Pernambuco e as capitanias do Norte In.: BORGES, Eduardo José dos Santos; FLEXOR, Maria Madalena Ochi; SEVERS, Suzana Maria de Souza Santos. (Orgs.). **Poderes, Identidades e sociedade na América Portuguesa (séculos XVI - XVIII)**. São Paulo: Alameda, 2017, p. 283-300.

MENEZES, Jeannie (org.). **A práxis judicial em tempos coloniais: construções teóricas e práticas de poder e autoridade nas dinâmicas da justiça nos mundos americanos (sécs XVI-XIX)**. 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2019.

PRODI, Paolo. **Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

RUIZ, Rafael. **O Sal da Consciência**: Probabilismo e Justiça no Mundo Ibérico. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio (Ramon Llull), 2015. 161p.

TUTINO, Stefania. **A Fake Saint and the True Church: The Story of a Forgery in Seventeenth-Century Naples**. New York: Oxford University Press, 2021. Pp. 195.

TUTINO, Stefania. **Uncertainty in Post-Reformation Catholicism: A History of Probabilism**. New York: Oxford University Press, 2018. Pp. xvii, 563.

TUTINO, Stefania. **Shadows of Doubt: Language and Truth in Post-Reformation Catholic Culture**. Oxford: Oxford University Press. 2014

TUTINO, Stefania, **Law and Conscience: Catholicism in Early Modern England, 1570–1625**. Burlington, VT: Ashgate, 2007.

VIOLANTE, Mariangela C. R. **A Formação da consciência dos juízes: um estudo a partir das obras de Domingo de Soto, Francisco Bermúdez de Pedraza e Juan Machado de Chaves (séculos XVI e XVII)**. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História, Guarulhos, 2016.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

08/07/2024

Ass:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Jameson", with a long horizontal flourish extending to the right.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

EDITAL DE RECRENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PGH)
DA UFRPE – 2025

PROJETO DE PESQUISA (2025-2028)

**RESISTÊNCIAS MULTIESPÉCIE NO CAPITALOCENO: AMBIENTES E LUTA DE
CLASSES NO MUNDO AÇUCAREIRO (PERNAMBUCO, SÉCULO XX)**

Proponente: Prof. José Marcelo Marques Ferreira Filho (UFPE)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0630153086889887>

Contato: jose.mferreirafo@ufpe.br /81999752218

Resumo

História são interações ecológicas (harmônicas e/ou desarmônicas) intra e interespecíficas, projetadas no espaço-tempo, percebidas, significadas e narradas por humanos. A partir de referenciais teóricos da História e da Ecologia, o projeto procura investigar os mecanismos e estratégias de exploração multiespécie (sobre a classe trabalhadora e sobre a natureza) engendrados pelo sistema capitalista e as principais formas de combatê-los por parte dos agentes humanos e não humanos. O foco de análise é o mundo açucareiro no século XX, palco de profundas transformações desde a chegada dos europeus em 1500. Um dos propósitos da pesquisa é valorizar a perspectiva dos subalternos (humanos e não humanos) e combater certa visão antropocêntrica que ainda persiste no olhar historiográfico.

Introdução

Pernambuco se inseriu na modernidade capitalista desde quando ainda nem era nascido. Durante o período colonial, foi palco de um paradigma exterminacionista (Munduruku, 2012) que visava “limpar” dos trópicos todo elemento (humano e não humano) que significasse entrave ao comércio metropolitano. Do processo de colonização emergiu um ambiente completamente novo, marcado pelo “imperialismo ecológico” (Crosby, 1993) e pela resistência dos trabalhadores no seio da sociedade escravista (Reis, 1986). Uma nova e perversa lógica produtiva foi imposta em um mundo antes marcado por uma visão que conectava humanos e natureza em um mesmo universo cósmico. Antes da chegada dos europeus, não só não havia uma sociedade de classes, como o ambiente local era fruto da comunhão de diversas espécies vegetais e animais, incluindo humanos.

Capitaloceno (Moore, 2022) é um conceito que se refere aos impactos do modo de produção capitalista sobre o mundo. Ao longo dos séculos, plantas e animais (humanos e



não humanos) foram submetidos a um destrutivo modelo produtivo que transformou ecossistemas profundamente complexos e estáveis em ambientes simplificados e instáveis. O intenso desmatamento e o extermínio de comunidades indígenas inteiras, responsáveis por manter certo equilíbrio ecológico por milênios, transformou radicalmente a natureza e o ambiente local.

Em texto recentemente publicado, propus uma definição de história que considero original: “história: interações ecológicas intra e interespecíficas, projetadas no espaço-tempo, percebidas, significadas e narradas por humanos” (Ferreira Filho, 2024a). O objetivo central deste projeto é aprofundar esse entendimento e compreender as múltiplas formas de resistências (humanas e não humanas) que emergem dessa nova configuração ambiental, muito menos estável, durável e inteligente. Para tanto, concentrarei as análises sobre um ambiente rural moldado por cinco séculos pela monocultura da cana-de-açúcar. O mundo açucareiro, defendo, deve ser compreendido em toda a sua complexidade, o que inclui uma análise que leve em conta o protagonismo não apenas de humanos, mas também de animais e microrganismos.

De um lado, esse projeto é a tentativa de pôr à prova a hipótese de que micróbios (fungos, bactérias, vírus) e insetos foram protagonistas, mesmo que inconscientes, de uma parte importante da história do açúcar no Nordeste do Brasil. Defendo a ideia de que boa parte das ações humanas na composição do que denomino arquitetura espacial da *plantation* foram meras respostas, (re)ações às agências protagonizadas por esses indivíduos não humanos que a maior parte da historiografia ainda desconhece. Argumento que a história do açúcar teria sido muito diferente se a elite açucareira (associada ao Estado e a diversos cientistas, sobretudo fitopatologistas, agrônomos e entomologistas) tivesse conseguido vencer, sem inconvenientes, as constantes guerras travadas contra esses indivíduos indesejáveis, verdadeiros inimigos da lógica produtiva da monocultura açucareira que procurava submeter e controlar todos (homens, vegetais, rios, solos, insetos, fungos, bactérias, vírus etc.) ao seu modelo organizacional. Da mesma forma que o Mediterrâneo (e não Felipe II) foi alçado a elemento central na obra de Fernand Braudel, esse projeto investiga, por um lado, o papel dos micróbios agrícolas e insetos fitófagos (responsáveis por diversas doenças e pragas da cana-de-açúcar) na história da *plantation*.

Para ser o mais explícito possível eu diria que a leitura da história que eu estou propondo é aquela que defende que a arquitetura espacial da *plantation* açucareira não era apenas a materialização das relações entre a classe capitalista economicamente dominante dos *senhores* e os trabalhadores expropriados, mas também era fruto das interações entre esses dois grupos e diversas outras espécies de indivíduos não humanos (fungos, bactérias, vírus, insetos) com os quais não podiam escapar das relações. A *plantation* era o resultado de diversas interações ecológicas (harmônicas e desarmônicas, das quais humanos e não humanos faziam parte) intra e interespecíficas projetadas no e por meio do espaço. Ela era o produto de uma combinação, nem sempre equilibrada e facilmente percebida, de fatores culturais e ecológicos ao longo do seu próprio fazer-se.

Por outro lado, em um país que parece ter esquecido, de forma organizada e programada, seu secular passado escravista e desigual (onde diversos grupos ainda insistem em defender o mito da democracia racial, por exemplo), preservar e divulgar a memória das lutas de grupos excluídos, destituídos e oprimidos (humanos e não humanos) deveria ser um imperativo não apenas para os professores, sobre quem se costuma impor pesado fardo e responsabilidade pela educação de um país inteiro, mas também para os governos, instituições e órgãos de fomento ao ensino, pesquisa e extensão. A memória é um campo de



disputa. Como Pierre Nora (1993) problematiza, a memória é um fenômeno social vivo, carregado, construído e reconstruído, a partir de questões do presente, por diversos grupos que querem arquitetar o passado. No Brasil, apenas recentemente os movimentos sociais se tornaram objeto de investigações sistemáticas por parte dos historiadores. Criminalizados como atividades subversivas ou até terroristas, durante o regime militar, os movimentos sociais precisaram resistir para existir.

Desde a revolução historiográfica promovida pela *Escola dos Annales*, a história deixou de ser uma disciplina preocupada exclusivamente com os chamados grandes eventos, grandes acontecimentos protagonizados por grandes homens (reis, imperadores, príncipes etc). Desde então, as narrativas lineares, francamente descritivas, que privilegiavam o campo político e buscavam as causas dos ditos “fatos históricos” cederam lugar ao que se pode chamar histórias-problema, construídas em torno de hipóteses e aproximações, privilegiando, através de análises profundas, diversas temáticas e perspectivas, mas, sobretudo, incluindo os chamados “de baixo”, os pobres, anônimos. É precisamente nessa nova perspectiva (a dos excluídos, despossuídos, oprimidos) que se situa a segunda parte do projeto que também entende ser a história uma incessante luta de classes, além de luta de espécies (ecológica). Karl Marx (2010), nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, já afirmava que “o trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível* (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz”.

Objetivo Geral

A partir de uma perspectiva teórica que integra humanos e não humanos em um todo complexo, o objetivo geral deste projeto é compreender como múltiplas formas de resistência empreendidas pelos subalternos (micróbios, animais e humanos) formam ambientes.

Objetivos específicos

1. Analisar como espécies de insetos, fungos, bactérias e vírus interagem no mundo açucareiro criando ambientes de resistência ao modelo predatório capitalista.
2. Analisar como comunidades rurais interagem no mundo açucareiro criando ambientes de resistência ao modelo explorador capitalista.
3. Investigar as principais formas de resistência (individuais e/ou coletivas) dos grupos subalternos (humanos e não humanos) no mundo rural.

Método de pesquisa

1. Revisão bibliográfica das áreas centrais da proposta: História Ambiental, História Multiespécie, História Pós-humanista, Ecologia, etc.
2. Levantamento dos dados na documentação da Ação Católica Rural (Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE); Revista *Brasil açucareiro*; Jornal *Diário de Pernambuco*; Publicações do Museu do Açúcar; Relatórios do GEA (Grupo de Estudo do Açúcar)



3. Análise das múltiplas formas de resistência dos subalternos (humanos e não humanos) ao modelo capitalista de exploração
4. Análise dos discursos da classe latifundiária elencando os principais prejuízos econômicos e políticos à agroindústria açucareira causados pelas múltiplas formas de resistências ao modelo capitalista de exploração
5. Levantamento das principais respostas/(re)ações da classe latifundiária e do Estado às múltiplas formas de resistências humanas e não humanas
6. Elaborar mapas, gráficos e tabelas com informações acerca da múltiplas formas de resistências ao modelo capitalista de exploração
7. Escrita de artigos
8. Comunicação dos resultados de pesquisa em eventos como congressos e encontros.

Contribuições científicas e técnicas esperadas

Não foi por outro motivo senão pela congregação de fatores espaciais, ambientais e sociais que o Brasil se tornou um dos maiores produtores mundiais de açúcar e álcool combustível. O que faz desta sentença uma verdade não são apenas os motivos óbvios que ela enseja, mas aqueles que permitem alargar os limites da chamada história tradicional, aquela que, há muito, abandonou as premissas segundo as quais “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial”, como já afirmou o geógrafo Milton Santos (2012).

Essas observações apontam para um ângulo de problematização ainda pouco frequentado pela historiografia, uma vez que evidenciando todas essas dimensões (espacial, social e ambiental) como partes de um único sistema, é possível escrever uma nova história (mais complexa e holística) tomando como problema a complexidade, dinâmica e abrangência da realidade multiespécie.

Os desafios que se impõem na tentativa de abordar o mundo açucareiro (já tão amplamente estudado) são inúmeros. Até o momento, quase todos os esforços de pesquisa focaram a *plantation* açucareira como uma soma (nem sempre conectada) de trabalho (e tudo que dele deriva em termos de modo de produção, mais-valia, lutas de classe etc.), produção, comércio e consumo do açúcar. Contudo, a despeito dos notórios avanços na construção do conhecimento neste campo (com sólidas e importantes pesquisas nas áreas da Geografia, Antropologia, Sociologia e História, sobretudo), novas perspectivas teóricas e conceituais (como as propostas pela história multiespécie) podem ser agenciadas para jogar luz sobre esse objeto em movimento.



Cronograma de atividades

	2025		2026		2027		2028	
ATIVIDADES	25.1	25.2	26.1	26.2	27.1	27.2	28.1	28.2
Aprofundamento bibliográfico	X	X	X	X				
Levantamento de fontes e dados	X		X		X		X	
Análise de fontes e dados	X	X	X	X	X	X	X	X
Escrita de artigos		X		X		X		X
Aulas na pós-graduação		X				X		
Orientações	X	X	X	X	X	X	X	X

Referências

ANDRADE, José Clóvis de. *Escorço histórico de antigas variedades de cana-de-açúcar*. Maceió: Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, 1985, p. 113.

ANDREWS, K., & Radenovic, L. *Animal Cognition. International Encyclopedia of Ethics*, 2013.

BEDIAGA, Begonha. *Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1860-1891)*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

BEZERRA, Marcela Heráclio. “Se é pra ir pra luta, eu vou. Se é pra tá presente, eu tou’: presença e atuação das trabalhadoras rurais da Zona da Mata de Pernambuco nos movimentos sociais (1979-1985)”. In: Silva, Marcília Gama da & Soares, Thiago Nunes. *Pernambuco na mira do Golpe: mundo do trabalho e dos trabalhadores*. Vol. 3. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

BEZERRA, Marcela Heráclio. *Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988)*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CABRAL, Diogo de Carvalho. “O Brasil é um grande formigueiro’: território, ecologia e a história ambiental da América portuguesa, parte 1”. *Historia Ambiental Latinoa-mericana y Caribeña*, v. 3, no 2, 2014.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro, Garamond/FAPERJ, 2014.

COLINS, Mairla. “Ecologia comportamental da interação inseto-planta”. In: *Boletim PETBio UFMA* / nº 42 / Dezembro de 2017.

CRONON, William. “The Uses of Environmental History”. *Environmental History Review*, Vol. 17, No. 3, Autumn, 1993.



CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 2ª ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 124.

DELORT, Robert. *Les animaux ont une histoire*. Paris : Seuil, 1984.

DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas* [2010]. São Paulo: Editora 34, 2016.

FERREIRA FILHO, J. M. M. *Human-insect relations in Northeast Brazil's twentieth-century sugar industry*. In: Diogo de Carvalho Cabral; André Vasques Vital; Margarita Gascón. (Org.). *More-Than- Human Histories of Latin America and the Caribbean: Decentring the Human in Environmental History*. 1ed.London: University of London Press, 2024a, v. , p. 181-207.

FERREIRA FILHO, J. M. M. *Por uma história ambiental da plantation açucareira no Nordeste do Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2024b, p. 176-196.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

FIQUEIREDO, Marcos A. B. “Prácticas campesinas agroforestales para incrementar la biodiversidad. El caso de Pernambuco, Brasil”. *LEISA*, Revista de Agroecologia. Volúmen 35, Número 4, 2019.

FOLTZ, Richard C. “Does Nature Have Historical Agency? World History, Environmental History, and How Historians Can Help Save the Planet”. *The History Teacher*, Vol. 37, No. 1, Special Feature Issue: Environmental History and National History Day 2003 Prize Essays (Nov., 2003), p. 11.

GLACKEN, Clarence. *Traces on the Rhodian Shore: nature and culture in Western thought from ancient times to the end of the eighteenth century*. Berkeley: Berkeley University Press, 1967.

KARLEN, Arno. *Man and Microbes: Disease and Plagues in History and Modern Times*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1995.

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferencias sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo / Rio de Janeiro : Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.



LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Trad. Teresa Louro Pérez. Rio de Janeiro, Edições 70, s/d.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1090)*. São Paulo: Paulista, 2012.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos* [1844]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MCEVOY, Arthur F. "Toward an Interactive Theory of Nature and Culture: Ecology, Production, and Cognition in the California Fishing Industry". *Environmental Review*: ER, Vol. 11, No. 4, Special Issue: Theories of Environmental History, Winter, 1987.

MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. 2ª ed. Recife: EDUFPE, 2010.

MONTENEGRO, Antonio. "História política e cultura do medo". *Revista Esboços*, v. 16, n. 21, 2009.

MOORE, Jason W. *Antropoceno ou Capitaloceno?* São Paulo: Elefante, 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História, São Paulo*, v.10, p. 7-28, jul/dez, 1993.

POSTGATE, John. *Microbes and Man*. Cambridge University Press, 2000.

ROGERS, Thomas D. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2017.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EdUSP, 2012.

VANDERSOMMERS, Daniel. « The "Animal Turn" in History. » *Perspectives on History. American Historical Association Newsmagazine*, 2016.

WHITE, Richard. "Environmental History: The Development of a New Historical Field". *Pacific Historical Review*, Vol. 54, No. 3, Aug., 1985, p. 335.

WILSON, Edward O. *A diversidade da vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 49.

WORSTER, D. "Para fazer história ambiental". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, 1991.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

ANEXO I - MODELO DE PROJETO DE PESQUISA

MODELO PADRÃO DE PROJETO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO - SEÇÃO ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

APONTE-HISTÓRIAS POR JUSTIÇA: Educação, Cultura, Participação Social e Inovação na Periferia do Recife (1984-2014)

2 – VIGÊNCIA: (até 60 meses)

Início Previsto (mês/ano): 09/2024

Término Previsto (mês/ano): 09/2028

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: HISTÓRIA

Número do Código: 7.05.00.00-2

b) Nome da Subárea: HISTÓRIA DO BRASIL

Número do Código: 7.05.05.00-4

c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): História do Brasil República

Número do Código: 7.05.05.03-9

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

História e Memória da Educação

Saberes Históricos no Espaço Escolar

Ensino de História e Cultura Regional

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Histórias Periféricas

4. Juventude Periférica

2. Educação Popular

5. Inovação

3. Justiça Social

6. Tecnologia Social da Memória

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

6 – GRUPO DE PESQUISA: (informar link do grupo de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2040696676398491

7 – PARTICIPANTES

Nome: Juliana Alves de Andrade

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 038.449.804-31

SIAPE (servidor da UFRPE): 456780

E-mail: juliana.alvesandrade@ufrpe.br

Vinculação: Efetiva. 40 horas. DE

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 20h

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9273063697259288>

Nome: José Roberto da Silva Júnior

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 132.926.164-09

SIAPE (servidor da UFRPE): -----

E-mail: joseroberto.silvajunior@ufrpe.br

Vinculação: Estudante

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 20h

Link para o currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6327663624051238>

Nome: Uiran Gebara da Silva

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 21597226858

SIAPE (servidor da UFRPE): 6543980

E-mail: uiran.silva@ufrpe.br

Vinculação: Efetivo. Dedicção Exclusiva

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 10h

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6424766542330590>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Nome: Humberto da Silva Miranda

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 27825789873

SIAPE (servidor da UFRPE): 0098632

E-mail: humberto.miranda@ufrpe.br

Vinculação: Efetivo. Dedicção Exclusiva

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 10h

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1254987493556824>

MODELO PADRÃO DE PROJETO DE PESQUISA

II – DETALHAMENTO – SEÇÃO CIENTÍFICA

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem como intenção, investigar histórias de resistência e inovação social/cultural na periferia do Recife, no período de 1984- 2014, tomando como referências as estratégias elaboradas por mulheres pretas e pela juventude negra, para produzir territórios educativos a partir das experiências de participação popular, redes de sociabilidades e fomento a tecnologia social. Nosso objetivo é analisar os modos de vida e o conhecimento produzido por quem viveu na periferia do Recife, num momento em que, cresceu o número ocupações urbanas, aumentou a quantidade de associação de bairros e a cena cultural do Recife denunciava a vulnerabilidade da maior parte da população da “capital do Nordeste”. Para tal, usaremos o acervo documental (jornais, revistas, atas, cartas, lei, projetos) da FUNDAJ, CEPE, Câmara de Vereadores do Recife e TV GLOBO para compreender e ver a luta por direitos, as redes educativas, as tecnologias e as práticas culturais de mulheres, crianças, adolescentes e jovens da periferia do Recife, que habitam nos morros da Zona Norte/ Sul e nas imediações do mangue e rio no centro, ampliando as discussões sobre inovação, participação e o direito ao passado, memória e justiça. O nosso olhar se voltará para os processos educativos e produção de tecnologias sociais, por isso, buscaremos verificar de forma mais precisa, como se deu a inserção de mulheres, crianças e jovens vindos do interior de Pernambuco ou de estados vizinhos na cidade pela educação, moradia, trabalho, festas e no tempo. Essa pesquisa está sendo realizada no interior do NEPHECS/UFRPE- Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Educação e Culturas, em parceria com docentes do Programa de Pós-graduação em História-PGH/UFRPE, na tentativa de historicizar experiências (produzir outras narrativas) da classe trabalhadora e dos povos indígenas e negros em relação á periferização, ou seja, ocupação, loteamentos, autoconstrução, formação de favelas, processo de espoliação urbana que os/as moradores/as viveram.

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Investigar essas histórias do passado recente, para ver se no presente elas ecoam no território e servem como instrumento educativos e são mobilizadas pela memória coletiva de bairros como: Joana Bezerra, Pina, Coque, Arruda, Afogados, Casa Amarela, Macaxeira, Buriti etc. Acompanhar de perto esses movimentos políticos, educativos e culturais, para montar um acervo que permita a produção de *Outras histórias*, que versa sobre a experiência de quase 70 % da população que mora no Recife, e que não é descendente de proprietários de engenhos ou usina, nem tão pouco dos senhores/as dos palacetes dos bairros das Graças, Madalena e Casa Forte. Nesse sentido, o projeto APONTE tem um compromisso social com essas histórias não coloniais, narrativas que servem de instrumento de justiça social, pois, revela uma outra face do Recife pouco conhecida, um Recife, de pretos, pardos, indígenas e migrantes do interior que venceram a fome, a lama e o caos.

1. INTRODUÇÃO

A cidade do Recife é marcada por afeto. Afetos que se manifestam em espaços e expressões de medo, esperança, luta por justiça e igualdade, cidadania, compaixão, ódio, desamparo, inovação social e tecnologia. O Recife tem seu circuito dos afetos (Safatle, 2016). Nesse sentido, pensamos em investigar histórias de resistência e inovação social/cultural na periferia do Recife, no período de 1984- 2014, tomando como referências as estratégias elaboradas por mulheres pretas e pela juventude negra, para produzir territórios educativos a partir das experiências de participação popular, redes de sociabilidades e fomento a tecnologia social. Hoje, esses sentimentos ocupam um lugar central na história ocidental e na construção do horizonte político, sobretudo, por ser o foco das políticas públicas, que diuturnamente tentam modificar o coração e a alma dos sujeitos (Safatle, 2016). Buscando problematizar a cidade do RECIFE, para além das visões hegemônicas de cidade colonial, cidade das pontes, propomos olhar a cidade como espaço como local, por excelência, do convívio político, social e de exercício da cidadania. Logo, um espaço do afeto.

A proposta de pesquisa se fundamenta nos debates contemporâneos sobre Movimentos sociais de Bairro (Montenegro, 1993), Histórias da Periferia (Cardoso, 2021), Ensinando a Transgredir (Hooks, 2017), Tecnologia Social da Memória (Worcmann, 2009), Política e Afeto (Agambem, 2019), da Teoria do Afeto (Safatle, 2016), cuja as ideias do filósofo brasileiro Vladimir Safatle (2016; 2021a-e) sobre as relações entre corpo, afeto e política e o trabalho sobre emoções da escritora feminista e pesquisadora independente Sara Ahmed (2004) e da filósofa Judith Butler (2019), nos ajudam a entender as lutas, resistências e práticas

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

de intolerância e ódio. Para nós, são os afetos que podem explicar a natureza dos vínculos que se formam nos bairros, agremiações, movimentos sociais etc. Ao trazer para a esfera pública o debate do afeto, propomos um deslocamento nas crenças e conceitos da população, que toma os afetos são da esfera do privado (vida particular das pessoas), quando na verdade, o afeto é um dispositivo política capaz de mobilizar e construir os espaços. Nesse sentido, ver as diferentes camadas do Recife, exige dos seus habitantes um exercício do olhar, para que se perceba como um conjunto de crenças, valores e normas (Safatle, 2016) são criados. E para entender essa complexidade, é preciso os circuitos dos afetos, que muitas vezes se manifestam a partir de julgamentos irracionais, não universalizáveis por não serem fundados na procura do 'melhor argumento' (Safatle, 2016).

Defendemos assim, que os afetos que forjam a cidade, nos ajudam a entender a formação dos sujeitos. Desse modo, o foco da pesquisa está na tentativa de compreender o 'campo político/energético' de emoções que dão movimento e coesão a cidade. Em nosso trabalho, o afeto será um dispositivo usado para conscientização, reflexão e diálogos sobre os crimes cometidos durante a ditadura, passado colonial, racismo estrutural, xenofobia, homofobia e as lutas pelos direitos humanos. Com esse projeto procuramos contribuir para a valorização da dignidade humana e para o exercício, promoção, defesa e respeito dos direitos humanos.

Para isso, propomos em criar esses espaços de recordações (ASSMANN, 2011), para construir pontes entre a memória do passado e futuro da cidade. É preciso colocar na agenda da cidade as consequências éticas do direito ao passado, a memória, a história e a defesa dos direitos humanos em tempos de discurso de ódio (Butler, 2021). Os conflitos e crimes vivenciados cotidianos por sujeitos que lutam em defesa dos direitos humanos, nos mostram que é preciso defender os direitos ambientais frente as mudanças climáticas, os direitos das mulheres frente a violência de gênero, os direitos das pessoas migrantes frente a xenofobia, os direitos de um trabalho digno frente a injustiça social, os direitos indígenas diante dos ataques aos seus territórios, os direitos dos afro-brasileiros frente ao racismo e os direitos da população LGBTQI+ frente a homofobia.

Para defender é preciso conhecer a história. Reconhecer o território e criar memórias da resistência. É preciso enfrentar a forte pressão para esquecer. É necessário lembrar que as novas gerações precisam

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

aprender com essas experiências políticas e sociais. O futuro pacífico depende da oportunidade de se aprender com a história. Para a entendida International Coalition of sites of Conscience, “sem espaços seguros para lembrar e preservar essas memórias, as histórias dos mais velhos, sobreviventes de atrocidades, podem desaparecer depois que eles falecerem, as sociedades que superaram os conflitos podem deixar de buscar a justiça por medo de reabrir velhas feridas, e as famílias dos desaparecidos não poderão jamais achar as respostas” (2022). Dessa forma, vamos operar com o conceito de Espaços da recordação (ASSMANN, 2011), por compreendermos que não apenas os indivíduos lembram-se das coisas, como também grupos e as mais diversas coletividades, ou seja, os modos de recordar são definidos culturalmente, variam ao longo do tempo e segundo a formação cultural em que são formulados. Estamos à procura das inúmeras formas do Recifense rememorar o passado de luta e resistência.

Este trabalho se insere dentro da nova política do espaço urbano que se preocupa em organizar os lugares que não vivenciaram o processo de modernização. Aqui a acepção é de cuidado desses espaços-testemunhos, cujo passado é tornado indecifrável (Certeau, 2001). Com esses autores e autoras vamos adentrar na linguagem da memória urbana e ver seus gestos, práticas, artes de fazer. Partindo da concepção de que as narrativas do cotidiano que constituem os verdadeiros arquivos urbanos, uma vez que, morar é narrar. Fomentar ou restaurar esta narratividade, é também uma tarefa de reabilitação. A cidade é o campo fechado de uma verdadeira guerra de narrativas, das quais cada um de nós é o portador de uma memória específica e cuja tessitura constitui a densidade histórica de cada cidade. Nesse sentido, propomos a olhar esse lugar/espaço/campo/ território como um objeto vivo que está sendo forjado por diferentes histórias. Fugindo das narrativas de origens, tomamos como recorte o período de 1984-2014, por ser um momento em que, cresceu o número ocupações urbanas, aumentou a quantidade de associação de bairros e a cena cultural do Recife denunciava a vulnerabilidade da maior parte da população da “capital do Nordeste”. Esse recorte nos permite ver uma fotografia da cidade, que os elementos ainda estão presentes, pois, a maior parte dos moradores dos morros e demais periferias do Recife, fizeram morada nesse período em seus territórios, dada a crise econômica persistente durante a década de 1980, por conta da alta inflação, preços de aluguéis elevados e “população mais pobre, sem condições de pagá-los, começou a invadir terrenos e construir suas moradias improvisadas. Os anos de 1986 e 1987 são os que registram o maior número de invasões. Segundo dado

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

do jornal Folha dos Bairros, janeiro-fevereiro de 1987, das 2.152 famílias invasoras catalogadas, 1.892 ainda permaneciam no local, sendo 259 removidas para outros locais. Segundo o presidente da URB/Recife, Carlos Magno Cysneiros Sampaio, o quadro não iria se estabilizar, a não ser que o governador Arraes e o prefeito Jarbas encontrem um meio de viabilizar um plano habitacional para as famílias pobres” (Cavalcanti, 2017, p. 149).

Para Geane Cavalcanti (2017),

as Associações de Bairro surgiram no Recife a partir de 1955 com o apoio do prefeito Pelópidas Silveira e da Frente do Recife. Tinha como missão servir de ponte entre as comunidades carentes e a prefeitura da cidade. Através de reuniões, os moradores elegiam suas prioridades para o bairro, a maioria estava ligada a infraestrutura, como: acesso à luz elétrica, ônibus, água potável, escolas etc. Porém, como a Frente do Recife era uma coligação ligada a partidos de esquerda, logo essas organizações foram chamadas de comunistas e passaram a sofrer vigilância e repressão da polícia. Com o fortalecimento da Frente do Recife, as associações continuaram funcionando até 1964, mesmo sob vigilância da Delegacia da Ordem Política e Social – DOPS-PE. A partir do Golpe Militar, as associações de bairro foram desarticuladas e proibidas (Cavalcanti, 2017, p. 149).

No entanto, a pesquisadora chama atenção para a reconfiguração que a luta por moradia vai sofrer no período de redemocratização:

O clima de reabertura política estimulou os movimentos sociais a se organizarem, junto à Igreja Católica e outras organizações civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, CNBB, Associação Brasileira de Imprensa – ABI, sindicatos, organizações e movimentos sociais, buscaram participar mais efetivamente da redemocratização, sendo uma voz atuante do processo político. Na periferia do Recife, assim como em outras cidades do país, as associações de bairro voltaram a crescer. Algumas surgem espontaneamente, devido às reais necessidades existentes na comunidade; outras são remanescentes do período anterior à abertura política, na maioria das vezes contaram com o apoio da Igreja para permanecerem ativas; muitas associações também surgem a partir das ações promovidas pela Igreja, como as CEB's, que deram origem às associações de bairros e clubes de mães; outras foram estimuladas por iniciativa da prefeitura, que criava projetos com foco na organização dos moradores e, ao mesmo tempo, buscava controlá-los.

As reivindicações das comunidades ainda eram semelhantes às do tempo de Pelópidas, revelando que durante anos de ditadura militar poucas mudanças foram feitas nos bairros populares, além deles continuarem crescendo por conta da expulsão dos moradores pobres das áreas centrais, desemprego e chegada de novos retirantes vindos do interior de toda região Nordeste, principalmente dos estados vizinhos a Pernambuco. As reivindicações ainda eram: escolas, postos de saúde, iluminação, pavimentação, transporte etc.; e as novas

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

reinvidicações: segurança e orelhões, que refletem aumento da criminalidade e da nova necessidade do uso de aparelhos de telecomunicações (Cavalcanti, 2017, p.150).

Durante o período de 1984-2014, a grande preocupação da periferia do Recife era com a questão da posse de terra, moradia e com infraestrutura, tanto que, a cena cultural da 1990, expressa tais problemas em suas músicas (Nação Zumbi) e em suas pedagogias para viver a cidade (Paulo Freire). Em seus estudos, pode-se vê que:

A questão da moradia sempre foi um dos maiores problemas da cidade do Recife desde o período Agamenon, que criou a Liga Social Contra o Mocambo, na tentativa de erradicar o mocambo e fornecer uma moradia mais segura e confortável para o operariado; porém, como vimos, a maior parte da população não foi beneficiada pelo programa. Outros projetos governamentais foram postos em prática na tentativa de diminuir o déficit de habitação. Durante o governo de Marco Maciel (1979-1982) como governador biônico, foi expandido o programa habitacional promovido pela Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco – COHAB. Segundo dados do jornal Habitação, de abril de 1981, Pernambuco atingia a marca de Estado com o maior número de casas populares construídas do Brasil com a construção de 96.835 unidades habitacionais em todo Estado. Os números foram fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação e constava Pernambuco à frente de São Paulo e Rio de Janeiro, em termos de construção de habitações populares. Também foi na gestão de Marco Maciel que as terras do bairro de Casa Amarela foram legalizadas e seus moradores puderam tomar posse definitivamente do terreno (Cavalcanti, 2017, p.150).

Por isso, o projeto irá se concentrar em investigar matérias de jornas e revistas (notícias), bem como, documentos oficiais como projetos de vereadores e prefeitos em três territórios:

No Recife, as favelas se situavam em três áreas distintas da cidade. A primeira compreendia as favelas localizadas no entorno da área central da cidade, entre as quais estavam as favelas localizadas em Santo Amaro e as do Coque, Coelho, Brasília Teimosa e Pina. A segunda área eram as aglomerações localizadas nas terras baixas da planície aluviônica no sentido do interior da cidade, compreendendo, também, as áreas de mangues, ribeirinhas e as atravessadas por complexos viários recém-construídos ou em fase de construção e planejamento, destacando-se como principais aglomerações de favela: Chié e Ilha do Joaneiro, situadas nos mangues e alagados de Campo Grande; as áreas que margeavam as aglomerações das residências de moradores de renda média alta da orla marítima de Boa Vigem; as localidades ribeirinhas dos rios Capibaribe e Beberibe, situadas em bairros como Casa Forte, Madalena, Beberibe, e as áreas que margeavam o Rio Jiquiá, como o complexo de favelas Jiquiá-Remédios. A terceira área era composta pelos morros que circundam o Recife, com uma altitude entre 50 e 100 metros, destacando-se as colinas de Cavaleiro e

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Guararapes, morros fronteiriços com a cidade de Jaboatão, e as inúmeras favelas dos morros de Casa Amarela-Beberibe, que em 1980 tinham uma população superior a 400 mil habitantes (Nascimento, 2017, p. 12).

O nosso olhar se voltará para os processos educativos e produção de tecnologias sociais, por isso, buscaremos verificar de forma mais precisa, como se deu a inserção de mulheres, crianças e jovens vindos do interior de Pernambuco ou de estados vizinhos na cidade pela educação, moradia, trabalho, festas e no tempo. Essa pesquisa está sendo realizada no interior do NEPHECS/UFRPE- Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Educação e Culturas, em parceria com docentes do Programa de Pós-graduação em História-PGH/UFRPE, na tentativa de historicizar experiências (produzir outras narrativas) da classe trabalhadora e dos povos indígenas e negros em relação á periferização, ou seja, ocupação, loteamentos, autoconstrução, formação de favelas, processo de espoliação urbana que os/as moradores/as viveram. Investigar essas histórias do passado recente, para ver se no presente elas ecoam no território e servem como instrumento educativos e são mobilizadas pela memória coletiva de bairros como: Joana Bezerra, Pina, Coque, Arruda, Afogados, Casa Amarela, Macaxeira, Buriti etc.

Acompanhar de perto esses movimentos políticos, educativos e culturais, para montar um acervo que permita a produção de *Outras histórias*, que versa sobre a experiência de quase 70 % da população que mora no Recife, e que não é descendente de proprietários de engenhos ou usina, nem tão pouco dos senhores/as dos palacetes dos bairros das Graças, Madalena e Casa Forte. Nesse sentido, o projeto APONTE tem um compromisso social com essas histórias não coloniais, narrativas que servem de instrumento de justiça social, pois, revela uma outra face do Recife pouco conhecida, um Recife, de pretos, pardos, indígenas e migrantes do interior que venceram a fome, a lama e o caos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

2. OBJETIVOS

Geral: Analisar os modos de vida e o conhecimento produzido por quem viveu na periferia do Recife, no período de 1984-2014, buscando identificar em documentos da época (jornais, revistas, lei, atas e cartas) a luta por direitos, as redes educativas, as tecnologias e as práticas culturais de mulheres, crianças, adolescentes e jovens nos morros da Zona Norte e Zona Sul, ampliando as discussões sobre inovação, participação e o direito ao passado, memória e justiça.

Específicos:

- Identificar as principais transformações territoriais vividas pelos bairros situados nos morros da Zona Norte e Zona Sul do Recife, tomando como referência as redes educativas e a produção de espaços escolares, ao longo dessas últimas décadas (1984-2014);
- Produzir para fortalecer a política pública no campo dos Direitos Humanos e visibilidade do povo preto e indígena;
- Promover a cultura da valorização dignidade humana, por meio da educação em direitos humanos;
- Ressignificar os espaços e lugares, reafirmando a concepção de cidade como local, por excelência, do convívio político, social e de exercício da cidadania;
- Identificar locais da cidade que foram palco/cena de relevantes acontecimentos históricos, como forma de promover a consciência política e a construção da memória coletiva e social em defesa dos direitos humanos, resistência do povo negro e indígena, sobretudo, o direito a cidade como ferramenta de empoderamento da juventude negra e periférica;
- Mapear espaços de produção do conhecimento na periferia do Recife, buscando estratégias para democratização do acesso aos saberes e construção das identidades, o fortalecimento e a valorização do pertencimento negro e visibilidade política;
- Montar um painel sobre o que se passa na vida dos moradores. Buscamos demonstrar as dimensões objetivas e a experiência vivida e pensada em torno das relações de trabalho vivenciadas pelos jovens a partir do contexto de periferia e de ocupação;

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

- Acompanhar notícias nos jornais sobre os fluxos migratórios oriundos do interior ou dos estados vizinhos, olhando suas condições materiais e como refletem na sua inserção na cidade, no que diz respeito aos mundos do trabalho e à educação;
- A criação de redes familiares e fraternais para recepção e acolhimento dos migrantes do interior e dos outros estados.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa documental em jornais, revistas, cartas, ofícios, projetos urbanísticos, fotografias, disponíveis no site da FUNDAJ, CEPE, Câmara de Vereadores, Prefeitura do Recife, Movimento de Bairros e TV Globo. Documentos que nos permite acessar como mulheres, crianças e jovens nas décadas de 1980 e 1990 se inseriram na cidade a partir do trabalho, das manifestações, da educação, do tempo e, sobretudo, da moradia. Como o projeto de pesquisa busca historicizar essas experiências a partir das notícias ou projetos de lei, partimos do pressuposto que “A experiência – tanto individual como coletiva – consiste em uma resposta emocional e mental aos processos históricos vividos (Thompson, 1981, p. 15). Desse modo, a experiência é um processo tanto vivido quanto pensado e sentido, de forma que, conforme aponta Raymond Williams, essas duas dimensões indicam: (i) o conhecimento reunido a partir de acontecimentos passados, seja pela observação consciente, seja pela consideração e pela reflexão; e (ii) um tipo específico de consciência que pode em alguns contextos ser distinto de 'razão' ou de 'conhecimento’”. (Williams, 2007, p. 173).

Desse modo, a fonte documental nos permite nos aproximar das experiências, já que “pessoas não narram apenas sobre os fatos, mas também sobre suas interpretações a respeito dos acontecimentos, assim como os significados que atribuem a eles” (Portelli, 1996). Essa pesquisa se faz necessária para observar os diferentes projetos e agenciamentos dentro do processo de transformação da periferia do Recife. Dessa forma organizamos a pesquisa em duas etapas: Etapa 1: a) levantamento bibliográfico nas áreas de história, geografia, arquitetura, antropologia e sociologia de trabalhos que se debruçaram a estudar a periferia do Recife, tomando como referências as três áreas; b) levantamento de matérias de jornais/revistas sobre as três áreas no período de 1984-1994; c) levantamento de matérias de jornais/revistas sobre as três áreas no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

período de 1994-2004; d) levantamento de matérias de jornais/revistas sobre as três áreas no período de 2004-2014; e) levantamento dos registros fotográficos (1984-2014) na FUNDAJ e na TV GLOBO; f) levantamento de cartas, ofícios e outros documentos sobre o território). Etapa 2: 1) sistematização dos dados da pesquisa em artigos para eventos e revistas de grande impacto e 2) organização de um acervo digital para que outras narrativas sejam produzidas. Organizamos nossa pesquisa dessa maneira, baseados em Certeau (2006), que pontua o trabalho do/a historiador/a como um exercício com método de ler o tempo através dos objetos. Segundo, o historiador francês, damos ordem as informações, trabalhamos com objetos e relatos, num exercício de construir e reconstruir

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

- 1) O presente projeto pretende contribuir com a produção de *Outras narrativas* sobre o Recife, após o período da redemocratização, sobretudo, colocando como centro das histórias mulheres pretas e indígenas, mas, sobretudo, a juventude preta e indígena que mora na periferia da cidade;
- 2) Produção de material didática para fomentar o debate na educação básica, tencionando para que nos percursos formativos a história local, não seja considerada um detalhe, mas, tema central para a compreensão dos problemas do Brasil;
- 3) Problematizar a produção historiográfica pernambucana que até agora, 2024, não tomou o processo de ocupação das periferias do Recife como objeto histórico.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2024											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Coordenação das Reunião de Leitura e Estudo	Juliana Alves de Andrade									X	X	X	X
Coordenação da Pesquisa na CEPE (Jornais)	Humberto da Silva Miranda											X	X
Coordenação da Pesquisa na CEPE (revistas)	Uiran Gebara da Silva											X	X
Levantamento Bibliográfico	José Roberto da Silva Júnior									X	X	X	
Pesquisa no Acervo da CEPE (jornais)	José Roberto da Silva Júnior/ Humberto da Silva Miranda											X	X
Pesquisa no Acervo da CEPE (revista)	José Roberto da Silva Júnior/ Uiran Gebara									X	X	X	X
Produção do Relatório Parcial	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade									X	X	X	
Produção do Relatório Geral	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade									X	X	X	X
ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2025											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Coordenação das Reunião de Leitura e Estudo	Juliana Alves de Andrade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	x
Levantamento Bibliográfico	José Roberto da Silva Júnior		X	X									
Pesquisa no Acervo da CEPE (jornais)	José Roberto da Silva Júnior/ Humberto da Silva Miranda				X	X	X	X	X		X	X	X

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Leitura dirigida da Historiografia	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa no Acervo da CEPE (revista)	José Roberto da Silva Júnior/ Uiran Gebara							X	X	X	X		X
Produção do Relatório Parcial	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade		X	X		X	X				X	X	
Produção do Relatório Final	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade			X				X	X	X		X	X
Participar em Eventos	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade							X	X			X	X

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2026											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Coordenação das Reuniões de Leitura e Estudo	Juliana Alves de Andrade	X	X	X		X	X		X	X	X	X	X
Levantamento Bibliográfico	José Roberto da Silva Júnior		X	X				X		X	X		X
Pesquisa no Acervo da CEPE (jornais)	José Roberto da Silva Júnior/ Humberto da Silva Miranda		X		X	X	X		X	X	X	X	
Leitura dirigida da Historiografia	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade		X	X	X	X			X	X	X	X	
Pesquisa no Acervo da CEPE (revista)	José Roberto da Silva Júnior/ Uiran Gebara					X		X	X	X	X		
Produção do Relatório Parcial	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade		X	X			X	X		X	X	X	
Produção do Relatório Final	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade	X	X	X	X			X	X		X	X	X
Participar em Eventos	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2027											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Coordenação das Reuniões de Leitura e Estudo	Juliana Alves de Andrade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento Bibliográfico	José Roberto da Silva Júnior		X	X	X	X	X		X				
Pesquisa no Acervo da CEPE (jornais)	José Roberto da Silva Júnior/ Humberto da Silva Miranda	X			X	X	X	X	X	X	X		X
Leitura dirigida da Historiografia	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade		X	X	X	X			X	X			
Pesquisa no Acervo da CEPE (revista)	José Roberto da Silva Júnior/ Uíran Gebara			X	X	X		X	X	X	X		
Produção do Relatório Parcial	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X
Produção do Relatório Final	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade		X		X	X	X	X	X			X	
Participar em Eventos	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade	X	X		X	X	X	X	X		X	X	
ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2028											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Coordenação das Reuniões de Leitura e Estudo	Juliana Alves de Andrade	X	X	X		X	X		X	X	X	X	
Levantamento Bibliográfico	José Roberto da Silva Júnior		X	X		X			X	X	X		
Pesquisa no Acervo da CEPE (jornais)	José Roberto da Silva Júnior/ Humberto da Silva Miranda		X	X	X	X	X		X	X	X		
Leitura dirigida da Historiografia	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Pesquisa no Acervo da CEPE (revista)	José Roberto da Silva Júnior/ Uiran Gebara							X	X	X	X		
Produção do Relatório Parcial	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade		X	X	X	X		X	X	X	X	X	
Produção do Relatório Final	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade		X	X	X		X	X	X		X	X	
Participar em Eventos	José Roberto da Silva Júnior/ Juliana de Andrade			X	X	X	X	X	X		X	X	

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4a ed., São Paulo: Cortez, 2009.

FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. In: *Imaginário*. USP, vol. 12, n. 13, p.143-169, 2006.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: Deák, Csaba e Schiffer, Sueli Ramos (orgs.) *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de & JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para Migração no Brasil e Retorno ao Nordeste: Padrões Etários, Por Sexo e Origem/Destino. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930- 1950)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: Signorini, Inês (org.) *Língua(gem) e identidade*: elementos para uma discussão no campo aplicado. São Paulo: FAPESP Campinas, SP: Mercado de Letras: FAEP/ Unicamp, 1998.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3a. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2003.

SILVA, Daniel do Nascimento. Dilma eleita pelos nordestinos? Sobre a circulação de atos de fala violentos. *Linguagem em foco*, v. 2, p. 29-37, 2010.

SILVA, Daniel do Nascimento. *Pragmática da Violência*: o nordeste na mídia brasileira. Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2012.

SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. Movimento de Bairro: Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988. p. 17.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond.. *Palavras-chave*: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

30/06/2024	Ass: <u>Juliana Alves de Andrade</u>

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

I - IDENTIFICAÇÃO – PARTE ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

Papéis de Antanho: as crônicas portuguesas tardomedievais como intervenções políticas e paradigmas da escrita da história no Portugal moderno (1344-1681)

2 – VIGÊNCIA: (o prazo máximo apresentado inicialmente para a execução do projeto é 48 meses)

Início Previsto (mês/ano): julho/2024

Término Previsto (mês/ano): julho/ 2027

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a)	Nome da Área: Ciências Humanas
	Número do Código: 7.00.00.00-0
b)	Nome da Sub-Área: História
	Número do Código: 7.05.00.00-2
c)	Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): História do Brasil Colônia
	Número do Código: 7.05.05.01-2

Atenção: algumas áreas não apresentam na tabela o nome/código do 4º nível de conhecimento, mesmo assim, discrimine-os, pois esta informação é imprescindível para o Banco de Dados da Pesquisa da PRPPG.

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

História Medieval e Moderna
História dos Impérios Ibéricos
História do Brasil Colonial
História política e da historiografia

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Império Português	4. Discurso político
2. História da historiografia	5. Retórica
3. Crônicas	6. Cultura escrita

6 – PARTICIPANTES

Nome: KLEBER CLEMENTINO DA SILVA

CPF: 906.739.054-20

Departamento: HISTÓRIA

Data de Nascimento: 07/08/1980

Grupo de Pesquisa: NEIC – Núcleo de Estudos Impérios Coloniais

E-mail: kleber.clementino@ufrpe.br

Bolsista do CNPq () sim (X) não Nível:

Titulação: doutor em História

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

II – DETALHAMENTO – PARTE CIENTÍFICA

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo estabelecer as influências historiográficas e discursivas das crônicas e textos historiográficos portugueses tardomedievais na escrita moderna das façanhas ultramarinas e da colonização da América e da África. Desde o convulsionado período de fins do século XIV, quando uma crise sucessória e uma guerra luso espanhola levam à extinção da dinastia de Borgonha à instauração da dinastia de Avis, com d. João I, parte da historiografia portuguesa envedará por um forte programa de legitimação da ação política, ligada à própria coroa ou a elementos da nobreza engajados, por exemplo, na expansão militar sobre o território africano, no século XV. A tradição historiográfica que doravante se consolidará será, portanto, constantemente repensada – à luz dos novos preceitos historiográficos que emergem no continente, no período – e mobilizada a serviço das agendas dos atores políticos do mundo luso, sejam reis como d. João III, sejam nobres descontentes com certas iniciativas da coroa ou com interesses específicos na Índia ou na América. Importa perguntar, então, em que medida essas historiografias medieval e moderna se comunicam, na tratativa de contextos distintos, mas para os quais a narrativa historiográfica se faz instrumentalizável. Para a realização desta contribuição acadêmica, será necessário um minucioso trabalho de cotejamento de um conjunto de fontes basilares do repertório historiográfico luso (produzido tanto na Península Ibérica quanto, mais tarde, nos espaços ultramarinos), entre os séculos XIV e XVII. Cotejamento este empreendido a partir de técnicas de análise de conteúdo, que visam à extração de categorias que aglutinam elementos e estratégias narrativas específicas identificadas nos textos. Ao cabo, pretende-se uma contribuição que esclareça como as diferentes representações da “Expansão Ultramarina” e da colonização da América Portuguesa e da África, ainda que soluções discursivas originais diante de contextos históricos inéditos, também se baseiam em uma tradição narrativo-representacional em amadurecimento desde o Portugal Medieval.

1. INTRODUÇÃO

A escrita da história no mundo luso, seja no espaço peninsular ou, mais tarde, nos domínios ultramarinos, pode ser caracterizada como um valioso recurso de intervenção nas disputas políticas de cada período. Desde os últimos reis Borgonha, no século XIV, até o período da Restauração e consolidação da dinastia Bragantina, na segunda metade do século XVII, o texto histórico foi mobilizado pelos grupos políticos como estratégia de controle discursivo e construção de memória. Às vezes, também, como contradiscurso, em vista da circulação de versões dos acontecimentos publicizadas pelos adversários da ocasião.

Dentro do que pensam autores como John Pocock, Richard Kagan e Quentin Skinner, a escrita da crônica ou história, nos períodos tardomedieval e altomoderno se constitui, por definição e essencialmente, como ato político. Não obstante a emergência, já no século XVI, do “antiquariado” de que fala Arnaldo Momigliano, bem como do *topos* retórico da

fidedignidade narrativa, tão corriqueiro nos prefácios das obras históricas, tal politicidade se revela inerente às concepções do histórico cultivadas nesses séculos. Isto é válido tanto para a perspectiva da cronística e da analística medieval como para os modelos de “História Perfeita” pensados no curso dos debates humanistas que fecundam a historiografia moderna.

Em nossa tese de doutoramento, vislumbramos como uma das raízes da historiografia portuguesa seiscentista justamente a tradição historiográfica ibérica medieval, formulada por alguns textos-chave, de grande prestígio e significativa circulação no mundo ibérico. Como apontam Antônio J. Saraiva e Oscar Lopes, esta historiografia tardomedieval funda um paradigma ainda observado em alguns dos textos do século XVII, apesar das profundas transformações na ideia de história, na esteira das transformações das Grandes Navegações, do Renascimento da Contrarreforma e de outros eventos. Persistência a atestar a solidez dessa cronística medieval, sobretudo quando trabalhada pelas mãos de importantes autores como Fernão Lopes, em referência a períodos críticos da história ibérica, como a chamada Revolução de Avis (1383-1385) ou nos primeiros movimentos da Expansão Marítima.

Apesar dos diversos estudos acerca de textos específicos como a *Cronica General de Espanha de 1344*, a *Cronica do Condestabre Nun'Alvares Pereyra* ou os escritos do referido Fernão Lopes, esta relação entre as historiografias medieval e moderna parece-nos ainda pouco explorada pelo trabalho acadêmico dedicado à história da historiografia. O que caracteriza essa cronística portuguesa tardomedieval? Em que contextos históricos concretos ela emerge? É possível reconstituir o campo de forças políticas que instiga sua produção, a quem serve o seu discurso? Que concepção de história e de escrita da história formulam? Que sobrevivências dessa historiografia medieval são discerníveis na historiografia portuguesa do Quinhentos e do Seiscentos, nos domínios peninsular e ultramarino?

Estas são perguntas de grande interesse, porém não respondidas ou cuja resposta foi apenas tangenciada em trabalhos dedicados a outras temáticas e recortes. Partimos da hipótese de trabalho de uma historiografia medieval – com suas características cronísticas e de “petite histoire”, como as denominam Mello e Guenée¹ – como forte legado reaproveitado no período altomoderno, porém em disputa com novas concepções históricas elaboradas nos séculos XVI e XVII. A revisitação daquelas fontes medievais (conservadas nos arquivos portugueses e espanhóis), ao lado de seu cotejamento com algumas obras históricas-chave dos séculos XVI e XVII permitirá oferecer algumas respostas para esse conjunto de problemas.

2. OBJETIVOS

Geral: Caracterizar a produção historiográfica portuguesa tardomedieval (1344-1443) procurando mapear a sobrevivência de elementos retórico-historiográficos desses textos na escrita da história lusa dos séculos XVI e XVII.

Específicos

- Identificar a atitude dos reis Borgonha e Avis relativamente à escrita da história;
- Identificar a atitude dos grupos da nobreza portuguesa relativamente à escrita da história, nos séculos XIV e XV;

¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008. GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier, 1980.

- Rastrear os campos de disputas de que emergem as fontes propostas para a pesquisa, em que se inserem seus autores e eventuais patronos;
- Mapear a presença dos elementos cronísticos tardomedievais nas obras históricas quinhentistas e seiscentistas, mobilizados pelos autores modernos (séculos XVI e XVII) como recursos ainda válidos em seus propósitos político-historiográficos;

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

A condução da pesquisa prevê a exploração da vasta bibliografia existente sobre o período do recorte geral proposto (1344-1681), de modo a caracterizar os contextos políticos, econômicos e sociais em que é produzida esta historiografia sob análise. A bibliografia também será mobilizada para colaborar com a reconstituição das disputas de poder em que se inserem os sujeitos responsáveis pela produção dos textos

Paralelamente, para o desenvolvimento da pesquisa, será eleito um conjunto de fontes tardomedievais e altomodernas (listadas abaixo, entre as referências), para o exercício analítico-interpretativo. O método de trabalho consistirá na *análise de conteúdo* das fontes medievais e modernas, nos termos propostos pela metodóloga francesa Laurence Bardin: extração, na leitura, de categorias analíticas e empíricas, destacando trechos elucidativos.

Esse material categorizado servirá tanto para a formulação de traços gerais dessa historiografia tardomedieval como para seu cotejamento com as fontes do período moderno, submetidas também ao mesmo tratamento metodológico. Com base nesse trabalho analítico-interpretativo, será produzido um trabalho escrito, explicitando as questões abordadas, a investigação conduzida e suas conclusões.

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA E ADERÊNCIA À ÁREA DE PESQUISA

O presente projeto se funda na convicção de que o estudo da história da historiografia e do pensamento histórico tem a oferecer uma vigorosa contribuição, ainda pouco explorada, para a compreensão da história política medieval e moderna. Tem-se em vista o esclarecimento de como as diferentes representações da “Expansão Ultramarina” e da colonização da América Portuguesa e da África, ainda que soluções discursivas originais diante de contextos históricos inéditos, também se baseiam em uma tradição narrativo-representacional em amadurecimento desde o Portugal Medieval. Esse esforço fará dialogarem fontes em que até então se tem visto pouca intertextualidade, como, por exemplo, a *Cronica do Condestabre* e as obras patrocinadas por João Fernandes Vieira, após a Insurreição Pernambucana (1645-1654).

O projeto tem ainda a finalidade de promover uma efetiva contribuição para o Programa de Pós-graduação em História da UFRPE, por meio de seu Núcleo de Estudos dos Impérios Coloniais (NEIC). Ressalte-se que prevê-se o engajamento de discentes do curso de História da UFRPE como pesquisadores-bolsistas (como parte de sua formação científico-

historiográfica), o uso dos espaços da universidade (laboratórios, bibliotecas) e o prolífero diálogo com os colegas professores do departamento, dedicados a pesquisas análogas.

O amadurecimento da investigação deverá levar tanto à produção de textos científicos, divulgados em meio impresso ou digital, como à confecção de edições críticas de algumas das fontes trabalhadas, ou por permanecerem inéditas, ou por terem sido submetidas a editorações insatisfatórias quanto ao rigor textual e ao aparato crítico disponível. Paralelamente, tais produções acadêmicas ensejarão a realização de encontros de divulgação e debate historiográfico, congregando os professores da UFRPE e de outros centros, bem como o alunado interessado nas pesquisas sobre o período.

5. CRONOGRAMA E RESULTADOS ESPERADOS

Ano Atividade /Mês	2021											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Atividade 1								x	x	x	x	x
Atividade 2								x	x	x	x	x

Atividade 1 - Levantamento, leitura e sistematização das fontes bibliográficas do projeto.

Atividade 2 – Coleta de dados documentais. Levantamento, leitura e sistematização das fontes.

Ano Atividade /Mês	2022											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Atividade 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Atividade 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Atividade 3						x	x	x	x	x	x	x
Atividade 4							x	x	x	x	x	x

Atividade 1 - Levantamento, leitura e sistematização das fontes bibliográficas do projeto.

Atividade 2 – Coleta de dados documentais. Levantamento, leitura e sistematização da documentação.

Atividade 3 - Crítica e elaboração dos dados adquiridos: teste das hipóteses.

Atividade 4 - Produção de artigos para revistas especializadas e participação em eventos científicos.

Ano Atividade /Mês	2023											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Atividade 1	x	x	x									
Atividade 2	x	x	x									
Atividade 3	x	x	x	x	x	x	x	x				
Atividade 4	x	x	x	x	x	x	x	x				

Atividade 1 - Levantamento, leitura e sistematização das fontes bibliográficas do projeto.

Atividade 2 – Coleta de dados. Levantamento, leitura e sistematização da documentação.

Atividade 3 - Crítica e elaboração dos dados adquiridos: teste das hipóteses.

Atividade 4 - Produção de artigos para revistas especializadas e participação em eventos científicos.

Ano Atividade /Mês	2024											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Atividade 1												
Atividade 2												
Atividade 3	x	x	x	x	x	x	x	x				
Atividade 4	x	x	x	x	x	x	x	x				

Atividade 1 - Levantamento, leitura e sistematização das fontes bibliográficas do projeto.

Atividade 2 – Coleta de dados. Levantamento, leitura e sistematização da documentação.

Atividade 3 - Crítica e elaboração dos dados adquiridos: teste das hipóteses.

Atividade 4 - Produção de artigos para revistas especializadas e participação em eventos científicos.

7. APOIO FINANCEIRO (FACEPE, CNPq, BNB, etc.), INDICANDO O VALOR TOTAL

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias impressas

ANÔNIMO. *Coronica do Condestabre de Purtugal Nuno Aluarez Pereyra principiador da casa q agora he do duque de Bragãça sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste Condestabre procedem agora o emperador e em todosos Reynos de xpãos de Europa ou os reys ou as rainhas delles ambos*. Lisboa: Germã Galharde, 1526.

BRITO, Bernardo de. *Monarchia Lusitana: parte primeira, que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso snor Iesu Christo*. Lisboa: impresso no mosteiro de Alcobaça, 1597.

CALADO, Manuel. *O valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648.

CADORNEGA, Antonio. *Historia Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940-1942.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do Descobrimento & Conquista da India pelos Portugueses*. Coimbra: por João de Barreira, 1552-1561.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.DC.XXX*. Madri: Diego Diaz de la Carrera, impressor do Reino, 1654.

LOPES, Fernão & ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica Del Rey Joam I de boa memoria e dos Reys de Portugal o decimo: offerecida a magestade DelREy Dom Joamo IV N. Senhor de miraculosa memoria*. 3 vols. Lisboa: à custa de Antonio Alvarez impressor DelRey, 1644.

Fontes primárias manuscritas

CADORNEGA, Antonio de Oliveira. *Ao m.to alto e mui poderozissimo Princepe d. Pedro nosso Sr.offerece a seos reais pes esta Hestoria das Guerras Angolanas Antonio de Oliveira de Cadornega Cap.am reformado e cidadam de S. Paulo de Assumpçam, natural de Villa Viçosa*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, ms. reservados, cota AT/L54/1-2.

GALVÃO, Duarte. *Chronica Del-Rey Dom Afonso Henrriquez primeiro Rey destes Regnos de Portugal. Chronica D'El-Rey Dom Sancho deste nome o segundo e dos reys de Portugal o quarto que vulgarmente se chama Capello*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, ms. COD 13027.

LOPES, Fernão. *Crónica de d. Fernando*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, mss. IL 123 (cópia datada de c. 1475-1525, manuscrito original de c. 1443)

_____. *Prymeyra parte da Caronica de El Rey Dom Ioão o P.ro de Portugal*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, mss. COD. 386 (cópia do século XVI, ms. Original circa de 1443).

_____. *Crónica de d. Pedro*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, mss. IL 123 (encadernado junto com a Crónica de d. Fernando, mesma catalogação. Ms. Original datado da década de 1440). Consultar também, com os mesmos títulos, os mss. COD 383 a COD 390, bem como os mss. PBA.73, ALC. 296 e o COD 950 – manuscritos quinhentistas dos textos de Fernão Lopes na Biblioteca Nacional de Portugal.

PEDRO AFONSO (conde de Barcelos) [atribuído]. *Cronica geral de Espanha de 1344*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (versão condestabriana, c. 1459-1464), mss. 203. (Existem outras cópias do manuscrito na Academia das Ciências de Lisboa [mss. Az. 1], na Biblioteca Pública Municipal de Évora [mss.C/V2-23] e na Bibliotèque Nationale de France, em Paris [mss. Port. 9]).

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do conde dom Duarte de Meneses*. Manuscrito mandado escrever por El-Rey D. A. o 5º. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Ms. A.T./L 68 (cópia seiscentista do original datado de 1468).

ZURARA, Gomes Eanes. *Chronica dos feitos do Conde Dom Pedro de Meneses Primeiro Capitao que foi na cidade de Cepta*. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, ms. COD. 12982 (Cópia seiscentista do original datado de 1463)

Estudos

AMADO, Maria Tereza. “O pensamento do cronista Fernão Lopes”. Lisboa: Revista eHumanista (Universidade de Lisboa), v. 8, 2007, pp. 133-142.

ANDRÉS-GALLEGO, José *et al.* *Historia de la historiografía española*. Madri: Encuentro, 1999.

ANTÓN, Isabel Alfonso; KENNEDY, Hugh N. & ESCALONA, Julio. *Building Legitimacy: Political Discourse and Forms of Legitimacy in Medieval Europe*. Leiden: E. J. Brill, 2004.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVIXVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.

BERMEJO CABRERO, J. L. “Orígenes del ofício de cronista real”. *Hispania*, 40 (1980), pp. 396-409.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)*. Madri: Editorial Síntesis, 1997.

BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias. Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

CARVALHO, Margarida Barradas de. *L'idéologie religieuse dans la “Crônica dos feitos da Guiné” de Gomes Eanes de Zurara*. Lisboa: Bertrand, 1956.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CLEMENTINO, Kleber. *Historiografia e política nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul*. Recife: tese defendida no PPG em História da UFPE, 2016.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

- CUNHA, Mafalda Soares da. *Linhagem, parentesco e poder: a Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990.
- CURTIUS, Ernst R. *European literature and the latin Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1952.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007, pp. 126-127.
- FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. “El taller historiográfico alfonsi. La Estoria de España y la General estoria en el marco de las obras promovidas por Alfonso el Sabio”. In: MARTINEZ, Jesús Montoya. & RODRIGUEZ, Ana D. (coord.). *El Scriptorium alfonsi: de los Libros de Astrologia a las “Cantigas de Santa Maria”*. Madri: Fundación Universidad Complutense, 1999, pp. 105-126.
- _____. *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*. Valladolid: Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000.
- _____. “La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos: nuevo panorama”. Paris: Cahiers de linguistique hispanique médiéval, n. 18-19, 1993-4, pp. 101-132.
- FOSSIER, François. “A propos du titre d'historiographe sous l'Ancient Régime”. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t. 32e, 3, Histoire et Historiens, jul/set 1985, pp. 361-417.
- GAY, Peter. *O estilo em história: Gibbon, Ranke, Macauley, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GIANEZ, Bruno. *Fernão Lopes (1380/90-1459): crônica e história em Portugal*. Niterói (RJ): Dissertação apresentada ao PPG em História da UFF, 2009.
- GOUVEIA, Mário de. “O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI-XII)”. *Lisboa: Lusitania Sacra*, n. 25, janeiro-junho de 2012, pp. 183-226.
- GRAFTON, Anthony. *Humanists with inky fingers: the culture of correction in Renaissance Europe*. Florença: Leo S. Olschki ed., 2011.
- _____. *What was History? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010.
- GRELL, Chantal (Ed.). *Les historiographes en Europe de la fin du Moyen Âge à la Révolution*. Paris: PUPS, 2006.
- FERNANDES, Hermenegildo. *D. Sancho II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- FRANÇA, Susani L. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume, 2006.
- GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier, 1980.
- KAGAN, Richard. *Los cronistas y la Corona*. Madri: Marcial Pons, 2010.
- KOOPER, Erik (Ed.). *The Medieval Chronicle*. New York, Ed. Rodopi, 2008.
- MALEVAL, M. do A. Tavares. *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- _____. “A estoria de Dom Nuno Alvares Pereyra ou Coronica do Condestabre”. Florianópolis: Rev. da Anpoll (Assoc. Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Letras e Linguística), UFSC, Série Estudos Medievais 3: fontes e edições, pp. 111-139.
- MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal, v. 2: a monarquia feudal*. Lisboa: Estampa, 1998.
- MATTOSO, José (Dir.) & HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal, vol 4: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- MATTOSO, José (Dir.) & MAGALHÃES, Joaquim Romero (org.). *História de Portugal, vol. 3: No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- MELLO, Evaldo C. de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008.

MITRE, E. *Historiografia y mentalidades históricas en la Europa Medieval*. Madri: Universidad Complutense, 1982.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

PARZEWSKI, L. F. “A expansão marítima na cronística portuguesa (séculos XV-XVI): Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros”. *Mirabilia*, n. 8, dez. 2008, pp. 369-380.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

PIRES, Francisco M. (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a escrita da história*. São Paulo: Alameda, 2009.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUP, 2013.

REBELO, Luís de Sousa. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

SARAIVA, A. José & LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Santos: Martins fontes, 1955.

SERRÃO, Joaquim V. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. 3 vols. Lisboa: Editorial Verbo, 1972-1974.

SERRÃO, Joel (Dir.); MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.); COELHO, Maria Helena da Cruz (Coord.) & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.). *Nova História de Portugal, vol III: Portugal em definição de fronteiras. Do condado portugalense à crise do século XIV*. Lisboa: Ed. Presença, 1995.

SERRÃO, Joel (Dir.) & MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *Nova História de Portugal, vol. IV: Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SMALLEY, Beryl. *Historians in the Middle Ages*. London: Thames and Hudson, 1974.

SOLL, Jacob. “Empirical history and the transformation os political criticism in France from Bodin to Bayle”. *Journal of History od Ideas*, vol. 64, n. 2, abr. 2003, pp. 297-316.

VIDAL, Silvina. “Los teóricos españoles de la historia: Luis Cabrera de Córdoba (1599-1623)”. *Anuario del Centro de Estudios Históricos Carlos S. A. Segreti, Córdoba (Argentina)*, ano 10, n. 10, 2010, pp. 325-341.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

/ /	Ass: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
INSTITUTO DE INOVAÇÃO, PESQUISA, EMPREENDEDORISMO,
INTERNACIONALIZAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – INSTITUTO IPÊ
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA**

FORMULÁRIO ÚNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

INFORMAÇÕES GERAIS AOS PESQUISADORES

TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA

1. O proponente, após elaborar o projeto de acordo com o Formulário Único, providencia o encaminhamento de uma cópia impressa ao Departamento para abertura de processo;
2. O Departamento envia o projeto à Comissão de Pesquisa para análise e emissão de parecer sobre o mérito científico do mesmo, incluindo parecer emitido pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), quando envolver animais;
3. Após a aprovação pela Comissão de Pesquisa, o projeto é encaminhado ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) para análise e emissão de parecer das questões administrativas;
4. Quando houver proposta orçamentária, o projeto deverá ser encaminhado pelo CTA com parecer sobre a viabilização dos recursos;
5. Após a decisão do CTA do Departamento, os projetos aprovados deverão ser encaminhados à Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) para cadastramento. Reitoria e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para parecer final;
6. A Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) da PRPPG informará ao proponente o resultado final da avaliação do projeto;
7. Os projetos aprovados serão cadastrados, em banco de dados, na Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) da PRPPG.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Outras informações poderão ser obtidas diretamente na Coordenação Geral de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

DOCUMENTAÇÃO

1. ANEXAR O PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS (CEUA)
(item obrigatório quando se tratar de pesquisa envolvendo animais);
2. ANEXAR A DECISÃO DO CTA.

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

I - IDENTIFICAÇÃO – PARTE ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

Histórias e experiências de escravizados, libertos, ingênuos, ex-escravizados e seus descendentes em Pernambuco, entre o processo de emancipação e o pós-abolição (1870-1910)

2 – VIGÊNCIA: (o prazo máximo apresentado inicialmente para a execução do projeto é 48 meses)

Início Previsto (mês/ano): abril 2024

Término Previsto (mês/ano): março 2028

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a)	Nome da Área: Ciências Humanas
Número do Código: 7.00.00.00-0	
b)	Nome da Sub-Área: História
Número do Código: 7.05.00.00-2	
c)	Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): História do Brasil
Número do Código: 7.05.05.00-4	

Atenção: algumas áreas não apresentam na tabela o nome/código do 4º nível de conhecimento, mesmo assim, discrimine-os, pois esta informação é imprescindível para o Banco de Dados da Pesquisa da PRPPG.

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

História Social da Abolição
História Social do Pós-abolição
História Social do Trabalho
História Social da Escravidão

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Escravidão e Liberdade	4. 13 de maio
2. Abolição	5. História de Pernambuco
3. Pós-abolição	6.

6 – DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

08/03/2024

Ass: Maria Emilia Vasconcelos dos Santos

7 – PARTICIPANTES

Nome: Maria Emilia Vasconcelos dos Santos

CPF: 038.368.404-80

Departamento: História

Data de Nascimento: 01/11/1981

Grupo de Pesquisa: Cultura Política entre Brasil, Portugal e África: colonialismo, pós-colonialismo e ditaduras (sécs XIX-XX)

E-mail: emilia.vasconcelos@ufrpe.br

Bolsista do CNPq () sim (X) não Nível:

Titulação: Doutorado

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 12 horas semanais

Nome:

CPF:

Departamento:

Data de Nascimento:

Grupo de Pesquisa:

E-mail:

Bolsista do CNPq () sim () não Nível:

Titulação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): x horas semanais

Nome:

CPF:

Departamento:

Data de Nascimento:

Grupo de Pesquisa:

E-mail:

Bolsista do CNPq () sim () não Nível:

Titulação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): x horas semanais

Nome:

CPF:

Departamento:

Data de Nascimento:

Grupo de Pesquisa:

E-mail:

Bolsista do CNPq () sim () não Nível:

Titulação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): x horas semanais

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

II – DETALHAMENTO – PARTE CIENTÍFICA

RESUMO

Este projeto visa investigar aspectos da experiência coletiva e individual de homens e mulheres escravizados, ingênuos, libertos, ex-escravizados e seus descendentes em Pernambuco, entre o processo de emancipação e o pós-abolição (1870-1910). Vamos discutir a pluralidade e a complexidade das suas vivências mostrando como suas ações e reivindicações, expressas de modos diversos, conformam práticas sociais. Tomaremos como eixo teórico os pressupostos do historiador inglês Edward Thompson, notadamente, os conceitos de fazer-se e de experiência para analisar as ações (coletivas e individuais) de nossos personagens no passado. Utilizaremos para analisar as experiências desses indivíduos os processos judiciais depositados no Memorial da Justiça de Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

A população negra, muitos deles africanos, libertos, ingênuos e ex-cativos buscaram se firmar em uma sociedade pautada na lógica escravista e para isso fizeram uso de direitos, de costumes e tradições agindo e articulando cotidianamente os meios de proteção, luta e conquista de espaços sociais aprendidos na luta pela liberdade. Relacionar as experiências desses indivíduos com o período anterior e posterior ao período escravista permite articular áreas de pesquisa que nas interpretações tradicionais estariam separados em diferentes campos de investigação, como a história da escravidão, das práticas culturais dos trabalhadores urbanos/rurais pobres e a história do trabalho.

A presente pesquisa buscará desvendar a lógica e os significados das atitudes e percepções dos ex-cativos ante a liberdade em uma região tradicionalmente escravista, que teve boa parte do grupo proprietário resistindo à abolição até os últimos instantes. Procuraremos nesse estudo ressaltar as experiências e as invenções cotidianas dos libertos em forjarem saídas, identidades e estratégias (CHALHOUB, 1990; MACHADO, 1994; CASTRO, 1995).

O recorte (1870-1910) abre a possibilidade de avaliar as consequências imediatas da abolição sobre uma província e depois estado que abrigou uma das mais duradouras sociedades escravistas das Américas. E, além disso, perceber as implicações do fim do cativeiro sobre as vivências cotidianas das populações negras que ali habitavam. Assim, pretendemos também perceber como as experiências da escravidão, de variadas e imprevisíveis maneiras, projetaram-se sobre o cotidiano dos ex-escravizados e seus descendentes no pós-abolição, norteando condutas, escolhas e projetos de inserção social, de trabalho e de liberdade.

Esse projeto se justifica primeiro, por pretender-se apreender como os últimos anos do cativeiro, que foram momentos tensos, foram negociados entre senhores e escravizados. Esse foi um período que os escravizados e ex-escravizados exigiam direitos que terminaram forçando os limites da escravidão e modificaram os termos da dominação senhorial. Averiguando as queixas de “insubordinação” poderemos revelar as tensões e impasses na relação senhor-escravizado e ex-escravizado-ex-senhor.

A nossa possibilidade de aproximação a estes sujeitos se dará na investigação dos seus modos de vida, suas percepções sobre o trabalho e a experiência da liberdade para os trabalhadores que tinham sido cativos. Como foi manifestado por E. P. Thompson (2004) as experiências devem ser tomadas como um lugar privilegiado para explicar as mudanças históricas o que implica em observar modos de vidas e valores culturais de pessoas comuns na construção da narrativa história.

Para investigar essas experiências a historiografia tem indicado que por meio das fontes judiciais é possível acompanhar histórias de vida de gente escravizada, liberta e ex-escravizada e verificar o quanto os laços de solidariedade, práticas econômicas e sociais, construídas no tempo do cativeiro, orientaram as vivências na liberdade.

Importa destacar que uma forte preocupação com a pesquisa empírica e com as experiências das populações africanas, escravizadas, libertas e ex-escravizadas tem sido uma prática constante da pesquisadora proponente do projeto.

2. OBJETIVOS

Geral Investigar aspectos da experiência coletiva e individual de homens e mulheres escravizados, ingênuos, libertos, ex-escravizados e seus descendentes em Pernambuco, entre o processo de emancipação e o pós-abolição (1870-1910).

Específicos

- Colocar em contato pesquisadores que lidam com temas relacionados à História Social da escravidão, das lutas pela liberdade e do pós-abolição, permitindo relacionar as experiências de escravizados, libertos e ex-escravizados antes e depois do 13 de maio de 1888;
- Aprofundar práticas de trabalho coletivo, colocando em conexão pesquisas individuais sobre períodos e temas diversos, mas que mantenham questões e problemas semelhantes de modo a aprofundar a discussão e potencializar os esforços dos pesquisadores da equipe e seus alunos;
- Elaborar ferramentas de pesquisa que permitam maior agilidade na localização de informações, somando dados recolhidos em pesquisas individuais e dos levantamentos coletivos;
- Estimular a formação de alunos de graduação e pós-graduação na área abrangida pelo projeto;
- Contribuir para a melhoria da formação de pesquisadores dedicados ao estudo das experiências dos escravizados, libertos, dos ex-escravizados e seus descendentes, especialmente aqueles em etapas iniciais de suas carreiras acadêmicas, por meio do oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação sobre esses temas;
- Discutir a pluralidade e a complexidade das experiências vividas pelos trabalhadores negros escravizados, libertos e livres ao longo das décadas de 1870 a 1910, mostrando como suas ações e reivindicações, expressas de modos diversos, conformaram práticas sociais;

- Discutir as múltiplas dimensões da História da população negra em Pernambuco dentro dos marcos cronológicos do projeto, explorando os processos de ressignificação e de criação de novas identidades;
- Estudar as práticas culturais (festas, formas de religiosidade, artes) e as sociabilidades dos ex-escravizados e seus descendentes;
- Transcrever e analisar processos judiciais selecionados envolvendo as questões norteadoras do projeto, em Pernambuco entre as décadas de 1870 e 1910;

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

Para viabilizar as pesquisas individuais e as atividades de caráter coletivo, organizadas em torno de três grandes eixos de investigação (experiências, direitos e identidades), serão desenvolvidas tarefas em caráter permanente e rotineiro. Elas visam a construção de instrumentos de pesquisa, configurando ferramentas que podem ser utilizadas para localização de fontes, processamento e cruzamento de dados e outros procedimentos de análise. Pretendemos construir ferramentas de pesquisa como banco de dados e inventários de fontes que, serão criados mediante a colaboração de diversos pesquisadores (estudantes de iniciação científica, mestrado, doutorado e professores).

Os processos judiciais constituem um corpo documental de inestimável valor para a análise das experiências individuais e coletivas dos africanos, ingênuos, escravizados, libertos e os descendentes de trabalhadores negros livres ou escravizados, ao longo dos séculos XIX e XX. Eles permitem o acesso a informação sobre diferentes tipos de conflitos, reivindicação de direitos, experiências dentro e fora dos locais de trabalho. Nos depoimentos orais de testemunhas, acusados e vítimas podemos compreender melhor aspectos da vida, da organização social e do cotidiano dos nossos personagens de estudo.

O acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco cobre o nosso recorte temporal, é bem organizado e o espaço é acessível para pesquisa. Os processos judiciais são documentos ricos por permitir adentrar nas vivências cotidianas de indivíduos escravizados, pobres ou de pele escura que não encontramos em outros registros. No entanto, o Memorial da Justiça não possui instrumentos de pesquisa adequados as pesquisas históricas e os processos estão organizados apenas por comarcas e ano de abertura dos processos. Queremos produzir um banco de dados e inventário que inicialmente conste o nome do acusado, vítima e testemunhas, informações como profissão, sexo, objeto da reclamação e a localização do processo.

Outra frente de trabalho será à digitalização de alguns processos que se mostrem relevantes para as pesquisas individuais e coletivas. Esse recurso será utilizado por oferecer maior flexibilidade e rapidez no acesso a eles.

Com isso pôde-se estimar os recursos humanos e materiais para realizar os trabalhos de: a) reprodução digital b) processamento dos dados dos documentos levantados e os documentos digitalizados e c) transcrição de processos judiciais selecionados. Essas três etapas serão realizadas por uma equipe composta por professores, alunos/as da graduação, mestrado e doutorado. Dada a sua natureza, essas atividades serão desenvolvidas sob supervisão conjunta das docentes que integram o projeto.

Paralelamente, realizaremos um levantamento e leitura de material bibliográfico para reunir dados e informações sobre as experiências dos africanos, libertos, ingênuos e escravizados. A tarefa será realizada conforme as necessidades das pesquisas individuais, mas também de forma coletiva. Esse levantamento permitirá acessar as conexões e disputas entre esses indivíduos.

O trabalho pressupõe uma fase de levantamento documental e do material bibliográfico mas, os bolsistas acompanharão também as atividades desenvolvidas pelos outros membros da equipe e serão estimulados a produzir um artigo sobre a experiência da população negra escravizada ou livre por meio dos processos judiciais, em Pernambuco de fins do século XIX e início do XX.

Com atividades bem definidas e imprescindíveis para o bom andamento das pesquisas individuais e coletivas, essa equipe de bolsistas trabalhará em constante sintonia com todos os membros da equipe de pesquisadores do projeto.

Além das pesquisas individuais e coletivas e das atividades relacionadas aos programas de pós-graduação, dedicaremos especial atenção para realização de oficinas de pesquisa que discutam a natureza e características das fontes, suas potencialidades para a pesquisa histórica, as possibilidades no tratamento das informações por elas oferecidas e também, as especificidades e problemas a serem enfrentados na construção de narrativas históricas que as tenham por base.

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Este projeto tem como contribuição promover a integração de alunos/as de graduação em atividades coletivas permite estimular a formação, na área abrangida pelo projeto. Muitos dos/das estudantes de graduação dão continuidade aos seus estudos na pós-graduação. Além de contribuir para a formação de recursos humanos e gerar novas pesquisas individuais.

Esperamos desenvolver, uma atividade que merece destaque, de caráter coletivo, que pretende expor os resultados das pesquisas realizadas, que é a construção de banco de dados e inventário de fontes construídos no âmbito da proposta, que possam ser acessados pela comunidade científica.

Estimular a troca de informações por meio da realização de oficinas de pesquisa nas fontes documentais e um seminário entre os participantes do projeto e convidados, para discussão de temas de interesse coletivo e/ou para o andamento das pesquisas individuais.

Pretendemos publicar os resultados das investigações individuais e coletivas, na forma de artigos em revistas especializadas e capítulos em obras coletivas. Os resultados do projeto podem também dar origem a produtos específicos, como verbetes para a Wikipédia e episódios de podcasts sobre as trajetórias encontradas nos processos, que poderão ser disponibilizados de forma mais ampla ao final da vigência do projeto.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

[illegible]

ATIVIDADES	ANO 2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura da bibliografia específica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa documental nos arquivos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Digitalização da documentação				X	X	X	X	X	X	X	X	
Transcrição da documentação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaborar resumos dos processos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Transcrição da documentação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Construção de banco de dados	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Escrever artigos							X	X	X	X	X	X
Participar de eventos Acadêmicos							X				X	

[illegible]

7. ORÇAMENTO (OPCIONAL)**Material de Consumo**

MATERIAL	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
TOTAL			

Serviços de Terceiros

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
TOTAL			

Custos Totais

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Material de consumo	
Serviços de terceiros	
TOTAL	

8. APOIO FINANCEIRO (FACEPE, CNPq, BNB, etc.), INDICANDO O VALOR TOTAL

Não se aplica.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha & PEREIRA, Matheus Serva. (Orgs.). *Caminhos da Liberdade: Histórias da Abolição e do Pós-abolição no Brasil*. Niterói – RJ, PPGH - UFF, 2011.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. In: *Revista Estudos Avançados*. Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Transição do trabalho escravo para o Trabalho livre no Nordeste açucareiro*. In: *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo - USP, v.13, nº 1, 1983

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites: século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

Azevedo, Elciene. [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BERLIN, Ira. *Gerações do Cativo – Uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Capitães e Mateus: reações sociais e culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (Comarca de Nazareth – 1870/1888)*. Tese de Doutorado, Campinas, SP, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. RJ, 1988.

CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. Tese de doutorado, University of California, Berkeley, 2008.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. RJ: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *A Zona da Mata Pernambucana e a Serra Gaúcha: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do XIX*. Recife: Mimeo, 2012.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do Escravismo no Recife 1822-1850*. Recife: UFPE, 1998.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EISENBERG, Peter L. Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX. . In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, 17(2), Maio/Ago. 1987.

- FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade – a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.
- FRAGA FILHO, Encruzilhadas da Liberdade. *Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- FRAGA FILHO, Walter. *Migrações, Itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição*. In: Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste - Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, Flávio dos Santos e CUNHA, Olivia (Orgs.). *Quase-Cidadão – Histórias e Antropologias da Pós-Emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007.
- GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-Abolição (1890-1980)*. SP: Selo Negro, 2011.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação – Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa edições, 2006.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. *From Monarchy to Republic in Northeast Brasil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. Indiana: Indiana University, 1975.
- LACOMBE, Américo Jacobina; Silva, Eduardo e Barbosa, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.
- LEVINE, Robert. *A Velha Usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LOPES, José Sérgio Leite e ALVIM, Rosilene. A Usina e a Varanda: A Teatralização da Dominação Patronal. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 38, n. 2, 2007.
- MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: A história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, 42 (2010).
- MAIA, Iacy Mata. Libertos de Treze de Maio e ex-senhores na Bahia: Conflitos no pós-abolição. *Revista Afro-Ásia*, n. 35, 2007.
- MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense*. Dissertação de Mestrado UFF, Niterói, 2012.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio - os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999.
- MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do cativeiro ao mar: escravos na Marinha de Guerra*. Revista Estudos Afro-asiáticos, n. 38, dez 2000.
- PALMEIRA, Moacir. *Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional*. Contraponto, n. 2, dez, 1977.
- PAPALI, Maria Aparecida. *Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão*. Revista Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, Vol. XXXIII, 2007.
- REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

- ROGERS, Thomas D. *Deepest Wounds: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil*. The University of North Carolina Press, 2010.
- ROSEMBERG, Andre. *De chumbo e festim: Uma historia da policia paulista no final do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.
- SALES, Maria Letícia Xavier. *O Clube do Cupim e a Memória Pernambucana*. Revista do Arquivo Público Estadual .de Pernambuco. Recife, v. 40, n. 43, 1990.
- SARAÚSA, Carmen. *El análisis histórico Del trabajo agrário: custiones recientes*. In: História Agrária: revista de agricultura e história rural. SEHA – Seminário de História Agrária, Editada en la Universidad de Murcia, nº 22, agosto 2000.
- SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura – uma investigação de história cultural*. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.
- SILVA, Eduardo. “Resistência negra, teatro e abolição da escravatura”, 2009.
- SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Ed. da UFPE. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese de Doutorado UFBA, Salvador, 2011.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e diretos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. Tese de Doutorado, Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.
- SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia – Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus 1888/1930*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2012.
- SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *Reordenamento do trabalho – Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe 1850-1930*. Funcaju, Aracaju, 2000.
- ROSEMBERG, André. *Policia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese de doutoramento, São Paulo : FFLCH/ USP. 2008.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. “A Árvore da Liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de Magia e Sobrevivência – sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890/1940)*. Tese de Doutorado em História Social, USP, São Paulo, 1997.
- XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

08/03/2024	Ass:  MARIA EMILIA VASCONCELOS DOS SANTOS	Documento assinado digitalmente MARIA EMILIA VASCONCELOS DOS SANTOS Data: 08/03/2024 22:08:18-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br



PROJETO DE PESQUISA Nº 33/2024 - DCAA-DAG (11.01.02.06.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/03/2024 03:13)

JOSE CARLOS DA MOTA PESSOA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DCAA-DAG (11.01.02.06.06)

Matrícula: ###32#8

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/documentos/> informando seu número: 33, ano: 2024, tipo:
PROJETO DE PESQUISA, data de emissão: 11/03/2024 e o código de verificação: 06b742fa6f



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO - SEÇÃO ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

A presença indígena na Zona da Mata Pernambucana: terra, trabalho e fronteira nos séculos XIX e XX.

2 – VIGÊNCIA: (até 60 meses)

Início Previsto (mês/ano): junho/2023

Término Previsto (mês/ano): dezembro/2026

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: História

Número do Código: 7.05.00.00-2

b) Nome da Subárea: História do Brasil

Número do Código: 7.05.05.00-4

c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento):

Número do Código:

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

Linha 5 PGH/UFRPE: Terra, trabalho e poder

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Presença indígena

4. Zona da Mata Sul pernambucana

2. Aldeamento

5. Fronteira

3. Trabalho

6. Estado nacional

6 – GRUPO DE PESQUISA: (informar link do grupo de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ)

LACED – Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento -

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7936114543253146



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

7 – PARTICIPANTES

Nome: Mariana Albuquerque Dantas

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 007.404.774-47

SIAPE (servidor da UFRPE): 1114920

E-mail: mariana.dantas@ufrpe.br

Vinculação: Dehist/UFRPE

Função: Coordenador (x) Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em números inteiros): 10 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8568216121012333>

Nome: Edson H. Silva

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 306.214.294-49

SIAPE (servidor da UFRPE):

E-mail: edson.edsilva@hotmail.com

Vinculação: UFPE; PGH/UFRPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em números inteiros): 5h

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9552532754817586>

Nome: Carlos Eduardo de Souza

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 102.325.314-39

SIAPE (servidor da UFRPE):

E-mail: souzaeducarlos15@gmail.com

Vinculação: UFRPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em números inteiros): 10h

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5225698867744759>

Nome: Renato Gabriel de Oliveira André

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 131.873.304-95

SIAPE (servidor da UFRPE):

E-mail: renatto.andre@hotmail.com

Vinculação: UFRPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em números inteiros): 10h

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4014278041468504>



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO PROJETO DE PESQUISA

Nome: Bárbara Rebeca Ponzzi Muller

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 129.256.774-01

SIAPE (servidor da UFRPE):

E-mail: barbaramllr18@gmail.com

Vinculação: UFRPE

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em números inteiros): 10h

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4028984510711226>

II – DETALHAMENTO – SEÇÃO CIENTÍFICA

RESUMO

O principal objetivo da proposta de pesquisa aqui apresentada é analisar a presença indígena na formação histórica da região da Zona da Mata Sul de Pernambuco, e sua fronteira com Alagoas, durante a segunda metade do século XIX e o início do XX. Serão tratadas as trajetórias históricas dos aldeamentos de Escada, Barreiros e Riacho do Mato na perspectiva de longa duração e a partir do conceito de territorialização, trazendo elementos para compreender o seu estabelecimento no período colonial, bem como as transformações vivenciadas até o período a ser estudado com mais profundidade. O foco da análise será a inserção dos indígenas desses aldeamentos, a partir de suas demandas e necessidades, nos processos de modernização do estatuto de acesso à terra, concretizado pela Lei de Terras de 1850, e de transição do trabalho escravizado para o livre na região. Dessa forma, será possível compreender as transformações culturais e identitárias protagonizadas por esses povos ao longo da constituição das aldeias missionárias no período colonial, em função de demandas da Coroa portuguesa, da Igreja católica, dos colonos, bem como das adaptações dos próprios indígenas. Além de ser necessário analisar a constituição das vilas no século XVIII, que vão originar as cidades e os municípios nos períodos posteriores. Com essa perspectiva, também serão consideradas as diversas formas de participação militar e política encontrada pelos indígenas nas revoltas ocorridas na primeira metade do século XIX, e o seu envolvimento nos debates em torno dos diferentes projetos de construção do Estado nacional brasileiro. Pretende-se, portanto, lançar novos elementos para a compreensão da estrutura fundiária da região, dos embates sociais e políticos, e das disputas por terra e pelos usos da mão de obra indígena entre diferentes sujeitos históricos.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

A Zona da Mata de Pernambuco é caracterizada por seu clima quente e úmido, e por possuir duas estações bem definidas, uma seca e a outra chuvosa. De acordo com Manoel Correia de Andrade (2011, p. 40), as diferenças no regime de chuvas, no clima e no solo levaram à diferenciação na Zona da Mata entre a sub-região da mata seca, ao norte, e sub-região da mata úmida, ao sul. Foi na fronteira com o atual estado de Alagoas que ocorreu rapidamente a concentração fundiária devido ao domínio da produção açucareira. Ali a mata atlântica é exuberante, os rios são volumosos e o tipo de solo propício ao estabelecimento do cultivo da cana-de-açúcar desde o século XVI.

Desde 1999, o governo do estado de Pernambuco estabeleceu regiões administrativas com o intuito de realizar planejamento estratégico e de gerenciar de maneira descentralizada as ações públicas. (SANTOS, FREITAS, 2011, p. 12-13) Por isso, tem-se a distribuição dos municípios para cada uma das dez Regiões de Desenvolvimento (RD), entre as quais destacamos a Mata Sul e a sua composição.¹

Nessa região, atualmente, também são registrados graves conflitos fundiários, sendo identificada como umas das mais violentas do país, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)² e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE)³, amplamente divulgados na imprensa.⁴

A compreensão da complexa situação territorial e social contemporânea da Mata Sul de Pernambuco e da fronteira com Alagoas passa necessariamente por uma análise histórica da sua formação em longa duração, remetendo perguntas do presente ao passado, tanto o mais próximo quanto o mais remoto (BLOCH, 2002, p. 65; BRAUDEL, 2014, p. 57). Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a formação histórica da Zona da Mata Sul de Pernambuco e sua fronteira com Alagoas a partir da presença indígena na segunda metade do século XIX e início do século XX, com foco nos aldeamentos de Riacho do Mato, Barreiros e Escada. A presença indígena será abordada a partir das questões enfrentadas no período pelo Estado brasileiro, imperial e republicano, relacionadas à transição do trabalho escravizado para o livre, à regularização do acesso a terras, e às tentativas de modernização da produção açucareira na região. É importante ressaltar que dois desses aldeamentos, Barreiros e Escada, deram origem a importantes municípios da Mata Sul.

A presença de povos indígenas na região é secular e remete aos primeiros momentos da conquista. Ali rapidamente foram estabelecidas trocas comerciais entre europeus e indígenas de grupos diversos e, logo em seguida, foram constituídos engenhos de cana-de-açúcar e aldeamentos missionários (SILVA, 2022; FERRAZ, 2008). As aldeias missionárias, cujas funções e cujos significados variavam a depender do agente ou da instituição colonial, foram formadas, estruturadas, realocadas, povoadas por fluxos populacionais diversos, sendo apropriadas também pelos indígenas como espaços de ressocialização em meio ao novo contexto de escravização e violência do empreendimento colonial português (ALMEIDA, 2013). Assim, na região objeto desta pesquisa, foram formadas tanto missões que rapidamente foram desfeitas, quanto aldeias que tiveram uma longevidade secular, passando por transformações profundas e contínuas em seus territórios e na constituição das identidades coletivas de suas populações indígenas, como é possível identificar a partir do processo de territorialização (PACHECO DE

¹Os municípios que compõem a Mata Sul hoje são Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Chã Grande, Cortês, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraial, Palmares, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Vitória de Santo Antão e Xexéu. (SANTOS, FREITAS, 2011, p. 13)

²<https://www.cptnacional.org.br/multimedia/12-noticias/conflitos/4872-violencia-e-destruicao-na-zona-da-mata-sul-de-pernambuco> Consultado em 09 mai. 2023.

³<https://www.fetape.org.br/noticias-detalle/ameacadas-por-dono-de-imobiliaria-familias-agricultoras-estao-sob-pressao-na-mata-sul/6184#.ZF0opezML0p> Consultado em 09 mai. 2023.

⁴<https://www.brasildefatope.com.br/2022/10/20/trabalhadores-rurais-voltam-a-sofrer-ameacas-na-zona-da-mata-sul-de-pernambuco> Consultado em 09 mai. 2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

OLIVEIRA, 2004). As aldeias de Escada e de Barreiros são exemplares em sua trajetória e aqui são entendidas como espaços valiosos para a compreensão do protagonismo indígena na região ao longo do tempo (SILVA, 2021; FERREIRA, 2006).

O aldeamento do Riacho do Mato, por sua vez, tem o seu processo de constituição marcado a partir da década de 1860, iniciada com a migração de indígenas de Escada que tentavam encontrar alternativas à perseguição política e à invasão de seu território (SILVA, 2021). No entanto, o Riacho do Mato já era identificado como um espaço de refúgio para indígenas de aldeamentos diversos, pessoas escravizadas e pessoas pobres e livres na primeira metade do século XIX, devido ao envolvimento nas revoltas iniciadas pelas elites naquele período (DANTAS, 2018). Pesquisas mais recentes vêm demonstrando o lugar do Riacho do Mato como parte integrante de uma região impactada pelo Quilombo dos Palmares em meados do século XVII, e pelo estabelecimento de várias aldeias em seu espaço após a repressão da Coroa portuguesa. Com uma abordagem pautada na perspectiva analítica da longa duração, tona-se possível acompanhar a participação de diferentes povos indígenas na região como conquistadores, a exemplo do que ocorreu em outros lugares da América, e por meio dos levantes que iniciaram ao longo do século XVIII e início do XIX, inserindo-os em um contexto mais amplo de revoluções e levantes no Mundo Atlântico. (HERTZMAN, 2023).

Na segunda metade do Oitocentos, a partir dos marcos do Regulamento das Missões de 1845 e da Lei de Terras de 1850, houve uma investida dos governos provinciais no sentido de definir a extinção dos aldeamentos indígenas em regiões de colonização antiga, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Ceará e Pernambuco (ALMEIDA, 2013; OLIVEIRA, 2020; SILVA, 2020; SILVA, 2011; SILVA, 2021; DANTAS, 2010). Ao contrário do que se verificou para as elites, beneficiadas de longa data pela doação de sesmarias e outros tipos de arranjo para acessar terras (CARVALHO, 2003), a Lei de Terras para os povos indígenas aldeados teve um impacto bastante nefasto, configurando o que João Pacheco de Oliveira identificou como a mistura mais radical (2004). Assim, Barreiros, Escada e Riacho do Maro, bem como os outros aldeamentos localizados em Pernambuco, foram extintos entre as décadas de 1860 e 1870, restando a permanência em lotes concedidas às famílias que conseguiram continuar habitando os espaços das antigas aldeias.

Na Zona da Mata Sul e na fronteira entre Pernambuco e Alagoas, o cultivo da cana-de-açúcar avançou sobre territórios que, até a primeira metade do século XIX, eram ocupados por densa mata atlântica, de onde se extraíam valiosas madeiras para produção naval da Marinha real, e por antigos aldeamentos indígenas (FERREIRA, 2006). O avanço da fronteira agrícola de produção para exportação correspondia a um novo momento da política econômica nacional, refletida no impulso de modernização da produção de açúcar em pleno “Norte agrário” (EISENBERG, 1977; MELLO, 1999). Associado a esse processo, houve o encaminhamento do Estado imperial sobre a questão da transição do uso da mão de obra escravizada para a livre por meio das leis emancipacionistas, que apresentaram um caráter gradual e indenizatório atendendo às demandas dos proprietários (MACHADO, 2014). Na região objeto da pesquisa aqui apresentada foram estabelecidas colônias agrícolas, que tinham como objetivos principais a abertura do território para os empreendimentos agrícolas e o agenciamento de mão de obra local ou de migrantes da seca vindos de outras províncias (OLIVEIRA, 2013). No território do aldeamento do Riacho do Mato foi criada a Colônia Socorro, que impactou o acesso aos recursos naturais, às terras e a reelaboração das identidades coletivas dos indígenas ali estabelecidos há décadas (DANTAS, 2018), tal como ocorreu em outras localidades do Espírito Santo (OLIVEIRA, 2020), São Paulo (DORNELLES, 2017) e Bahia (SILVA, 2020). Para Pernambuco, embora existam obras consolidadas sobre a modernização sem mudança da agroindústria canavieira e a transição para o uso da força de trabalho livre, ainda faltam pesquisas sobre a presença dos povos indígenas da fronteira com Alagoas nesses processos por meio da análise sobre as profundas modificações ocorridas nos seus territórios coletivos e na sua inserção nos mundos do trabalho no período.

Diante do exposto, o objetivo principal da pesquisa a ser realizada é analisar a presença indígena na formação da Zona da Mata Sul de Pernambuco e na fronteira com Alagoas, o que irá proporcionar novos elementos para a compreensão de processos sociais, políticos e econômicos contemporâneos e pretéritos.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO PROJETO DE PESQUISA

2. OBJETIVOS

Geral

Analisar a presença indígena na formação histórica da Zona da Mata Sul de Pernambuco, durante a segunda metade do século XIX e o início do XX, com ênfase nas questões de acesso à terra e de transição do trabalho escravizado para o livre.

Específicos

- Compreender a presença indígena em longa duração na fronteira entre Pernambuco e Alagoas como condição para analisar as dinâmicas políticas, econômicas e sociais nos séculos XIX e XX;
- Mapear o processo de extinção dos aldeamentos de Riacho do Mato, Barreiros e Escada a partir de 1860;
- Analisar a formação de colônias militares, agrícolas e para a recepção de migrantes da seca no lugar dos antigos aldeamentos, como a Colônia Socorro;
- Compreender os usos dados à mão de obra indígena na transição do trabalho escravizado para o livre na região;
- Identificar as modalidades de acesso às terras dos aldeamentos após a sua extinção;
- Analisar as estratégias individuais e familiares dos indígenas para se manter nos territórios dos antigos aldeamentos.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

Para analisar o processo de formação histórica da Zona da Mata Sul de Pernambuco e a fronteira com Alagoas é imprescindível atentar para a historicidade das relações entre indígenas e não indígenas, bem como para as dinâmicas locais de ocupação territorial e disputas por espaços. Nesse sentido, uma análise numa escala mais localizada, em diálogo com os processos mais amplos, contribui para construir explicações sobre as alianças e os conflitos entre os diferentes sujeitos históricos envolvidos nesses processos.

Uma perspectiva em escala micro, portanto, permite a visualização de tramas mais complexas de um dado processo, compreendendo alguns sujeitos históricos, até então pouco percebidos, como seus protagonistas. De acordo com Jacques Revel, modificar a escala de análise produz efeitos de conhecimento, ou uma maneira diferente de abordar um mesmo tema. Ao variar a objetiva da lente de estudo, aumentando ou diminuindo o tamanho do objeto, é possível modificar sua forma e fazer aparecer outra trama. Porém, Revel faz a ressalva de que não é apenas a escolha de uma escala em detrimento de outra que caracteriza a micro-história, mas sim a sua variação ou, em outras palavras, o jogo de escalas (REVEL, 1998, p. 20; 2000, p. 20). O objetivo é complexificar a análise do social, conferindo-lhe mais variáveis e integrando dados diversificados. Ao tratar da obra de Giovanni Levi, Revel



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

afirma que “a abordagem micro-histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva” (REVEL, 2000, p. 18).

Essa perspectiva propõe, portanto, conferir atenção especial às trajetórias individuais, familiares e de grupos, sem que isso se contraponha ao estudo do social ou de processos mais amplos. O objetivo é apontar outros entrelaçamentos para uma história global e construir novos significados e explicações. Dessa forma, sujeitos históricos diferentes podem emergir e alcançar protagonismo, contribuindo para lançar novas interpretações sobre fenômenos amplos estudados numa história social e política vista numa escala macro (REVEL, 1998, p. 12). Isoladamente, os sujeitos históricos protagonistas da microanálise não podem definir diretamente o desenvolvimento e os resultados de grandes processos, mas munidos de sua capacidade de adaptação e de suas próprias interpretações sobre os acontecimentos, eles podem encontrar respostas para os problemas propostos pelas novas situações. Não atuam de maneira irrestrita, uma vez que estão inseridos em diferentes redes de relacionamentos entre desiguais, que restringem suas possibilidades de criação e sua margem de manobra. Mas, ainda assim, conseguem propor, com mais ou menos sucesso, outras leituras e respostas sobre os processos globais (REVEL, 2000, p. 26).

Levando em consideração que na região a ser estudada foi um espaço para o estabelecimento de diversas aldeias indígenas, torna-se necessário analisar tais dinâmicas locais, inclusive as disputas por classificações étnicas, à luz das profundas transformações e reelaborações identitárias e culturais que esses grupos protagonizaram em seus territórios diante das imposições do empreendimento colonial e da formação do Estado nacional brasileiro. Assim, não se pode perder de vista que os indígenas aldeados retratados nas fontes do século XIX são resultado de longos processos de reelaboração de suas identidades realizados durante séculos de relações com não indígenas. Essas transformações deixam de ser concebidas como momentos de perdas culturais e que descaracterizaram as culturas indígenas, tidas como puras e imutáveis. Estudos recentes (ALMEIDA, 2013; PACHECO DE OLIVEIRA, 2004; 2011) vem demonstrando como as misturas e as mudanças vivenciadas pelos indígenas precisam ser entendidas como partes integrantes fundamentais das suas culturas, sendo estas entendidas como produtos históricos passíveis de receber novos conteúdos e significados (MINTZ, 2011). Levando em conta a fluidez e dinamicidade das culturas e das relações interétnicas experienciadas nas aldeias e em seu entorno, o conceito de identidade étnica também deve ser revisto. Afinal, aspectos apenas físicos, como laços de sangue, ou culturais não são o suficiente para compreender a sua construção. Como aponta Max Weber, a ação política de um grupo em torno de objetivos em comum e o sentimento de comunhão étnica são elementos cruciais para a formação e o desenvolvimento de identidades coletivas (WEBER, 1994, p. 270). Portanto, essa definição consegue abarcar as reconstruções culturais, já que lida com elementos políticos e subjetivos na construção de identidades étnicas. Essas adquirem ainda mais elasticidade ao serem pensadas também em função das relações estabelecidas entre diferentes coletividades. Fredrik Barth chama atenção para o aspecto relacional, por entender que as identidades são constituídas a partir dos contatos e das interações, e não do isolamento, da falta de diálogo ou da ausência de conflitos (BARTH, 2000, p. 26).

Os indígenas aldeados passaram por longos processos de adaptação, apropriação e ressignificação de elementos sociais, culturais, políticos e econômicos durante o período colonial, na maioria das vezes de maneira forçada pela legislação e pelo governo portugueses. Sem deixar de lado a violência e a arbitrariedade desse processo, que não raro levava à escravização, à morte ou a um lugar social subordinado, os indígenas que viviam em aldeias muitas vezes conseguiam de maneira criativa responder às novas situações apresentadas através da articulação de estratégias diversas, apropriando-se, inclusive, de culturas políticas do Antigo Regime (ALMEIDA, 2008, p. 104).

A relação de grupos indígenas com os espaços das aldeias, mais especificamente para a atual região Nordeste, é melhor compreendida através do conceito de territorialização, desenvolvido por João Pacheco de Oliveira. Em sua conceituação, Pacheco de Oliveira afirma que o processo de territorialização é



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a ‘etnia’, na América espanhola as ‘reducciones’ e ‘resguardos’, no Brasil as ‘comunidades indígenas’ – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 24).

Houve dois processos de territorialização, o primeiro caracterizado pela formação das aldeias coloniais e o segundo pela ação do Estado brasileiro no século XX. No período colonial, grupos diversos de indígenas foram sedentarizados e catequizados ao serem atraídos para as aldeias missionárias, onde passaram a ter novas vivências num espaço territorial bem demarcado. Esse primeiro processo foi caracterizado por três momentos distintos de misturas, tendo o último deles ocorrido no século XIX com a extinção oficial das aldeias. Já o segundo processo de territorialização deu-se com a interferência do órgão indigenista oficial do Estado e com objetivos marcadamente antiassimilacionistas, impondo condições para afirmação de uma cultura diferenciadora de maneira a estabelecer as populações aldeadas como “objeto demarcado cultural e territorialmente” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 24-26).

No primeiro processo de territorialização, diferentes grupos foram reunidos nas missões, em territórios específicos, sendo ali promovida uma homogeneização baseada na catequese e no disciplinamento pelo trabalho. Mais a frente, no século XVIII, a mistura se deu regulada por leis do governo pombalino, as quais tinham os objetivos de promover a transformação das aldeias em vilas e lugares nos moldes portugueses, e incentivar as relações entre indígenas e não indígenas, através do comércio e dos casamentos interétnicos, no intuito de que os primeiros se tornassem vassalos do rei sem distinção em relação aos demais. Apesar dos incentivos à mistura, a população descendente dos indígenas das missões se manteve nas aldeias, entendendo-as como territórios de posse comum, e se identificando enquanto coletividades a partir das antigas missões e de outros elementos, tais como santos padroeiros e acidentes geográficos (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 25).

Dessa forma, os grupos profundamente transformados se apropriaram e ressignificaram elementos impostos pelo governo português para melhor lidar com as novas situações que lhes eram apresentadas. Entre tais elementos, podemos apontar o limitado território da aldeia e a categoria generalizante de “índio”, que passou a identificar uma vasta diversidade de populações autóctones encontradas no momento da conquista e ao longo do período colonial. Como afirma Maria Regina Celestino de Almeida, ao tratar dos indígenas aldeados do Rio de Janeiro colonial, as aldeias não se constituíam apenas a partir das expectativas dos missionários, dos colonos e das autoridades coloniais. Elas tornaram-se também espaços indígenas. Nessas novas unidades, frente à violência dos sertões e à real possibilidade de escravização, os indígenas encontraram terra e certo grau de proteção (ALMEIDA, 2013).

Levando em consideração os processos de transformação identitária e cultural vivenciados pelos indígenas nas aldeias durante longos períodos, torna-se possível compreender as dinâmicas dos aldeamentos no século XIX. Ter em vista tais transformações também contribui para a análise das disputas em torno da categoria “índio” no Oitocentos, cujo estatuto jurídico ainda garantia direitos diferenciados de acordo com as leis do período, sendo o principal deles o acesso a terras coletivas. Dessa forma, ser identificado pelas autoridades como “índio”, “mestiço” ou, como as fontes identificaram os habitantes dos aldeamentos no Oitocentos, “supostos índios”, “cabra negro intitulado índio” (SILVA, 2021), implicava ter ou não reconhecido o direito específico sobre o território da aldeia. Enquanto, para os sujeitos históricos classificados, ser identificado e se identificar como indígena na segunda metade do século XIX ainda significava ter um lugar social e político diferenciado na hierarquia da sociedade imperial. As disputas por classificações e identidades de grupos indígenas foram uma constante ao longo do século



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

XIX em várias regiões do Brasil, demonstrando os graves problemas relacionados à posse das terras das aldeias vivenciados pelos indígenas.⁵

As disputas acerca da identidade dos indígenas são reflexos dos conflitos políticos e sociais, nos termos propostos por G. Boccarra, em que os diferentes agentes históricos envolvidos desempenhavam funções diferenciadas e apresentavam interesses variados (BOCCARRA, 2014). Levando em consideração que os agentes envolvidos nessa luta possuem recursos sociais desiguais, indígenas, proprietários de terras, autoridades locais e regionais estão, portanto, inseridos em relações desequilibradas de poder. Nesse sentido, o lugar social, político e econômico ocupado tanto pelo classificador, quanto pelo classificado ajuda a compor o quadro relativo às disputas por classificação (SCHWARTZ, 1996, p. 21).

Para embasar a proposta de pesquisa supracitada serão analisadas fontes manuscritas produzidas no período estudado, documentos disponibilizados na internet e bibliografia relativa à historiografia sobre a região estudada e sobre a formação do Brasil no século XIX e no início do século XX. Dessa forma, iremos analisar série documentais existentes no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco (Apeje) referentes aos conflitos locais, como as coleções Ministério da Agricultura, Petições Índios, Diversos, Colônias Diversas, Diretoria Geral de Índios e Registro de Terras Públicas. Ainda em Pernambuco, com o objetivo de problematizar os conflitos entre indígenas e não indígenas por terras, também será analisado parte do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco, onde é possível encontrar também informações sobre as dinâmicas política e social das vilas e comarcas. Há, igualmente, a possibilidade de analisar as questões locais através das fontes de arquivos paroquiais da região na qual estavam localizados os aldeamentos objetos da pesquisa. Com esse corpo documental, acreditamos que se tornará possível acompanhar em escala micro os processos de elaboração de alianças, inimizades políticas, bem como o desenvolvimento de conflitos entre indígenas e não indígenas.

Levando em consideração as viagens realizadas por lideranças indígenas em direção à Corte, as petições encaminhadas ao Imperador, bem como a comunicação entre diferentes instâncias dos governos imperial e republicano, será igualmente relevante consultar as coleções sob a guarda do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, principalmente os volumes referentes ao Ministério da Agricultura, que contém informações sobre a Diretoria Geral de Terras Públicas e a Inspeção Geral de Terras Públicas, e ao Ministério dos Negócios do Império.

Por fim, ainda será consultada documentação disponível on-line, como os relatórios dos presidentes da província de Pernambuco na segunda metade do século XIX⁶ e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco que trata da Colônia Socorro, instituição que ocupou o espaço do aldeamento do Riacho do Mato após a sua extinção.⁷

⁵ Trabalhos sobre as classificações conferidas aos grupos indígenas ao longo do século XIX: ALMEIDA, 2008; SILVA, 2021; DANTAS, 2010; SILVA, 2011; MOREIRA, 2002.

⁶ Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents&f%5B1%5D=grouping%3AProvincial%20Presidential%20Reports> Consultado em 15 de mai. 2023.

⁷ Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=41438 Consultado em 15 de mai. 2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

O projeto irá aportar importante contribuição na produção de conhecimento histórico sobre Pernambuco na transição do século XIX para o XX, período de intensos debates políticos, principalmente no que se referia à modernização do estatuto de acesso à terra e à transição do trabalho escravizado para o livre. Nesse sentido, o projeto irá proporcionar uma contribuição significativa para a historiografia relativa à Zona da Mata Sul do estado e sua fronteira com Alagoas, área de grande importância econômica no período estudado, bem como para a produção historiográfica do estado e do país por abordar sujeitos históricos tratados, até bem pouco tempo atrás, de maneira genérica e superficial. Ao se alinhar com estudos recentes sobre a temática, o projeto irá produzir mais informações sobre o protagonismo indígena na formação de Pernambuco e do Brasil.

Além disso, o projeto irá levantar e publicizar informações sobre populações indígenas nos séculos XIX e XX, período em que se achava que esses povos haviam desaparecido ao se misturar com pessoas não indígenas. Ao demonstrar os processos históricos vivenciados por indígenas de uma localidade, que defenderam suas necessidades e seus interesses relacionados às terras coletivas, pretende-se afirmar as transformações ocorridas em torno da identidade étnica diferenciada desses povos. Com isso, tem-se o objetivo de contribuir para dirimir preconceitos, que persistem até os dias atuais, e para construir uma visão crítica sobre imagens cristalizadas relacionadas aos povos indígenas. Dessa forma, pretende-se conferir visibilidade e apontar o protagonismo histórico de populações indígenas em Pernambuco e no Brasil.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2023						
		Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura e análise crítica de bibliografia	Toda a equipe	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa no acervo do Apeje-Pernambuco	Carlos Eduardo de Souza; Renatto André		x	x	x	x	x	x
Pesquisa em periódicos	Bárbara Ponzzi Muller			x	x	x	x	x
Elaboração de artigo apresentando resultados parciais	Mariana Albuquerque Dantas					x	x	x
Reunião com equipe do projeto	Toda a equipe	x	x	x	x	x	x	x

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2024											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura e análise crítica de bibliografia	Toda a equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa no acervo do Apeje-Pernambuco	Carlos Eduardo de Souza; Renatto André; Bárbara Ponzzi Muller	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa no acervo do Arquivo Nacional–Rio de Janeiro	Mariana Albuquerque Dantas			x	x	x	x	x	x	x	x		
Pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional–Rio de Janeiro	Mariana Albuquerque Dantas			x	x	x	x	x	x	x	x		
Reunião com equipe do projeto	Toda a equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Elaboração de artigo apresentando resultados parciais	Mariana Albuquerque Dantas									x	x	x	x
Apresentação de resultados parciais em eventos e congressos	Mariana Albuquerque Dantas							x				x	x



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2025											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura e análise crítica de bibliografia	Toda a equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa acervos municipais e paroquiais	Mariana Albuquerque Dantas			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa no acervo do Apeje-Pernambuco	Carlos Eduardo de Souza; Renatto André	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa no acervo do Memorial da Justiça-Pernambuco	Bárbara Ponzzi Muller	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reunião com equipe do projeto	Toda a equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Apresentação de resultados parciais em eventos e congressos	Mariana Albuquerque Dantas						x						x
Elaboração de artigo apresentando resultados parciais	Mariana Albuquerque Dantas					x	x	x	x				

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2026											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura e análise crítica de bibliografia	Toda a equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa acervos municipais e paroquiais	Bárbara Ponzzi Muller			x	x	x	x	x	x	x	x		
Pesquisa no acervo do Apeje-Pernambuco	Carlos Eduardo de Souza; Renatto André	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa de campo na região pesquisada	Carlos Eduardo de Souza; Renatto André	x	x	x	x	x	x	x					
Reunião com equipe do projeto	Toda a equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Apresentação de resultados parciais em eventos e congressos	Mariana Albuquerque Dantas						x	x				x	
Elaboração de artigo apresentando resultados parciais	Mariana Albuquerque Dantas								x	x	x	x	x



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. R. C. Os índios no tempo da corte: reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista USP**, n. nº 79, p. 94–105, nov. 2008.

ALMEIDA, M. R. C. DE. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CARVALHO, J. M. DE. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. Em: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25–68.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOCCARRA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Debates, 2001. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index426.html>. Consultado em 15 mai. 2023. 43 p.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a História**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 41–78.

DANTAS, M. A. **Dinâmica Social e Estratégias Indígenas**: Disputas e Alianças no Aldeamento do Ipanema em Águas Belas, Pernambuco. (1860-1920). Dissertação de mestrado em História—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

DANTAS, M. **Dimensões da participação indígena**: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

DORNELLES, S. S. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. Tese de doutorado em História—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Tradução: João Maia. Rio de Janeiro; Campinas: Paz e Terra; Unicamp, 1977.

FERRAZ, S. Sesmarias do açúcar. Sítios históricos. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica**, nº 26-2, p. 59–78, 2008.

FERREIRA, L. DE M. **São Miguel de Barreiros**: uma aldeia indígena no Império. Dissertação de mestrado em História—Recife: PPGH-UFPE, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

HERTZMAN, M. A. The “Indians of Palmares”: conquest, insurrection, and land in Northeast Brazil. **Hispanic American Historical Review**, v. 103, n. Vol. 3, p. 423–460, ago. 2023.

MACHADO, M. H. P. T. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebelião dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Eds.). **O Brasil imperial, volume III: 1870-1889**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 367–400.

MOREIRA, V. M. L. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da Vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. **Dimensões**, n. 14, 20 dez. 2002.

MELLO, E. C. DE. **O Norte agrário e o Império: 1871-1889**. 2ª ed. revista ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MINTZ, S. Cultura: uma visão antropológica. **Tempo**, v. Vol. 14, n. nº 28, p. 225–239, 2011.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª Ed. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, M. L. F. DE. “No centro das matas”: as colônias militares e os embates dos anos 1850. In: FERREIRA, T. M. T. B. DA C.; NEVES, L. M. B. P. DAS (Eds.). **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p. 111–138.

OLIVEIRA, T. G. DE. **Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da província do Espírito Santo (1845-1889)**. Tese de doutorado em História—Seropédica-RJ: UFRRJ, 2020.

REVEL, J. (ED.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REVEL, Jacques. “Prefácio: a história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, K. S. DE A.; FREITAS, R. M. DE (EDS.). **Pernambuco em mapas**. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. “Brazilian ethnogenesis: mestiços, mamelucos, and pardos”. In: GRUZINSKI, Serge. WACHTEL, Nathan (orgs.). **Le nouveau monde. Mondes nouveaux: l’expérience américaine**. Paris: Recherche sur les civilisations. ERC/École des hautes études en sciences sociales, 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

SILVA, Isabelle B. P. da. “O relatório provincial de 1863 e a expropriação das terras indígenas”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, pp. 327-346.

SILVA, E. H. **Aldeia de Escada**: conflitos, esbulhos de terras e resistências indígena em Pernambuco no século XIX. Maceió: Editora Olyver, 2021.

SILVA, W. DE O. **Índios de guerra**: aldeamentos e tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660 e 1695. Dissertação de mestrado em História—Recife: PGH/UFRPE, 2022.

SILVA, A. O. **Camacãs, pataxós e botocudos no Sul da Bahia**: indigenismo, colonização e etnopolítica (1850-1879). Tese de doutorado em História—Seropédica-RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

WEBER, M. “Relações comunitárias étnicas”. In: **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª Ed. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 267–277.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

21/05/2023

Ass: _____



Documento assinado digitalmente
MARIANA ALBUQUERQUE DANTAS
Data: 22/05/2023 08:09:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA

Docente: Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

I) Título do projeto: Relação da sociedade com a natureza no Recife nos séculos XIX e XX: uma análise espaço-temporal de uma cidade socialmente desigual

II) Resumo

Esse projeto visa analisar a relação da sociedade com a natureza no processo de ocupação e transformação da cidade do Recife nos séculos XIX e XX, através da análise das principais ações e intervenções que impactaram a dinâmica urbana e a vida dos habitantes de uma cidade socialmente desigual, em contraposição às representações que exaltam a natureza na cidade. Ao analisar as transformações no cenário físico, histórico e social de uma cidade como Recife, assim como os usos e desusos do seu território ao longo dos anos, pretende-se identificar elos significativos que possam esclarecer a historiografia de uma cidade ou de parte dela, a fim de contribuir com as condições de vida das pessoas nas cidades atuais. Natureza é um conceito polissêmico, que assume várias concepções por correntes filosóficas distintas ao longo da história. O entendimento de natureza a ser utilizado nessa pesquisa é baseado na ideia do primordial, o não construído, o não instituído (Merleau-Ponty, 2022). Será tomada como referência de natureza no Recife a descrição do sítio original realizada por Josué de Castro. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação da sociedade com a natureza no processo de ocupação e transformação da cidade do Recife nos séculos XIX e XX, através da análise das principais ações e intervenções que impactaram a dinâmica urbana e a vida dos habitantes de uma cidade socialmente desigual, em contraposição às representações que exaltam a natureza na cidade. Para o desenvolvimento da pesquisa será realizada análise

documental principalmente de planos e projetos urbanísticos, análise cartográfica, e análise de diários de viajantes e crônicas sobre o Recife.

III) Palavras-chave: Cidade; Natureza; Sociedade; Recife; Representação

IV) INTRODUÇÃO

Esse projeto visa analisar a relação da sociedade com a natureza no processo de ocupação e transformação da cidade do Recife nos séculos XIX e XX, através da análise das principais ações e intervenções que impactaram a dinâmica urbana e a vida dos habitantes de uma cidade socialmente desigual, em contraposição às representações que exaltam a natureza na cidade. Recife é conhecida como Veneza Brasileira, Nova Amsterdã, cidade anfíbia, *manguetown*, entre tantas outras denominações que evidenciam a sua relação com as águas que cortam a cidade, contudo a contradição está exatamente na de convivência da sociedade recifense com as águas, mangues e alagados. Enquanto nas ações cotidianas há um desprezo e até um medo da dinâmica da natureza, e as intervenções urbanísticas em sua maioria são no sentido de neutralizar a presença da água, com aterros e canalizações, muitas representações sobre a cidade evocam esta relação através de denominações da cidade, de edifícios, praças, parques, nos poemas e músicas que consideram Recife cidade das águas, dos rios, dos mangues e dos alagados de maneira idílica.

Ao analisar a cidade do Recife é preciso ter atenção para o seu sítio original e seu processo de formação como espaço urbano. A ocupação deste espaço pela sociedade que aí se estabelece historicamente é pautada na tentativa de dominação da natureza pré-existente, negando o seus aspectos físicos-naturais, e construindo uma cidade sobreposta aos rios, mangues, alagados e colinas (Castro, 1954). O Recife é uma planície fluviomarinha cercada por colinas e tabuleiros sedimentares, que configuram um sítio com uma natureza muito dinâmica e pulsante, desde o movimento das marés, como os fluxos dos rios, do mar, e das chuvas. É uma cidade que se estabelece sobre e sob as águas, mas que a sociedade que a constrói, nega esta natureza, tentando anular estas determinações naturais com sucessivos aterros, desmatamentos e

canalizações, o que historicamente tem ocasionado muitos problemas para a população residente neste território.

Natureza é um conceito polissêmico, que assume várias concepções por correntes filosóficas distintas ao longo da história. O entendimento de natureza a ser utilizado nessa pesquisa é baseado na ideia do primordial, o não construído, o não instituído (Merleau-Ponty, 2022). Será tomada como referência de natureza no Recife a descrição do sítio original realizada por Josué de Castro,

Essa planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues, envolvidos pelos braços d'água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar das colinas, se espraiam remansosos pela planície inundável. Foi nesses bancos de solos ainda mal consolidados – mistura ainda incerta de terra e água – que nasceu e cresceu a cidade do Recife, chamada cidade anfíbia, como Amsterdã e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro de água, aparecendo numa perspectiva aérea, com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas. (Castro, 1954, p.33)

Desde o período colonial, tanto pela influência holandesa como portuguesa, Recife sofre importantes transformações em seus aspectos naturais, fruto de diversos processos de intervenções urbanísticas e redefinições socioespaciais, principalmente como os aterros de canais e manguezais. A partir da segunda metade do século XIX, Recife passa a receber muitas interferências europeias modernizadoras que se expandem durante o século XX, transformando a paisagem, deixando de ser uma cidade nos padrões coloniais e avançando no domínio da natureza, principalmente com a inserção de novas técnicas de transporte e de construção.

O capital europeu teve no Recife, como no resto do país, após a segunda metade do século XIX, campo largo para investimentos, acentuadamente nas obras públicas. Através do capital estrangeiro, notadamente inglês, o Recife vai receber, depois de meados do século XIX, uma sequência de equipamentos modernos: água canalizada, trecho Recife-Cabo da Estrada de Ferro Recife-São Francisco, Estrada de Ferro Recife-Olinda-Beberibe, serviços de bonde de tração animal, serviços telegráficos, serviço telefônico manual, de tal forma que em 1900, sob certos aspectos o Recife já podia ser chamado de cidade moderna. (Arrais, 1998, p. 43)

As influências de padrões de um urbanismo exógeno continuam presentes nas transformações urbanísticas no Recife no século XX, e não há uma atenção para as singularidades de uma cidade estuarina, com 10% de seu território coberto por água (rios, riachos, canais, marés), densamente ocupada e com extrema desigualdade social perceptível na paisagem e nas formas de ocupação do território. A água e os

espaços alagados se destacam na relação contraditória da sociedade com a natureza no Recife.

Em 1872 o Recife atingiu uma soma de 100 mil habitantes, mas em 1910 arrancou para 200 mil. [...]No Recife, essas massas formariam os aglomerados de mocambos nas periferias ou se instalariam nas áreas pantanosas mais próximas do centro. Nas áreas alagadas, menos valorizadas, plantaram mocambos de palha, papelão, flandres, incorporando à área urbana porções habitáveis por meio de aterros, no mesmo procedimento que, desde o tempo da ocupação holandesa, o espaço pernambucano foi sendo gradualmente ampliando para atender ao crescimento populacional. (Arrais, 1998, p. 43)

As transformações urbanísticas de uma cidade sempre estão associadas a rearranjos políticos, econômicos e culturais que se estabelecem em cada período. Para isso é mister ter em foco a questão técnica e a questão social que atravessam as cidades (Bresciani, 1991). A inserção de novas técnicas, tecnologias e projetos urbanísticos contribuem para o processo de expansão da cidade e a redefinição dos territórios que constituem este espaço, mas não para a redução das desigualdades sociais ou para a diminuição de impactos relacionados à dinâmica da natureza. As formas de gestão, as definições de políticas públicas e as ações e determinações transformadoras do espaço urbano são específicas de configurações socioeconômicas e políticas de cada momento da história da cidade, porém há uma manutenção de um processo de segregação dos mais pobres, inclusive na apropriação dos recursos da natureza e a também na ocupação do território.

No Recife, as áreas alagadas ou vertentes de morros são refúgio da população mais empobrecida da cidade por não terem condições de viverem na “cidade formal”, contudo estes espaços são insalubres, propagadores de doenças, e áreas de riscos por enchentes ou deslizamentos, sendo a natureza muitas vezes utilizada nos discursos como a causadora dos desastres e da condição de pobreza. Esta segregação socioespacial torna-se evidente no século XIX, com a expansão da cidade, mas se acentua no século XX, com o aumento da população e das intervenções modernizadoras e higienistas na cidade, as quais não têm a intenção de redução das desigualdades, e perpetua esta relação desigual de ocupação dos espaços do Recife. Bezerra destaca que “Os alagados do Recife, em sua maioria, são habitados por famílias de nível social e econômico bastante precário. As razões disto devem ser procuradas na formação geográfica e fisiográfica da planície recifense e na história sociocultural do proletariado que aí se criou.” (Bezerra, 1964, p. 65)

Recife é e sempre foi uma cidade desigual, por toda sua herança colonial e capitalista, e que se estrutura em uma sociedade de classes, o que se entende que as sociabilidades e os hábitos estão ligados a essas condições dos indivíduos como partes dessas classes que formam a cidade, porém a usam de forma diferenciada. Bernardes destaca que:

Recife é uma cidade polarizada, dividida, de mundos que por vezes vivem, sem na verdade conviverem” (...) Não existe, nesse sentido, uma cidade do Recife, mais várias, embora estas várias cidades – espaços sociais diferenciados-, criem por vezes, elementos de identificação comuns, que são espaços- símbolo, seja de atividades materiais, seja de atividades culturais/simbólicas. (Bernardes, 1996, p. 134)

No século XIX Recife passa a ser uma cidade em conflito entre a tradição e o progresso; entre uma construção colonial e a abertura para a construção de uma cidade cópia dos moldes ocidentais modernos. Essas transformações urbanas influenciaram nos hábitos e na sociabilidade urbana dos recifenses e daqueles que viviam no Recife. Com a implementação de técnicas modernas, o tempo do cotidiano foi modificado, as relações sociais foram sendo transformadas, revelando novas sociabilidades que passaram a se manifestar nos espaços públicos dessa cidade.

É no século XX que os arrabaldes passam a ser bairros do Recife, e uma nova dinâmica urbana se estabelece. Após os anos 1920 Recife passa a ter uma área espacial semelhante à área atual. O Bairro de Boa Viagem ganha destaque nessa expansão, deixando de ser uma vila de pescadores, passando a ser uma zona de veraneio até 1950, e se configurando como um dos maiores bairros do Recife, com uma alta densidade populacional e alto índice de verticalização. A área central, original do Recife, vai perdendo seu valor, tornando-se obsoleta, e com passa a ser centro de intervenção de modelos urbanísticos de requalificação urbana. À população mais pobre são destinadas as áreas de maior vulnerabilidade socioambiental, como beiras de marés, margens de rios, morros e encostas, com constantes ameaças da própria dinâmica das águas que regem a natureza nesta cidade.

Desde o início do século XX até a contemporaneidade, as pessoas que vivem nessas áreas sofrem com a intervenção do Estado em processos higienistas, com realocações, remoções e despossessão, além da negligência e ausência de serviços públicos básicos. Albuquerque afirma que “Esse paradoxo entre modernidade e desigualdade social, que aparenta ser uma contradição, se apresenta como inerente

ao capitalismo e ao urbano, e para fazer a leitura é preciso sempre ter como foco a totalidade através da compreensão da dinâmica escalar espaço temporal (Albuquerque, 2024, p. 14).

Para a análise da relação da sociedade com a natureza no Recife foram elencados cinco marcos temporais: 1. A administração do Conde da Boa Vista na primeira metade do século XIX, período de grandes intervenções urbanísticas com aterros de alagados, construção de avenidas, de teatros e mercados na cidade; 2. A implantação da malha ferroviária na segunda metade do século XIX, pois a chegada desta tecnologia modificou a relação da população do Recife com o uso do espaço e da água, modificando as vias de transporte e diminuindo o tempo de deslocamentos dos arrabaldes para o centro e vice e versa; 3. O plano de saneamento do Recife elaborado por Saturnino de Brito na primeira década do século XX, que construiu para um melhor manejo das águas da cidade, com o intuito de reduzir a veiculação de doenças; 4. A liga social contra os mocambos desenvolvida pelo interventor Agamenon Magalhães entre 1939 e 1944, que tinha como objetivo retirar os mocambos do centro da cidade, contudo não contribuiu com a redução da desigualdade, e sim com o deslocamento dos mais pobres para outras áreas da cidade; 5. A construção da barragem de Tapacurá em 1973, realizada após sucessivas cheias na cidade, visto que na década de 1960 o Recife sofreu com vastos alagamentos causados pelas cheias dos rios que cortam a cidade, com grande impacto para a população, influenciando na expansão do Recife para a zona sul.

É importante ter a compreensão que a cidade não é um ser vivo ou um elemento orgânico, e sim um produto do trabalho humano. É um espaço que possuiu várias configurações ao longo da história, de acordo com um conjunto de elementos que a constituem, como aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Carlos afirma que “A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir de uma base material, um modo que se vai desenvolvendo e criando à medida que se aprofundam as relações de sociedade com a natureza” (Carlos, 2005, p. 38). O que se estabelece em cada momento é fruto de uma construção histórica. O território não é determinante nas ações das pessoas no espaço, mas influenciam nos modos como elas se relacionam com o lugar, como e onde elas moram, onde elas trabalham, como se locomovem, se realizam ou não atividades de lazer, e até mesmo na relação da

sociedade com a natureza. O uso da cidade pelas pessoas tem uma relação direta de como essa cidade está estruturada e quais são os elementos que a compõe.

Lefebvre (2001) afirma que o espaço social sempre foi um produto social. O espaço social torna-se assim uma metáfora para a própria experiência da vida social. Assim, ele continua dizendo que o espaço é um produto social, ou uma construção social complexa (baseada em valores e a produção social de significados) que afeta práticas e percepções espaciais. Nesse sentido, a percepção sobre natureza vai variar de acordo, entre vários aspectos, com a interação que as pessoas têm com estes elementos, desde contemplação às ameaças, havendo uma redefinição das representações de natureza na cidade também de acordo com as classes sociais e seus territórios no espaço urbano.

A concepção de modernidade influenciou nos hábitos e na sociabilidade urbana, como nas representações sobre a relação da sociedade com a natureza nas cidades. Com a implementação de técnicas modernas, o tempo do cotidiano foi modificado, as relações sociais foram sendo transformadas, revelando novas sociabilidades. A negação da natureza se estabelece como um padrão da modernidade, pois seria a ciência ou a técnica capaz de minimizar as ameaças da natureza sobre a sociedade, e a cidade se estabelece como lócus perfeito para isto, entendendo a cidade como uma construção humana de dominação da natureza para a construção de um outra espacialidade. É importante destacar que na lógica da modernidade, o movimento de intervenção urbana em uma cidade no início do século XX passa a se estabelecer no âmbito do planejamento urbano, que não necessariamente está relacionado com a dinâmica cotidiana da cidade.

Discutir o que vem a ser modernidade é central para se compreender como se estabelece a relação da sociedade com a natureza em uma cidade como Recife, pois a natureza é vista como um elemento a ser dominado pela sociedade, a qual define seu uso. Bresciani (1997) reflete sobre a modernidade e a cidade e descreve que:

Em linhas gerais, pode-se dizer que o projeto da modernidade setecentista postulava: 1-: desenvolver a ciência objetiva: a constituição da relação sujeito-objeto; a lei e a moralidade universais colocadas a serviço do homem e da melhoria da vida cotidiana; 2-: estabelecer o domínio (conhecimento e modificação) da natureza pela ciência e pela tecnologia, libertando o homem da escassez, das necessidades sujeitas à imprevisibilidade das catástrofes naturais; 3-: postular que as formas racionais de organização social e o

pensamento racional livrariam a humanidade dos grilhões do mito, da religião e das superstições, e mais, das formas arbitrárias de dominação. (Bresciani, 1997, p. 17)

A discussão sobre cidade e natureza no século XIX e XX parte da reflexão acerca do conceito de natureza que se estabelece desde o século XVIII com Descartes, Kant, Husserl, Marx e tantos outros pensadores que, no processo de estruturação da ciência moderna, buscam compreender o mundo, o sujeito e a sociedade, e o que seria então natureza, seja como ontologia ou de maneira teleológica. Em sua análise sobre o conceito de natureza, Merleau-Ponty afirma que “O pensamento moderno caracteriza-se pela prioridade que confere à ideia da realidade em relação às de possibilidade e necessidade. (Merleau-Ponty, p.143)

Certeau faz uma relação da história com a natureza quando afirma que “Uma obra “histórica” participa do movimento através do qual a sociedade modificou sua relação com a natureza, transformando o natural em utilitário (por exemplo, a floresta em exploração), ou em estético (por exemplo, a montanha em paisagem).” (Certeau, M. 2022, p. 68). Finda que essa concepção perpassa pela ciência e pelo senso comum, originando-se do pensamento cartesiano, em que natureza como algo para servir à sociedade, e é nesse contexto que as cidades são construídas e transformadas nos séculos XIX e XX, como sendo a natureza locus e recurso para a construção da obra máxima da humanidade, a cidade.

Contudo, para além da materialidade da cidade e da natureza, discursos são proferidos e atrelados a uma ideia e concepção de cidade, que influenciam na percepção da população em relação aos elementos que a compõem, mesmo que se realize de forma contraditória, como é a relação com a água no Recife. Gomes, ao falar do Recife, destaca que “O complexo-físico natural do seu sítio e as atividades econômicas disseminadas num mosaico histórico de arranjos de interesses distintos configuram paisagens culturais evocadas em múltiplas representações (Gomes, 2007, p.63).

Mesmo com todos os conflitos referentes a questão hídrica na cidade e as consequências de utilização do território, a população se apropria de discursos referentes à água em uma perspectiva estética, como elemento na paisagem que simboliza a cidade, independente das relações materiais. Nesse sentido, Gomes afirma que “As percepções nelas e a partir delas construídas, contêm componentes

utilitaristas e dimensões simbólicas que, sob formas físicas, encobrem as forças que os animam. É nesse campo que revelam-se a carga de sentidos subjacentes ao entendimento da natureza na paisagem.” (Gomes, 2007, p. 304)

Ao analisar as transformações no cenário físico, histórico e social de uma cidade como Recife, assim como os usos e desusos do seu território ao longo dos anos, pretende-se identificar elos significativos que possam esclarecer a historiografia de uma cidade ou de parte dela, a fim de contribuir com as condições de vida das pessoas nas cidades atuais. Segundo Rezende “o Recife possui memórias que atravessam sua história, sem perder sua dimensão de magia e mistério. Os espelhos do passado se misturam com os labirintos do presente”. (Rezende, 2012, p.158)

Bresicani (1997), ao buscar compreender a cidade como objeto de análise da história, ratifica o conflito entre a cidade como obra humana e a natureza anterior à ou na cidade.

A cidade é produto da "arte humana", simboliza o poder criador do homem, a modificação/transformação do meio ambiente, a imagem de algo artificial, de um artefato enfim. Contudo, a forma como se compõem sobre a natureza, como aderem ao ambiente físico, que continua a ser matéria polêmica entre os que, profissionais ou não, se preocupam com a cidade. (Bresicani, 1997 p.14)

Pesavento, ao analisar a cidade, afirma que “a cidade é, sobretudo, uma materialidade erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. A cidade é, nesse sentido, um outro da natureza: é algo criado pelo homem, como uma sua obra ou artefato.” (Pesavento, 2007, p.13), como também

a cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia. (Pesavento, 2007, p.14).

É nesse sentido que se desenvolve esta pesquisa, com base na contradição da cidade como materialidade da ação humana sobre a natureza e da cidade como discurso no âmbito da relação da sociedade como a natureza na cidade do Recife, uma cidade evocada como anfíbia, mas que possui, historicamente, diversos conflitos com o domínio e a convivência com as águas, desde enchentes, inundações, aterros e falta de água potável e esgotamento sanitário adequando para a população.

V) Objetivos

Geral

Analisar a relação da sociedade com a natureza no processo de ocupação e transformação da cidade do Recife nos séculos XIX e XX, através da análise das principais ações e intervenções que impactaram a dinâmica urbana e a vida dos habitantes de uma cidade socialmente desigual, em contraposição às representações que exaltam a natureza na cidade.

Específicos

- Analisar as transformações no cenário físico, histórico e social de uma cidade como Recife, assim como os usos e desusos do seu território no período analisado;
- Analisar a transformação da paisagem, a fim de compreender a dinâmica urbana e a relação da sociedade com a natureza do período selecionado para análise, e identificar territórios de conflitos e interações entre sociedade e natureza na cidade;
- Identificar as transformações socioespaciais geradas em função da implantação de projetos urbanísticos e políticas públicas que contribuíram significativamente para transformações na dinâmica urbana do Recife, e sua relação com a natureza;
- Analisar as representações de Natureza nos discursos acerca do Recife no período em análise, tomando como referência os marcos urbanísticos definidos na pesquisa;
- Analisar as ações relativas à negação da natureza e seus impactos no Recife no período em questão e identificar os fatores que contribuíram para a manutenção das desigualdades sociais relacionadas à natureza e ao ambiente urbano no Recife

Esta pesquisa tem como metas:

- Elaboração de artigos científicos a serem apresentados em congressos, a fim de se ampliar a discussão acerca do tema, como também para a publicação em revistas científicas;
- Elaboração de materiais didáticos referentes à Cidade do Recife, para servirem de base para a realização de atividades de capacitação de professores de história e geografia.
- Organização de colóquios em vários níveis de abrangência, com a participação de professores e pesquisadores de outras universidades, nacionais e internacionais, visto

que este intercâmbio acadêmico contribuirá com o enriquecimento da análise do projeto com novas e diferentes experiências acerca do tema;

- Elaboração e publicação de um material bibliográfico e digital acerca da relação da sociedade com a natureza no Recife nos séculos XIX e XX;
- Elaboração do III Simpósio de Estudos sobre o Recife para apresentação dos resultados.

VI) Método de pesquisa

A pesquisa sobre a cidade com base na análise dos documentos, assim como dos monumentos, possibilita uma reflexão ampla da realidade, não se pautando numa historiografia linear, mas constituindo um processo analítico de compreensão dos sentidos, a fim de se fazer uma leitura a contrapelo dos processos que constituem a dinâmica de urbana de dois séculos. Desta forma, o investigador precisa estar atento ao contexto que circundam os fatos e aos respectivos autores do registo histórico. Chartier afirma que a História Cultural tem como possibilidade compreender a realidade social de diferentes lugares e momentos de uma determinada realidade social e construída, pensada e dada a ler. “Esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido”. (Chartier, 1988, p. 27).

A investigação em questão é ancorada na Nova História Cultural, que possibilita a análise da cidade não apenas como local da realização das ações, mas como produto das práticas sociais. Como afirma Pesavento,

Ao longo da década de 1990, a emergência de uma história cultural veio proporcionar uma nova abordagem ao fenômeno urbano. O que cabe destacar no viés de análise introduzido pela história cultural é que a cidade não é mais considerada só como um locus privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que objetivam em práticas sociais. (Pesavento, 2007, p.13)

A metodologia do projeto envolve uma abordagem metódica para entender a complexa relação da sociedade com natureza no Recife nos séculos XIX e XX. Esta pesquisa irá realizar uma análise qualitativa da dinâmica espaço-temporal da cidade do Recife, a fim de observar os aspectos contraditórios da relação sociedade-natureza em uma cidade socialmente desigual.

Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica, focando em obras fundamentais que abordam o desenvolvimento urbano e as dinâmicas socioambientais da cidade. Entre essas obras estão "O Recife – Histórias de uma cidade" de Antônio Paulo Rezende, "A Cidade do Recife" de Josué de Castro, e "O Recife Quatro Séculos de Sua Paisagem" de Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva. Esses estudos fornecem uma base teórica e permitem contextualizar as transformações na paisagem urbana e na relação sociedade-natureza até o final do século XX.

A pesquisa em questão irá analisar documentos, como planos e projetos urbanísticos, que contribuam para a compreensão da relação da sociedade com a natureza no Recife nos séculos XIX e XX, a partir dos de cinco marcos urbanísticos: 1. A administração do Conde da Boa Vista na primeira metade do século XIX; 2. A implantação da malha ferroviária na segunda metade do século XIX; 3. O plano de saneamento do Recife elaborado por Saturnino de Brito na primeira década do século XX; 4. A Liga Social contra os Mocambos desenvolvida pelo interventor Agamenon Magalhães entre 1939 e 1944; 5. A construção da barragem de Tapacurá em 1973, realizada após sucessivas cheias na cidade.

Será realizada uma análise da cartografia da cidade do Recife, como também da iconografia, disponíveis nos acervos da Fundação Joaquim Nabuco, do Museu da Cidade do Recife, do Instituto de Documentação Denis Bernardes, além do Atlas Histórico e Cartográfico do Recife, com o intuito de identificar as transformações no cenário físico, histórico e social de uma cidade como Recife, os usos e desusos do seu território no período analisado, como proporcionar a análise da transformação da paisagem, a fim de se compreender a dinâmica urbana e a relação da sociedade com a natureza, principalmente os sucessivos aterros realizados na cidade.

Segundo Le Goff "Uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos (Le Goff, 2013, p. 13). Sobre cidade e representação, Pesavento afirma que "os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. E o imaginário urbano, como todo o imaginário, diz respeito

a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo” (Pesavento, 2007, p. 15).

Nesse sentido, a fim de se compreender as representações e os discursos sobre a relação da sociedade com a natureza no Recife, serão coletadas e examinadas crônicas e notícias de jornais que abordam diretamente a interação entre sociedade e natureza no Recife. Essa análise visa identificar temas recorrentes e padrões de representação da natureza, assim como das desigualdades sociais, oferecendo *insights* sobre como esses temas foram percebidos e discutidos ao longo do tempo. Devido o recorte temporal escolhido, será feita a análise de alguns dos principais jornais do estado, como o “Jornal do Recife”, “A Província”, “Diário da Manhã”, “Diário de Pernambuco” e “Pequeno Jornal”.

Um aspecto importante da metodologia é o estudo das diferentes representações da natureza no Recife. Isso inclui a consideração dos pontos de vista de vários observadores e cronistas, cujas interpretações influenciaram a formação de políticas e a compreensão das dinâmicas sociais e ambientais na cidade. A análise crítica dessas percepções busca não apenas entender as nuances da relação da sociedade com a natureza, mas também as implicações dessas percepções para as desigualdades sociais presentes e passadas.

Serão realizados a seleção e o tratamento das fontes, a organização das informações obtidas, a análise os elementos identificados nas diversas etapas da pesquisa, tomando por base o referencial teórico elencado e desenvolvido. Tratando dos resultados esperados, almeja-se que a atual pesquisa possa contribuir para o estudo socioespacial do Recife, além de ajudar a compreender de que forma os fatores analisados podem evidenciar a desigualdade social na capital pernambucana e mitigar os impactos na contemporaneidade.

VII) Contribuições científicas e técnicas esperadas

Espera-se como resultados desta pesquisa identificar como a relação da sociedade com a natureza no processo de ocupação e transformação da cidade do Recife nos séculos XIX, em contraposição às representações que exaltam a natureza na cidade. Um estudo como este, em uma cidade evocada como anfíbia, mas que possui, historicamente, diversos conflitos com o domínio e a convivência com as águas, vem a contribuir com a possibilidade de se pensar uma nova relação da sociedade com a

natureza, influenciado planos de urbanísticos e políticas públicas para uma cidade mais sustentável e menos desigual, como se espera no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades Sustentáveis, da ONU.

Também se espera como resultados da pesquisa a elaboração de artigos científicos, a fim de se ampliar a discussão acerca do tema; elaboração de materiais didáticos referentes à cidade do Recife, para servirem de base para a realização de atividades de capacitação de professores de história e geografia; organização de colóquios em vários níveis de abrangência, com a participação de professores e pesquisadores de outras universidades, visto que este intercâmbio acadêmico contribuirá com o enriquecimento da análise do projeto com novas e diferentes experiências acerca do tema; elaboração e publicação de um material bibliográfico e digital acerca da relação da sociedade com a natureza no Recife nos séculos XIX e XX; realização do III Simpósio de Estudos sobre o Recife para apresentação dos resultados. Essa pesquisa também terá um sentido pedagógico para o ensino sobre e a história do Recife, contribuindo para a consolidação da identidade e do pertencimento ao Recife, e possibilitando uma educação patrimonial e cidadã.

Este projeto é de grande relevância e poderá ser uma grande contribuição para o desenvolvimento social e econômico de Pernambuco, visto que o resultado desta pesquisa irá revelar a parte da história de Recife, capital de Pernambuco, evidenciando os processos de ocupação do espaço e os conflitos históricos presentes nesta relação da sociedade com a natureza. O conjunto de pessoas beneficiadas envolve diretamente aqueles que contribuirão para a sua execução, tais como estudantes, bolsistas e voluntários tanto da graduação quanto da pós-graduação, professores universitários, professores do ensino fundamental e médio, e especialistas no tema, bem como em grande arco, o público em geral. Essa pesquisa irá contribuir na formação dos discentes, articulando ensino, pesquisa e extensão, sendo este projeto uma possibilidade de envolver os alunos da Graduação em História, e áreas afins, num compromisso de compreender a história da cidade do Recife a partir da perspectiva das transformações urbanas ocasionadas por intervenções urbanísticas e políticas públicas. Neste sentido, a viabilidade do projeto é bastante evidente, visto a necessidade de decifrar importantes momentos da história desta metrópole, promovendo o um novo olhar para a dinâmica urbana do Recife.

Através desse projeto poderão ser desenvolvidas outras pesquisas nesse âmbito, expandindo para a análise de outras cidades.

Este projeto tem o intuito de contribuir com o Departamento de História e o Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, visto que ampliará o leque de discussão a respeito da história do Recife e da História Urbana em uma perspectiva, histórico-geográfica, econômica, social e cultural, proporcionando a integração com diferentes perspectivas analíticas dentro do departamento de História, além da possibilidade de articulação com outras áreas, como economia, ciências sociais, geografia e demais áreas afins. Esta pesquisa se estabelece também como eixo estruturador das pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Estudos e Ensino sobre o Recife – Reclab, do Departamento de História da UFRPE. De todo modo, a execução de um projeto como este possibilita uma excelente articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No que se refere ao ensino a temática temas que compõe o projeto subsidiarão elementos para serem trabalhados nas disciplinas da graduação, possibilitando um melhor desenvolvimento das disciplinas e proporcionando novas pesquisas sobre o tema a serem desenvolvidas pelos discentes.

VIII) Cronograma de atividades*

ATIVIDADES	ANO 2025-2026											
	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Levantamento de dados secundários							X	X	X			
Levantamento cartográfico e iconográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Levantamento de planos e projetos urbanísticos							X	X	X	X	X	
Sistematização e análise dos dados					X	X					X	X
Colóquio de pesquisa			X						X			
Elaboração de Artigo Científico									X	X	X	X
Redação do relatório parcial											X	X
ATIVIDADES	ANO 2026-2027											
	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J

Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Levantamento de dados secundários		X	X	X			X	X	X			
Levantamento de planos e projetos urbanísticos	X	X	X	X	X							
Análise documental de planos e projetos urbanísticos					X	X	X	X	X	X	X	
Levantamento de crônicas e notícias jornalísticas								X	X	X	X	
Sistematização e análise dos dados					X	X					X	X
Colóquios de pesquisa			X						X			
III Simpósio de Estudos sobre o Recife								X				
Elaboração de Artigo Científico									X	X	X	X
Redação do relatório Parcial											X	X
ATIVIDADES	ANO 2027-2028											
	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X							
Levantamento de dados secundários		X	X	X								
Análise documental de planos e projetos urbanísticos	X	X	X									
Levantamento de crônicas e notícias jornalísticas	X	X	X	X	X							
Sistematização e análise dos dados					X	X	X	X	X			
Colóquios de pesquisa			X						X			
Elaboração de material didático	X	X	X	X	X	X						
Elaboração e publicação de um material bibliográfico e digital acerca da relação da sociedade com a natureza no Recife nos séculos XIX e XX;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Redação do relatório final									X	X	X	

*Todas as atividades serão desenvolvidas pela docente proponente do projeto

6. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. Sobre fragmentos e paradoxos do Recife no Século XX: um convite à leitura. In: ALBUQUERQUE, M.; GOMES, E. (Orgs.) **Fragmentos do Recife no século XX: Os paradoxos de uma cidade que queria ser moderna**. Recife: UFRPE, 2024.
- ARRAIS, R. **Recife, culturas e confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.
- BERNARDES, D. **Recife: O caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. UFPE, 1996.
- BEZERRA, D. **Alagados, mocambos e mocambeiros**. Recife: Imprensa Universitária, 1964.
- BRESCIANI, M.S. As sete portas da cidade. **Revista Espaço e Debates**, n. 34, 199, p.10-15
- BRESCIANI, M. S. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUZA, C.; PESAVENTO, S. (orgs.) **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- CARLOS, A.F. **A cidade**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.
- CASTRO, Josué. **A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana**. São Paulo: Gráfica Carioca, 1954.
- CERTEAU, M. **Escrita da História**. Rio de Janeiro: ed. Forense, 2022.
- CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1988.
- GOMES, E. **Recortes de paisagem na cidade do Recife**. Recife: Ed. Massangana, 2007.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MAIOR, M.; SILVA, L. (orgs.). **O Recife quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Massangana, 1992.
- MENEZES, J. **Atlas histórico e cartográfico do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife, 2016.
- MERLEAU-PONTY, M. **A natureza**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2022.
- PESAVENTO S. Abertura. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, 2007.
- PESAVENTO, S. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 158, 2020.
- REZENDE, A. P. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

REZENDE, A. P. O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 18, 2012.

I – IDENTIFICAÇÃO

Título: NEGÓCIOS NO ATLÂNTICO SUL: Pernambuco e Angola no tráfico

Atlântico de cativos (c. 1675 - c.1762)

Autor: Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Palavras-Chave: Escravidão, Comércio, Atlântico, África, Pernambuco

Local e data: Recife, 07 de dezembro de 2024

II - DETALHAMENTO

Resumo

Essa pesquisa se propõe investigar o comércio atlântico de cativos entre Pernambuco e Angola, a partir do ano de 1675, quando a coroa portuguesa impôs um maior controle sobre a circulação de escravizados e pessoas em geral, ampliando a fiscalidade sobre as duas margens do Atlântico, no caso, o Porto de Pernambuco no Recife, principal aduana da capitania, e o Porto de Luanda em Angola, até 1762. O ano de 1762, foi o ano final do que se chamou de comércio livre, passando-se para o estatuto de comércio monopolizado, feito sob a égide da *Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba*. Para além de investigar o comércio feito entre a Capitania de Pernambuco, através do porto situado no Recife e o porto situado em Luanda/Angola, o projeto propõe-se a acompanhar a trajetória de comerciantes negreiros (homens e mulheres de negócio), estantes em Pernambuco e Luanda, fisicamente, ou através de procuradores no período do recorte temporal proposto, ainda, estudar as dinâmicas cotidianas dos embarques de pessoas feitos através do Porto de Luanda.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da minha experiência acadêmica tenho me dedicando ao *estudo dos grupos subalternos*, aos processos de *mestiçagem* das famílias coloniais, o que acabou me levando para o outro lado do Atlântico, as margens africanas do Oceano, o que considero fundamental para o entendimento da formação da sociedade na América portuguesa. Nosso trabalho sempre esteve voltado ao século XVIII e estas investigações nos conduziram à constatação de que para um melhor entendimento dos temas aludidos é necessário situá-los em um quadro mais amplo, no caso o da monarquia portuguesa pluricontinental que administrava o Reino segundo as normativas do Antigo Regime ainda no dezoito. Seguindo os passos de pesquisas recentes, posto que, por exemplo, o Estado do Brasil fazia parte de um império incorporamos as reflexões de (Hespanha, 1994; Manso, 2003; Fragoso; Gouvêa; Bicalho, 2001; Furtado, 2001; Soares, 2007; Campos; Sampaio; Fragoso; Santos; Neves; Vainfas, 2006; Gouvêa e Fragoso, 2010; Souza, Green, 1994; Elliot, 1992). Reunimos conceitos e categorias que nos ajudaram a entender a sociedade formada nas possessões ultramarinas portuguesas, organizadas a partir de dinâmicas e negociações. Nestes espaços se observava constante movimento e refazimentos nas ordens econômicas, culturais e sociais. Instigada pela renovação historiográfica realizei levantamento documental para a região angolana ancorada em uma bibliografia voltada para o comércio de escravos (Alencastro, 2000; Gomes, 2003; Lovejoy 2002; Mello e Souza, 2002 e 2020; Paiva, 2001; Reis, Gomes e Carvalho 2010; Alden, 1968; Silva, 1992; Sampaio, 2007; Florentino, 2006, Verge, 1987; Silva, 2002; Law, 2004; Sparks, 2014; Candido, 2015; Ferreira, 2017; Madeiro, 2014, Carvalho, 2018, Caldeira, 2014) entre outros, buscando maiores informações sobre o comércio e circulação de escravos em Pernambuco durante o século XVIII. No que tange a capitania de Pernambuco a bibliografia é pequena e muitas vezes indireta. Citamos: Freyre, 1933; Dantas, 1996, Carvalho, 1998, 2012, 2018; Lopes, 2008; Melo, 2014; Costa, 2013; Almeida 2011 a 2024; Bittencourt, 2018; Guimarães, 2022 e o *site Transatlantic Slave Trade*, dissertações e teses defendidas nos últimos 10 anos nos PGHs da UFRPE e UFPE que realizaram aproximações sobre a temática, e o historiador José Antônio Gonsalves de Mello que de forma indireta através da investigação das rotas de comércio para o sertão, nos ajuda a entender um pouco a circulação da população negra boçal, interiorizada para os sertões da Bahia e das Minas Gerais em sua grande maioria, entre outros temas colaterais.

Como parte do aprofundamento de nossa trajetória acadêmica, empreendemos uma pesquisa que se voltou para a relação entre Pernambuco e seu Porto à costa africana, especificamente aos portos da região conhecida como Costa da Mina. Agora a partir desse projeto que se inicia em 2024, pretendemos ampliar nossa investigação aos portos da região de Angola. O Comércio de cativos e escravidão associados a seus agentes são, portanto, os parâmetros norteadores da pesquisa que ora

apresentamos. Intentamos, portanto, realizar um balanço do comércio atlântico entre os portos do Pernambuco e Angola, iniciando-se quando a Coroa impôs um maior controle sobre a fiscalidade, ou seja, quando toma o comando da Provedoria da Fazenda Real, a família Rego Barros, seguido de um aprimoramento da arrematação de escravos, que eram leiloados em princípio no Recife na Provedoria da Fazenda e depois em Lisboa, entre 1675, findando-se em 1762. Esse recorte nos coloca entre as mudanças de fiscalidade, da arrematação dos contratos em Pernambuco e o fim da Provedoria da Fazenda, quando essa se transforma em Junta da Fazenda, todo um processo anterior as reformas pombalinas, que modificam as formas de realizar o comércio em e com Angola. Nossas questões principais são: Quem eram os contratadores estantes em Pernambuco e como viabilizavam suas compras em Angola? Quais eram os comerciantes estantes em Angola que realizavam negócios com mercadores em Pernambuco? Quais as principais rotas que ligavam Pernambuco a Angola, do interior as respectivas costas? Para realizar essa investigação contamos já como uma boa parte da documentação de Angola para o XVIII digitalizada, precisando ser complementada com os Códices nos quais estão registrados os passaportes dos navios e que estão depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo o fundo dos Cartórios Notariais (Livros de Notas); os livros das Juntas de Comércio (equipagem dos navios), e por fim os Arquivos da Universidade de Coimbra (Disposições de Pernambuco). Em Pernambuco além do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), estamos investigando nos arquivos da Província Franciscana do Brasil, da Venerável Ordem Terceira de São Francisco e da Ordem Terceira do Carmo. Nos três últimos, que são acervos particulares, buscamos informações sobre atuação e legados dos comerciantes sediados no Recife durante o interstício que propõe esse projeto.

2. OBJETIVOS

Geral: Investigar o comércio de escravizados entre Pernambuco e os portos de Luanda em Angola a partir de 1675, quando a coroa portuguesa vai impor um maior controle sobre a fiscalidade desse comércio entre as duas margens do Atlântico, até a finalização do que se chamou comércio livre, ou seja, 1762 ano final da transição (1759/62) para o comércio monopolizado pela *Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba*.

Específico:

- 1- Investigar o comércio de escravizados entre Pernambuco e o porto de Luanda/Angola;
- 2- Acompanhar a trajetória de comerciantes negreiros estantes em Pernambuco e com procuradores em Luanda, e vice-versa, entre os anos de 1675 a 1762;
- 3- Estudar as dinâmicas cotidianas do comércio em geral como: fiscalidade, armação de navios, escolhas de produtos, compra e venda, trocas de letras e livranças entre as casas

comerciais ligadas as rotas atlânticas.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

A dimensão atlântica adotada nesse projeto não parte apenas de uma fundamentação teórica sobre como perceber a História, mas está invariavelmente atrelada à própria obtenção e interpretação dos dados. Mais do que uma forma de pensar as dinâmicas tecidas entre os diferentes espaços, é uma maneira de lidar com a dispersão dos dados e acontecimentos. Neste sentido, as fontes estão efetivamente espalhadas em múltiplos acervos e fundos depositários, ensejando a necessidade de criar uma interpretação, conectar os dados e promover uma compreensão sobre o passado. Ou seja, o papel mesmo do historiador de criar sentido a partir da narrativa que constrói. Do que se teve acesso, o Projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino de forma presencial e (*on-line*), possibilitou uma visão geral do desempenho econômico de Pernambuco, e de parcela das trajetórias dos comerciantes portugueses baseados aqui, especialmente no recorte proposto que vai de 1675 até 1762. Além disso, não poderia deixar de mencionar a consulta ao *Slave Voyages*, o maior banco de dados sobre o tráfico de pessoas escravizadas. Utilizado por uma série de pesquisadores, o projeto abriga uma imensa quantidade de informações sobre o comércio de escravizados, sobretudo de cunho mais quantitativo. Além dos números do tráfico (i.e., de número de viagens e de embarque e desembarque de escravizados), cujos dados serão consultados a fim de comparar e complementar a documentação local, há a sistematização de informações sobre o nome de embarcações, indicando seus proprietários, capitães, destinos, taxas de mortalidade, dentre outras. Todos esses dados são sistematizados em tabelas disponíveis *on-line*, com a possibilidade de *download* para consulta *off-line* por meio de programas como Microsoft Excel. E ainda, como os dados do *Slave Voyages* são baseados na informação de fontes dispersas em diferentes arquivos, ao consultar as fontes *in loco*, pretende-se examinar aspectos mais qualitativos, ao invés de apenas de dados quantitativos. Essas informações, em conjunto, podem nos ajudar a melhor esclarecer e mapear os movimentos do tráfico entre o Recife e Luanda. Aprimorar a análise documental, entender quem produziu o *corpus* documental com o qual trabalhamos, uma tarefa importante no processo da pesquisa. Assim, tomamos como ferramenta metodológica de interpretação das fontes a análise semântica e semiótica do discurso, propostas por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997). De acordo com os autores, todo texto é portador de algum discurso, que lhes dota de significados. Com as fontes manuscritas do século XVIII não é diferente. No entanto, sua

interpretação requer a intermediação com o contexto em que foram produzidas. Nessa senda investigativa também não podemos perder de perspectiva que as fontes acessadas foram produzidas à época, com interesses específicos, que não são os nossos na pesquisa, precisando serem indagadas, a partir de bons questionamentos para que possam falar daquele passado. Ao lidar com vários requerimentos, cartas, testamentos produzidos por grupos privilegiados (ou não) entre Recife e Luanda, aliaremos a análise do texto com o contexto, atentando para os discursos e práticas do período. Essa lição deve ser aplicada tanto para as fontes depositadas em Arquivos locais como o APEJE (Arquivo Estadual Jordão Emerenciano), como aos arquivos da Ordem Terceira de São Francisco, Ordem Terceira do Carmo e as fontes sobre a guarda do Arquivo Histórico da Província Franciscana do Brasil. Mas, será imprescindível consultar fontes depositadas em arquivos portugueses, como já foi citado, que são: o Arquivo Histórico Ultramarino as caixas da África, especialmente as de Angola, os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo nos fundo dos Cartórios Notariais (Livros de Notas); os livros das Juntas de Comércio (equipagem dos navios), e por fim os Arquivos da Universidade de Coimbra (Disposições de Pernambuco). Essa investigação demandará uma visita *in loco*, uma vez que essa documentação não se encontra totalmente *online*.

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

- 1- Produzir trabalhos científicos sobre a temática para serem encaminhados a periódicos científicos especializados;
- 2- Orientar trabalhos na graduação da UFRPE (PIBIC e Monografias) e na Pós-Graduação da UFRPE e UFPE (Dissertações e Teses) contribuindo para formação de quadros;
- 3- Continuar a ampliar os contatos entre o meio acadêmico português e brasileiro, objetivando intercâmbios em projetos conjuntos que possam beneficiar os alunos da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Ou seja, melhorar nossa internacionalização;
- 4- Apresentar os resultados parciais e finais da pesquisa em eventos científicos da área;
- 5- Aperfeiçoar minhas habilidades docentes nas disciplinas de História do Brasil Colonial e Historiografia Pernambucana no Curso de Graduação em História da UFRPE, e na Pós-Graduação (UFRPE/UFPE) onde ministrou cursos sobre o Atlântico e as redes comerciais e culturais que se formaram no XVIII;
- 6- Finalizar a revisão para publicação de minha tese de titular intitulada: **AFRICANOS E LUSO-BRASÍLICOS: Família, Instituições, Escravidão e Comércio no Atlântico Setecentista** defendida em 2020.
- 7- Organizar uma segunda edição de minha tese de doutorado, para qual já possuo acolhida para publicação.

3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

[illegible][illegible]

BLUTEAU, padre D. Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Colégio das artes da Companhia de Jesus, 1712 (ed. Fac-símile, CD-Rom, Rio de Janeiro:UERJ, s.d.).

BITTENCOURT, Alexandre Leite Marques. **No “coração das terras”: os sertões da capitania de Pernambuco e o reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no Império Português (1750-1808)**. Universidade de Évora/Instituto de Investigação e Formação Avançada, 2029.

CADORNEGA, António Oliveira, **História geral das guerras angolanas**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. **Escravos e Traficantes no Império Português: O comércio negreiro português durante os séculos XV a XIX**. Lisboa: A esfera dos livros 2013.,

CANDIDO, Mariana P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. **Afro-Ásia**, 47 (2013), p. 239-268.

CARNEIRO, Edson, **Ladinos e crioulos: Estudo sobre o negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CARVALHO, Flávia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, século XVII e XVIII**. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2013.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo: Recife 1822-1850**. Recife: Ed. UFPE, 1998.

CARREIRA, Antônio. **As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro, 2002.

COSTA, Francisco Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983.

COSTA, Robson P. **A ordem de São Bento de os escravos do santo, Pernambuco, século XVIII e XIX**. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2013.

Documento da UNESCO. **O tráfico de escravos (sécs. XV-XIX)**. Lisboa: Edição 70, 1979.

ELTIS, David, STEPHEN, Behrandt, RICHARDSON, David, KLEIN, Hebert. The transatlantic slave trade, 1572-1867: A Database on CD-Rom, New York: Cambridge University Press, 1999.

www.slavevoyages.org

ELTIS, David, RICHARDSON, David. Atlas of the transatlantic slave trade. Hew Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

ELLIOT, John. Crown and Colonialists. In: **Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492-1830**. Yale, Cap. 5, pp.117-125.

FARIA, Sheila S. de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras: pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei**. TESE (História para professor titular) Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2004.

FERREIRA, Roquinaldo, Transforming Atlantic Slaving trade, Warfare and territorial control in Angola, 1650 -1800. Los Angeles, University of California (Tese de doutorado), 2003.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séc.s XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GEERTZ, Clifford. **As interpretações das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlos. **Mitos emblemas e sinais - Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GREENE, Jack. **Negotiated Authorities: essays in colonial political and constitutional history**. Virginia: University press of Virginia, 1994.

_____. Quest of Periphery Dependence: Crown and Colonies. In: **Peripheries and Center**. Geórgia: University of Georgia, cap 1, 1986, pp. 07-18.

GOUVÊA, Maria de Fátima, FRAGOSO, João (orgs) **Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI- XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRUZINSKI, Serge. **Les quatres parties du monde. Histoire d'une mondialisation**. Paris, Éditions de La Martinière, 2004. 479 pp.

GUIMARAES, Matheus Silveira. **Dos escravos que vão por mar e por terra : o comércio Atlântico de escravos para as capitanias do norte e sua dinâmica interna (c.1654-c.1760)**. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 2022.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HESPAÑA, Antônio Manuel. **Às vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – séc. XVII**. Lisboa: Almedina, 1994.

HESPAÑA, Antônio Manuel. Luís de Molina e a escravização dos negros. **Revista Análise Social**, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001.

IDÉIA DA POPULAÇÃO: Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura, número de engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que este tem tido &^a desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitanias o Governador e Capitão geral Jose César de Menezes. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. V. 40 (XL) 1918. p.1-111.

KLEIN, Hebert. A experiência Afro-Americana numa perspectiva comparativa: a situação atual do debate sobre a escravidão nas Américas. **Afro-Ásia**, nº 45, 2012.

LARA, Silvia Hunold. **Fragments Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação**. São Paulo: edusp, 2022.

LAW, Robin. **Ouidah: The Social History of a West African Slaving "Port" 1727-1892**. Ohio University Press, Oxford, 2004.

LEIS EXTRAVAGANTES e Repertório das Ordenações. Duarte Nunes do Lião. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)**. Tese. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. 2008.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MEDINA, João; CASTRO Isabel Henriques. **Rotas dos escravos**. Angola e a rede de comércio negreiro. Lisboa: Cegia, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos nobres contra mascates Pernambuco 1666-1715**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue**. Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENZ, M. M. A Companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1775/80). **Afro-Ásia**, 48(2013), 45-76.

MONTECUCCOLO, Giovanni Cavazzi da. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

MONTEIRO, Nuno. *Et al.* **Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime**. Lisboa: tipografia Guerra-Viseu, 2006.

MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA. **África Ocidental** – Colegida e anotada por padre Antônio Brásio. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1952. CD-Rom.

OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos. **A Alfândega de Pernambuco: História, conflitos e tributação no Porto do Recife (1711-1738)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE, 2016.

_____. **A tributação sobre os escravizados no porto do Recife e suas conexões no Império Português. (1699-1750)**. Recife: Pós-Graduação e História/UFPE, 2022.

REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos, CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: UNESP, 2005.

Ordenações Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na Colônia**: Minas gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PANTOJA, Selma Alves. (org). **Entre Áfricas e Brasis**. Brasília: Paralelo, São Paulo: Marco Zero, 2001.

PEPETELA. **LUEJI: o nascimento de um império**. São Paulo: LeYa, 2015.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: Edusc, 1999.

REPERTÓRIO CHOROLOGICO DAS LEIS, PRAGMÁTICAS, Alvarás (...) da Real Meza Cenforia. Por J.P.D.R.X.D.S. Lisboa: na oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. 1783.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750-c.1800)**. Tese. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1945.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro. 1500-1808. **Revista Brasileira de História**. V.18, nº36, 1998.p. 202

SAUDERS, A.C. de C. M. **História Social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441 - 1555)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão - a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Nacional, 1976.

SEBEOK, Thomas A. **O signo de três**: Dupin, Holmes, Peirce, São Paulo: Perspectiva, 1991. p.90 e 91.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Publicações: Lisboa: Verbo, 1994.

SILVA, Maria Júlia de Oliveira e MACEDO, Jorge Borges de. **Fidalgos-mercadores no século XVIII**: Duarte Sodré Pereira. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da moeda, 1992.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na vila do Recife (1790-1810)**. Tese de doutorado, Recife: UFPE, 2014.

SILVA, Daniel B. Domingues da & ELLIS, David, The slave trade to Pernambuco, 1561-1851. In: ELLIS, D. Richardson, D. (Ed.). **Extending the frontiers: Essays on the New transatlantic slave trade database**. New Haccen: Yale University Press, 2008.

SILVA, Daniel B. Domingues da. O tráfico de São Tomé e Príncipe, 1799 a 1811: para o estudo das rotas negreiras subsidiárias ao comércio transatlântico de escravos. **Revista Estudos de História**, v.9, n.2, p. 35 a 51, 2002.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos de cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUSA, Jéssica Rocha de. **As rotas dos sertões: comércio interno e contrabando entre as capitanias de Pernambuco e Bahia (1759-1780)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História-UFPE, 2017.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista – História da Festa da Coroação do rei do Congo**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

_____. **Além do Visível: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII)**. São Paulo: edusp, 2020.

SOUZA, Cândico Eugênio Domingues de. **“Perseguidores da espécie humana”: capitães negreiros da cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, 2011.

SPARKS, Randy J. **Where the Negroes are Masters: an african port in the era of the slave trade**. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2014.

STABEN, Ana Emília. **Negócio dos escravos. Comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701 – 1759).** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2008.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história econômica.** Lisboa: Difel, 1993.

SUBTIL, José. **O terramoto político (1755 -1759).** Memória e Poder: Lisboa: EDIUAL, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. **Os negros em Portugal – uma presença silenciosa.** Lisboa: Caminho, 1988.

VERGE, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX.** São Paulo: Currupio, 1987.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. **Bahia e Angola: redes comerciais e tráfico de escravos (1750-1800).** Tese Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2012.

09/dezembro/2024

Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Assinatura do autor



PROJETO DE PESQUISA

O MOVIMENTO PETICIONÁRIO DE PRESOS DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO (1889-1930)

DADOS

Proponente: Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar
SIAPE: 3405917
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7369880809102353>
Contato: tiago.scesar@ufpe.br
Departamento: História

RESUMO, PALAVRAS-CHAVE E INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DO TEMA E RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL

Resumo: Estudos recentes sobre o movimento peticionário de presos, durante o período imperial, vêm demonstrando como a petição se constituiu em um importante instrumento não somente de contato e requisição de atenções dos representantes do Estado, como também de aprendizagem cívico-constitucional. Embora reconhecido como um direito de todo cidadão somente a partir da Constituição de 1824, a *petição* e/ou *requerimento* se remonta à própria formação do Estado português. Vale acrescentar que tal prática, ao longo dos séculos, acabou gerando uma cultura peticionária bastante difundida, inclusive entre colonos e conquistadores dos novos territórios além-mar. Com a Outorgada, ao antigo exercício peticionário já fortemente arraigado, se somará o status de direito, porém ainda dentro de um formato/modelo de representação com fortes permanências do Antigo Regime, também perceptível por meio da linguagem normalmente utilizada.

Com este projeto se analisará as continuidades e diferenças surgidas na prática peticionária dos mais baixos cidadãos republicanos - os encarcerados de passagem ou em cumprimento de pena na Casa de Detenção do Recife - entre os anos 1889-1930, à luz das esperanças suscitadas pelo novo regime, também no que diz respeito ao suposto modelo penitenciário republicano. Procurar-se-á identificar, por exemplo, os estilos de composição e novos repertórios de representações acerca do Estado, do bom governo ou dos governantes, ou do que se pensava ser direitos, etc., além, claro, do levantamento do(s) objeto(s) de suas súplicas (motivos), para a partir daí se poder aferir se o canal continuou permitindo acionar com êxito as máximas autoridades republicanas para a resolução de suas necessidades ou não. Somente assim se poderá comprovar se o dispositivo peticionário continuou sendo uma prática não apenas utilizada pelos indivíduos privados de liberdade, como respeitada por parte das autoridades destinatárias.

Palavras-chave: 1) Petições, 2) Presos, 3) Pernambuco, 4) República, 5) Direitos cívico-político-constitucionais, 6) Linguagem.

Introdução: A petição é uma arena de luta para se fazer cumprir os direitos

básicos garantidos pelas leis, ou, pela ampliação das mesmas através da combinação de uma linguagem suplicante e subserviente que convencesse aqueles a quem se reportavam. De sorte que as petições devem ser tomadas a um só tempo, como arenas de disputa pelo reconhecimento do próprio Estado e de seus representantes acerca de determinados direitos cívico-constitucionais estabelecidos por lei, além de um exercício de poder por parte de indivíduos oriundos, majoritariamente, das camadas sociais menos favorecidas, ao utilizar o recurso contra a desatenção desse mesmo Estado repressor, mas também contra desafetos e autoridades carcerárias corruptas e violentas. Há de se ter presente que o analfabetismo nunca impôs uma barreira intransponível ao acesso e aprendizagem do dispositivo em análise, nem mesmo a pobreza. Terceiros ou mesmo companheiros de infortúnio com rudimentos de escritura poderiam ajudar ou facilitar os meios de acesso, assim como nas táticas e estratégias necessárias para as fazerem chegar às mãos das autoridades destinatárias.

Para acercar-nos à complexidade das ações de indivíduos privados de liberdade em sua luta por serem atendidos pelo poder público, se fará um levantamento minucioso de todos os dados contidos nestes documentos, a partir de uma amostragem não inferior a duzentas petições, atentando, por exemplo, ao: a) objeto(s)/causa(s) da súplica; b) informações sobre o suplicante; c) destinatário; d) tipologia das petições (se de próprio punho e letra e assinado; escrito por outro, embora assinado pelo requerente; através de petições “a rogo” por não saber o requerente ler/escrever e assinar; ou, ainda, por meio de abaixo-assinados, ou seja, coletivamente); e) periodização do afluxo das petições (dia-mês-ano) e os motivos dos picos; f) tempo transcorrido entre a data do requerimento e o primeiro despacho; g) resposta ao requerido (se atendido ou negado); h) linguagem suplicante e de convencimento.

A proposta é totalmente factível do ponto de vista metodológico, uma vez que já existe um mapeamento prévio dos fundos documentais com os quais a pesquisa deverá ser realizada, o que nos assegura alcançar a amostragem mínima definida, com possibilidades de aumentá-la consideravelmente. Por último, se faz necessário sublinhar o ineditismo da proposta, tanto do ponto de vista de seus objetivos, quanto do uso que se dará às fontes selecionadas para a pesquisa histórica. Acredita-se que sua contribuição historiográfica será significativa por colocar de manifesto o uso da petição/requerimento por indivíduos privados de liberdade que resistiram e lutaram pelo cumprimento da justiça e dos direitos constitucionais básicos. Em última instância, se trabalhará com a hipótese de que o conhecimento e a interiorização dos direitos e deveres cívico-constitucionais, por parte das classes menos privilegiadas da população, se davam também a partir de formas, canais e instituições heterogêneas, dentre os quais o dispositivo peticionário aparece em lugar de destaque, principalmente, entre a massa de indivíduos que tiveram suas vidas, em algum momento, encarceradas.

JUSTIFICATIVA

Há muito os historiadores vêm colocando de manifesto as potencialidades de pesquisa em relação às petições e requerimentos, com especial importância ao Antigo Regime, enquanto que raros são os trabalhos que os tomam como objeto de análise e fonte ao mesmo tempo.¹ Nesse sentido, o presente projeto se destaca não apenas pela

¹ Sem intenção de dar conta de todos os trabalhos que tenham utilizado petições ou requerimentos como fontes, ressaltamos apenas: RUSSEL-WOOD, 1995, NEVES, 1997, FERTIG, 1998 e 2001, RAMINELLI, 2006, SANT'ANNA, 2014, CAMPOS; MOTTA, 2015. Em estudos específicos sobre as prisões, destacam-

escolha do objeto, como também e principalmente por optar analisar especificamente petições e requerimentos de indivíduos encarcerados da primeira república, num momento de transição do século XIX ao XX, em meio às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no país, em geral, e em Pernambuco, em concreto. A problemática, portanto, faz parte da agenda da História Social das Prisões, ou, das instituições punitivas.

DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA E DEFINIÇÃO DO MARCO TEÓRICO

História Social das Prisões

A historiografia sobre a história das prisões e da penalidade carcerária vem explorando nos últimos anos as várias facetas do universo prisional e suas relações com o Estado e a Sociedade. No Brasil, principalmente depois da tradução ao português da obra *Surveiller et Punir* (1975), de Michel Foucault, e da recepção dos textos de E. P. Thompson, nos anos 1980 (FALCON, 1996, p. 12), expandiram-se as perspectivas teórico-metodológicas, objetos e usos de determinadas fontes até então praticamente ignoradas pelos historiadores. Não é em vão, portanto, o aparecimento já no início da década seguinte, de estudos pioneiros sobre estabelecimentos carcerários, em concreto, e sobre a criminalidade, justiça, e a violência em geral.

Quanto à historiografia sobre as prisões ou sistemas penal-carcerários, pesem alguns importantes e inovadores trabalhos aparecidos especialmente após os anos 2000, frutos de dissertações e teses de doutorado, podemos ainda concordar com Carvalho, inclusive sem deixar de compartilhar sua “estranheza” de que “tem havido muito poucos trabalhos acadêmicos que dele [sistema prisional] se têm ocupado”. Estas palavras que podem ser lidas na solapa direita de qualquer um dos dois volumes da *História das Prisões no Brasil* (2009) revelaram então um diagnóstico e uma lacuna que fez com que a obra já nascesse de consulta obrigatória. Vale ainda acrescentar que uma recente segunda edição de 2017, depois de aproximadamente oito anos, se não chega a refletir precisamente uma escassez de novos trabalhos e avanços na área, ao menos resulta sintomático.

Por outra parte, persistem as escolhas de estabelecimentos carcerários idealizados como modelos, como objeto de pesquisa, em detrimento das decrépitas, estreitas e insalubres cadeias das cidades interioranas que, bem ou mal, conformavam a autêntica malha prisional, algumas delas herdadas do período colonial. Já seja em busca do panóptico foucaultiano ou não, o certo é que sabemos cada vez mais sobre o funcionamento e as rotinas carcerárias destas instituições modernas e imponentes (casas de correção, de detenção e trabalho, penitenciárias, etc.), enquanto que ainda muito pouco se conhece acerca do complexo penal-carcerário como um todo. Faltam estudos de fôlego que deem conta de suas interações locais, regionais e interprovinciais, posto que aquelas não funcionavam isoladas e nem poderiam num momento chave de centralização e fortalecimento do Estado.²

se: TRINDADE, 2007 e 2012, GONÇALVES, 2013, CESAR, 2015a, BRITTO, 2014. Tendo as petições/requerimentos como objeto e fonte a um só tempo: SILVA JUNIOR, 2001, PEREIRA, 2008a, 2008b, 2010, CESAR, 2015b, 2016.

² Com exceção das cadeias, enxovias e aljubes afincados na Corte ou nas capitais de província, juntamente com seus correccionais e penitenciárias, pouco mais se sabe sobre como funcionava a malha carcerária

Não obstante, há de se reconhecer o esforço dos trabalhos mais recentes por reconstruir, ao menos em parte, o cotidiano e/ou o microcosmos carcerário, buscando documentar e analisar as formas e os limites da “relação histórica entre o dentro e o fora” (IGNATIEFF, 1984, p. 9-10), ou, dito de outra forma, entre o mundo das grades e o mundo da liberdade.

Outra questão bastante desatendida, se olharmos para a historiografia nacional especializada, são as formas burocráticas de comunicação entre os presos e as instâncias estatais judiciárias, legislativas ou do executivo, como no caso dos requerimentos e petições. Concretamente, analisar-se-á as petições de presos do republicano Estado de Pernambuco, entre 1889 e 1930, e sua linguagem suplicante, sob a perspectiva da história sócio-cultural e da linguagem, uma vez que o dispositivo peticionário será tomado como uma arena de luta pelo cumprimento e/ou alargamento dos direitos civis básicos e como instrumento de interiorização-aprendizagem de um exercício de cidadania, embora travestido não raramente numa linguagem de subserviência e submissão. Argumentar-se-á que, por detrás da fórmula *Espera Receber Mercê*, em realidade se exigiu, muitas vezes, um rotundo *Espera Receber Justiça*.

Tal perspectiva de análise se aproxima à proposta desenvolvida por Chazkel (2009, p. 8-9), ao se conceber as cadeias como espaços de aprendizagem cívica-política. Entendemos que a *prisão* contribuía significativamente (em conjunto com outras instituições) com o processo doloroso de compreensão e interiorização das leis, normas, costumes e convenções da sociedade burguesa, sobretudo por aqueles indivíduos de origem popular. A essa aprendizagem em negativo, há de se somar outra positiva que se dava por meio da petição. Ora, para a sua instrumentalização se fazia necessário conhecer os valores caros a essa mesma sociedade que os encarcerava, mas através desse dispositivo, é o próprio encarcerado que fala e se autoneomeia, narra um infortúnio e pede mercê. É ele, em suma, quem exerce o poder colocando funcionários, autoridades ou outros homens infames presas da mesma luminescência.

Como se pode ver, apesar de nossa identificação com a história social, isto não obsta um profícuo diálogo com a história cultural, como propõe, entre outros, o historiador alemão Jürgen Kocka (2008, p. 159-162). E, particularmente, porque o estudo do tema obriga, naturalmente, adentrarmos em áreas ou domínios alheios com seus conceitos e procedimentos de pesquisa. Nunca é demais lembrar sobre a complexidade da temática de pesquisa. Pois como bem definiu Aguirre:

As prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito, negociação e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade (ou a ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam as sociedades; empresas econômicas que buscam manufaturar tanto bem de consumo como eficientes trabalhadores; centros para a produção de distintos tipos de conhecimentos sobre as classes populares; e, finalmente, espaços onde amplos segmentos da população vivem parte de suas vidas, formam suas visões do mundo, entrando em negociação e interação com outros indivíduos e com autoridades do Estado (AGUIRRE, 2009, p. 35).

Interessa-nos, sobremaneira, identificar por quais canais se dava/passava essa

oitocentista no interior das províncias. É realmente sintomático que dos 17 trabalhos que compõem os dois volumes da já referenciada *História das Prisões no Brasil* (2009), apenas dois se espraem pelas cadeias interioranas. Vejam-se: FERREIRA, 2009, vol. I, p. 201-207; e FILHO, MARIZ, NETO, 2009, vol. II, p. 163-164.

“negociação e interação com outros indivíduos e com autoridades do Estado”, e, uma vez reconhecidos e identificados, analisar como, onde, quando, e em que periodicidade ocorria. A materialidade destas fontes conduz, ademais, a uma reflexão sobre a instrumentalização de imagens e valores por parte dos peticionários. Silva Junior afirma que os requerimentos “podem revelar padrões de relações de clientela pouco visíveis por outras fontes”, mas que, principalmente, “são documentos cujos objetos mesmo são as relações entre Estado e cidadãos”. Assim sendo,

sua riqueza maior está na possibilidade de verificarmos que aquilo que compreendemos como Estado, ao contrário de um agente coletivo coeso orientado por uma lógica política, pode-se revelar como uma rede de indivíduos com funções e poderes e dotados de diferentes intenções no exercício dessas funções e poderes (SILVA JÚNIOR, 2001, p. 2).

Em todo caso, o objetivo principal é refletir sobre o uso do dispositivo peticionário, não simplesmente pelo que se pedia através dele, mas como este recurso constitucional era conscientemente instrumentalizado pelos mais baixos cidadãos republicanos, na imensa maioria pobres e analfabetos, em prol de suas demandas e necessidades de (sobre)vivência no cárcere. A linguagem utilizada, por sua vez, não será tomada como um mero reflexo de intenções ou de ações prévias, mas também como produtora de sentido e de práticas sociais que, não raramente, incidirão indelevelmente sobre a experiência prisional e cidadã (CABRERA, 2001).

É preciso lembrar que o art. 179, inciso 30, da Constituição de 1824, dispunha que: “Todo o cidadão poderá apresentar por escrito ao Poder Legislativo e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expor qualquer infração da Constituição, requerendo perante a competente autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores”. Em geral, as petições de presos não eram documentos muito prolixos, posto que deviam contar uma história que não tomasse muito tempo das autoridades, mas que, ao fim e ao cabo, convencesse. Estas histórias, mesmo separadas no tempo e no espaço, além de geradas por motivos muito diferentes, lembram bastante o exercício de convencimento analisado pela historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis (2001), através das cartas de remissão francesas do século XVI.

Davis defende a tese de que a existência daquela prática se dava porque havia uma sociedade acostumada em escutar e conviver com tais histórias de perdão. Já em nosso caso, além de se tratar de uma ação não menos imemorial, há de se ver, ademais, na instituição de uma República, um processo lento de transformação de velhos instrumentos suplicantes em mecanismos de reivindicação de direitos cívico-constitucionais, precisamente, a nosso ver, o que ocorreu com a petição ou requerimento na passagem do antigo ao novo regime.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O presente projeto tem como objetivo analisar a arte de requerer e a linguagem suplicante utilizada pelos presos de Pernambuco durante a Primeira República (1889-1930).

Objetivos específicos

1. Identificar e analisar as formas ou tipos de petições.
2. Traçar o perfil dos requerentes.
3. Identificar e analisar as causas de um maior ou menor afluxo de petições.
4. Criar tipologias de análise para o que se pedia/requeria.
5. Analisar o dispositivo peticionário não apenas como um canal de comunicação, mas também como um exercício de cidadania e instrumento de interiorização dos direitos civis básicos pelos setores menos favorecidos da sociedade.
6. Analisar o discurso peticionário.

FONTES

Não é de hoje que os historiadores chamam a atenção para as dificuldades de se adentrar em certas sendas acerca da vida e cotidiano de alguns indivíduos e instituições. Michelle Perrot, para o caso que nos ocupa, já compartilhava do desafio de encontrar vestígios sobre os prisioneiros do passado em uma comunicação datada em 3 de março de 1973, dizendo que “desaparecidos de sua história, têm de ser rastreados no que se diz deles” (2006, p. 239), e, quase que complementando seu pensamento, alguns anos depois, afirmou ainda que a “informação, sempre difícil no que tange às classes populares, é ainda pior em relação ao mundo carcerário ou à delinquência, por definição obscuros e dissimulados, e sempre descritos pelo olhar legal” (2006, p. 276-277).

Nesse sentido, as petições de presos são fontes excepcionais, porque embora sejam *documentos oficiais*, nelas o encarcerado mais miserável surge do pó dos arquivos não por ter sido involuntariamente alvo ou presa dos “raios do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 127), mas sim por exercê-lo. São vestígios ou fragmentos dessa apropriação, como diria ainda Foucault, “ao menos por um instante desse poder” (2014, p. 131).

Outra observação sobre as *qualidades* desta tipologia documental é o fato de permitir ao historiador ir além do que apenas se diz sobre o encarcerado, uma vez que constitui um registro em sua maior parte elaborado pelo recluso, e, em muitos casos, redigido de seu próprio punho. Na petição não se fala *do* ou *sobre* o preso, mas é ele próprio quem se autoneomeia, narra um infortúnio e pede mercê. Isso não obsta evidentemente sua utilização contra um desafeto, acabando por prender a outros homens infames na mesma luminescência, mas o que se tem demonstrado são usos mais bem estratégicos ao se canalizar o dispositivo para fins considerados prioritários, como para a resistência, sobrevivência e vivência no cárcere, contra os usos e abusos de funcionários corruptos, ou, ainda, para alcançar a almejada liberdade (CESAR, 2015a).

Também por se tratar de um documento produzido a partir de uma ou várias ações dos reclusos-requerentes, o mesmo permite tecer questionamentos acerca dessas experiências e prioridades penal-carcerárias, colocando-se ainda de manifesto suas estratégias e exercícios de poder. A petição é muito mais do que um simples canal de comunicação entre presos e autoridades do sistema prisional. Trata-se de uma experiência entre cidadãos e o Estado. Para o coletivo carcerário sua importância pode até revelar-se por sua capacidade de angariar atenção estatal, mas sabe-se que seu exercício ia muito além do que realmente se pedia. Os presos aprendiam muito rapidamente a utilizá-la, instrumentalizando-a estrategicamente em seu benefício próprio, já que em cárcere algum a vida e suas necessidades inerentes se detinham ou

diminuíam, senão mais bem o contrário.

A petição ou requerimento é um instrumento de origens muito antigas, remontando-se praticamente à mesma constituição do Estado português, no século XIII. Não cabe fazer aqui um retrospecto de como esse canal que colocava o súdito em contato *direto* com o rei foi se modificando ao longo dos séculos, o que por certo já fora feito satisfatoriamente por historiadores como Vantuil Pereira (2010, p. 229-236), mas insistir em como sua longa existência fez enraizar uma prática que chegara a ser entendida como um direito dos súditos ao mesmo tempo em que sua observância reforçava àquela velha imagem do rei justiceiro da qual tratou Gauvard para a França de finais do medievo (1982, p. 165-192).

Mesmo que posteriormente intermediados e filtrados por conselhos e funcionários régios, o requerimento continuou sendo um canal onde se poderia não somente pedir títulos, privilégios e mercês, mas também “denunciar atos excessivos cometidos pelas autoridades, pois muitas vezes acreditava-se que o soberano não tinha conhecimento do que os seus representantes faziam nas mais longínquas partes do Reino” (PEREIRA, 2010, p. 230).

Estando esta prática indelevelmente enraizada na sociedade luso-brasileira, como ilustra sintomaticamente o descontentamento do Visconde de Barbacena ante uma profusão de petições, muitas das quais, considerada para autênticos “despropósitos” (PEREIRA, 2008, p. 227), seria realmente de estranhar se, principalmente depois de munidos do arsenal linguístico das luzes e com os novos ventos constitucionais, não se tivesse explorado suas potencialidades reivindicatórias. Se for certo que a constituição e a exaltação das leis reforçaram uma prática costumeira, não é menos correto afirmar que acabaram por transformar o requerimento numa ótima arena de exercício da cidadania que passou por todo o período imperial, alcançando a República.

No Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE), existem abundantes maços compostos apenas de petições de presos do período republicano. Trata-se, portanto, de uma pesquisa *in situ*, nos códices da Casa de Detenção do Recife (CDR), especialmente na subsérie 4.1, Correspondência do Administrador/Diretor da CDR, que exige conhecimento e técnicas paleográficas, além da necessidade da composição de fichas de pesquisa para evitar, desde um primeiro momento, uma transcrição sem tino nem sentido. Cada documento encontrado será digitalizado para a composição de uma amostra não inferior a duzentas petições. Os anos da amostra serão: 1890, 1895, 1900, 1905, 1910, 1915, 1920, 1925 e 1930.

Para apreendermos a complexidade das ações de indivíduos privados de liberdade em sua luta por serem atendidos pelo poder público, observar-se-á os tipos de táticas e recursos linguísticos normalmente utilizados com fins de convencer as autoridades estatais, mas também se atentará para uma série de informações que, depois de tratadas, possam esclarecer ainda mais o funcionamento burocrático e operacional do dispositivo, além de nos acercarmos às próprias figuras suplicantes. Assim, se levantará a partir de uma leitura minuciosa de cada umas das petições os seguintes dados: I) o que se requeria; II) quem requeria; III) a quem se requeria; IV) os tipos de petições (se de próprio punho e letra e assinado; escrito por outro, embora assinado pelo requerente; através de petições “a rogo” por não saber o requerente ler/escrever e assinar; ou, ainda, por meio de abaixo-assinados, ou seja, coletivamente); V) periodização do afluxo das petições (dia-mês-ano); VI) tempo transcorrido entre a data do requerimento e o primeiro despacho; VII) resposta ao requerido (se atendido ou negado); VIII) análise da linguagem suplicante e de convencimento.

Nossa estratégia de ação busca dar conta de uma esfera de análise importante, embora nem sempre trabalhada pelos historiadores das prisões, a saber, as relações entre as autoridades responsáveis diretamente pelo sistema prisional provincial (presidente da província/governador e chefe de polícia) e a massa presidiária que buscava neles, não raramente, uma *tábua de salvação*.

EIXOS TEMÁTICOS

1. História das prisões
2. História das instituições punitivas
3. História social
4. História das emoções
5. História dos conceitos
6. História de uma *narrativa humanitária*
7. Aprendizagem dos direitos civis e constitucionais
8. Direitos e cidadania
9. História e política
10. História e direito

ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO DISCENTE

Será criado o Laboratório de Estudos e Pesquisas Prisionais (LEPRIS) com o objetivo de integrar estudantes e pesquisadores (não apenas da graduação e pós-graduação, mas também de movimentos sociais centrados em questões prisionais) nas temáticas prisionais transdisciplinares.

O Laboratório funcionará como um grande repositório e centro de trocas de ideias, experiências, fontes etc. Estudantes de graduação, por exemplo, terão a oportunidade de conviver com mestrandos e doutorandos, podendo projetar sua vida acadêmica para um horizonte bastante mais complexo e de grande atualidade em nossa sociedade.

O Laboratório organizará eventos com o objetivo não apenas de divulgar resultados de pesquisas, mas também de apresentar as temáticas prisionais para um público mais amplo, dentro e fora da universidade. Especialistas de diversas áreas serão convidados para proferir palestras e conferências.

O Laboratório também promoverá cursos de introdução à História das Prisões ou das Instituições Punitivas para os professores da Rede Básica, articulando diversos níveis de ensino e colaborando com atividades extensionistas.

DADOS PRELIMINARES E RESULTADOS ESPERADOS E CRONOGRAMA

Certamente, não é de hoje que as petições/requerimentos são fontes exploradas pelos historiadores.³ No entanto, percebe-se que a maior parte dos estudos que se utilizam desses documentos privilegiam aqueles vestígios da prática peticionária dirigida ao rei (RUSSEL-WOOD, 1995, p. 215-233; RAMINELLI, 2006, p. 107-131), imperador (JESUS, 2009; SANT'ANNA, 2014, p. 139-159), ou, ao poder moderador (PIROLA, 2016, p. 130-152), mas, principalmente, ao parlamento (PEREIRA, 2010; 2008, p. 97-129, SABA, 2012, FERNANDES; SLEMIAN, 2022)⁴, conselhos e assembleias provinciais (CASTRO, 2016, p. 37-58). Trata-se, portanto, de uma parcela do exercício peticionário voltado essencialmente ao poder legislativo, visto, inclusive por escravos, como “um campo de luta” (RODRIGUES, 1995, p. 159; CAMPOS; MOTTA, 2015).

Em menor medida, mas não menos importante para entendermos como o seu uso era mais estendido e disseminado do que inicialmente se poderia supor, estão aqueles voltados à mesma prática, porém dirigidos aos governantes do executivo provincial (SILVA JÚNIOR, 2001, p. 1-15), ou, das antigas capitanias (FERTIG, 1998; 2001, p. 1-7; SILVA, 2021). E entre esses, algumas produções específicas com (e sobre) as representações enviadas por presos aos chefes de polícia e aos presidentes da província.⁵

Muitos desses textos mostram, concretamente, como a população, incluídos setores oriundos das camadas sociais mais humildes, faziam valer os seus direitos civis e políticos reconhecidos/estabelecidos pela Constituição de 1824, ora reivindicando, ora pressionando deliberadamente a fim de serem atendidos em suas mais diversas demandas.

Nesse sentido, não restam dúvidas de que a instrumentalização do recurso peticionário teve um papel transcendente no que diz respeito à aprendizagem-interiorização do exercício dos direitos cívico-constitucionais (e por que não políticos) por parte de uma ampla parcela da população, já que, como se sabe, seu uso não só permitia contatar o poder moderador, como também aos máximos representantes do executivo e legislativo.

³ Veja-se: NEVES, 1997. Outro bom exemplo acerca das possibilidades de pesquisa com esse tipo de fonte é o trabalho de Martins (2017). Para fora do país, ver o dossiê organizado por VOSS (2001). Vale ainda lembrar que o Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, promoveu e sediou entre os dias 13 e 15 de fevereiro de 2019, o congresso intitulado “As Petições e o Atlântico Revolucionário (c.1760-c.1840)”. Disponível em: <<https://gi-imperios.org/blog/pt/cfp-petitions-in-the-age-of-atlantic-revolutions-c-1760-c-1840/>>. Acesso em: 16 jun. 2023. Não deixa de ser bastante sintomático em relação à importância dada pelos historiadores às petições enquanto objeto e fonte de pesquisa, o projeto da historiadora Andréa Slemian intitulado *Circuitos oceânicos: petições e comunicação política da América portuguesa ao Império do Brasil*, iniciado em 2021, portanto, atualmente em andamento. A docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), também participou recentemente do programa *Oito ou Oitocentos: um papo sobre histórias do Séc. XIX*, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos (SEO). Veja-se o episódio 13, intitulado *Como escutar a voz dos povos? Independência, petições e representação política*, emitido ao vivo no dia 21 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I8PHNDWpqbQ>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

⁴ Interessa mencionar que existem análises sobre o movimento peticionário sob a ótica do desenvolvimento do espaço público e da parlamentarização da vida política em Portugal, a partir da Revolução do Porto (CRUZ, 2022, p. 1-27). Sobre a participação feminina, também em Portugal, veja-se: PALACIOS CEREZALES, 2012, p. 740-765.

⁵ Vejam-se: TRINDADE, 2007, 2013, p. 143-176, 2018; GONÇALVES, 2013; BRITTO, 2016, p. 46-77; CESAR, 2015a. Para trabalhos em que a petição de presos é tomada a um só tempo como fonte e objeto de pesquisa, vejam-se: CESAR, 2015b, p. 378-403; 2016, p. 172-209; 2019, p. 161-188; 2020a, p. 621-634; 2020b, p. 129-158; 2021, p. 1-54.

Assim, este estudo tem a pretensão de contribuir com a discussão acerca da aprendizagem e dos diferentes usos dados ao dispositivo por indivíduos privados de liberdade. O uso de petições de presos enquanto fonte e objeto de pesquisa é algo inédito, de forma que as produções textuais que resultem da pesquisa constituirá uma significativa contribuição historiográfica.

ATIVIDADES	1º Semestre 03/2025 a 08/2025	2º Semestre 09/2025 a 02/2026	3º Semestre 03/2026 a 08/2026	4º Semestre 09/2026 a 02/2027	5º Semestre 03/2027 a 08/2027	6º Semestre 09/2027 a 02/2028	7º Semestre 03/2028 a 08/2028	8º Semestre 09/2028 a 03/2029
Revisão bibliográfica	X		X		X		X	
Fichamento	X		X		X		X	
Pesquisa in situ Apeje ou em documentos já digitalizados	X	X	X					
Transcrição do conjunto documental pesquisado	X	X	X	X	X	X	X	
Tratamento dos dados e informações (elaboração de fichas de pesquisa, tabelas, gráficos, planilhas, etc.)	X	X	X	X	X	X	X	X
Cotejamento das fontes e bibliografia			X	X	X	X	X	X
Elaboração de artigo científico para publicação em revista de História internacional ou nacional com QUALIS A1			X	X	X	X	X	X
Elaboração de comunicações			X	X	X	X	X	X
Participação em eventos, congressos, simpósios nacionais e internacionais	X	X	X	X	X	X	X	X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarisa Nunes; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.). *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, vol. I, p. 35-77.

AGUIRRE, Carlos. *The criminals of Lima and their worlds: the prison experience, 1850-1935*. Durham: Duke University Press, 2005.

AGUIRRE, Carlos. Disputed Views of Incarceration in Lima, 1890-1930: The Prisoners' Agenda for Prison Reform. In: SALVATORE, Ricardo D.; AGUIRRE, Carlos; JOSEPH, Gilbert M. (Eds.). *Crime and Punishment in Latin America: Law and Society since Late Colonial Times*. Durham/London: Duke University Press, 2001, p. 342-368.

AGUIRRE, Carlos. La cárcel y La ciudad letrada: hacia uma historia cultural de la prisión en el Perú del siglo veinte. In: PALMA ALVARADO, Daniel. (Ed.). *Delincuentes, policías y justicias en América Latina, Siglos XIX y XX*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015, p. 144-192.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra forza da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do autor/Sebo Icária, 2008.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Palácio das Misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas (1869-1889)*. Tese de doutorado, História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de. *A reforma prisional no Recife oitocentista: da Cadeia à Casa de Detenção (1830-1874)*. Dissertação de mestrado, História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de. *Punir, Recuperar, Lucrar: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife (1862-1879)*. Tese de doutorado, História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

ALVES, Protasio Antonio. *Relatorio apresentado ao Ex. Snr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em exercicio do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1915*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Casa de Correção, 1915.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. *Cárceres imperiais: A Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861*. Tese de doutorado, História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. *O duplo cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821*. Dissertação de mestrado, História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 192-230.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BRITTO, Aurélio de Moura. *Fissuras no ordenamento: sociabilidades, fluxos e percalços na Casa de Detenção do Recife (1861-1875)*. Dissertação de mestrado, História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

BRITTO, Aurélio de Moura. "Tocados da mania de escrever": a escrita como prática de contestação e denúncia na Casa de Detenção do Recife (1861-1875). *Revista Hydra*, vol. 1, n. 2, agosto, 2016, p. 46-77.

BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978

CABRERA, Miguel Ángel. *Historia, Lenguaje y Teoría de la Sociedad*. Madrid: Ediciones

Cátedra, 2001.

CAMPOS, Adriana Pereira; MOTTA, Kátia Sausen da. A liberdade nas petições do Brasil Império: o caso do liberto Delfino. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/congresso/index.php/E-7/paper/viewFile/115/49>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política?. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro/Madrid: Fundación Mapfre/Editora Objetiva, 2012, p. 83-129.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Representação política e atividade peticionária na organização territorial do Império: o caso da comarca do Rio Sapucaí, Sul de Minas Gerais. *Revista Latino-Americana de História*, vol. 5, nº 16, dezembro, 2016. p. 37-58.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na primeira República. In: MAIA, Clarisa Nunes; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.). *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, vol. II, p. 7-45.

[CESAR, Tiago da Silva](#). As prisioneiras de Clio. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; SILVA, Jonathan Fachini da. (Org.). *História das mulheres no Brasil Meridional*. 1ed. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2022, p. 185-243.

CESAR, Tiago da Silva. A arte de requerer dos presos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - Século XIX. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CESAR, Tiago da Silva; CARDOZO, José Carlos da Silva. RÜCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini da. (Orgs.). *Instituições e práticas de controle social: perspectivas de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2016, p. 172-209.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2015a.

CESAR, Tiago da Silva. A visita de “Sua Magestade o Imperador” e os pedidos de perdão de presos da Cadeia Civil de Porto Alegre. *Almanack*, Guarulhos, n. 27, 2021, p. 1-54.

CESAR, Tiago da Silva. A linguagem e as imagens da pobreza nas petições de

encarcerados sul-rio-grandenses (1850-1888). In: RÜCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini da; CARDOZO, José Carlos da Silva; CESAR, Tiago da Silva. (Orgs.). *Histórias da pobreza no Brasil*. Rio Grande: Furg, 2019, p. 161-188.

CESAR, Tiago da Silva; SILVA, Wellington Barbosa da; ALBUQUERQUE NETO, Flavio de Sa Cavalcanti de. (Orgs.). *Crime, justiça e sistemas punitivos*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

CESAR, Tiago da Silva. El ejercicio peticionario de presos durante el segundo reinado brasileño (Pernambuco/Rio Grande do Sul). In: Pedro Oliver Olmo; Maria del Carmen Cubero Izquierdo. (Org.). *De los controles disciplinarios a los controles securitarios*. Actas del II Congreso Internacional sobre la Historia de la Prisión y las Instituciones Punitivas. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2020a, p. 621-634.

CESAR, Tiago da Silva. Espera Receber Mercê: os requerimentos de presos e suas relações com o Estado (1850-1888). In: REGUERA, Andrea; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Uma História Social e Cultural do Direito, da Justiça e da Política: Do antigo regime ibero-americano à contemporaneidade latino-americana*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2015b, p. 378-403.

CESAR, Tiago da Silva. Os mais baixos cidadãos do Império: o dispositivo peticionário e a linguagem suplicante de presos do sistema prisional do Rio Grande do Sul (1850-1888). In: CESAR, Tiago da Silva; OLMO, Pedro Oliver; BRETAS, Marcos Luiz. (Orgs.). *Polícia, Justiça e Prisões: Estudos Históricos*. Curitiba: Appris, 2020b, p. 129-158.

CRUZ, Miguel Dantas da. O movimento peticionário do primeiro liberalismo português e a parlamentarização da vida política em Portugal (1820-1823). *Almanack*, Guarulhos, n. 30, 2022, p. 1-27.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, 2002, p. 13-28.

FERTIG, André. *Entre súditos e cidadãos - os suplicantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século XIX (1800-1815)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

FERTIG, André. Fiéis Vassalos: Demandas da população da Capitania de São Pedro do Rio Grande no início do século XIX (1800-1815). In: *E-Book 1º Seminário de Pesquisas do AHRs*, Anais de 4-6 de out., 2001. p. 1-7.

FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión*. Madrid: Siglo XXI, 2005.

GARLAND, David. *Castigo y sociedad moderna: un estudio de teoría social*. Madrid: Siglo

XXI, 1999.

GARLAND, David. *La cultura del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

GONÇALVES, Flávia Máira de Araújo. *Cadeia e Correção: sistema prisional e população carcerária na Cidade de São Paulo (1830-1890)*. São Paulo: Annablume, 2013.

GONÇALVES, Flávia Máira de Araújo. *O sistema prisional no Império brasileiro: estudo sobre as províncias de São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso (1835-1890)*. Tese de doutorado, História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2016.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Anablumme, 2010.

HUNT, Lynn. *La invención de los derechos humanos*. Barcelona: Tusquets, 2009.

IGNATIEFF, Michael. Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um Balanço Crítico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, n. 14, 1987, p. 199-229.

JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC, 2006.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, p. 227-250.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado, História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, 2004.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MAIA, Clarisa Nunes; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. (Orgs.). *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, v. I e II, 2009.

MARIZ, Silviana Fernandes. *Oficina de Satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-*

1889). Dissertação de mestrado, História, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, 2004.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, William de Souza. Representações do feminino e do masculino nas petições enviadas às secretarias de Estado dos Negócios do Reino e do Império (Rio de Janeiro, 1808-c.1830). *Revista de História*, São Paulo, n. 176, 2017, p. 1-31.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcel y fábrica*. Los orígenes del sistema penitenciario (siglos XVI-XIX). 3ª ed. México: Siglo XXI, 1987.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 13-37.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a mesa da consciência e ordens e o clero secular no Brasil 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

O'BRIEN, Patricia. The Prison on the Continent, Europe 1865-1965. In: MORRIS, Norval; ROTHMAN, David J. (Org.). *The Oxford history of the Prison: The Practice of Punishment in Western Society*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 178-201.

O'BRIEN, Patricia. *The Promise of Punishment: Prisons in Nineteenth-Century France*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1982.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Editora Estar, 2001.

PALACIOS CEREZALES, Diego. Assinem assinem, que a alma não tem sexo! Petição coletiva e cidadania feminina no Portugal constitucional (1820-1910). *Análise Social*, 205, XLVII (4.º), 2012, p. 740-765.

PAIVA, Helena Marisa Vianna. *A Casa de Correção de Porto Alegre (1889-1899)*. Porto Alegre: PUC, Dissertação de Mestrado, 2003.

PEDROSO, Rita de Cássia Ribeiro. *Treze anos estou contando nas grades da Correção: Um estudo em memória dos “infelizes sentenciados” da Casa de Correção de Porto Alegre, 1896-1913*. Porto Alegre: PUC, Dissertação de Mestrado, 2003.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

PEREIRA, Vantuil. Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831). In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). *Brasileiros*

e cidadãos: modernidade polícia, 1822-1930. São Paulo: Alameda, 2008. p. 97-129.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. 4ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. *Trabalho e resistência na penitenciária da Corte (1850-1876)*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 2000.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

PICCOLO, Helga. A Política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 93-117.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. Cartas ao Imperador: os pedidos de perdão de réus escravos e a decisão de 17 de outubro de 1872. *Almanack*, v. 1, 2016. p. 130-152.

RAMINELLI, Ronald. Serviços e mercês de vassalos da América Portuguesa. *Revista Historia y Sociedad*, nº 12, Medellín, nov., 2006. p. 107-131.

RIBEIRO, Gladys Sabina; CARULA, Karoline. (Orgs.). *Tensões políticas, cidadania e trabalho no longo Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2020.

RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1952.

RODRIGUES, Jaime. Liberdade, humanidade e propriedade: Os escravos e a Assembléia Constituinte de 1823. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 39, 1995. p. 159-167.

RUSCHE; Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Vassalo e soberano: apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem Africana na América Portuguesa. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 215-233.

SABA, Roberto Nicolas Puzzo Ferreira. *As vozes da Nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. São Paulo: FAPESP, 2012.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo, 1822-1940*. 2ª. ed., São Paulo: Annablume, 2006.

SANT'ANNA, Elizabeth. Súplicas a Vossa Majestade Imperial: as negociações em tempos de mudanças. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; MARTINS, Ismênia de Lima; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. (Org.). *O Oitocentos sob novas perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 139-159.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. *De um lado, punir; de outro, reformar: projetos e impasse em torno da implantação da Casa de Correção e do Hospício de Pedro II no Rio*

de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2002.

SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Tafalla: Editorial Txalaparta/Ediciones Era, 2003.

SILVA, Fernando Junio Santos. *Direito de petição e intermediações de governadores, agentes administrativos e ministros nas minas setecentistas (1750-1808)*. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 2021.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. Estado e Sociedade: notas sobre requerimentos à Presidência da Província de São Pedro. In: *E-Book 1º Seminário de Pesquisas do AHRs*, Anais de 4-6 de out., 2001. p. 1-15.

SILVA, Mozart Linhares da. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SALOMON, Marlon. “Isso não é um livro de história”: Michel Foucault e a publicação de documentos de arquivos. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, jan./abr., 2019, p. 229-252.

SLEMIAN, Andréa; FERNANDES, Renata Silva. “Na forma que com tanta justiça se requer”: o direito de petição no contexto da Independência do Brasil. *Antíteses*, Londrina, v. 15, 2022, p. 146-181.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

SZCZEPANIAK, Ivone. *A busca pelo cárcere perfeito: Casa de Correção de Porto Alegre (1835-1913)*. Dissertação de mestrado, História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

TRINDADE, Cláudia Moraes. *A Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, 1833-1865*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

TRINDADE, Cláudia Moraes. Ordem e desordem: correspondência de presos e vida prisional na Bahia no século XIX. In: LOURENÇO, Luiz Claudio; GOMES, Geder Luiz Rocha. (Orgs.). *Prisões e Punição no Brasil Contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 143-176.

TRINDADE, Cláudia Moraes. *Ser preso na Bahia no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VOSS, Lex Heerma van (ed.). Introduction. Petitions in Social History. *International Review of Social History*, vol. 41, Nova York, Cambridge University Press, 2001, p. 1-10.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO - SEÇÃO ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

Os passados e os futuros pensáveis no Ensino de História

2 – VIGÊNCIA: (até 60 meses)

Início Previsto (mês/ano): 07/2025
Término Previsto (mês/ano): 07/2030

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: Ciências Humanas
Número do Código: : 7.00.00.00-0
b) Nome da Subárea: História
Número do Código: 7.05.00.00-2
c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento):
Número do Código:

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

Ensino de História e Cultura Regional
Terra Trabalho e Poder

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Ensino de História;	4. Realismo Capitalista;
2. Antiguidade;	5. História do Tempo Presente
3. Formação Docente;	6.

6 – GRUPO DE PESQUISA: (informar link do grupo de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ)

LEIA - Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre a Antiguidade dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6156293698489084



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

7 – PARTICIPANTES

Nome: Uiran Gebara da Silva

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 215.972.268-58

SIAPE (servidor da UFRPE): 3051186

E-mail: uiran.silva@ufrpe.br

Vinculação: Docente do Departamento de História

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 10h

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6424766542330590>

Nome:

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro):

SIAPE (servidor da UFRPE):

E-mail:

Vinculação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros):

Link para o currículo Lattes:

Nome:

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro):

SIAPE (servidor da UFRPE):

E-mail:

Vinculação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros):

Link para o currículo Lattes:

Nome:

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro):

SIAPE (servidor da UFRPE):

E-mail:

Vinculação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros):

Link para o currículo Lattes:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

II – DETALHAMENTO – SEÇÃO CIENTÍFICA

RESUMO

O propósito desta pesquisa é investigar os passados pensáveis e suas conexões com os futuros pensáveis nas culturas históricas brasileira e pernambucana, tomando as representações da Antiguidade como estudo de caso e levando em consideração as conformações ideológicas oriundas da indústria cultural no contexto do Tempo Presente como mediação fundamental. Isto será observado por meio de um processo de formação e capacitação de professores de História do Ensino Básico. Este se dará na forma de um curso de formação que terá como tema uso do Cinema e das Histórias em Quadrinhos para o Ensino de História, tomando a Antiguidade como eixo temático, e buscará, por um lado, problematizar uma certa abordagem que trata com inocência obras artísticas modernas como representações fidedignas do passado e, por outro lado, orientar os docentes sobre como incorporar o presente de produção de tais obras e seus usos do passado quando trouxerem tais produções culturais para a sala de Aula. Essa investigação visa então verificar a interação entre o eurocentrismo, o ocidentalismo e o realismo capitalista na limitação dos processos de aprendizagem sobre os passados da humanidade e suas projeções de futuro e investigar em que medida estas limitações impedem o desenvolvimento de uma compreensão da História em termos de constituição de práticas de transformação e valores associados à perspectiva de justiça social. Assim, a partir da tese de Mark Fisher de um bloqueio das visões de futuro e das perspectivas de passado, pelo Realismo Capitalista, e do diagnóstico de Sebastian Plá de um Fatalismo Tecnológico na educação histórica na América Latina, buscar-se-á, primeiro, investigar em que medida tais questões aparecem no ensino de História Antiga no Ensino Básico. Em segundo lugar, se busca investigar formas de desnaturalizar a Imagem Eurocêntrica e o realismo capitalista na intersecção entre os passados públicos e os passados ensinados da Cultura Histórica local. E, por fim, verificar o que há (se houver) de específico nas representações da Antiguidade em relação ao pensado e ao impensado do futuro e do passado.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

“O passado é tão mais seguro”, observa um dos narradores da sátira distópica de Margaret Atwood, The Heart Goes Last, “porque o que quer que esteja nele já aconteceu. Não pode ser mudado: então, de certa maneira, não há nada a temer”. Apesar do que pensa o narrador de Atwood, o passado não “já aconteceu”. O passado precisa ser continuamente re-narrado, e o objetivo político de narrativas reacionárias é suprimir os potenciais que ainda aguardam, prontos para serem re-despertados, em momentos antigos.

Mark Fisher

Introdução

Usualmente o domínio da História é associado exclusivamente ao passado. Isto, claro, se dá porque a constituição histórica deste campo de conhecimento, disciplinar após o século XIX, foi o enquadrando como um conhecimento sobre a dimensão do tempo passado. Contudo, não é nenhuma novidade afirmar a pertinência do presente para a História. Já o dizia Marx, Benedetto Croce, Marc Bloch em seu *Apologia à História* e a primeira geração dos *Annales*, e assim também o afirma toda uma subárea da disciplina: a História do Tempo Presente. Mas não é só a dimensão do tempo presente que também pode estar associada com a História, pois o futuro também a ela se conecta como horizonte de expectativas.¹

No campo do Ensino de História, esta relação também está posta, não de hoje, mas já há um bom tempo. Embora também tenha ficado célebre recentemente a ideia de que a História serve a uma orientação prática na vida cotidiana, por meio do diálogo com a obra de Jorn Rüsen (Barom, 2015; Rüsen, 2007), esta perspectiva do Ensino de História conectado com as 3 dimensões do tempo já se fazia presente na academia brasileira por meio das ideias de Hanna Arendt (Arendt, 2003). Ainda assim, ter em mente o pedigree eurobrasileiro da consciência de que a História se relaciona com as três temporalidades,

¹ Este conceito parece ter sido introduzido recentemente por meio dos trabalhos de Reinhart Koselleck (Koselleck, 2014) na historiografia brasileira, mas um olhar mais atento à esta historiografia nacional revelaria a presença deste conceito como sendo mais antiga, introduzido por meio de uma tradição existencialista francesa materializada na obra de Paul Ricoeur (Ricoeur, 1997).



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

serve apenas de ponto inicial para uma inquirição sobre o lugar do presente e do futuro no aprendizado do passado, em particular no passado mais distante: a Antiguidade.

O propósito desta pesquisa é investigar os passados pensáveis e suas conexões com os futuros pensáveis nas culturas históricas brasileira e pernambucana, tomando as representações da Antiguidade como estudo de caso e levando em consideração as conformações ideológicas oriundas da indústria cultural como mediação fundamental. Isto será observado por meio de um processo de formação e capacitação de professores de História do Ensino Básico. Este se dará na forma de um curso de formação que terá como tema uso do Cinema e das Histórias em Quadrinhos para o Ensino de História, tomando a Antiguidade como eixo temático, e buscará, por um lado, problematizar uma certa abordagem que trata com inocência obras artísticas modernas como representações fidedignas do passado e, por outro lado, orientar os docentes sobre como incorporar o presente de produção de tais obras e seus usos do passado quando trouxerem tais produções culturais para a sala de Aula.

Neste contexto, esta pesquisa se volta para os processos de formação docente, tomando uma experiência prática de formação como laboratório para a compreensão dessa intersecção de temporalidades que, como se verá abaixo, o Ensino de História propicia. O campo de reflexão sobre a formação dos docentes de História é bem rico em termos de objetos e questões a serem investigadas e tem crescido bastante nas últimas décadas (Carvalho, 2021; Corsetti; Canan, 2010; Fonseca, 2012).

Essa riqueza, por sua vez, é conformada pelos processos históricos de organização da formação docente na história da educação brasileira, de forma que toda investigação neste campo seja marcada pela necessidade de lidar com a oposição entre uma formação que dê mais ênfase nos conhecimentos de referência ou nos conhecimentos pedagógicos (Caimi, 2008, 2015; Ciampi, 2015). Embora o peso desta oposição no debate frequentemente reflita muito mais questões institucionais e políticas do que as epistemológicas, ela deriva de fato de questões teóricas e metodológicas pertinentes aos diferentes momentos do historiador como pesquisador e como professor (Fenelon, 2008), tendo assim impacto na compreensão dos processos de ensino e aprendizagem e, por consequência, da formação docente.

Tendo isso em mente, embora haja bastante espaço para a divergência entre as diferentes abordagens sobre como funciona o processo de ensino-aprendizagem de história e suas consequências para a formação docente (Cerri, 2007; Ciampi, 2003; Monteiro, 2010), busco partir de perspectivas que



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

ênfaticamente a necessidade de pensar esse processo na forma de saberes históricos (Caimi, 2007; Karnal, 2003; Lee, 2016; Plá, 2012; Prats, 2006) de forma que esse processo de formação também seja pensado nestes termos. Isto significa um foco nos processos de elaboração conceitual que constituem a disciplina História assim como na sua condição de elaboração de uma consciência histórica e de um letramento das operações históricas. Tal foco, acredito, permitirá problematizar como o tempo presente em que o Ensino de História ocorre, ao invés de ser uma potencialidade, tem limitado os processos de aprendizagem sobre os passados da humanidade e suas projeções de futuro.

Este questionamento deriva, por sua vez, das reflexões que a História pesquisada e ensinada no nosso país tem feito sobre o lugar ocupado pela Antiguidade na Cultura Histórica brasileira (Silva, 2017). Refiro-me aqui ao conceito alemão de Cultura Histórica (Cardoso, 2008; Rüsen, 2007; Schmidt, 2014), que endereça a maneira com a qual a disciplina história deve pensar de forma integrada a História acadêmica, a História escolar e a História no cotidiano. A reflexão sobre o lugar da Antiguidade em nossa cultura histórica deve endereçar diretamente o problema do eurocentrismo em história, mas sem cair na falsa oposição entre história nacional e histórica global, já que a categoria História Nacional e a forma política Estado-nação são elas próprias eurocêntricas (Carretero, 2010; Chesneaux, 1995; Guarinello, 2003; Morales; Silva, 2020; Plá, 2012), o que tem implicações importantes para o Ensino de História (Silva; Frizzo; Leite, 2023).

Rüsen pensa a Cultura Histórica como sendo formada por 3 dimensões: a cognitiva, a política e a estética. Ainda que possa assim parecer, essas dimensões não correspondem a 3 espaços ou instituições diferentes (i.e. escola, estado, instituições culturais), mas atuam em todos os espaços onde esta cultura histórica se reproduz (academia, escola, tv, museus, cotidiano, etc.). Neste contexto, observar o Ensino de História a partir do questionamento da constituição da cultura histórica aponta para a observação destes três eixos. Tal abordagem faz com que seja necessário pensar o conjunto de instâncias que constituem essa cultura histórica brasileira: os processos de recepção e usos do passado, a indústria cultural e a cultura popular, o presente como articulador de nossas representações do passado e (do futuro).

Em primeiro lugar, nas últimas décadas se desenvolveu um campo de estudos preocupado em investigar as imagens e representações da Antiguidade elaboradas por sujeitos históricos de períodos e sociedades posteriores. Este campo é organizado em torno de duas grandes abordagens, a Recepção dos



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Clássicos - ou da Antiguidade - (Martindale, 2006; Vargas, 2019; Wood, 2012) e os Usos Políticos do Passado (Hartog; Revel, 2001; Silva, 2007). A primeira abordagem apareceu entre primordialmente no contexto dos Estudos Clássicos, isto é, as pesquisas baseadas na compreensão das línguas e literaturas gregas e latinas que tende a ser mais interdisciplinar na academia europeia. Nesta perspectiva o foco em geral é mais na dimensão estético-literária das representações, enfatizando as transformações culturais que as diferentes apropriações do passado clássico passam quando manifestadas em artefatos culturais de outras épocas. Embora bem eurocêntrica e voltada para artefatos culturais de elite, aos poucos esta abordagem foi sendo experimentada em contextos locais e temáticos que subvertissem seu eurocentrismo inicial (transcendendo inclusive o eurocentrismo da ideia de “clássicos greco-romanos”) (Greenwood, 2016; Hardwick; Gillespie, 2007; Sano, 2024; Tatum, 2014). A segunda abordagem, os Usos Políticos do Passado, se desenvolveu no contexto dos estudos de História da Historiografia realizados por pesquisadores de História Antiga. Esta, por sua vez, preocupa-se muito mais com a dimensão política das apropriações da Antiguidade, seja por instituições políticas, movimentos sociais ou as próprias organizações estatais (Garraffoni; Silva; Funari, 2019; Hartog; Revel, 2001). Este campo de estudos e estas duas abordagens permitem uma compreensão muito mais rica sobre como a Antiguidade é reelaborada na Cultura Histórica mundo afora, a brasileira incluída.

Os objetos em que esta cultura histórica se materializa, por sua vez, são produtos de trabalho cultural. Muitas vezes pensada como exclusivamente associada a objetos de uma cultura erudita, a Antiguidade e suas representações também têm sido elaboradas por produtores de cultura de grupos subalternos, e, portanto, está presente naquilo que as Ciências Sociais chamam de Cultura Popular (Oliveira, 2020). Além disso, desde inícios do século XX, ela se tornou tema dos artefatos culturais que circulam na condição de Cultura de Massa (Souza Neto, 2019), de forma que pensar o lugar dessa Antiguidade na Cultura Histórica significa levar em consideração todas as determinações que a Indústria Cultural impõe aos seus objetos (Adorno; Horkheimer, 1985) .

Em terceiro lugar, a observação da cultura histórica e a presença nela de passados distantes, como a Antiguidade, se realiza a partir dos presentes em que essas representações são criadas e produzidas. Essa investigação se volta para dois objetos culturais frutos da indústria cultural dos últimos dois séculos, o cinema e as histórias em quadrinhos, e para seu impacto no Ensino de História, tal objeto implica tomar o



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

presente ou o mundo contemporâneo com uma das dimensões fundamentais da análise. Esta investigação pensa o passado antigo mas em suas interações com o atual, propondo, portanto, uma investigação da História Antiga como História do Tempo Presente (Dosse, 2012; Rousso, 2016). Isto significa uma perspectiva mais precisa sobre o lugar do presente, do contemporâneo e do atual na organização do olhar do historiador sobre o passado. Não se trata da atitude presentista como estrutura cognitiva da investigação histórica do passado, como mencionado no início, mas de tomar o presente como objeto criador de representações deste passado.² O contemporâneo produzindo o antigo: por isso a configuração deste trabalho como também pertencendo à História do Tempo Presente.

Ainda, este olhar presentista implica em não aceitar integralmente o conceito de “regime presentista de historicidade” de François Hartog (2013). Reconheço que, partindo de um uso criativo dos conceitos de *espaço de experiência* e de *horizonte de expectativa*, o fenômeno que Hartog percebe é definitivamente pertinente (a sensação de fim da história e de temporalidade emperrada no presente), havendo de ser, contudo, compreendido por ferramentas conceituais mais adequadas. Contudo, a nomeação do fenômeno com este conceito não é adequada por se confundir com a abordagem presentista de investigação histórica.³

O que proponho aqui é o conceito de Realismo Capitalista, como elaborado pelo britânico teórico da cultura e filósofo, Mark Fisher (2020). Fisher observa que há um impacto direto da lógica capitalista sobre a nossa percepção da temporalidade quando dentro desta forma de organização das relações sociais:

O poder do Realismo Capitalista deriva, em parte, da maneira pela qual ele resume e consome toda a história anterior. Trata-se de um efeito do 'sistema de equivalência geral', capaz de transformar todos os objetos da cultura - quer sejam iconografia religiosa, pornografia ou O Capital de Karl Marx - em valor monetário." (Fisher, 2020, p. 12)

Esta transformação generalizada dos objetos do passado, de toda a cultura até hoje produzida, em mercadoria retiram toda e qualquer aura de intocabilidade da cultura produzida por qualquer sociedade.

² Mais especificamente as abordagens influenciadas por Benedetto Croce (2016) e Charles Beard (Beard, 2016).

³ Ver também Araújo e Pereira (2019, p. 71–81).



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Se por um lado isso significa uma certa racionalização e secularização, isso significa a perda dos significados de preservação humanísticos também.

Em sua interpretação do capitalismo - certamente a mais impressionante desde Marx - Deleuze e Guattari descrevem-no como uma espécie de potencialidade sombria que assombrou todos os sistemas sociais anteriores. O capital, dizem, é uma 'coisa inominável', a abominação que as sociedades primitivas e feudais procuravam evitar antecipadamente. Quando ele chega, o capitalismo traz consigo uma dessacralização massiva da cultura" (Fisher, 2020, p. 14)

O Capitalismo atua como um imenso processo de dessacralização massiva da cultura, de forma que o passado inteiro é um museu ou uma galeria de arte. Do ponto de vista da sua ação como sistema cultural, o capitalismo tardio cria a sensação de que o melhor dos mundos possíveis é este que está aí por meio de três formas de conformação das práticas sociais: interpassividade, precorporação e as expectativas deflacionárias. A interpassividade é o funcionamento de ambientes de participação política ou de produção e consumo cultural em que os sujeitos não atuam entre si, não interagem, mas apenas respondem a uma pré-programação do sistema social, numa interação passiva dos sujeitos. A precorporação é a forma com a qual toda a cultura original ou que responde aos anseios de formas alternativas de organização social é desvinculada de seus contextos originais e transformada em algo passível de produção em larga escala, e portanto mercantilizável. Por fim, Fisher chama de “expectativa deflacionária” o bloqueio das perspectivas de transformação social no plano do desejo subjetivo e a aceitação de um futuro que é sempre mais do mesmo.

Assim, a sensação de um eterno presente e a perda da dimensão da experiência advinda da História, o que Hartog identifica diretamente como um efeito da aceleração do tempo e a uma perda intelectual da consciência histórica, Fisher articula como efeito de sistema que transforma o passado em mercadoria, num processo de equivalência geral de todos os tempos passados. Tudo isso é acompanhado pelo encurtamento das distâncias por meio do desenvolvimento capitalista dos meios de comunicação, que produz o efeito de aceleração do tempo. Processos que se radicalizaram no que Fisher alternadamente chama de Capitalismo Tardio ou Neoliberalismo.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Contudo, em *Realismo Capitalista*, Fisher elege o eterno presente como um problema menos por causa da perda das conexões com o passado do que com a perda de horizontes futuros. É a reprodução sistêmica da incapacidade de pensar outros futuros para a humanidade que Fisher considera a pior consequência do Realismo Capitalista. Fisher sintetiza essa perspectiva toda com uma frase-slogan que é o subtítulo de seu livro: “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. A sociedade capitalista se torna a única possível, ela impede a imaginação de novas formas de organização social no futuro e no passado, se projetando tanto para o horizonte de expectativas quanto para os espaços de experiência.

Essa sensação socialmente produzida de um eterno presente tem consequências diretas para como podemos conceber o lugar do Ensino de História. Primeiro, isso impacta sua função como prática voltada para o desenvolvimento e elaboração da consciência histórica (Martins, 2019), na sua dimensão de localização temporal, de compreensão da alteridade e, mais grave, na de orientação prática dos sujeitos (ao futuro). Segundo isso afeta radicalmente o Ensino de História como instância de aprendizado e desenvolvimento de capacidade narrativa e o aprendizado conceitual e prático que constitui a literacia histórica (Lee, 2006).

Tal diagnóstico pode ser observado na forma com a qual o Ensino de História foi encapsulado por uma certa perspectiva de futuro. No estudo comparativo, entre México, Costa Rica e Uruguai, de Sebastián Plá (Plá; Muñoz-Becerra; Eugenio-Pérez, 2024), é possível ver como uma ideia de “escola do futuro” exprime muito os desafios do Ensino de História no século XXI. Este precisa enfrentar uma realidade sistêmica que afirma uma perspectiva de futuro tecnocrática, individualista em que a agência educacional desaparece sendo substituída pela ação dos objetos educacionais. Isto Plá chama de Fatalismo Tecnológico. Essa afirmação do presente e de um futuro que é progresso apenas na repetição deste presente vai de encontro com as propostas de Plá para um Ensino de História que, ao se orientar pela ideia de justiça social, valorizam uma perspectiva mais transformadora do futuro do que afirmadora do presente (Plá, 2016).

As questões que coloco nesta pesquisa visam escapar um pouco das dificuldades por compreensões insuficientes do que é o eurocentrismo no que diz respeito ao Ensino de História. É mister se perguntar se haveria, portanto, uma triangulação entre o eurocentrismo (história universal e estado-



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

nação), o ocidentalismo e o realismo capitalista que limitaria os processos de aprendizagem sobre os passados da humanidade e suas projeções de futuro? Neste contexto, é necessário também se perguntar como a História Nacional invisibiliza, ao mesmo tempo, as conexões dos passados locais e os macrorregionais (como a História da América Latina), assim como suas projeções de futuro? Seria possível desnaturalizar a Imagem Eurocêntrica e o realismo capitalista na intersecção entre os passados públicos e os passados ensinados da Cultura Histórica? E por fim, o que há de específico nas representações da Antiguidade em relação ao pensado e ao impensado do futuro e do passado? Isto é, como o realismo capitalista deforma especificamente a Antiguidade?

2. OBJETIVOS

Geral

Investigar os passados pensáveis e suas conexões com os futuros pensáveis na Cultura Histórica brasileira e pernambucana, tomando a Antiguidade como eixo temático por meio da observação de professores do Ensino Básico;

Específicos

- Verificar a interação entre o eurocentrismo, o ocidentalismo e o realismo capitalista na limitação dos processos de aprendizagem sobre os passados da humanidade e suas projeções de futuro;
- Investigar em que medida estas limitações impedem o desenvolvimento de uma compreensão da História em termos de constituição de práticas de transformação e valores associados à perspectiva de justiça social;
- Investigar formas de desnaturalizar a Imagem Eurocêntrica e o realismo capitalista na intersecção entre os passados públicos e os passados ensinados da Cultura Histórica local;
- Investigar o que há (se houver) de específico nas representações da Antiguidade em relação ao pensado e ao impensado do futuro e do passado;

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

Esta pesquisa não se volta para uma análise exclusiva das representações da Antiguidade em obras cinematográficas e quadrinísticas históricas, mas sim para os usos possíveis dessas em contexto de Ensino escolar de História. Como já mencionado, o objetivo primordial desta pesquisa é investigar os passados pensáveis e suas conexões com os futuros pensáveis na culturas histórica local e isso será feito por meio de um processo de formação e capacitação de professores de História do Ensino Básico. Aqui, as representações da Antiguidade na indústria cultural serão tomadas como eixo temático que permite problematizar o eurocentrismo e o elitismo dos discursos sobre o passado.

É neste sentido, uma pesquisa-intervenção, que buscará realizar acompanhamentos daqueles que fizerem a capacitação e sua atuação em suas escolas, buscando tanto diagnosticar as imagens já existentes quanto do impacto do projeto de extensão sobre docentes e seus estudantes. Para isso, propor-se-á uma metodologia baseada no uso de três tipos de entrevistas. Primeiro com os docentes participando da capacitação programadas para serem realizadas antes destas atividades. Em segundo lugar, com os docentes novamente, no contexto de um possível emprego pelos docentes de obras de cinema e HQ históricas em sala. Em terceiro lugar com os discentes que tiverem acompanhado a experiência.

Com essas sondagens, tenho como objetivo diagnosticar as referências presentes na cultura histórica de docentes e discentes. É comum que a esse tipo de iniciativa parta da própria experiência de vida ou de aprendizado do docente, ou, em menor grau, de uma eventual demanda discente. Mas há também sugestões em materiais de formação ou nos próprios livros didáticos usados pelos professores do Ensino Básico. Contudo, mesmo nestes casos, o fundamental é compreender como estas referências de obras cinematográficas ou quadrinísticas se fazem presentes na sala de aula, e como são usadas na prática e verificar como as imagens da Antiguidade na cultura histórica afetam o ensino, e o ponto de partida para isso é cinema e HQ.

Ora, não é novidade alguma a ideia de utilizar o cinema para fins didáticos, desde a década de 1940 já apareciam propostas com este intuito no contexto dos educadores brasileiros influenciados pela Nova Escola (Alegria, 2020; Vasconcelos; Silva, 2023). Assim, a produção de filmes históricos que expressam quase todos os recortes históricos e sociedades passadas, foi por muito tempo pensada no contexto escolar como forma de ilustração didática do passado. Só posteriormente, por causa de seu estatuto menos respeitado, o mesmo aconteceu com as histórias em quadrinhos .



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

O primeiro grande problema deste uso ilustrativo é que, de certa forma, ele estabelece uma confusão destas obras de arte modernas com o lugar da fonte histórica, o que é profundamente problemático do ponto de vista da função desta noção na organização do Historicismo e da disciplina História. Neste contexto e seguindo Marc Ferro (1995), os filmes só devem ser pensadas como “fontes histórica” em sua relação com o período e sociedade em que foram produzidas. Por outro lado, é importante reconhecer o seu potencial de representação verossímil do momento histórico representado (Rosenstone, 2006), e seu potencial de reflexão sobre os símbolos da linguagem utilizada. Segundo Napolitano (2008, p. 238), as fontes audiovisuais, incluindo o cinema, são compostas tanto por códigos de natureza técnico-estética, onde determinados mecanismos formais específicos são mobilizados pela linguagem cinematográfica, televisual ou musical, quanto por códigos de natureza representacional, que trazem determinados eventos, personagens e processos históricos nela representados de uma maneira específica. É, portanto, na decodificação simultânea destes dois códigos que reside a capacidade documental do cinema.

Douglas Lima propõe um conjunto de questões problematizadoras das HQs também podem ser problematizadas como documentos históricos: “quem são os autores? Quando e onde foi produzida? Por quem fala? A quem se destina? Qual é a sua finalidade?” (2017, p. 155). Para ele, seguindo Vilela, as histórias em quadrinhos com temas históricos e autobiográficos colocam o leitor perante o problema da memória, o anacronismo e a verossimilhança. Lima, tomando as ideias de Rosenstone sobre o cinema, propõe que estas também teriam uso para pensar as HQs, já que estas também “não apenas ilustram a realidade, elas a constroem a partir de uma linguagem própria – como arte sequencial, por definição de Will Eisner – produzida num determinado contexto histórico.” (2017, p. 155).

No que diz respeito à análise, nesta interface, das obras propriamente ditas proponho algumas questões iniciais a partir de Napolitano (2008, p. 246). Como filme ou HQ representam, por meio dos seus personagens e do seu enredo, os papéis sociais que se relacionam com as hierarquias e lugares na sociedade representada? Como os personagens e o roteiro são escritos? Em torno de qual conflito a narrativa gira? Como se dá a seleção e representação de fatos, eventos e personagens? Qual é a maneira de conceber o tempo: histórico-social ou biográfico? Quais são as imagens e teses sobre aquele passado



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

que estão pressupostas na trama? O que se pede ao espectador: identificação, simpatia, emoção, rejeição, reflexão, co-ação?

Deve-se procurar, portanto, problematizar o caráter ilustrativo do cinema e da HQ em sala de aula e transformá-los em representações situadas de um passado, seja como documento da história do tempo presente, passível de análise, seja como uma tese mais ou menos experimental de recriação desse passado, comparável ao trabalho de um historiador. Entender estas produções como veículos de disseminação de uma cultura histórica, com todas as implicações ideológicas e culturais que isso representa, implica analisar, através da linguagem e dos simbolismos evocados nas obras, as particularidades do presente — contexto histórico social de produção, distribuição e exibição — e do passado — acontecimentos e personagens que compõem o tema dos filmes ou das HQs.

Compreender estas obras em seu plano ideológico na interface entre o nosso presente, o seu presente de produção e o passado representado, significa atentar para as “zonas de realidades” (Ferro, 1992) circundantes, nas obras e nas nossas vivências, nas quais poderíamos estar implicados diferenciadamente.

Aqui o recurso às abordagens da Recepção dos Clássicos e dos Usos Políticos do Passado se torna fundamental, ao permitir, por um lado, historicizar as diferentes apropriações do passado por sujeitos em diferentes tempos e sociedades,⁴ e, por outro, ao fornecer uma metodologia que focaliza o olhar da investigação nos presentes de criação das imagens da Antiguidade. A consequência disso é poder enfatizar as determinações ideológicas destes presentes de produção das obras sobre as imagens de passados e de futuros que estão contidos nas obras cinematográficas e quadrinísticas. Isto não implica apenas um olhar sobre os conteúdos narrativos ou imagéticos, mas também o impacto das formas estéticas, e portanto técnicas, sobre tais conteúdos.

O segundo grande problema deste uso ilustrativo é a constituição de uma esfera de representações do passado próximo ou distante que, na forma do entretenimento, substitui o espaço escolar como espaço de produção de conhecimento legítimo sobre o passado, o que para muitos docentes é sentido como a perda da autoridade discursiva sobre a História. José Maria Souza Neto, ao refletir sobre uma tirada de

⁴ Aqui me posiciono conscientemente contra a perspectiva mais elitista e anti-historicista do criador da Recepção dos Clássicos, Charles Martindale (1993, 2006).



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Gore Vidal (“A História Hollywoodiana é a única história que existe”), recentemente propôs que ao longo do século XX e XXI foi se montando um infinito banco de imagens do passado que o profissional de História não pode ignorar:

Nas últimas décadas, esse banco de imagens, informações, conceitos, modelos expandiu-se monstruosamente: a primeira década do novo milênio trouxe a internet para os bolsos de todos, manifestada em inúmeros avatares, do WhatsApp ao Facebook; a indústria do audiovisual experimentou uma mudança brutal, que primeiro matou os CDs, depois, DVDs e locadoras: sites (o mais famoso deles o Piratebay) oferecem arquivos torrents com filmes, séries, espetáculos e legendas, isso sem falar em páginas de streaming online, nas quais nem sequer é necessário fazer o download do programa para assisti-lo. Esse acesso ilimitado transforma a esbórnica profetizada por Vidal em algo ainda mais incontável: filmes, documentários, séries, mapas, ou mesmo simples memes, tornam-se tijolos construtores da consciência histórica, e trazem novos problemas para os profissionais da História, dentro e fora da sala de aula (...). É possível, ao profissional de História, desconhecer essa nova realidade? Desconsiderar esse patrimônio/desafio que os alunos trazem à sala e que, decerto, irá formatar sua recepção do conteúdo escolar e a decorrente construção do conhecimento? Acreditamos que não (Souza Neto, 2019).

Como esse infinito banco de imagens vem sendo montado há um bom tempo, em um texto de 1982, Frederick Jameson já podia apontar os desafios que essa intertextualidade sem temporalidade implicavam para a compreensão do passado (Jameson, 2021) . Na seguinte passagem, em que reflete sobre a leitura de Georg Lukács sobre a crise do Romance Histórico, Jameson consegue diagnosticar muito bem as consequências para a nossa experiência do tempo para a situação descrita acima por José Maria Neto:

É, antes, a relação com o passado que está em questão, bem como o sentimento que nenhum outro momento do passado teria se saído melhor. A percepção de que esse determinado momento da história seria, por uma necessidade orgânica, o precursor do presente desapareceu no pluralismo do Museu Imaginário: a riqueza e a variedade infinita de formas cultural e temporalmente distintas, todas elas agora rigorosamente equivalentes. A Cartago de Flaubert e o século XVIII de Kubrick, mas também a virada de século industrial ou os nostálgicos anos 1930 ou 1950 da experiência americana,



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

encontram-se todos esvaziados de sua necessidade, reduzidos a pretextos para tantas imagens reluzentes. Em sua forma (pós-) contemporânea, essa substituição do histórico pelo nostálgico, essa volatilização daquilo que outrora foi um passado nacional no momento de surgimento dos Estados-nações e do próprio nacionalismo certamente caminha lado a lado com o desaparecimento da historicidade na sociedade de consumo atual, com sua rápida exaustão midiática dos acontecimentos de ontem e das estrelas de antes de ontem [1982] (Jameson, 2021, p. 443–444).

Além de substituir a escola como espaço de produção de conhecimento legítimo sobre o passado, este rede infinita e amorfa de imagens do passado de certa forma estabelece uma relação de sobreposição de imagens nostálgicas sobre imagens nostálgicas que terminam por invalidar os processos subjetivos de apreensão da temporalidade e da relação presente-passado-presente-futuro que está em jogo na consciência histórica.

A hipótese desta pesquisa é que o principal determinante desta nostalgia que retroalimenta é a conformação do passado e do futuro à semelhança da sociedade atual, baseada na mercantilização de tudo. Assim todo o espaço de experiência é entendido a partir das regras da sociedade capitalista e todo o futuro é reduzido a mais do mesmo, de forma que a historicidade do futuro desaparece aos olhos dos sujeitos históricos mais jovens, pois, como já mencionado acima “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”(Fisher, 2020).

Que impactos isto tem sobre a orientação prática da história a ser elaborada pelo estudante de história no Brasil? É possível incorporar no contexto do Ensino de História a desconstrução da hegemonia do realismo capitalista em nossas imagens sobre o passado e sobre o futuro? Que novos passados são pensáveis? Que Antiguidades são pensáveis? Que novos futuros são possíveis?

Há dois pensadores que em diferentes momentos propuseram respostas muito similares e que eu gostaria usar para articular os resultados do diagnóstico e da observação das práticas feitas após a experiência de capacitação.

A resposta mais interessante que Frederick Jameson deu para o problema colocado pela temporalidade esquizofrênica do final do século XX foi o conceito de Mapeamento cognitivo (Jameson, 1990; Tally, 1996) . Este seria um esforço prático de compreensão dos espaços cognitivos do capitalismo



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

(em graus progressivos de supressão do espaço e aceleração do tempo).⁵ Este mapeamento serviria para a reconquista prática de um sentido de lugar e a construção de um conjunto articulado na memória que permite mapear momentos e trajetórias alternativos. Outra dimensão deste mapeamento seria a representação das relações imaginárias do sujeito com suas condições de existência no presente e no passado e, por fim, produziria mapeamentos sociais e cartografia da resistência (Itinerários, Redes, Espaços).

Esta proposta é muito semelhante à solução que se encontra no livro *Futuro Ancestral* de Ailton Krenak para o problema da compreensão da História Global hoje:

O desafio que proponho aqui é imaginar cartografias, camadas de mundos, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisamos entrar em conflito quando evocamos histórias de fundação. É maravilhoso que ainda existam essas memórias nas tradições de centenas de povos, seja nas Américas, na África, na Ásia...Essas narrativas são presentes que nos são continuamente ofertados, tão bonitas que conseguem dar sentido às experiências singulares de cada povo em diferentes contextos de experimentação da vida no planeta.” (Krenak, 2022, p. 18).

Se Jameson aponta para as formas com as quais o metabolismo social do capitalismo tardio trava a compreensão da temporalidade e propõe formas de desconstruir isso, Krenak resgata, por meio de sua cartografia, tradições que a produção cultural do capitalismo tardio conforma, subalterniza ou joga ao esquecimento. Assim, em complemento à hipótese de que a visão atual do passado e do futuro estão bloqueadas pelo Realismo Capitalista, acredito que um esforço de mapeamento cognitivo ou de cartografias ancestrais a partir das referências produzidas pelos docentes e discentes do Ensino Básico seja uma das chaves para esse desbloqueio.

⁵ 1. O Capitalismo clássico ou de mercado criando “A grade” (espaço homogêneo cartesiano), pautado pelo taylorismo e a dessacralização do espaço e correspondendo a uma estética realismo e a uma temporalidade linear do Progresso; 2. Capitalismo monopolista/imperialismo estabelecendo descontinuidades da experiência local com totalidade nacional/imperial imaginada, aqui o centro capitalista controla o todo, correspondendo a uma estética modernista subversiva e mantendo a temporalidade linear; 3. Capitalismo tardio e globalização, com descontinuidades radicais da experiência local (e suas redes) e com a totalização Capitalista Global imaginada - espaço e estrutura social difusas e articuladas, correspondendo a uma estética pós modernista e a uma temporalidade difusa, pautada pelo eterno presente (Jameson, 1990).



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

O resultado deste trabalho de pesquisa deve se manifestar na forma de:

I. Uma série de 4 a 6 artigos que trabalhem: 1. As questões teórico-metodológicas da proposta; 2. Análises sobre o uso das obras específicas de cinema e HQ em contexto do Ensino Básico; 3. Análises sobre as expectativas e experiência dos docentes no curso, 4. Análises sobre o resultado da intervenção dos docentes após as formações.

II. Organização de curso de formação e capacitação docente sobre Ensino de História Antiga para professores da rede pública de Ensino Básico, com a participação dos pesquisadores em nível de pós-graduação e graduação.

III. orientação de 2 a 4 trabalhos de pesquisa na graduação e orientação de 2 a 4 trabalhos de pesquisa na pós-graduação vinculados ao projeto.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2025											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura da Bibliografia sobre Cinema no Ensino de História								X	X	X	X	X	X
Leitura da Bibliografia sobre HQ no Ensino de História								X	X	X	X	X	X
Leitura de Bibliografia sobre Formação Docente em História								X	X	X	X	X	X
Acompanhamento do Curso de Formação Docente										X	X		
Escrita de artigo teórico-metodológico												X	X

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2026											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura de Bibliografia sobre Formação Docente em História		X	X	X	X	X	X						
Leitura da Bibliografia sobre Estudos Culturais		X	X	X	X	X	X						
Leitura da Bibliografia sobre Cinema no Ensino de História		X	X	X	X	X	X						
Análise das Entrevistas				X	X	X				X	X		
Acompanhamento do Curso de Formação Docente					X	X	X			X	X	X	
Escrita de artigo sobre uso de Cinema no Ensino de História										X	X	X	

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2027											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura de Bibliografia sobre Formação Docente em História		X	X	X	X	X	X						X
Leitura da Bibliografia sobre Estudos Culturais		X	X	X	X	X	X						X
Leitura da Bibliografia sobre HQ no Ensino de História		X	X	X	X	X	X						X
Análise das Entrevistas				X	X	X				X	X		
Escrita de artigo sobre uso de HQ no Ensino de História					X	X	X			X	X	X	



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2028											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura de Bibliografia sobre Formação Docente em História		X	X	X	X	X	X						X
Leitura da Bibliografia sobre Estudos Culturais		X	X	X	X	X	X						X
Acompanhamento do Curso de Formação Docente					X	X	X			X	X	X	
Análise das Entrevistas					X	X	X						X
Escrita de artigo sobre as expectativas e experiência dos docentes no curso				X	X	X							

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2029											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura de Bibliografia sobre História do Tempo Presente		X	X	X	X	X	X						X
Leitura da Bibliografia sobre Estudos Culturais		X	X	X	X	X	X						X
Acompanhamento do Curso de Formação Docente					X	X	X			X	X	X	
Análise das Entrevistas					X	X	X						X
Escrita de artigo sobre Ensino de História Antiga e o Tempo Presente				X	X	X							

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2029											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leitura de Bibliografia sobre Formação Docente em História		X	X	X	X	X	X						X
Leitura da Bibliografia sobre Estudos Culturais		X	X	X	X	X	X						X
Acompanhamento do Curso de Formação Docente					X	X	X			X	X	X	
Análise das Entrevistas					X	X	X						X
Escrita de artigo sobre o resultado da intervenção dos docentes após as formações.				X	X	X							



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALEGRIA, João. **Educação e Comunicação: dinâmicas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2020.
- ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI**. Vitória; Mariana: Milfontes; SBTHH, 2019.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2003.
- BAROM, Wilian Carlos Cipriani. A teoria da história de Jörn Rüsen no Brasil e seus principais comentadores. **História Hoje**, v. 4, n. 8, p. 223–246, 2015.
- BEARD, Charles. Aquele sonho nobre. In: JURANDIR, Malerba (Org.). **Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 338–353.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 17–32, 2007.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Novas Conversas e Antigas Controvérsias: um olhar sobre a Historiografia do Ensino de História. In: DIAS DE OLIVEIRA, Margarida Maria; CAIMELLI, Marlene; BATISTA DE OLIVEIRA, Almir Félix (Orgs.). **Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Coleção ensino de história. Natal: EDUFRRN, 2008.
- CAIMI, Flávia Eloisa. O QUE PRECISA SABER UM PROFESSOR DE HISTÓRIA?”. **História & Ensino (Londrina)**, v. 21, n. 2, p. 105–124, 2015.
- CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 153–170, 2008.
- CARRETERO, Mario. **Documentos de Identidade. A construção da memória histórica em um mundo globalizado**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.
- CARVALHO, Alessandra. **Formação docente e currículo: conhecimentos, sujeitos e territórios**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2021.
- CERRI, Luis Fernando. Uma proposta de mapa do tempo para artesãos de mapas do tempo: história do ensino de história e didática da história. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2007. p. 59–72.
- CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e historiadores**. São Paulo: Ática, 1995.
- CIAMPI, Helenice. O processo de conhecimento/pesquisa no ensino de História. **História & Ensino (Londrina)**, v. 9, p. 109–132, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

- CIAMPI, Helenice. O presente do passado na formação do professor de história. **Revista Territórios & Fronteiras (Cuiabá)**, v. 8, n. 1, p. 113–130, 2015.
- CORSETTI, Berenice; CANAN, Silvia Regina. A Formação Docente na Área de História: Reflexões a Partir da Análise das Diretrizes Curriculares para A Formação de Professores da Educação Básica. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel *et al.* (Orgs.). **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST/Exclamação/ANPUH-RS, 2010. p. 41–56.
- CROCE, Benedetto. História e Crônica. In: JURANDIR, Malerba (Org.). **Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 296–305.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5–22, 2012.
- FENELON, Déa Ribeiro. Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino. **Tempos Históricos**, v. 12, n. 1, p. 23–35, 2008.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FERRO, Marc. O Filme: Uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Eds.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 199–215.
- FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FONSECA, Selva Guimaraes. Formação de Professores de História: Reflexões sobre um Campo de Pesquisa(1987-2009). **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 1, p. 285–303, 2012.
- GARRAFFONI, Renata Senna; SILVA, Glaydson Jose Da; FUNARI, Pedro Paulo (ORGS.). **Antiguidade Como Presença: Antigos, modernos e os usos do passado**. Curitiba: Appris, 2019.
- GREENWOOD, Emily. Reception Studies: The Cultural Mobility of Classics. **Daedalus**, v. 145, n. 2, p. 41–49, 2016.
- GUARINELLO, Norberto L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. **Politéia-História e Sociedade**, v. III, p. 41–62, 2003.
- HARDWICK, Lorna; GILLESPIE, Carol (ORGS.). **Classics in post-colonial worlds**. Oxford [England] ; New York: Oxford University Press, 2007.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. São Paulo: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, François; REVEL, Jaques (ORGS.). **Les Usages Politiques du Passé**. Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.
- JAMESON, Frederic. Cognitive Mapping. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Orgs.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago: University of Illinois, 1990. p. 347–360.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

- JAMESON, Fredric. **Arqueologias do futuro: O desejo chamado Utopia e outras ficções científicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.
- KARNAL, Leandro. Ensino de História: Conteúdos e Conceitos Básicos. In: BEZERRA, Holien Gonçalves (Org.). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 37–48.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos Do Tempo - Estudos Sobre Historia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista (Curitiba)**, v. 22, n. Especial, p. 131–150, 2006.
- LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, v. 60, p. 107–146, 2016.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. Histórias em quadrinhos e ensino de História. **História Hoje**, v. 6, n. 11, p. 147–171, 2017.
- MARTINDALE, Charles. **Redeeming the Text: Latin Poetry and the Hermeneutics of Reception**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MARTINDALE, Charles. Introduction: Thinking Through Reception. In: MARTINDALE, Charles; THOMAS (Orgs.). **Classics and the Uses of Reception**. Oxford: Blackwell, 2006. p. 1–13.
- MARTINS, Estevão de Rezende. Consciência Histórica. In: FERREIRA, Marieta De Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias De (Orgs.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2019. p. 55–58.
- MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- MORALES, Fabio Augusto; SILVA, Uiran Gebara da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. **Revista Brasileira de História**, v. 40, n. 83, p. 125–150, 2020.
- NAPOLITANO, Marcos. Fontes Audiovisuais. A História Depois do Papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235–289.
- OLIVEIRA, Airan dos Santos Borges. Quando os Deuses Visitaram os Sertões: A Antiguidade Clássica nos Cordéis de João Martins de Ataíde. **Phônix**, v. 26, n. 1, p. 140–168, 2020.
- PLÁ, Sebastián. La enseñanza de la historia como objeto de investigación. **Secuencia**, v. 84, p. 161–184, 2012.
- PLÁ, Sebastián. Currículo, historia y justicia social. Estudio comparativo en América Latina. **Revista Colombiana de Educación**, v. 71, p. 53–77, 2016.
- PLÁ, Sebastián; MUÑOZ-BECERRA, Nimbe; EUGENIO-PÉREZ, Amauri. El futuro de la escuela desde la perspectiva de los jóvenes de América Latina. **Educação & Sociedade (Campinas)**, v. 45, p. 1–20, 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

- PRATS, Joaquín. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. **Educar em Revista**, v. Especial, p. 01–20, 2006.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa - vol. 3**. Campinas: Papirus, 1997. v. 3
- ROSENSTONE, Robert A. **History on Film/film on History**. London: Longman/Pearson, 2006.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe. A história, o presente o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- RÜSEN, Jörn. **História viva : teoria da história : formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UNB, 2007.
- SANO, Lúcia. Recepção clássica no Brasil: entre o local, o universal e o global. **Nuntius Antiquus (Belo Horizonte)**, v. 20, n. 1, p. 1–35, 2024.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Cultura Histórica, Ensino e Aprendizagem de História: questões e possibilidades. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (Orgs.). **Cultura Histórica e Ensino de História**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 39–64.
- SILVA, Glaydson José da. **História Antiga E Usos Do Passado**. São Paulo: Annablume, 2007.
- SILVA, Uiran Gebara da. Uma Antiguidade Fora de Lugar? **Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo**, v. 8, p. 1–12, 2017.
- SILVA, Uiran Gebara da; FRIZZO, Fabio; LEITE, Priscilla Gontijo. Devemos fazer Tábula Rasa dos Passados Distantes? A Antiguidade na Cultura Histórica e nas escolas brasileiras. **Revista História Hoje**, v. 12, n. 24, 19 abr. 2023.
- SOUZA NETO, José Maria Gomes de. O Ensino de História e o Infinito Banco De Imagens: Êxodo, Deuses e Reis (2014)1. **Outros Tempos**, v. 16, n. 28, p. 162–183, 2019.
- TALLY, Robert T. Jameson's Project of Cognitive Mapping. In: PAULSTON, Rolland G. (Org.). **Social Cartography: Mapping Ways of Seeing Social and Educational Change**. New York: Garland, 1996. p. 399–416.
- TATUM, James. A Real Short Introduction to Classical Reception Theory. **Aurion: A Journal of Humanities and the Classics**, v. 22, n. 2, p. 75–96, 2014.
- VARGAS, Anderson Zalewski. As Recepções e as Conformações de Passado e Presente. **Heródoto (Guarulhos)**, v. 4, n. 2, p. 07–17, 2019.
- VASCONCELOS, Daniel Tiago de; SILVA, Uiran Gebara da. História fílmica e escolar:

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

28/05/2025

Ass: _____

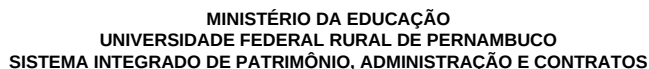


Documento assinado digitalmente

UIRAN GEBARA DA SILVA

Data: 28/05/2025 16:17:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



 **ELETRÔNICO**

Cadastrado em 25/06/2024



Processo disponível para recebimento com código de barras/OR Code

Nome(s) do Interessado(s):

VICTOR HUGO ABRIL

E-mail:

victor.abril@ufrpe.br

Identificador:

2383883

Tipo do Processo:

PROJETO DE PESQUISA

Assunto do Processo:

Assunto do Processo:
231 - PROPOSIÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA

Assunto Detalhado:

ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA - PORTOS DE INFLUÊNCIA: DINÂMICAS DE GOVERNANÇA NO RECIFE DOS SÉCULOS XVI AO XIX COM DATA DE JUNHO DE 2024 - DO: PROF. DR. VICTOR HUGO ABRIL

Unidade de Origem:

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA E ARQUIVO-PROAD (11.01.02.06.06)

Criado Por:

JOSE CARLOS DA MOTA PESSOA

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

[illegible]

SIPAC | Secretaria de Tecnologias Digitais (STD) - <https://servicosdigitais.ufrpe.br/help> | Copyright © 2005-2025 - UFRN
- producao-iboss14.producao-iboss14

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em <https://sigs.ufrpe.br/public> e acesse a Consulta de Processos.

[Visualizar no Portal Público](#)



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Curso de Licenciatura em História – Departamento de História
Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n,
Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE

Recife, 24 de junho de 2024.

Do: Prof. Dr. Victor Hugo Abril

Professor de Magistério Superior do Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Para: Departamento de História / Comissão de Pesquisa e CTA

Assunto: Aprovação de Projeto de Pesquisa

Solicito aprovação do Projeto de Pesquisa **Portos de Influência: Dinâmicas de Governança no Recife dos Séculos XVI ao XIX** com data de junho de 2024.

Com os melhores cumprimentos,

Documento assinado digitalmente
 **VICTOR HUGO ABRIL**
Data: 24/06/2024 17:12:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Victor Hugo Abril (SIAPE: 2383883)
Professor do Curso de Licenciatura em História

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE. Fone: (81)
981274020, victor.abril@ufrpe.br



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA**

FORMULÁRIO ÚNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

INFORMAÇÕES GERAIS AOS PESQUISADORES

TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA

1. O proponente, após elaborar o projeto de acordo com o Formulário Único, providencia o encaminhamento de uma cópia impressa ao Departamento para abertura de processo;
2. O Departamento envia o projeto à Comissão de Pesquisa para análise e emissão de parecer sobre o mérito científico do mesmo, incluindo parecer emitido pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), quando envolver animais;
3. Após a aprovação pela Comissão de Pesquisa, o projeto é encaminhado ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) para análise e emissão de parecer das questões administrativas;
4. Quando houver proposta orçamentária, o projeto deverá ser encaminhado pelo CTA com parecer sobre a viabilização dos recursos;
5. Após a decisão do CTA do Departamento, os projetos aprovados deverão ser encaminhados à Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) para cadastramento. Reitoria e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para parecer final;
6. A Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) da PRPPG informará ao proponente o resultado final da avaliação do projeto;
7. Os projetos aprovados serão cadastrados, em banco de dados, na Coordenação Geral de Pesquisa (COPESQ) da PRPPG.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Outras informações poderão ser obtidas diretamente na Coordenação Geral de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

DOCUMENTAÇÃO

1. ANEXAR O PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS (CEUA)
(item obrigatório quando se tratar de pesquisa envolvendo animais);
2. ANEXAR A DECISÃO DO CTA.

FORMULÁRIO ÚNICO DE PROJETO

I - IDENTIFICAÇÃO – PARTE ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

Portos de Influência: Dinâmicas de Governança no Recife dos Séculos XVI ao XIX

2 – VIGÊNCIA: (o prazo máximo apresentado inicialmente para a execução do projeto é 48 meses)

Início Previsto (mês/ano): 06/2024

Término Previsto (mês/ano): 06/2026

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: Ciências Humanas

Número do Código: 7.00.00.00-00

b) Nome da Sub-Área: História

Número do Código: 7.05.00.00-2

c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): História do Brasil Colônia

Número do Código: 7.05.05.01-2

Atenção: algumas áreas não apresentam na tabela o nome/código do 4º nível de conhecimento, mesmo assim, discrimine-os, pois esta informação é imprescindível para o Banco de Dados da Pesquisa da PRPPG.

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

História Social da Cultura Regional

Política, Administração, Poder e Justiça Colonial.

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. América Portuguesa

4. Administração Colonial

2. Brasil Colônia

5. Jurisdições

3. Governadores Coloniais

6. Brasil Imperial

6 – DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

24/06/2024

Ass.:



Documento assinado digitalmente

VICTOR HUGO ABRIL

Data: 24/06/2024 17:17:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

7 – PARTICIPANTES

Nome: Victor Hugo Abril

CPF: 107.024.807-03

Departamento: História

Data de Nascimento: 08/11/1984

Grupo de Pesquisa: TRAVESSIAS (Governança, Administração e Poder nas Américas)

E-mail: victor.abril@ufrpe.br / victorhugo.abril@gmail.com

Bolsista do CNPq () sim (X) não Nível:

Titulação: Doutor

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): 20 horas semanais

Nome:

CPF:

Departamento:

Data de Nascimento:

Grupo de Pesquisa:

E-mail:

Bolsista do CNPq () sim () não Nível:

Titulação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): x horas semanais

Nome:

CPF:

Departamento:

Data de Nascimento:

Grupo de Pesquisa:

E-mail:

Bolsista do CNPq () sim () não Nível:

Titulação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): x horas semanais

Nome:

CPF:

Departamento:

Data de Nascimento:

Grupo de Pesquisa:

E-mail:

Bolsista do CNPq () sim () não Nível:

Titulação:

Função: Coordenador () Colaborador () Consultor ()

Carga horária dedicada (em número inteiros): x horas semanais

II – DETALHAMENTO – PARTE CIENTÍFICA

RESUMO

Esta pesquisa investiga os governadores coloniais na cidade do Recife entre aproximadamente 1654 e 1798. O foco está nos governadores após o declínio da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Brasil (1654) e o retorno do controle de Recife a Portugal. Ao todo, 34 governadores reais foram nomeados para administrar Pernambuco, servindo por até três anos cada. Houve poucas vacâncias, principalmente devido ao falecimento dos governadores.

É crucial estudar as administrações interinas e juntas governativas nesse período para entender o poder local, já que os interinos eram frequentemente da elite pernambucana. A pesquisa examina os governadores em suas carreiras no reino e nas colônias, fornecendo uma chave interpretativa para o governo colonial do Estado do Brasil, comparando-o com outras capitanias como Bahia e Rio de Janeiro.

Quando chegavam em Recife, os governadores titulares, além de suas funções militares, enfrentavam desafios entre teoria e prática. Suas atribuições teóricas conforme os regimentos e cartas patentes muitas vezes não correspondiam à realidade prática e às dinâmicas locais, o que os obrigava a interagir com diversos agentes locais. O estudo das jurisdições e conflitos essenciais entre governo e câmaras municipais, ouvidoria, alfândega, entre outros, é fundamental.

Analizamos as práticas governamentais desde sua chegada da metrópole até sua experiência nas colônias. Nosso trabalho investiga modos de governar, incluindo temas como contrabando, atividades ilícitas em portos isolados de Pernambuco e sobreposição de jurisdições de autoridades régias. Por fim, buscamos traçar um quadro qualitativo dos agentes e seus papéis nas diversas instituições coloniais de Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

No período de 1654 a 1798 a cidade do Recife teve 34 governadores titulares e 5 governadores interinos ou juntas governativas. À primeira vista, convém frisar que os interinos substituíam os titulares por motivos de doença, morte ou afastamento. Num segundo momento, faz-se necessário relacionar a temporalidade com a espacialidade. Pernambuco era a área de estabelecimento colonial das mais precoces e importantes do Estado Brasil, porém com a situação mais complexa. Desde as obras clássicas de Gonsalves de Mello a Evaldo Cabral de Mello¹, os atritos entre as Câmaras de Recife e Olinda fizeram parte da abordagem temporal aqui adotada. Para George Cabral a câmara do Recife foi criada pela coroa devido aos constantes enfrentamentos entre o grupo mercantil radicado no Recife e o grupo terratenentes que controlava a câmara de Olinda. Segundo o historiador:

¹ José Antônio Gonsalves de Mello. *Nobres e mascates na Câmara do Recife, 1713-1738*. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. LIII, 1981, pp. 113-262; Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco (1666-1715)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[...] Após a recuperação da capitania frente aos invasores da WIC (Companhia neerlandesa das Índias Ocidentais), estes últimos (o grupo de terratenentes de Olinda) começaram a exigir da coroa um tratamento especial, já não como vassalos naturais, senão como vassalos políticos, que voluntariamente tinham lutado contra os ocupantes e recuperado Pernambuco como seus próprios esforços (...) A recompensa desejada pelos bons serviços prestados à coroa devia se materializar em benefícios fiscais, recompensas honoríficas e na reserva dos cargos locais (especialmente, o governo da capitania) aos restauradores e seus descendentes, que constituíam a nobreza da terra...²

Todavia, o cenário entre a restauração pernambucana de 1654 e o século XVIII não poderia ser mais frustrante a nobreza da terra de Olinda. No que tange as reivindicações para os cargos locais aos restauradores e seus descendentes não duraram além dos anos iniciais da Restauração Pernambucana (1654). George Cabral acrescenta que, para piorar, o açúcar, “principal produto da economia regional, experimentou desvalorizações importantes nas décadas que se seguiram ao conflito – uma tendência de crise e estancamento que iria se manter ao longo de boa parte do século XVIII”.³ Outro fator de impedimento das benesses solicitadas pela Câmara de Olinda é a importância que Recife, desde o tempo da ocupação da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, passou a ter, tornando-se um importante núcleo urbano.

A função e a excelente localização do porto de Recife, “um pouco ao Sul do ponto mais oriental da América portuguesa, lhe permitiram atuar como eixo de conexão de uma ampla área geográfica”, fazendo surgir segundo Gonsalves de Mello, desde o “tempo dos flamengos” e na segunda metade do século XVII, uma importante comunidade mercantil urbana de origem portuguesa que se consolida em Recife. Nesse sentido, temos o choque de interesses destes dos grupos na capitania de Pernambuco: a comunidade mercantil de Recife e a nobreza da terra de Olinda. O endividamento dos últimos com os primeiros, “começaram a assumir um cariz político à medida que os enriquecidos comerciantes passaram a tentar compartilhar o poder local”.⁴

Na interpretação de George Cabral, seguindo os conceitos estudados por Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello, o reflexo mais chamativo desta tendência é a própria fundação da nova municipalidade, em Recife, “criada pela coroa para acomodar os homens de negócio do Recife que não logravam aceder aos cargos municipais de Olinda”. É importante destacar que a elevação de Recife ao estatuto de vila, com sua própria câmara municipal, e o conflito armado entre os dois grupos – câmara de Recife e Olinda –, a Guerra

² George F. Cabral de Souza. *Elites e Exercício de Poder no Brasil Colonial. A Câmara Municipal do Recife, 1710-1822*. Recife: Editora UFPE, 2015.

³ Idem.

⁴ Ibidem.

dos Mascates (1709-1711) é o ponto base para entender a política e administração na capitania de Pernambuco, no caso o estudo dos governadores.⁵

Se na sua tese central, George Cabral, por intermédio do estudo de caso do Recife no período colonial, demonstrou a atuação dos municípios coloniais do Brasil, destacando, num contexto marcadamente conflitivo e, ao mesmo tempo, aberto à negociação entre os interesses locais e o poder central, seja no reino, seja mediante seus representantes delegados. Esta tese é o ponto de partida do nosso trabalho para inserir o governo colonial entre os poderes locais, da municipalidade, e o poder central.

Para esse estudo é fundamental a comparação com as demais capitanias do Brasil, como Bahia e Rio de Janeiro. Em pesquisa preliminar identificamos governadores de Pernambuco que ou virão da Bahia, onde ocupavam cargos da governança ou irão para o Rio de Janeiro, no século XVIII, ocupar o governo da mesma. A análise do governo, ou demais instituições, depende dos diversos espaços coloniais em seus mais distintos graus de desenvolvimento.

Entender o sistema de governação é o primeiro passo desta pesquisa; todavia havia diretrizes que delimitavam esse governo e a sua forma de atuação. E, afinal, como conceituar o governo colonial? A que tipos de dominação estava submetido: ao rei, aos representantes delegados, às câmaras, detentoras do poder local? Como discutir os tipos de mando na relação Coroa *versus* conquista, centro *versus* periferia, metrópole *versus* colônia? O governador contribui para que se entendam essas relações?

Apesar da relação de dominação entre Coroa e vassalos ser legítima, ou seja, aceita por esses indivíduos sujeitos ao poder do rei, os governadores tanto titulares quanto interinos saíam de uma sociedade de corte para o mundo atlântico, uma sociedade escravista, com uma população predominantemente negra, indígena ou mestiça.

O governador titular ou interino e suas relações (recíprocas, pessoais, de amizade etc.) não representam uma negação do poder do centro, e sim reforçam esse poder. Também não impedem a articulação com a elite colonial de Pernambuco, formada tanto pela nobreza terratenente de Olinda quanto pelos homens de negócio de Recife. São essas constatações que permitem identificar como esses indivíduos montaram suas trajetórias.

⁵ Cf. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: EDUPE/EDUFAL, 1997; ALMEIDA PRADO, J. F. de. *Pernambuco e as capitanias do norte do Estado do Brasil (1530-1630)*. 4 v. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941; ALVEAL, Carmen. Os desafios da governança e as relações de poder na capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: *Simpósio Nacional de História*, 27, 2003, Natal. Anais ..., Natal: ANPUH, 2012; LISBOA, Breno. "Poder local e arrecadação de impostos na América Portuguesa: a administração de contratos pela Câmara Municipal de Olinda (1690-1727)". *Revista História*, São Paulo, v. 1, n.1, p.19-41, 2014.

Analisar o estudo das relações entre Pernambuco, Salvador (enquanto capital, até 1763), Rio de Janeiro e o Estado do Brasil é fundamental para o entendimento da centralidade de algumas regiões do império português. Segundo Catarina Madeira dos Santos, a capital é homóloga dos organismos centrais e, nessa medida, apresenta uma vertente estática, porém, “só podemos falar de capitalidade na condição de este centro chegar a repercutir a sua influência num determinado espaço, ou seja, sobre um Estado, independentemente da configuração que este assuma”. Tem-se que considerar uma vertente dinâmica, expressa na capacidade que o “centro tem de estruturar e estabelecer hierarquias no interior de um território e com ele sustentar ligações”. Em suma, é preciso analisar “a rede sobre a qual se realiza a articulação entre o centro e as suas periferias”.⁶

Por meio das dinâmicas do sistema e das peculiaridades das colônias, podemos compreender Pernambuco, utilizando o conceito de capitalidade, que reflete a sua influência no espaço (as capitanias do norte) e sobre o Estado do Brasil, precisamente na sua capital, Salvador. Isso é perceptível também na escolha dos governantes. Nomeados pelo rei, chegavam à capitania pernambucana para assumir o governo e, por determinação régia, delegavam ordens e despachos referentes a outras regiões, agregando essas capitanias à sua jurisdição. É nesse contexto que vamos observar o grande número de conflitos jurisdicionais entre diversos agentes.

Com isso, podemos indagar se o governo foi uma instituição de fracasso ou sucesso da administração da colônia. Ou seja, a análise do governo seria a chave para entender a dinâmica administrativa da governança na colônia? E como se daria essa dinâmica de acordo com os agentes que ocupavam o cargo? Para a compreensão desses mecanismos é necessário entender o antes e o depois do governo desses homens, destacando-se que as características individuais não se dissociam das formas como as pessoas entendem o poder e as relações sociais.

Identificar a origem desses agentes que ocupam o governo é o primeiro passo. Homens de origem reinol, residentes em sua maioria em Lisboa. São militares de altos postos, detentores do título de cavaleiros da Ordem de Cristo, homens que possuem várias mercês concedidas tanto no reinado de D. João V quanto nos reinados do pai, D. Pedro II, e do filho, D. José. Estão presentes nas mais distintas instituições. São homens de méritos e conquistas militares, que atuaram em guerras e trazem consigo ampla experiência militar. A Guerra de Sucessão da Espanha (1702-1714) é um exemplo de experiência militar que

⁶ Catarina Madeira dos Santos. “*Goa é a chave de toda a Índia*”: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p.

envolveu a maioria dos governadores titulares aqui estudados, como Sebastião de Castro e Caldas, Francisco de Moraes, dentre outros.

Tais experiências cruzaram o Atlântico e encontraram aqui um Novo Mundo no qual a teoria se deteriora na prática de novos costumes, novos elementos e novas gentes. No que tange aos governos ou juntas interinas, estas, para a capitania de Pernambuco são ocupadas por homens bons, ou seja, a elite local de Recife. A interinidade é consequência das circunstâncias locais, todavia requeria homens com capacidade e conhecimento para ocupar tal cargo, na maioria mestres de campo, bispos ou juizes ordinários. Reforcemos essa ideia: o governo interino não é um cargo delimitado e concedido por mercê pelo rei. A interinidade é uma instituição da Coroa. Ela define quem vai ocupar os cargos, seleciona seus homens e estabelece as regras político-administrativas do território.

Os homens que ocuparam o cargo de governador interino já viviam na cidade há mais de dois anos, já tinham o conhecimento, mesmo que reduzido, das gentes locais, das camadas residentes. Traziam famílias, acumulavam fortunas, casavam-se. A maioria, com suas funções militares, era de mestres de campo que comandavam diversos terços de infantaria, em que estavam presentes os filhos da elite local.

Eram homens que tinham um espaço de atuação militar e que, ao assumirem o governo interino, passavam a exercer o poder na vida administrativa colonial. Temos como hipótese a ser esquadrinhada que o governo titular e interino foram instituições de sucesso na administração colonial, sendo chave para o entendimento do próprio governo. Esses agentes, nomeados pelo rei, exerciam seu ofício por no mínimo três anos, salvo alguma intempérie, alguns retornavam com bens e fortunas, enquanto outros permaneciam no espaço local, com seus terços de infantaria e seus filhos ocupando cargos da administração colonial, ou ainda, eram recrutados para outras capitanias.

Os governadores reforçam o poder do centro, o papel do Estado português no projeto de colonização, mas também impulsionam, reagem, negociam, cedem ou reformam as instruções vindas do centro do poder, tanto para atender à melhor administração do espaço, teoricamente o “bom governo”, quanto também para negociar com a elite local que impulsiona o empreendimento colonial.

Temos por hipótese que o governador precisa ser aliado aos agentes locais, conhecedores da realidade colonial; está inserido em grupos que ora se unem ora se digladiam, contudo ele não faz parte da elite colonial. Não representa uma figura decorativa

da administração, mas sim, é o alicerce, ou mesmo a base para os governadores, que aqui vinham ocupar um cargo sem conhecimento físico do local.

Por isso, entendemos o governo como uma instituição da Coroa, sendo que ele preserva o poder dessa na exploração das terras americanas. Num momento em que Pernambuco vive com a Restauração Pernambucana e a briga entre a nobreza terratenente de Olinda e os grupos mercantis de Recife, os governadores vão procurar ser o elo de ligação entre essas elites locais, suas instituições e o poder central. Claro que todo esse processo gera conflitos, porém também faz que a Coroa tenha controle sobre o seu território.

Segundo Florestan Fernandes, “à exceção de alguns nobres que vieram para cá como mandatários ou altos funcionários da Coroa, a gente de *dom* que se transplantou para o Brasil era predominantemente de terceira ou segunda nobreza”.⁷ O que devemos salientar é que tais agentes podiam ser um contraponto à centralização régia. Homens afastados da sociedade de corte, inseridos nas malhas locais de um Novo Mundo, no entanto, “estavam destinados a circular pelo vasto império ou pretendiam voltar para Portugal tão depressa quanto fosse possível”.⁸ Podemos acrescentar que muitos vieram para acumular riquezas e conquistar privilégios do rei. E ainda aqueles que acumularam riquezas ilicitamente para seu próprio prazer.

De outro lado, Florestan Fernandes destaca que a base econômica, social e política da “aristocracia colonial” não conferia aos estamentos senhoriais o poder para contra arrestar qualquer tendência que prejudicasse os estamentos nobres metropolitanos. Para o autor, a chamada aristocracia colonial era, em si mesma, um grave problema político dentro do Império:

Muito mais que à aristocracia metropolitana, a Coroa tinha, quisesse ou não, de anular as potencialidades da aristocracia colonial, impedindo-a de constituir uma comunidade de interesses e de alvos políticos capaz de unificar-se em um sentido especificamente estamental. Uma evolução dessa natureza poderia culminar na criação de um Estado dentro do Estado, ou seja, em processo de autonomização econômica e político-legal que a Coroa não teria meios de enfrentar e destruir.⁹

⁷ Para Florestan Fernandes, a “evolução das estruturas de poder, em Portugal, tendia a reduzir as prerrogativas da alta nobreza, embora isso ocorresse de maneira oscilante. Na medida em que se fortalecia um Estado patrimonial e absolutista, os vários estratos da alta e da média nobreza – e mesmo alguns estratos dos pequenos fidalgos de ‘dom antigo’ ou nobilitados pelos serviços prestados ao Império – tendiam a gravitar em torno do séquito do soberano ou das oportunidades militares, econômicas, burocráticas e políticas abertas pela administração estatal. Algumas famílias nobres mais ricas e ponderosas demoraram para sentir os efeitos dessa evolução ou tiveram oportunidades para remontar os ventos adversos. Contudo, em média, as oscilações não impediam que o fortalecimento de um Estado patrimonial absolutista, que crescera demais para os recursos financeiros de que dispunha ou poderia mobilizar, repercutisse de modo negativo sobre a situação e as aspirações dos estamentos nobres. Essa tendência tinha, forçosamente, de refletir-se na parte colonial do Império e com maior intensidade no Brasil”. Florestan Fernandes. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010, p. 80.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem, p. 80-81.

Para Florestan Fernandes, a chave do entendimento para se evitarem essas tensões e conflitos é a associação do colono com o Império, ou seja, o colono não seria somente o vassalo ou representante da Coroa na colônia: era tanto a base material visível quanto a mão armada invisível da existência do império colonial. Sem essa “ligação, o governo colonial português, com todas as suas instituições administrativas, militares, religiosas e políticas, entraria em colapso, pois teria que enfrentar um vácuo total”.¹⁰

Nesse, sentido o governo colonial, enquanto instituição administrativa, é a chave de explicação para o equilíbrio entre Coroa e vassalos. Agentes que não confrontavam o poder régio (e sua sociedade de corte), simulacros do rei, mas que também se articulavam com a elite local, detentora dos meios de produção e da base material, e com a mão armada para a proteção da cidade. O governador, titular ou interino, movimentava as dinâmicas presentes no Antigo Sistema Colonial que, ao fim e ao cabo, fortaleciam a Coroa.

Para isso, o entendimento do espaço local é muito importante. Entendendo a lógica da circulação do poder do centro para as extremidades, ao focarmos a expansão ultramarina, podemos incluir nessa análise o artigo clássico de Russell-Wood “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro”. Segundo o autor, à primeira vista, a administração do império português aparenta ser altamente centralizada e hegemônica. A autoridade absoluta estava centralizada na pessoa do monarca, as decisões finais sobre nomeações (civil, eclesiástica e militar), tomadas em Lisboa, eram submetidas à confirmação real. As decisões finais sobre os principais casos legais eram enviadas à Casa de Suplicação de Lisboa, visto que os Tribunais de Relação no Brasil não dispunham de plena jurisdição. As agências de governo com maior jurisdição sobre matérias ultramarinas (Conselho Ultramarino, Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens) encontravam-se em Lisboa. Não existia um corpo de leis específico para o Brasil, e a legislação estava amparada nas Ordenações Manuelinas e Filipinas e era complementada por uma grande quantidade de leis, chamadas “leis extravagantes”. Os órgãos administrativos e a estrutura de pessoal da colônia seguiam o modelo metropolitano. Como exemplo, o autor afirma que o governo municipal no Brasil foi modelado com base em seus equivalentes metropolitanos. “As Câmaras municipais (Senados da Câmara) na colônia disputavam os privilégios conferidos às câmaras de Lisboa, Porto e Évora”.¹¹

¹⁰ Ibidem.

¹¹ A. J. R. Russel-Wood. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p. 187-250.

O que parece uma concordância, e que constitui a grande problemática desse brasilianista, é que a noção de existência de um governo centralizado, com a “formulação de políticas impermeáveis à realidade colonial e implementadas ao pé da letra por agentes da Coroa, de uma Coroa insensível e de atitudes metropolitanas rígidas, demanda revisão”. Russel-Wood não discorda da existência de uma estrutura de governo altamente centralizada na metrópole, com a criação do Conselho Ultramarino em 1642. Todavia, por outra parte, destaca a participação dos colonos na estrutura administrativa e da formulação das políticas da Coroa:

[...] convergência de jurisdições e de autoridades acerca das múltiplas funções de governo em um único indivíduo ou em apenas uma agência de governo, ao mesmo tempo que múltiplas agências de governo e vários indivíduos exerciam jurisdição e autoridade sobre uma única função de governo. Áreas de jurisdição não enunciadas, pobremente definidas ou obscuras resultavam em uma difusão da autoridade em rivalidades e tensões entre indivíduos e entre agências de governo. Forças centrífugas ligadas a múltiplos pontos de tomada de decisão e a falta de coordenação entre administradores individuais e entre as agências administrativas enfraqueciam a efetividade da ação do governo. Isto abria espaço para que os colonos participassem da estrutura administrativa e da formulação ou implementação das políticas da Coroa.¹²

Por isso o título formulado no plural: centros e periferias. Consoante Russel-Wood, aquilo que se constitui como um “centro” e uma “periferia” é algo relativo, dependendo da perspectiva daquele que realiza tal avaliação. Essa paralaxe, “a aparente mudança na posição daquilo que constitui o centro e a periferia resultante da mudança de posição do observador”, se dá em termos espaciais e cronológicos e em circunstâncias sociais e financeiras, tendo em vista os parâmetros e limitações deste estudo, como vimos acima.¹³

Russel-Wood amplia a obra de seu mestre e orientador Charles Boxer, no célebre estudo *O império marítimo português* (1969), ao apontar a dinâmica colonial e a importância dos poderes locais. Para Boxer, entre as instituições características do império marítimo português, “e que ajudaram a manter unidas suas diversas colônias”, estavam a Câmara, as irmandades de caridade e as confrarias locais, das quais a mais importante foi a Santa Casa de Misericórdia. “A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau”. De acordo com o autor, essas instituições garantiam uma continuidade que nem os funcionários régios, como governadores, bispos e magistrados, podiam assegurar. Vale destacar que os membros dessas instituições provinham “de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam,

¹² A. J. R. Russel-Wood. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p. 187-250.

¹³ *Ibidem*.

até certo ponto, elites coloniais”. Elite essa que ora circulava na Câmara ora na Misericórdia, e é com esses poderes locais que o governador tinha que negociar.¹⁴

O fato de que na administração do Império, com canais de comunicação definidos, houvesse um mecanismo mediante o qual petições de indivíduos que poderiam ser genericamente caracterizados como “sem voz (ameríndios e pessoas de descendência africana e asiática, notadamente mulheres)” eram enviadas diretamente ao rei, “parece ter sido uma situação reveladora do caráter excepcional do Brasil” no entendimento de Russel-Wood. Todavia, o autor relembra que apesar dos nascidos no Brasil serem eleitos para cargos públicos, poucos eram aqueles que alcançavam de fato os altos escalões da Igreja ou do Estado. “As oportunidades de promoção social eram muito limitadas, principalmente para aqueles que não haviam nascido em Portugal e que não dispunham de vantagens”, ou seja, “em termos de parentesco, de ligações pessoais, e da proteção de pessoas de poder na metrópole para galgarem cargos mais altos”.¹⁵ Podemos compreender isso em nossos estudos para a segunda metade do século XVII ao século XVIII em Pernambuco.

No decorrer desta explicação, surge uma dúvida quanto à semântica das expressões usadas até este momento: “governo”, “administração” e “jurisdição” para entender toda a ação governativa ao longo do século XVIII. O excelente artigo de Pedro Cardim na coletânea *Modos de governar* (2005) é elucidativo nesse sentido. Utilizando a semântica da época, o autor explica que “governo” possuía uma acepção indefinida: na atividade pastoral, era levado a cabo pelos prelados e pelos titulares de cargos eclesiásticos, tendo como finalidade objetivos transcendentais; na esfera doméstica, dizia respeito ao governo da casa familiar, esse todo orgânico e natural liderado pelo *pater familias*; e na atividade desenvolvida pela Coroa, incorporava esse imaginário doméstico, por um lado, e a técnica que habilitava governar a *res publica*, por outro.¹⁶

Pedro Cardim utiliza as reflexões teóricas de Bartolomé Clavero¹⁷ e Michel Senellart (2006) para a acepção da palavra “governo”. Desse último destacamos que o governo, “não designa aqui, como em nossos dias, o órgão do Executivo, mas uma certa maneira, para o poder soberano, de distribuir honrarias e cargos em função de critérios estabelecidos pelos costumes”. Segundo Senellart: “O príncipe não exerce sua soberania sobre uma multidão de indivíduos preocupados apenas com seu interesse”. Ele “comanda um corpo vivo que possui

¹⁴ Charles Boxer. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 286.

¹⁵ A. J. R. Russel-Wood. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36. São Paulo: 1998, p. 187-250.

¹⁶ Pedro Cardim. “Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: Maria Fernanda Bicalho & Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 52.

uma memória. E é esse jogo entre a vontade soberana e os costumes da nação que define o conceito de governo”.¹⁸

Todavia, Pedro Cardim assinala que, apesar dessa acepção indefinida do vocábulo “governo”, já existia a atividade governativa, entendida como a ação da Coroa no sentido de gerir alguns aspectos do funcionamento do reino. Porém “não é menos certo de que tal atuação governativa se encontrava ainda desprovida de uma identidade jurídica própria”. Ele comprova essa hipótese pelo vocabulário contemporâneo do Antigo Regime no qual o termo “governo” começou por evocar, basicamente, as funções militares e diplomáticas da Coroa, ao mesmo tempo em que remetia à gestão de um patrimônio em razão de um mandado direto emanado da pessoa régia. A todo esse conjunto de funções era dado o nome de *gubernaculum*, “governo” ou “governação”. Entretanto, Cardim frisa que não havia uma definição taxativa da área da intervenção designada por esses vocábulos, muito menos um dispositivo institucional especificamente vocacionado para desempenhar as funções governativas.¹⁹

A mesma acepção indefinida tange ao vocábulo “administração”, usado como um complemento e raramente surgindo isolado: administrar a casa, um sacramento, uma cidade, a justiça, um dote, o reino ou um patrimônio. Consoante Pedro Cardim, o que chama atenção no panorama político do Antigo Regime é o fato de existir não uma, mas sim muitas administrações, “tantas quanto os centros de imputação dos interesses coletivos presentes no interior do espaço político”. Ou seja, a ação administrativa do príncipe não era unitária e nem homogênea, contava com a presença, a seu lado, de uma série de dispositivos administrativos de natureza corporativa. “Durante muito tempo, a Coroa articulou-se com uma pluralidade de agentes administrativos, reconhecendo a sua presença e coexistindo com eles numa situação de singular complementaridade”.²⁰

Podemos fazer uma interseção com os estudos de José Subtil, quando menciona que:

A expressão “Administração da Coroa” corresponde, nesta sociedade de poderes concorrentes, à área de ação do poder do príncipe. Esta área não é [...] homogênea, mas a sua organização interna também pouco tem a ver com as sistematizações – “por matérias” – que hoje fazemos da atividade governativa. É certo que, já desde o século XVI, se podem identificar grandes zonas de atuação dos agentes da Coroa, nomeadamente a “justiça”, a “fazenda” e a “milícia”. Mas esta classificação,

¹⁷ Bartolomé Clavero. *Antidora. Antropologia católica de la economia moderna*. Milão: Giuffré, 1991.

¹⁸ Michel Senellart. *As artes de governar*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 33-47.

¹⁹ Segundo Pedro Cardim, as “tarefas de *gubernaculum* eram levadas a cabo pelos órgãos que asseguravam, antes de mais, as funções judicativas, formando, no início, uma seção ainda bastante pequena e umbilicalmente ligada ao amplo espectro das faculdades judicativas”. Pedro Cardim. “Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: Maria Fernanda Bicalho & Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 52-53.

²⁰ *Ibidem*, p. 54.

aparentemente temática, não é mais do que o resultado de uma tipologia mais funda de atos de governo que decorre da imagem do rei (das imagens do rei) e das correspondentes representações sobre a finalidade das suas atribuições e o modo de as levar a cabo.²¹

José Subtil complementa que aos vários “corpos” que coexistiam na Coroa aplicavam-se várias imagens: “senhor da justiça e da paz”, “chefe da casa”, “protetor da religião” e “cabeça da República”. A cada uma dessas imagens, atribuíam-se certas funções prerrogativas. Por fim, Pedro Cardim reafirma que a sociedade era então composta por um conglomerado de grupos de natureza corporativa, com configurações muito diversas, e cada um deles dotado de um dispositivo institucional capaz de satisfazer grande parte das necessidades da vida coletiva, “levando a cabo essa tarefa em boa medida à margem de toda e qualquer iniciativa do poder central, ou seja, a Coroa”. Para o autor, no que concerne à Coroa, essa não era um sujeito unitário, mas sim um agregado de órgãos e de interesses pouco articulados entre si, estando longe de funcionar como polo homogêneo de intervenção sobre a sociedade, situação que decorria do fato de, no “seio da Coroa, existir uma série de organismos que não faziam derivar sua identidade jurisdicional de um ato constituinte do rei, mas sim da sua própria auto-organização”, por isso, no quadro da Coroa, existirem órgãos concorrentes na tramitação dos assuntos.²² O que entenderíamos hoje como confusão de atribuições ou superposição de jurisdições é elemento constitutivo e característico desse Estado europeu entre os séculos XV e XVIII.

Por jurisdição, segundo o dicionário de Raphael Bluteau, se entendia “um poder que o público concede e que o bom governo introduziu para a decisão das causas”. Jurisdição é a “autoridade de ofício de justiça ou de outra dignidade”.²³ Ou seja, o governador colonial tinha seu espaço de atuação, contudo dividia seu mando com inúmeras esferas de poder.²⁴

A faculdade jurisdicional é por diversas vezes apresentada como a essência da ordem e do “bom governo”. De acordo com Pedro Cardim, nada tinha de original a jurisdição como cerne do bom governo, pois era uma tópica da época. O autor chama atenção para o conceito de ordem no Antigo Regime, que não remetia para um vínculo vertical, como o de soberania, mas sim para um laço horizontal de associação, tutela e manutenção de uma situação de equilíbrio entre uma pluralidade de forças atuantes sobre o território. Entendido isso, Cardim

²¹ José Subtil. “Os poderes do centro”. In: José Mattoso (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1999. V. 4: O Antigo Regime (1620-1807), p. 157.

²² Pedro Cardim. “Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: Maria Fernanda Bicalho & Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 53.

²³ Raphael Bluteau. Jurisdição. In: _____. *Vocabulário português e latino*. Coimbra, 1712. V. 4, p. 231.

²⁴ Ver Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 221.

avalia que a jurisdição era o meio organizativo que melhor se adaptava à realidade daquele tempo, precisamente porque era a faculdade que menos expressava pretensões unilaterais de domínio e era a que melhor atuava na busca de pontos de equilíbrio inspirados no princípio da atribuição equitativa, “a cada uma das partes em presença, de espaços e de direitos comensuráveis”.²⁵

Entendemos a jurisdição como um poder “público” – isto é, exterior ao âmbito doméstico privado – e considerado legítimo, ou seja, “uma forma de coação diferente das relações de poder *de facto*, nascidas do simples arbítrio da vontade de um ‘poderoso’”. Em linhas gerais, negava-se a condição jurisdicional a todo e qualquer ato de poder exercido por alguém que não estivesse investido de todos os efeitos de tal poder, e negava-se também a legitimidade aos atos do titular da jurisdição que se situassem fora das fronteiras do juridicamente admissível.²⁶

O governador colonial, como representante do rei, possuía toda a jurisdição, alçada e mando sobre a capitania para a qual era designado. Contudo, esse poder circulava por outras instituições, como a Alfândega, a Casa da Moeda, a Fazenda Real, as ordens religiosas e a mais local de todas: a Câmara. Todas essas instituições se relacionavam e possuíam com o reino um canal de comunicação direta. Mediante tais canais, o rei vigiava e controlava suas possessões, pois cada instituição espreitava a outra e vice-versa. Com isso, ele fortalecia a sua autoridade, dividindo os poderes cada qual em sua jurisdição.

2. OBJETIVOS

Geral

Esta pesquisa visa aprofundar a compreensão dos mecanismos de governo na capitania de Pernambuco durante o período de aproximadamente 1654 a 1798, com foco nos governadores e nos demais agentes que atuavam nas instituições locais.

Específicos

- **Mapear** os governadores de Pernambuco durante o período mencionado, incluindo o tempo de atuação de cada um e os contextos antes e depois de sua gestão.

²⁵ Pedro Cardim. “Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: Maria Fernanda Bicalho & Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 55.

²⁶ *Ibidem*.

- **Identificar** os agentes coloniais presentes em instituições como a Alfândega, as Câmaras de Recife e Olinda, a Ouvidoria, a Secretaria de governo, entre outras, visando observar as redes de relações entre esses grupos.
- **Correlacionar** as práticas administrativas da capitania de Pernambuco com as das demais capitanias do Estado do Brasil, especialmente Bahia e Rio de Janeiro, para entender os diferentes modos de governança nessas regiões principais do império português.
- **Aprofundar** o entendimento das dinâmicas entre o governo central e as Câmaras municipais de Recife e Olinda, explorando tanto as relações colaborativas quanto os conflitos existentes.

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

As balizas cronológicas deste trabalho situam-se no período do auge do Antigo Sistema Colonial, dominado pela produção aurífera no centro-sul e pela queda dos preços do açúcar no Nordeste. O estudo dos governadores em Pernambuco abrange, nesta pesquisa, os reinados de D. João V (1705-1750) e D. José (1750-1770), quando identificamos um perfil de seleção dos agentes que vieram ocupar cargos ou funções na América portuguesa e que, por escolha régia, vão assumir o cargo, de acordo com as circunstâncias do momento, das dinâmicas das diversas capitanias.

Vamos enfocar as trajetórias não como ponto de chegada, e sim como ponto de partida a fim de entender o conjunto das relações que se ligam à governação e à administração. Buscaremos rastrear as trajetórias que darão carne e ossatura à colonização, não em separado, mas juntas de forma a compreender o governo colonial. Para isso precisamos ter um horizonte, um método.

A prosopografia é um método interessante para a compreensão dos agentes que ocupam os cargos de governança. Não são biografias individuais o que a prosopografia estuda. Ela investiga as características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. Segundo Lawrence Stone, o método empregado consiste em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Segundo o autor, os vários tipos de informação sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Enfim, são testados com o objetivo de

encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação.

Para isso escolhemos os universos dos governadores de Pernambuco: Francisco Barreto de Menezes (1654-1657); André Vidal de Negreiros (1657-1661); Francisco de Brito Freire (1661-1664); Pedro Almeida (1674-1678); João da Cunha Souto Maior (1685-1688); Fernando Martins Mascarenhas Lencastre (1699-1703); Francisco de Castro Morais (1703-1707); Sebastião de Castro e Caldas (1707-1710); Lourenço de Almeida (1715-1718); Francisco de Sousa (1721-1722); Marcos José de Noronha e Brito (1746-1749); Luis Diogo Lobo da Silva (1756-1763), etc.²⁷ Para tanto é necessário investigar as origens desses agentes: nascimento, posição social, riqueza pessoal, casamentos, experiências em cargos etc. Mediante esse universo de análise, poderemos fazer correlações e entendê-las num sentido mais coletivo para, então, compreender o governo e sua prática.

A busca das informações aqui contidas foi possível por meio da pesquisa feita nos fundos da Mesa da Consciência e Ordens e do Registo Geral de Testamentos, ambos sob a guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Alguns em processos de transcrição, outros apenas em fichas catalográficas produzidas pelo autor deste projeto.

Nos fundos da Mesa da Consciência e Ordens tivemos acesso às Habilitações Militares, no caso as Habilitações da Ordem de Cristo. Para Francisco Bethencourt, a Mesa, tribunal criado por D. João III em 1532, adquire um papel de maior importância no conjunto das instituições régias, não somente pela extensão das suas competências ao longo dos séculos, “onde avulta a intervenção clara na esfera religiosa”, como também pelo poder de nomeação e provimento, sem falar no controle do acesso a cargos e hábitos das ordens militares:

Trata-se de um dos conselhos mais interessantes para compreender a sociedade do Antigo Regime, dada a ambiguidade de sua constituição: criado explicitamente para o “desagravo da consciência do rei” em matérias religiosas, ainda no século XVIII era reivindicado pelos seus membros o estatuto de tribunal eclesiástico, apesar de ser a primeira instituição régia e secular, pois detinham a administração das ordens militares.²⁸

²⁷ Ressaltando que não é a ordem cronológica dos governadores de Pernambuco, apenas agentes que já foram pesquisados e estão em análise pelo autor deste projeto.

²⁸ Francisco Bethencourt. “Os equilíbrios sociais do poder”. In: José Mattoso (dir.), Joaquim Romero Magalhães (coord). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1997. V. 3: No alvorecer da modernidade, p. 143-144. Para um maior aprofundamento institucional, ver António Manuel Hespanha. *História das instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982, p. 187-527; Guilherme Pereira das Neves. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

Através destes rastros, podemos montar as biografias coletivas e identificar um perfil desses governadores. Outro mecanismo importante para entender estes agentes são os testamentos e seus codicilos. Para Maria Helena Ochi Flexor os inventários e testamentos são documentos de maior valia como fontes históricas, aparentemente simples documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico, “quando bem analisados, mostram, ou deixam transparecer, informações de ordem social, econômica, cultural, educacional, política e administrativa”. Complementa a pesquisadora:

Os testamentos tratavam, sobretudo, das disposições de última vontade do testador, relativas às obras pias em favor da sua alma, cerimônias de seu funeral, sua naturalidade, seu estado civil e listagem de filhos e alguns legados especiais. A relação de bens aparece, com pouca frequência, por ser o testamento um documento mais de caráter espiritual do que temporal ou material. Além disso, relacionavam, quase sempre, as dívidas, tanto as que o testador era devedor quanto as que lhe eram devidas, especialmente “para alívio de sua consciência”. A par da terça parte, o testador não dispunha, no testamento, dos demais bens que o casal possuía. Os outros dois terços eram distribuídos, equitativamente, entre os herdeiros, segundo as Ordenações do Reino, através do inventário de partilha dos bens.²⁹

Esta pesquisa tentará fazer uma análise nos testamentos para a compreensão das informações político-administrativas, de ordem social e econômica do universo de governadores estudados. Tanto na busca dos arquivos da Santa Casa de Recife, como em digitalizações feitas pelos mórmons sobre famílias de todo o Estado do Brasil no período colonial.³⁰ Com essas fontes, podemos ter a noção do antes e depois desses agentes, os bens que adquiriu em vida, suas dívidas, suas posses, se deixou herdeiros etc. Temos a montagem da vida privada, mas também social e econômica desses homens, enquanto agentes públicos. São rastros preciosos para a montagem do perfil e trajetória dos agentes que ocuparam o governo interino, e importante instrumento para a compreensão do grau de importância deles tanto no espaço metropolitano quanto na vida colonial.

Também é de suma importância o Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano, principalmente as Revistas do Instituto, onde encontramos várias fontes impressas sobre a maioria dos governadores do período aqui delimitado, onde visualizamos: diários, cartas e correspondências, dia a dia do governo; contendas e brigas com mandatários locais, etc.

O Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizado no Projeto Resgate, soma-se a essa análise, pois trata de muitas das respostas às dúvidas e de pareceres dos governadores nos mais variados assuntos. Tais assuntos podem ser delimitados em: assuntos militares (especialmente baixa de soldados); assuntos religiosos; governação, privilégio e mercês;

²⁹ Maria Helena Ochi Flechor. “Inventários e testamentos como fontes de pesquisa”. In: José Claudinei Lombardi & Ana Palmira Bittencourt S. (org.). *Pesquisa e a preservação de arquivos e fontes*. Campinas: Alínea e Átomo, 2012, pp. 01-08.

³⁰ Cf. <https://familysearch.org/search/collection/location/1927159?region=Brasil>

escravidão; soldos; provisões de cargos; contendas jurisdicionais; contrabando; e desordens. Convém reforçar que tais assuntos circunscrevem o universo da governação, valendo para os governadores e demais agentes administrativos.

Em suma, duas perspectivas teóricas podem conjugar-se e ser ampliadas quando analisamos o governo colonial como uma instituição da Coroa. Primeiro, não podemos abandonar os aspectos centrais que nos propomos a estudar na formação do Antigo Sistema Colonial: a formação político-administrativa da colônia e as relações entre Coroa e a elite colonial.

Em segundo lugar, dentro dessas relações, não podemos descartar a importância da dinâmica colonial e dos poderes locais: a infinidade de grupos, e de relações, com os quais os agentes metropolitanos precisam interagir e nos quais precisam se inserir. O governador colonial se tornará peça-chave desse processo de colonização do século XVIII, sendo os interinos os grandes conhecedores do *modus operandi* da realidade colonial, por já terem uma vivência, uma prática e um cotidiano com os moradores fluminenses.

A investigação empírica inicia, mas não sabemos como termina. Todavia, o ponto de partida é este: analisar o sentido que as relações entre as partes do sistema colonial adquirem no plano específico e no geral, e como se transformam e se ressignificam. Esse é um dos aspectos levantados por Laura de Mello e Souza ao revisitar a obra de Fernando Novais, na tentativa de ampliar o campo de análise do sistema colonial. Para a autora, é importante desvendar alguns aspectos estruturais que constituíram a especificidade do Atlântico Sul, da América portuguesa setecentista, num dado momento histórico: “a natureza política e da prática administrativa, talhada no bate-e-volta dos levantes e da repressão; o nascimento de uma sociedade pluriétnica e pluricultural, tributária de moldes europeus”, mas “fadada a buscar arranjos novos e a camuflar sua natureza, quase sempre considerada ameaçadora”.³¹

Em suma, segundo Vera Ferlini a análise na dimensão do Império direciona positivamente o entendimento do processo colonial em dimensões mais amplas que as entre uma colônia e a metrópole, “e estimula a investigação e a comparação entre as formas locais e específicas dos mecanismos de subordinação e exploração, e os diferentes arranjos que tornaram possível a existência do todo”. Para a autora, é preciso trazer à tona, “como resultado, e não como pressuposto *a priori*, o que faz desse Império também uma

³¹ Laura de Mello e Souza. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 76.

especificidade, o que o distingue das formas anteriores e posteriores de arranjos imperiais: as estruturas e dinâmicas do Antigo Sistema Colonial”.³²

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Inicialmente, três contribuições significativas emergem deste projeto. Primeiramente, destaca-se o esforço intelectual para integrar dois referenciais teóricos essenciais na análise do governo colonial e suas práticas. Um foco reside no contexto político de recrutamento e seleção desses agentes por Portugal; enquanto outro abrange a perspectiva interna das colônias, abordando o cotidiano dos modos de governar, a administração prática e as interações com diversos grupos locais.

A segunda contribuição consiste no detalhado mapeamento das fontes disponíveis para análise e reconstrução da sociedade colonial na capitania de Pernambuco. Este trabalho não se limita apenas à enumeração dos agentes envolvidos, mas também busca identificar suas relações e inserções dentro das elites locais, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais da época.

A terceira contribuição refere-se à colaboração e suporte de colegas docentes da UFRPE e de outras instituições parceiras, que enriquecerão o projeto de diversas maneiras. Além disso, destacamos a inclusão das pesquisas realizadas por alunos de graduação e pós-graduação em História na UFRPE, cujos trabalhos já estão em desenvolvimento ou são de interesse iminente para este estudo. Este projeto integrará professores, seus laboratórios de pesquisa e alunos, fortalecendo o processo de formação científica e produção de conhecimento sobre o tema dentro da linha geral do grupo de pesquisa NEIC (Núcleo de Estudos dos Impérios Coloniais) sediado na UFRPE.

Quanto aos resultados esperados, planejamos a publicação das fontes transcritas ao longo do projeto. Consideraremos diversas formas de publicização, incluindo mídias digitais, visando ampliar o acesso aos documentos coletados e sistematizados. A criação de um site dedicado à publicação das fontes transcritas e digitalizadas será explorada como uma plataforma robusta de banco de dados, colaborando com outros laboratórios de pesquisa em universidades públicas pelo Brasil.

Além disso, a atividade de pesquisa visa fortalecer as atividades no Departamento de História da UFRPE, consolidando a produção acadêmica no campo mencionado. Como parte

³² Vera Lúcia Amaral Ferlini. “Prefácio”. In: Vera Lúcia Amaral Ferlini & Maria Fernanda Bicalho (org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 12.

desse esforço, planejamos organizar um grande evento acadêmico para divulgar os resultados deste projeto e de outros pesquisadores na área, promovendo tanto a produção docente quanto a desenvolvida por estudantes de graduação e pós-graduação. Este evento também contemplará a participação de profissionais de outras áreas do conhecimento interessados no tema.

Os resultados das atividades e do evento acadêmico serão compilados e publicados em forma de livro impresso, contribuindo para a disseminação do conhecimento produzido e o enriquecimento contínuo dos estudos sobre a história colonial de Pernambuco.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	ANO 06/2024- 04/2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento, leitura e sistematização das fontes bibliográficas do projeto.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Coleta de dados documentais. Levantamento, leitura e sistematização da documentação impressa e manuscrita.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção e artigos e ensaios em congressos, reuniões científicas e eventos de extensão.							X	X	X	X	X	X

ATIVIDADES	ANO 04/2025- 11/2026											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Coleta de dados documentais. Levantamento, leitura e sistematização da documentação impressa e manuscrita.	X	X	X	X	X							
Crítica e elaboração dos dados adquiridos: teste das hipóteses.						X	X	X				
Produção de artigos e ensaios e participação em congressos, reuniões científicas e eventos de extensão.							X	X	X			

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos (crítica e história – 3ª série)*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1938.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 7ª ed. Belo Horizonte – São Paulo: Itatiaia – Edusp, 1988.

ABRIL, Victor Hugo. “Modos de Governar nos Domínios Ultramarinos Portugueses: Gomes Freire de Andrada entre as ordens régias e os poderes locais no Rio de Janeiro do século XVIII”. In: *Mneme – Revista de Humanidades*. Caicó (Rio Grande do Norte), vol. 09 nº 24, setembro e outubro, 2008.

ABRIL, Victor Hugo; FERNANDES, Valter Lenine. “Poder Central e Poderes Locais: embates entre a governança e as instituições coloniais no setecentos”. In: *Revista Outros Tempos* (Online). São Luiz (Maranhão) v. 06, nº 07, 2009, pp. 72-88.

ABRIL, Victor Hugo. “Dinâmica imperial portuguesa: conflitos de jurisdições no Rio de Janeiro colonial”. In: *Revista Ágora*. Vitória (Espírito Santo), v. 01, 2009, pp. 01-12.

ABRIL, Victor Hugo. *Governança no ultramar: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

ALDEN, Dauril. *Royal Government in colonial Brazil – with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, vice-roy, 1769-1779*. Berkeley / Los Angeles, University of Califórnia Press, 1968.

ALDEN, Dauril. “O período final do Brasil Colônia, 1750-1808”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 2004, vol. 02, pp. 527-593.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa, Cosmos, 2000.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANTUNES, Luís Frederico Dias. “Nichos e redes: interesses familiares e relações comerciais luso-brasileiras na África Oriental (1750-1800).” In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e Práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 199-218.

ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Prismas da história de Portugal”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001, pp. 11-30.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia. Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014.

BARDWELL, Ross Little. *The Governors of Portugal's South Atlantic Empire in the Seventeenth Century. Social background, qualifications, selection and reward*. 1974. Ph. D Dissertation, University of California – Santa Barbara, 1974.

BARROS, Edval de Souza. “Negócios de Tanta Importância”: O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2004.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007.

BETHENCOURT, Francisco; NETO, Margarida Sobral; MAGALHÃES, Joaquim Romero & ALMEIDA, André Ferrand de. “Os equilíbrios sociais do poder”. In: José Mattoso (Dir.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Volume coordenado por Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Estampa. 1993. v. 3, pp. 148-193.

BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 189-221.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil. Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

CALMON, Pedro. *História Social do Brasil. Volume 1 – Espírito da Sociedade Colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado (1693 a 1737)*. São Paulo: tese de doutorado em História Social, USP, 2002.

CARDIM, Pedro. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa, Cosmos, 1998.

CARDIM, Pedro. “ ‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e Práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 45-68.

CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)*. São Paulo, Hucitec; FAPESP, 2006.

CAVALCANTI, Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira. *O Comissário Real Martinho de Mendonça: práticas administrativas na primeira metade do século XVIII*. Tese de Doutorado pelo programa de pós-graduação em História, Niterói, UFF, 2010.

CEBALLOS, Rodrigo. “Más forzoso es conservar las ciudades que conquistarlas de nuevo”: as relações luso-espanholas na Buenos Aires seiscentista”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 465-484.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *O Marquês do Lavradio. Sentir, Escrever e Governar*. São Paulo: Alameda, 2013.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII). Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Anablume: Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão. Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

COSTA, Leonor Freire. “Elite mercantil na Restauração: para uma leitura”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 99-131.

CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e Práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 69-92.

CURTO, Diogo Ramada. “A cultura política”. In: José Mattoso (Dir.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Volume coordenado por Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Estampa. 1993. v. 03, p. 115-147.

DUVERGER, Maurice. “O conceito de Império”. Tradução Judith Mota. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério & SILVA, Luiz Geraldo (orgs.). *Facetas do Império na História. Conceitos e Métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008, pp. 19-38.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, vol. 02: A Formação do Estado e Civilização. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, 2v.

ELLIOT, John. *Imperio del Mundo Altántico. España y Gran Bretaña em America (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2006.

FALCON, Francisco Calazans. “Pombal e o Brasil”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001, pp. 227-244.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo: 2001.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no nordeste colonial*. Bauru: São Paulo, Edusc, 2003.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “O município no Brasil Colonial e a configuração do poder econômico”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 389-400.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, 1640-1761*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, FFLCH-USP, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “O Império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império Colonial Português, séculos XVII e XVIII”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 197-254.

FLECHOR, Maria Helena Ochi. “Inventários e Testamentos como fontes de pesquisa”. In: LOMBARDI, José Claudinei & BITTENCOURT, Ana Palmira. *Pesquisa e a Preservação de Arquivos e Fontes*. Campinas: Editora Alínea e Átomo, 2012.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima Gouvêa & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (orgs.). *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes/Lisboa: IICT, 2006.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império”. In: *Penélope*, Lisboa, nº 23, nov./200, pp. 67-88.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Carlos Antônio; CAMPOS, Adriana. *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, pp. 25-72.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. *Coleção O Brasil Colonial*, volume 02 (1580-1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio – a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 2006.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Arcádia, 1971.

GOMES, José Eudes. *As milícias d’el rey. Tropas militares e poder no Ceará Setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 285-315.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730)”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e Práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 179-198.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730”. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GREENE, Jack. *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville and London: The University Press of Virginia, 1994.

GREENE, Jack; MORGAN, Philip. *Atlantic History: a critical appraisal*. New York: Oxford University Press, 2009.

HESPANHA, António Manuel, XAVIER, Ângela Barreto. “A Representação da Sociedade e do Poder”. IN: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa, vol. 04, Editorial Estampa, 1999.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político*. Lisboa, Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. *Depois do Leviathan*. Revista Almanack Braziliense. São Paulo, n.5. maio de 2007, p. 55-66.

HESPANHA, António Manuel. “As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001, pp. 117-182.

HESPANHA, António Manuel. “Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro”. In: PAIVA, Eduardo França (org.). *Brasil-Portugal. Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 21-41.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, vol. 01.

JEPPERSON, Ronald L. “Instituciones, efectos institucionales e institucionalismo”. In: DIMAGGIO, Paul J., POWELL, Walter W. (compiladores). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: FCE, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Os nobres da governança das terras”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalves, CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 65-71.

MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império, 1580-1750”. In: Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, vol. 01, 2008, pp. 447-476.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco (1666-1715)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª ed. definitiva. São Paulo: Ed. 34, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MELO, Isabelle de Matos Pereira de. *Magistrados a serviço do rei: a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*. Tese de Doutorado pelo programa de pós-graduação em História, Niterói, UFF, 2013.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Tomos I e II. Rio de Janeiro: IHGB, 1972.

MENZ, Maximiliano M. *Entre dois impérios: formação do Rio Grande na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)*. São Paulo: Alameda, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos grandes (1750-1832)*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, s.d.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico Português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e Práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 93-115.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 249-284.

NEWITT, Marlyn. “Formal and Informal Empire in the History of Portuguese Expansion”. In: *Portuguese Studies*, 17, 2001.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 8ª ed. São Paulo, Hucitec, 2005.

NOVAIS, Fernando. *Aproximações. Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa, Estar, 2001.

PAGDEN, Anthony. “Conquista ou colonização: a linguagem da história e a linguagem do direito na dissolução do império espanhol na América”. Tradução René Lommez. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Anablume, 2008, pp. 57-74.

PAPAGNO, Guiseppe. “Instituições”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Direito-Classes. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 39, 2004.

PIJNING, Ernest. “Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 21, nº 42, 2001, pp. 397-414.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

PUNTONI, Pedro. “O governo-geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)”. In: SCHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik Lars (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru, SP: Edusc, 2009, pp. 39-73.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, Vassalos e Governo a Distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial. Brasil c.1530-c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

ROMANO, Ruggiero. *Os Mecanismos da Conquista Colonial: os conquistadores*. Tradução Marilda Pedreira. 3ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro (1500-1808)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.18, nº 36, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e agentes”. In: Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)*. Lisboa: Temas & Debates, 1998, vol. 03, pp. 169-192.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e Filantropos. *A Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1550-1755)*. Brasília, Edunb, 1981.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

SANCHES, Marcos Guimarães. “O rei visita os seus súditos...: a Ouvidoria do Sul e as Correições na Câmara do Rio de Janeiro”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*. Rio de Janeiro: a. 164, nº 421, outubro / dezembro de 2003, pp.123-144.

SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola: Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 – c.1800)*. Lisboa; Paris: Dissertação apresentada à Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, para a obtenção do grau de doutor em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e na École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. O Tribunal Superior da Bahia e seus Desembargadores 1609-1751*. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SENEILLART, Michel. *As artes de Governar. Do regimen medieval ao conceito de governo*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SERRÃO, José Vicente. “Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo”. In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850)*. Lisboa: Vega, 1989, pp. 11-19.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

SIQUEIRA, Maria Isabel de. *O Direito e o Estado no Brasil Filipino. Inovação ou continuidade legislativa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SOUSA, Avanete Pereira. “Manifestações locais da Crise do Antigo Sistema Colonial? (o exemplo das câmaras municipais da capitania da Bahia)”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 301-318.

SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e Exercício de Poder no Brasil Colonial. A Câmara Municipal do Recife, 1710-1822*. Recife: Editora UFPE, 2015.

SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

STONE, Lawrence. “Prosopography”. In: *Daedalus*, vol. 100, n. 01, 1971.

SUBTIL, José. “Os Poderes do Centro”. IN: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa, vol. 04, Editorial Estampa, 1999.

SUBTIL, José. “Os desembargadores em Portugal (1640-1820)”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 253-275.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VITERBO, Francisco de Sousa. *Dicionário Histórico e Documental dos Architetos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. *Direito e Justiça no Brasil Colonial: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: José Mattoso (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Volume coordenado por António Manuel Hespanha. Lisboa: Estampa. 1993. v. 4, pp. 380-393.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

24/06/2024

Ass.:



Documento assinado digitalmente

VICTOR HUGO ABRIL

Data: 24/06/2024 17:14:12-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



OFÍCIO Nº 3588/2024 - DCAA-DAG (11.01.02.06.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/06/2024 09:39)

JOSE CARLOS DA MOTA PESSOA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DCAA-DAG (11.01.02.06.06)

Matrícula: ###32#8

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/documentos/> informando seu número: 3588, ano: 2024, tipo: **OFÍCIO**, data de emissão: 25/06/2024 e o código de verificação: **d9db2d59b2**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA-DEHIST



DESPACHO Nº 32832/2024 - DEHIST (11.01.32)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Recife-PE, 26 de junho de 2024.

A Comissão de Pesquisa - DEHIST

De ordem, encaminhamos o presente processo para parecer ao Projeto de Pesquisa apresentado pelo Profº Victor Hugo Abril.

Atenciosamente

(Assinado digitalmente em 26/06/2024 09:38)

ANTONIO DE SOUZA CAVALCANTE

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

SEC-DEHIST (11.01.32.07)

Matrícula: ###29#6

Processo Associado: 23082.014024/2024-64

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **32832**, ano: **2024**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **26/06/2024** e o código de verificação: **626653b135**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA-DEHIST



PARECER N° 41/2024 - DEHIST (11.01.32)

N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Recife-PE, 27 de junho de 2024.

Ao CTA do DEHIST

Após a análise do processo por meio do qual o Profº Drº Victor Hugo Abril solicita à Comissão de Pesquisa e ao CTA a aprovação do projeto de pesquisa intitulado **“Portos de Influência: dinâmicas de governança no Recife dos séculos XVI ao XIX”**, processo **23082.014024/2024-64** a ser desenvolvido no âmbito do Departamento de História, sob a sua coordenação, com início previsto para o mês de Junho/2024 e o término para o mês de novembro/2026, sou de parecer favorável à demanda do requerente.

Jeannie Menezes

27/06/2024

(Assinado digitalmente em 27/06/2024 15:44)

JEANNIE DA SILVA MENEZES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
SCH-DEHIST (11.01.32.03)
Matrícula: ###294#5

Processo Associado: 23082.014024/2024-64

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **41**, ano: **2024**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **27/06/2024** e o código de verificação: **87c8bb1974**

ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JULHO, REALIZADA EM 02/07/2024, DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFRPE.

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro (02/07/2024), na sala da Direção do Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no Bairro de Dois Irmãos, Recife-PE, realizou-se de forma remota, a reunião do Conselho Técnico Administrativo, sob a presidência da Prof^a. Dr^a. Suely Cristina Albuquerque de Luna (Presidente), com a presença dos conselheiros (as): Prof^o. Dr^o. Bruno Romero Ferreira Miranda, Prof^a. Dr^a. Maria Rita Ivo de Melo Machado, Prof^a. Dr^a. Giselda Brito Silva e da Prof^a Dr^a. FABIANA DE FÁTIMA BRUCE DA SILVA. Verificado *quorum*, a Presidente iniciou os trabalhos analisando: Os Processos **23082.028879/2021-20** Mariana Zerbone, **23082.028521/2021-05** – Suely Luna, **23082.028176/2021-00** – Mariana Dantas, **23082.028529/2021-63** – Kleber Clementino, **23082.028903/2021-21** – Fabiana Bruce, **23082.028007/2021-** Jeannie Menezes, **23082.027676/202116** – Victor Hugo, **23082.028198/2021-61** – Uiran Gebara, **23082.28367/2021-63** – Suely Creusa, **23082.028467/2021-90** – Bruno Miranda, **23082.029006/2021-34** – Giselda Silva, **23082.028963/2021-43** – Maria Emília, **23082.028853/2021-81** – Bruno Boto, **23082.028863/2021-17** – Élcia de Torres, **23082.028861/2021-28** – Caroline Borges, **23082.029295/2021-71** – Marcília Gama, referentes à Relatório Individual de Trabalho (RIT) do ano 2022, resolveu, por unanimidade dos seus membros **aprovar** os pareceres da Presidente da CPPR **Prof^a Dr^a Caroline Borges** e de seu membro **Prof^a Dr^a Jeannie da Silva Menezes**. **Processo nº 23082.008529/2024-90**, referente ao pedido de afastamento de curta duração feito pelo Prof^o Dr^o Otávio Augusto Alves dos Santos (SIAPE 1973881), para participar do XVII Colóquio Internacional Geocrítica, a ser realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 06 e 11 de maio de 2024, por unanimidade dos seus membros **aprovar** o parecer favorável da Prof^a Dr^a. Maria Rita Ivo de Melo Machado, Supervisora da Área Geografia-DEHIST. **Processo nº 23082.008691/2024-16**, ao pedido de afastamento de curta duração feito pelo Prof^o Dr^o Otávio Augusto Alves dos Santos (SIAPE 1973881), pelo período de 23 de setembro a 02 de outubro (8 dias) para participar do IV Coloquio Latinoamericano sobre Urbanización y Patrimonialización a celebrarse en el Departamento de Geografía y Turismo de la Universidad Nacional del Sur, UNS, Bahía Blanca, Argentina, entre los días 26 y 28 de septiembre de 2024, por

unanimidade dos seus membros **aprovar** o parecer favorável da Profª Drª. Maria Rita Ivo de Melo Machado, Supervisora da Área Geografia-DEHIST. Processo nº **23082.013851/2024-31**, referente ao pedido de afastamento Profª Drª Mariana Zerbone Alves de Albuquerque (SIAPE 1554095) **pelo período** de 07 a 14 de 2024, para participar do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos, em São Paulo – SP, por unanimidade dos seus membros **aprovar** o parecer favorável da Profª Drª. Maria Rita Ivo de Melo Machado, Supervisora da Área Geografia-DEHIST. Processo nº **23082.013870/2024-67**, referente ao pedido de afastamento do **Profº Drº. Bruno Martins Boto Leite (SIAPE 1067470)**, pelo período de 04/07/2024 a 19/07/2024 para participar de Atividade de Pesquisa em acervo histórico: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – BNBR – Setor de Obras Raras e Manuscritos, por unanimidade dos seus membros **aprovar** o parecer favorável da Profª Drª CAROLINE BORGES, Supervisora da Área História-DEHIST. Processo nº **23082.013071/2024-91**, referente ao pedido de progressão da **Profª Drª Jeannie da Silva Menezes (SIAPE 2329435)** por desempenho e interstício do período analisado, recomendando para início de cômputo de interstício e efeitos financeiros a data de 26/05/2024, conforme a lei n. 13.325/2016, interpretação apresentada nas notas n. 81/2016 e n. 93/2016 da PJUFRPE/PGF/AGU e decisão da magnífica reitora dessa universidade (processo n. 19940/2016-81), por unanimidade dos seus membros **aprovar** o parecer favorável nº 04/2024 da **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE-CAPD**. Processo nº **23082.014024/2024-64**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pelo **Profº Drº. Victor Hugo Abril (SIAPE 2383883)**, intitulado **“Portos de Influência: dinâmicas de governança no Recife dos séculos XVI ao XIX”**, por unanimidade dos seus membros **aprovar** o parecer favorável da **Profª Drª Jeannie da Silva Menezes**, membro da Comissão de Pesquisa-DEHIST. Processo nº **23082.013775/2024-63**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pelo **Profº Drº. Bruno Martins Boto Leite (SIAPE 1067470)**, intitulado **“Sermões Humanos e Sagrados – A parenética jesuítica entre a arte, a política e a religião em Portugal e seus domínios americanos, séculos XVI a XVIII”**, por unanimidade dos seus membros **aprovar** o parecer favorável da **Profª Drª Jeannie da Silva Menezes**, membro da Comissão de Pesquisa-DEHIST. Processo nº **23082.014131/2024-92**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pela **Profª Drª. Maria Rita Ivo de Melo Machado (SIAPE2651827)**, intitulado **“Mediação didática desenvolvedora de habilidades e competências: uma**

realidade escolar?”, por unanimidade dos seus membros **aprovar** o parecer favorável da **Profª Drª Jeannie da Silva Menezes**, membro da Comissão de Pesquisa-DEHIST. Processo nº **23082.013874/2024-45**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pela **Profª Drª. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque (SIAPE 1554095)**, intitulado *"Relação sociedade-natureza no Recife: uma análise espaço-temporal de uma cidade socialmente desigual"*, por unanimidade dos seus membros **aprovar** o parecer favorável do **Profº Drº Bruno Martins Boto Leite**, Presidente da Comissão de Pesquisa-DEHIST. Processo nº **23082.013864/2024-18**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pela **Profª Drª. Suely Creusa Cordeiro de Almeida (SIAPE 1452828)**, intitulado *"NEGÓCIOS NO ATLÂNTICO SUL: Pernambuco e Angola no tráfico de escravos (c. 1675 -c.1762)"*, por unanimidade dos seus membros, resolve **aprovar** o parecer favorável do **Profº Drº Bruno Martins Boto Leite**, Presidente da Comissão de Pesquisa-DEHIST. Processo nº **23082.014034/2024-08**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pelo **Profº Drº. Bruno Martins Boto Leite (SIAPE 1067470)**, intitulado **“Cesse tudo o que a Musa Antiga canta- História da História Natural da América portuguesa na Época Moderna, das viagens de Descoberta a Francesco Redi”**, por unanimidade dos seus membros, resolve **aprovar** o parecer favorável da **Profª Drª Jeannie da Silva Menezes**, membro da Comissão de Pesquisa-DEHIST. **23082.014245/2024-32**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pela **Profª Drª. Suely Cristina Albuquerque de Luna (SIAPE nº 1133510)**, intitulado **“História da Urbanização do Recife através da Arqueologia”**, por unanimidade dos seus membros, resolve **aprovar** o parecer favorável do **Profº Drº. Bruno Martins Boto Leite**, Presidente da Comissão de Pesquisa-DEHIST. Processo nº **23082.014303/2024-28**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pela **Profª Drª. Maria Emília Vasconcelos dos Santos (SIAPE nº 1160835)**, intitulado **“Girapodcast: ferramenta digital para entretenimento, prática educativa e aprendizagem da História negra”**, por unanimidade dos seus membros, resolve **aprovar** o parecer favorável do **Profº Drº. Bruno Martins Boto Leite**, Presidente da Comissão de Pesquisa-DEHIST. Processo nº **23082.014485/2024-37**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pela **Profª Drª. Marcilia Gama da Silva (SIAPE 1633475)**, intitulado **Memorial das Ligas Camponesas do Brasil Francisco Julião: Projeto de Pesquisa, gestão do acervo documental, imagético, Bibliográfico, Cultural e Material da Galileia 1950-2021**, por unanimidade dos

seus membros, resolve **aprovar** o parecer favorável da **Profª Drª Jeannie da Silva Menezes**, membro da Comissão de Pesquisa-DEHIST. Processo nº **23082.014433/2024-61**, referente ao Projeto de Pesquisa apresentado pela **Profª Drª. Marcilia Gama da Silva (SIAPE 1633475)**, intitulado “ **A Rede de Informação Censura e Repressão em Pernambuco e as graves denúncias aos direitos humanos praticadas pela polícia no período de 1964-1985**”, por unanimidade dos seus membros, resolve **aprovar** o parecer favorável do **Profº Drº. Bruno Martins Boto Leite**, Presidente da Comissão de Pesquisa-DEHIST. Por não haver mais nada a ser tratado, às quinze horas e quarenta e cinco minutos a Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Antonio de Souza Cavalcante, Secretário deste Departamento, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes deste Conselho Técnico Administrativo.

Profª. Drª. Suely Cristina Albuquerque de Luna
(Presidente)

Profª Drª Caroline Borges
Substituta Eventual da Direção

Profª. Drª. Maria Rita Ivo de Melo Machado
(Supervisora da Área de Geografia)

Profª. Drª. Giselda Brito Silva
(Representante dos Profºs Titulares)

Profº. Drº.. Bruno Romero Ferreira Miranda
... (Representante dos Profºs Adjuntos)

Profª Drª. Fabiana de Fátima Bruce da Silva
(Representante dos Professores Associados)

Em, 02 de julho de 2024



ATA Nº 2/2024 - DEHIST (11.01.32)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 16:04)

BRUNO ROMERO FERREIRA MIRANDA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

SCH-DEHIST (11.01.32.03)

Matrícula: ###672#2

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 13:40)

CAROLINE BORGES

SUPERVISOR

SCH-DEHIST (11.01.32.03)

Matrícula: ###255#5

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 21:30)

FABIANA DE FATIMA BRUCE DA SILVA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

SCH-DEHIST (11.01.32.03)

Matrícula: ###135#9

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 13:18)

GISELDA BRITO SILVA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

SCH-DEHIST (11.01.32.03)

Matrícula: ###271#6

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 13:43)

MARIA RITA IVO DE MELO MACHADO

SUPERVISOR

SCG-DEHIST (11.01.32.04)

Matrícula: ###518#7

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 15:40)

SUELY CRISTINA ALBUQUERQUE DE LUNA

DIRETOR DE DEPARTAMENTO

DEHIST (11.01.32)

Matrícula: ###335#0

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/documentos/> informando seu número: 2, ano: 2024, tipo: ATA, data de emissão: 03/07/2024 e o código de verificação: 895dd5c941



ATA Nº 11/2024 - Conselho Técnico Administrativo - CTA (GRUPO DE TRABALHO)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/07/2024 10:26)

ANTONIO DE SOUZA CAVALCANTE

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

SEC-DEHIST (11.01.32.07)

Matrícula: ###29#6

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/documentos/> informando seu número: **11**, ano: **2024**, tipo:
ATA, data de emissão: **04/07/2024** e o código de verificação: **9d7e8fced0**



UFRPE

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

PROCESSO Nº **23082.014024/2024-64**

DECISÃO Nº 35/2024- CTA/DEHIST

Os membros do Conselho Técnico-Administrativo do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, na 1ª (primeira) Reunião Ordinária do mês de julho de 2024, realizada em 02 de julho de 2024, resolveram por unanimidade aprovar o parecer **favorável** da **Profª Drª Jeannie da Silva Menezes**, membro da Comissão de Pesquisa-DEHIST, referente a proposição do Projeto de Pesquisa apresentado pelo **Profº Drº. Victor Hugo Abril (SIAPE 2383883)**, intitulado “**Portos de Influência: dinâmicas de governança no Recife dos séculos XVI ao XIX**”, com início previsto para o mês de Junho/2024 e o término para o mês de novembro/2026.

Profª. Drª. Suely Cristina Albuquerque de Luna
(Presidente)

Profª Drª Caroline Borges
Substituta Eventual da Direção

Profª. Drª. Maria Rita Ivo de Melo Machado
(Supervisora da Área de Geografia)

Profª. Drª. Giselda Brito Silva
(Representante dos Profºs Titulares)

Profº. Drº.. Bruno Romero Ferreira Miranda
... (Representante dos Profºs Adjuntos)

Profª Drª. Fabiana de Fátima Bruce da Silva
(Representante dos Professores Associados)

Em, 02 de julho de 2024



DECISÃO Nº 4153/2024 - DEHIST (11.01.32)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 16:04)

BRUNO ROMERO FERREIRA MIRANDA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

SCH-DEHIST (11.01.32.03)

Matrícula: ###672#2

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 13:40)

CAROLINE BORGES

SUPERVISOR

SCH-DEHIST (11.01.32.03)

Matrícula: ###255#5

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 21:18)

FABIANA DE FATIMA BRUCE DA SILVA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

SCH-DEHIST (11.01.32.03)

Matrícula: ###135#9

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 13:18)

GISELDA BRITO SILVA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

SCH-DEHIST (11.01.32.03)

Matrícula: ###271#6

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 13:43)

MARIA RITA IVO DE MELO MACHADO

SUPERVISOR

SCG-DEHIST (11.01.32.04)

Matrícula: ###518#7

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 15:40)

SUELY CRISTINA ALBUQUERQUE DE LUNA

DIRETOR DE DEPARTAMENTO

DEHIST (11.01.32)

Matrícula: ###335#0

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/documentos/> informando seu número: **4153**, ano: **2024**, tipo: **DECISÃO**, data de emissão: **03/07/2024** e o código de verificação: **a19b6251c9**



DECISÃO Nº 23/2024 - Conselho Técnico Administrativo - CTA (GRUPO DE TRABALHO)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/07/2024 10:26)

ANTONIO DE SOUZA CAVALCANTE

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

SEC-DEHIST (11.01.32.07)

Matrícula: ###29#6

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/documentos/> informando seu número: 23, ano: 2024, tipo:
DECISÃO, data de emissão: **04/07/2024** e o código de verificação: **0b4259fe7a**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO



DESPACHO Nº 21/2024 - Conselho Técnico Administrativo - CTA (GRUPO DE TRABALHO)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Recife-PE, 04 de julho de 2024.

Ao Instituto IPÊ

De ordem, para os devidos registros do Projeto de Pesquisa, conforme
DECISÃO Nº 35/2024 - CTA/DEHIST.

Atenciosamente

(Assinado digitalmente em 04/07/2024 10:26)

ANTONIO DE SOUZA CAVALCANTE

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

SEC-DEHIST (11.01.32.07)

Matrícula: ###29#6

Processo Associado: 23082.014024/2024-64

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **21**,
ano: **2024**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **04/07/2024** e o código de verificação: **76bce93f51**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE FOMENTO E APOIO À PESQUISA-IPÊ



DESPACHO Nº 68293/2024 - COPESQ-NUPESQ (11.01.89.06.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Recife-PE, 25 de novembro de 2024.

Ao Departamento de História.

Prezados(as),

Informamos que a homologação e o registro de controle do projeto de pesquisa constante no processo administrativo nº 23082.014024/2024-64 intitulado 'Portos de Influência: Dinâmicas de Governança no Recife dos Séculos XVI ao XIX' foram realizados no cadastro da UFRPE, conforme o número de registro COPESQ/NUPESQ/IPE [143/2024], de acordo com a Decisão Nº 35/2024- de 02 de julho de 2024, sob a coordenação de Victor Hugo Abril , com período de execução de 24 meses e vigência de junho de 2024 a junho de 2026.

Membros da equipe:

VICTOR HUGO ABRIL 107.***.***-** -DOCENTE COM DOUTORADO CH: 20h

Aguardamos os próximos encaminhamentos referentes ao relatório parcial e/ou final do projeto, conforme resolução CEPE/UFRPE Nº 361, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 25/11/2024 14:47)

CAMILA MENDES DOS SANTOS

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

COPESQ-NUPESQ (11.01.89.06.02)

Matrícula: ###499#3

Processo Associado: 23082.014024/2024-64

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **68293**, ano: **2024**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **25/11/2024** e o código de verificação: **0f2608616b**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO - SEÇÃO ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

“Salve-se quem puder”: cotidiano, criminalidade e guerra no Recife da segunda metade do século XIX (1850-1870)

2 – VIGÊNCIA: (até 60 meses)

Início Previsto (Março/2024)
Término Previsto (Fevereiro/2028)

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: Ciências Humanas
Número do Código: 7.00.00.00-0
b) Nome da Subárea: História
Número do Código: 7.05.00.00-2
c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): História do Brasil Império
Número do Código: 7.05.05.02-0

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

Cultura, Política e Relações de Poder
Relações de Poder. Sociedade e Ambiente
Estado, Política e Sociedade
História Social da Polícia

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Recife oitocentista	4. Criminalidade.
2. Cotidiano	5. Guerra do Paraguai.
3. Corpo de Polícia	6.

6 – GRUPO DE PESQUISA: (informar link do grupo de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ)

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3116395356192716



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

7 – PARTICIPANTES

Nome: Wellington Barbosa da Silva

CPF: 430.778.894-04

SIAPE (servidor da UFRPE): 1482187

E-mail: wellington.barbosa@ufrpe.br

Vinculação: Departamento de História / Campus Dois Irmãos

Função: Coordenador (X) Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 20 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1213688229016782>.

Nome: Jacielly Raianne Martins dos Santos

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 711.418.314-30

SIAPE (servidor da UFRPE): - -

E-mail: jaciellysantos76@gmail.com

Vinculação: Estudante de Graduação do Curso de História

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 20

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1479298751241855>.

Nome: Matheus Henrique Barreto Figueiredo

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 101.235.744-98

SIAPE (servidor da UFRPE): - -

E-mail: matheus_b4@outlook.com

Vinculação: Estudante de Graduação do Curso de História

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 20

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0164376167065945>.

Nome: Anderson Antonio de Santana Justino

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 083.807.304-29

SIAPE (servidor da UFRPE): - -

E-mail: andersonantonio023@gmail.com

Vinculação: Estudante de Graduação do Curso de História

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 20

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7405710409797950>.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

II – DETALHAMENTO – SEÇÃO CIENTÍFICA

RESUMO

Este projeto de pesquisa pretende estudar o cotidiano do Recife em um período conturbado, caracterizado principalmente, pela eclosão do maior conflito bélico que o Brasil participou como protagonista: a Guerra do Paraguai. Por conta de os combates terem acontecido em terras distantes, além-fronteiras, a guerra só foi sentida na capital pernambucana por meio das notícias veiculadas pelos jornais (relatos sobre as vitórias obtidas, sobre a movimentação das tropas, poesias e discursos patrióticos etc.). E também nas festividades cívicas e rituais religiosos que giravam em torno da atuação das tropas brasileiras (desfiles cívicos, missas fúnebres ou de ação de graças etc.). Nesse sentido, interessa-nos estudar como as pessoas vivenciaram esse período e de que maneira a situação trouxe mudanças ou não para a vida social dos recifenses. Por outro lado, havia na época uma percepção crescente da criminalidade. E uma das consequências da guerra foi justamente o envio do Corpo de Polícia para o conflito e a criação de um corpo de polícia provisório. Como essas mudanças afetaram o dia a dia da população recifense – que, a julgar pelos testemunhos encontrados nos mais variados documentos da época, era atravessado por uma renitente criminalidade. Da tentativa historiográfica de se responder a essas e outras questões resultará na participação da equipe de pesquisadores vinculados a esse projeto em eventos locais, nacionais e internacionais (bem como na produção de artigos científicos) onde serão apresentados os resultados parciais e finais da pesquisa. Além disso, ele objetiva a preparação de um banco de dados, digitalizado, contendo todos os documentos que forem fotografados durante a pesquisa arquivística. Esta iniciativa contribuirá para o incremento do Centro de Documentação e Memória da UFRPE que está sendo organizado em nível departamental e a realização de futuras investigações – tanto dos pesquisadores da UFRPE quanto dos de outras instituições de ensino superior ou centros de pesquisa de Pernambuco e do Brasil. Sem contar que tal iniciativa contribuirá também em larga escala para propiciar vida longa a uma considerável parcela do rico acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) – cujos documentos manuscritos e impressos sofrem um processo de deterioração constante (e, em alguns casos, irreversível), por conta da ação corrosiva do tempo e do descaso dos governantes. Dessa maneira, o trabalho trará novas e importantes contribuições para os estudos de História Social do Cotidiano e das Instituições no Recife durante o período imperial – notadamente sobre o estudo do crime, dos aparatos policiais e do cotidiano em suas mais diversas facetas, temáticas ainda pouco exploradas pela historiografia brasileira e, menos ainda, pela pernambucana.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa se insere no âmbito da História Social do Cotidiano e das Instituições e tem como principal objetivo estudar o cotidiano do Recife em um período de guerra, bem como diversos aspectos de uma rede de controle social que possuía funções múltiplas – inclusive, a de propiciar as condições para a criação de um espaço urbano civilizado na capital pernambucana. Porém, o nosso foco incidirá principalmente em duas dessas funções, a saber: 1) controlar uma massa de trabalhadores escravizados e de pessoas pobres livres (à margem do processo produtivo ou não) estigmatizados, tanto uns quanto outros, pela cor da pele; e 2) criar as condições materiais e humanas para civilizar o Recife (e sua população). Neste sentido, o estudo das agências de controle do crime (polícia, tribunais, prisões) no Recife da segunda metade do século XIX (1850-1870). De certa forma, ele procura aprofundar as pesquisas iniciadas ainda durante os meus estudos de doutoramento, quando estudei o processo de formação dos aparatos policiais recifenses na primeira metade do século XIX (1830-1850) e, por conseguinte, as suas relações com a sociedade e o Estado. O cenário onde se desenrola o presente projeto de pesquisa continua sendo o Recife do século XIX, ou mais especificamente, a segunda metade daquela centúria.

O recorte espacial é basicamente o mesmo, mas o contexto socioeconômico é diferente. Da mesma maneira que o ambiente político também difere bastante da primeira metade do século XIX, apesar das inevitáveis continuidades. Estas diferenças são perceptíveis tanto no “fazer-se diário” da cidade que serve de cenário para a nossa história, quanto no objeto de estudo em questão. De fato, a partir dos anos 1850, após o desfiar de um verdadeiro rosário de “revoluções libertárias”, o Recife entraria, bem como todo o país, em um período de relativa calmaria. A capital pernambucana passou a conviver de maneira mais intensa com os símbolos do progresso. O Teatro de Santa Isabel, inaugurado no alvorecer de 1850 logo se converteu em um importante espaço de sociabilidades – além de palco principal da acirrada propaganda abolicionista nas décadas finais do Império. Ainda em 1850 foram abertas ao público letrado recifense as portas do Gabinete Português de Leitura. Em 1857, a capital pernambucana já estava integrada a outras cidades do interior pelas estradas de ferro – com as marias-fumaças indo e vindo transportando pessoas e mercadorias. No plano interno, as maxambombas encurtavam as distâncias entre as freguesias centrais e os arrabaldes.

Não obstante, parafraseando o padre Lopes Gama, se a província passava por uma fase de grande crescimento material ainda convivia com o “progresso dos tiros e facadas”. Na época, a criminalidade cotidiana emerge de uma série de documentos legados pelas autoridades, mas também das páginas dos jornais, das conversas registradas em diários particulares, entre outros, que nos deixam com a sensação de que o Recife oitocentista era uma cidade perigosa; um espaço onde a propriedade e a vida das pessoas estavam sempre por um triz, tal a profusão de roubos, furtos e assassinatos “em plena luz do dia e nas ruas mais públicas”. Desta maneira, analisaremos o tema a partir do estudo das agências responsáveis pelo controle do crime (polícia, tribunais e prisões). Por esta época, estas instituições já gozavam de maior solidez, embora ainda fossem permeadas por velhas práticas, não condizentes com a sua missão, e renitentes problemas organizacionais – através dos quais podemos questionar a sua eficiência.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

O Corpo de Polícia, por exemplo, já se encontrava mais bem estruturado e o princípio burocrático de sua administração era mais consistente. Mais ainda se revelava insuficiente para policiar convenientemente as principais freguesias da capital pernambucana e combater a onda de violência que parecia assolá-las. O seu diminuto efetivo, distribuído em destacamentos pelas comarcas interioranas e quase sempre desfalcado por deserções, demissões, enfermidades e prisões disciplinares, não conseguia garantir um policiamento ostensivo sequer sobre as quatro principais freguesias da capital pernambucana. Essa situação tendeu a se agravar durante o quinquênio de 1865-1870, quando eclodiu a Guerra do Paraguai e o governo imperial necessitou arregimentar soldados para o esforço de guerra. Como o contingente do Exército era pequeno, ainda mais para enfrentar uma guerra que se desenrolaria em território estranho, longe do Brasil, foi necessário se recorrer ao recrutamento forçado (o “grande espantinho da população”, no dizer de Caio Prado Jr.) e convocar os guardas nacionais. Além disso, foram criados os corpos de Voluntários da Pátria – que, prometendo diversos benefícios, tinham como objetivo alistar voluntariamente cidadãos para o esforço de guerra, sem recorrer ao recrutamento forçado, como era feito para a exército e a marinha imperiais. E os corpos de polícia, por serem instituições, armadas, fardadas e, pelo menos em tese, com certa destreza no manuseio das armas também foram convocados para reforçarem as tropas brasileiras envolvidas no conflito.

Neste sentido, nos interessa estudar a estruturação interna do Corpo de Polícia de Pernambuco nos decênios de 1850 e 1860. Tanto do chamado corpo permanente como do corpo provisório, que foi criado para substituir o primeiro enquanto durasse a Guerra do Paraguai. Eram esses aparatos policiais que estabeleciam a ponte entre as ruas, a cadeia e os tribunais e, nesse sentido, também nos empenharemos em entender as suas relações com a sociedade e com o Estado. Afinal de contas, os agentes da polícia devem ser treinados e disciplinados para atuar no espaço público – o que gera uma série de embates com a população. Dessa maneira, não perderemos de vista as relações, intensas e quase sempre tensas, entre aparatos policiais e população, procurando entender como as pessoas pobres (livres e escravas), que geralmente eram vistas como potencialmente criminosas, reagiam às tentativas de disciplinamento delineadas pelo Estado (através da elaboração de códigos de leis e posturas) e impostas pela ação coercitiva da força pública.

Porém, apesar da criminalidade parecer renitente, como afirmavam os documentos coevos, e da eclosão de uma guerra que perdurou durante cinco longos anos, o Recife convivia com o discurso do progresso e da civilização – ambos vistos como termos indissociáveis e consoantes com um o desejo de consumo das elites. Bem como as diversas práticas que tentavam preencher esses discursos. Sendo assim, esse projeto de pesquisa pretende, ao longo de quatro anos, estudar diversos aspectos do processo civilizatório que permeou a história recifense na segunda metade do século XIX. No nosso caso, isso significa estudar as narrativas e práticas norteadoras da construção de prédios públicos voltados para funções específicas relacionadas com o processo civilizatório: a instrução pública, o abastecimento de alimentos, a consolidação de uma classe médica em detrimento dos saberes médicos tradicionais, a criação de espaços coletivos de leitura, e até mesmo a construção de um espaço salubre para o sepultamento dos cadáveres. Todos eles construídos sob o signo da civilização, como antípodas de um tempo da barbárie e do atraso. E ainda perceptíveis na contemporaneidade graças às imponentes e sólidas construções arquitetônicas existentes no espaço urbano recifense como os prédios do Ginásio Pernambucano, da Casa de Detenção, do Hospital Pedro II, do Teatro de Santa Isabel etc.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

E, como o trabalho de contenção da criminalidade efetuado pela polícia está intimamente associado à justiça criminal e prisional, este projeto de pesquisa se preocupará igualmente com a situação das cadeias recifenses. No campo corretivo, o Recife do período em tela ganharia um importante estabelecimento prisional: a Casa de Detenção (1865), uma prisão moderna, baseada no modelo panóptico do filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham, há muito tempo reclamada pelas autoridades policiais. Mas as velhas cadeias de-outrora – aqui englobando tanto a cadeia pública como outros espaços (calabouço do Corpo de Polícia, fortalezas e navios militares) utilizados como cárcere pelo governo provincial –, permaneceriam ocupando um papel essencial no encarceramento dos pretos e pardos, livres e escravos, que faziam das ruas o “teatro de seus vícios”. Dotadas de celas sujas, insalubres e inseguras, elas continuavam merecendo o epíteto de “cemitérios de vivos”, tal como Joaquim Nunes Machado definiu a cadeia do Recife em 1835, quando ele era chefe de polícia. Nas áreas mais distantes do litoral, até mesmo os troncos (símbolos materiais da opressão contra os escravizados) chegavam a ser utilizados para manter as pessoas presas – devido à falta de cadeias ou à insegurança das existentes. Neste sentido, nos interessa sobremaneira estudar o cotidiano do sistema carcerário recifense, mas concentrando nossa atenção nas “modorrentas” cadeias públicas, para onde afluía um sem-número de pessoas (geralmente presas por crimes menores) antes de prestar contas com a Justiça – muitas das quais eram liberadas depois de alguns dias de correção.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

Esse projeto de pesquisa tem como objetivo estudar os aparatos policiais militares do Recife na segunda metade do século XIX para perscrutar a criminalidade que permeava a capital pernambucana no período em tela.

2.2 – Específicos

- Analisar a estruturação dos aparatos policiais militares do Recife no período de 1850-1870, bem como suas relações com o Estado e a sociedade;
- Identificar as motivações sociais para a criminalidade diária que permeava o Recife a ponto de os contemporâneos apontarem-no como uma “cidade perigosa”;
- Investigar as estratégias de resistência popular contra a ação repressiva e persecutória da polícia e aos imperativos do processo civilizatório;
- Registrar a situação das velhas cadeias recifenses, em um momento em que a moderna Casa de Detenção já havia iniciado suas atividades;
- Estudar o cotidiano recifense em um contexto de guerra e da disseminação pelos jornais de conceitos ainda vazios de sentido para a população coeva – como pátria e nação.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS

Para a consecução deste projeto de pesquisa trabalharemos com um volume considerável de documentos manuscritos (Coleção Polícia Civil, Petições, Juízes Municipais, Polícia Militar, Fundo Casa de Detenção, Fundo SSP, processos-crime etc.) e impressos (Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco, Coleção de Leis do Império, jornais e revistas satíricas etc.). O trabalho de pesquisa arquivística será realizado, em sua maior parte, nas dependências do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Contudo, também pesquisaremos nos acervos da Fundação Joaquim Nabuco, Seção de Periódicos (FUNDAJ), do Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (AHALEPE) e do Memorial de Justiça de Pernambuco – de acordo com as necessidades de cada objeto de pesquisa. E nos acervos digitais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<https://www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>), do Digital Collections George A. Smathers Libraries, da Universidade da Flórida (<https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/04640/allvolumes>) e do Brazilian Government Documents, da Universidade de Chicago (<https://www.ddsnext.crl.edu/node/1225>).

Durante a pesquisa arquivística dedicar-nos-emos à leitura e digitalização do *corpus* documental utilizado. Após essa fase, passaremos à leitura, sistematização e análise dos dados coligidos. A leitura de uma bibliografia específica (livros, dissertações e teses) sobre o tema e o contexto recifense da época já foi concluída – servindo para ajudar na fundamentação teórica deste projeto. Novas leituras serão feitas à medida que o projeto for sendo desenvolvido, de acordo com as necessidades derivadas dos objetos de estudo a ele integrados. Saliente-se que alguns destas obras já foram lidas pelos estudantes relacionados com o projeto desde o final do ano pretérito e vêm sendo discutidas em reuniões regulares do Grupo de Leitura Marc Jay Hoffnagel, que compõe o GEPHISO – Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Oitocentos (grupo cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq e liderado pelo proponente deste projeto de pesquisa).

É sabido que a documentação a ser utilizada constitui em grande parte um legado deixado por aqueles que eram os responsáveis diretos pela administração da província, da polícia e da Justiça: juízes, chefes de polícia, delegados, carcereiros, comandantes do Corpo de Polícia, da Guarda Cívica, da Guarda Nacional e de outras instituições que, em momentos episódicos, também exerceram funções de polícia no período em tela. Porém, isso não representa nenhum grande empecilho, pois, nos próprios documentos deixados pelos dominantes podemos descobrir vozes, movimentos e comportamentos que foram reprimidos no passado. Sendo assim, em que pese o fato de eles serem, em grande parte, fragmentos discursivos da elite política, eles também escondem, nas suas entrelinhas, o “testemunho do outro”. Realmente, mesmo com suas limitações (e qual a fonte documental que não tem as suas próprias?), elas podem nos fornecer subsídios importantes para entendermos melhor o tema proposto.

Também não partiremos do pressuposto (ultrapassado) de que tais fontes documentais são depositárias fideis do passado. Um passado que, sabemos de antemão, jamais conseguiremos recuperar em sua inteireza. Walter Benjamin (1984), em uma de suas teses “Sobre o conceito de História”, nos adverte sobre isso: “Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo”. Serão



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

reminiscências desse tipo, céleres e furtivas, que aparecerão condensadas neste projeto e nos seus subprojetos de iniciação científica.

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Este projeto de pesquisa busca o reconhecimento e o fortalecimento da produção historiográfica, dentro e fora da instituição; bem como contribuir para a expansão e o aprofundamento acadêmico sobre a criminalidade e as instituições de controle do crime, bem como o processo civilizatório (baseado em modelos europeus) desenvolvido no Brasil do século XIX a partir de estudos que têm como cenário o Recife do período em tela. Além conhecer melhor o cotidiano de uma grande cidade oitocentista em dois momentos: o *antebellum* e o *post bellum* relacionados com a Guerra do Paraguai (1865-1870) Dele resultará, ao final de quatro anos, a produção de livros, artigos científicos, monografias de conclusão de curso, além da participação em eventos locais, regionais e nacionais sobre a temática.

Categoria	Número esperado
Artigo científico	04
Participação em congresso	04
Patente ou equivalente	-
Livro	01
Capítulo de livro	04
Monografia de graduação	08
Monografia de especialização	-
Dissertação de Mestrado	08
Tese de Doutorado	02
Participação em Editais	04
Outras (especificar)	-



ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2024											
		-	-	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Seleção dos documentos a serem utilizados no projeto.	Orientador + Bolsistas de IC			✓	✓								
Pesquisa arquivística	Orientador + Bolsistas de IC				✓	✓	✓	✓	✓				
Leitura de bibliografia específica	Orientador + Bolsistas de IC			✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Digitalização dos documentos	Orientador + Bolsistas de IC				✓	✓	✓	✓	✓				
Análise da documentação e quantificação de dados	Orientador + Bolsistas de IC					✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Preparação de relatório semestral	Orientador + Bolsistas de IC							✓	✓				

[illegible]



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2026											
		-	-	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Seleção dos documentos a serem utilizados no projeto.	Orientador + Bolsistas de IC			✓	✓								
Pesquisa arquivística	Orientador + Bolsistas de IC				✓	✓	✓	✓	✓				
Leitura de bibliografia específica	Orientador + Bolsistas de IC			✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Digitalização dos documentos	Orientador + Bolsistas de IC				✓	✓	✓	✓	✓				
Análise da documentação e quantificação de dados	Orientador + Bolsistas de IC					✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Preparação de relatório semestral	Orientador + Bolsistas de IC							✓	✓				

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2027											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Seleção dos documentos a serem utilizados no projeto.	Orientador + Bolsistas de IC			✓	✓								
Pesquisa arquivística	Orientador + Bolsistas de IC				✓	✓	✓	✓	✓				
Leitura de bibliografia específica	Orientador + Bolsistas de IC			✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Digitalização dos documentos	Orientador + Bolsistas de IC				✓	✓	✓	✓	✓				
Análise da documentação e quantificação de dados	Orientador + Bolsistas de IC					✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Preparação de relatório anual	Orientador + Bolsistas de IC	✓	✓					✓	✓				

[illegible]



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos digitais

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
Disponível em: <https://www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>)

Universidade da Flórida (Digital Collections George A. Smathers Libraries)
Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/04640/allvolumes>.

Universidade de Chicago (Brazilian Government Documents)
Disponível em: <https://www.ddsnext.crl.edu/node/1225>.

Arquivos físicos

APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco, Seção de Periódicos
AHALEPE – Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Memorial de Justiça de Pernambuco

Bibliografia

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa**. Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Icária, 2008.

_____. **Palácio das misérias**: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869-1889. São Leopoldo: Oikos, 2016.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

ASSIS, Patrícia Marciano de. **Administrando a (in)segurança**: experiências de conflito e negociação da Chefatura de Polícia na sociedade oitocentista cearense. 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864- 1945**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

_____. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997b.

_____. A polícia carioca no Império. In: **Estudos Históricos**, v. 12, n. 22. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

_____. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 32, 2.º semestre de 1991, p. 49-61.

CARDOSO, Marcelo. **"Juro defender a Constituição política do Império e obedecer a meus superiores [...]": Corpo de Tropas de Polícia da província do Piauí, 1835-1865**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina.

CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André (Orgs.). **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.

CESAR, Tiago da Silva; OLMO, Pedro Oliver; BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.). **Polícia, Justiça e Prisões: estudos históricos**. Curitiba: Appris, 2020.

_____.; SILVA, Wellington Barbosa da; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti (Orgs.). **Crime, Justiça e Sistemas Punitivos**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

COSTA, Lidiana Justo da. **Cidadãos do Império, alerta! A Guarda Nacional na Paraíba oitocentista (1831-1850)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

EMSLEY, Clive. **A short history of police and policing**. Oxford: Oxford University Press, 2021.

_____. **Crime, police, and penal policy: european experiences, 1750-1940**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1991.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem: a constituição dos aparatos policiais no universo luso-brasileiro (sécs. XVIII-XIX)**. 2007. Tese (doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FLORY, Thomas. **El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FONTELES NETO, Francisco Linhares; BRETAS, Marcos Luiz; FLORES, Mariana F. da C. Thompson (Orgs.). **História do banditismo no Brasil: novos espaços, novas abordagens**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977- 1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago**. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes, vigilantes modernos: circulações policiais entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GONÇALVES, Gonçalo Rocha. **Fardados de azul: polícia e cultura policial em Portugal, c. 1860-1939**. Lisboa: Tinta da China, 2023.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HESPANHA, António Manuel. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: colectânea de textos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro:** repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue:** narrativas sobre crimes e sociedade na *Belle Époque*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

_____. **Os bas-fonds:** história de um imaginário. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

LIMA, Emmanuelle Valeska Guimarães de. **“Não temos governo, não temos polícia”:** os jornais e as críticas aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850-1874). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. **Policiados:** controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade:** imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

_____. **Dizendo-se autoridade:** polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2017.

MEIRA, Lis de Araújo. **O exército (...) é coisa do rebotalho da nação:** recrutamento militar e manutenção da ordem no Brasil (1840-1852). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MERTON, Robert. **Sociologia:** teoria e estrutura. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MONKKONEN, Eric H. **Crime, Justice, History.** Columbus: The Ohio State University, 2002.

MUCHEMBLED, Robert. **Una historia de la violencia:** del final de la Edad Media a la actualidad. México: Paidós, 2010.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras:** 1824. Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

PECHMAN, Robert. **Cidades estritamente vigiadas.** O detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1992.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Campinas, Campinas.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do crime**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**. Uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

_____. “Em nome da pátria e da glória”: a formação do 1.º Corpo de Voluntários da Pátria (Pernambuco, 1865). **Saeculum**, João Pessoa, v. 25, p. 226-247, 2020.

_____. Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880). In: ARAÚJO, Bruno; GUIMARÃES, Janaína; SILVA, Lucas Victor (Orgs.). **História e contemporaneidade: articulando espaços, produzindo conhecimentos**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2016, v. 1, p. 257-275.

_____. “Vivemos sob o império do punhal do assassino” ...?: criminalidade e polícia no Recife do século XIX (1860-1889). **Clio**. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 34.1, p. 96-119, 2016.

SILVA, Jeffrey Aislan.

SOARES, Joice de Souza. **A polícia oitocentista entre a inovação e a tradição**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TEIXEIRA, Bruna Prudêncio. **Polícia(s) na província de São Paulo: a Guarda Municipal Permanente e as Guardas Policiais (1834-1850)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

URUGUAI, Visconde do. Visconde do Uruguai. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo, Editora 34, 1999.

VENDRAME, Máira Inês; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). **Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2018.



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

VIEIRA, Hermes; SILVA, Oswaldo. **História da polícia civil de São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**. Violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais, século 19. Bauru: Edusc, 2004.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Policiais, pedestres e inspetores de quartelão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais 1831-1850. In: CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 237-265.

WEBER **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Max. LTC, 2002.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2015

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

20/03/2024

Ass:

Wellington Barbosa da Silva



RELATÓRIO Nº 2057/2025 - DCAA-DAG (11.01.02.06.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/08/2025 13:42)

AMANDA MENEZES DA SILVA LEONCIO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DCAA-DAG (11.01.02.06.06)

Matrícula: ###423#5

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/documentos/> informando seu número: 2057, ano: 2025, tipo: **RELATÓRIO**, data de emissão: 01/08/2025 e o código de verificação: 23d42b0dbe